



Número: 16

Horta, Quinta-Feira, 28 de Março de 1985

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

I Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart (substituído aquando da sua intervenção por João Macedo) e David Santos (substituído aquando da sua intervenção por Helder Cunha).

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação do Plano de Médio Prazo 85/88, Plano Anual para 1985 e Proposta de Orçamento para 1985.

Nos debates, que antecederam a votação final, intervieram os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Manuel Serpa (PS), Francisco Sousa (PS), Hélio Pombo (PS), José Manuel Bettencourt (PS), Nogueira de Castro (PSD), Luís Bastos (PSD), Renato Moura (PSD), João Bernardo Rodrigues (PSD), Ivo Soares (PS), Jorge Cabral (PSD), José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Alvaro Monjardino (PSD), Flor de Lima (PSD), Manuel Goulart (PS), Manuel de Melo (PSD), José Azevedo (PSD), Adelaide Teles (PSD), Carlos Teixeira (PSD), Fernando Faria (PSD), Raimundo Mesquita (PS), David Santos (PSD), Carlos César (PS), Natalino Viveiros (PSD), José Carlos Raposo (PSD), José Ramos Dias (CDS) e António Silveira (PSD).

Durante os debates intervieram também os Srs. Secretário Regional da Educação e Cultura António Maria Mendes, Secretário Regional dos Assuntos Sociais Costa Neves, Secretário Regional da Agricultura e Pescas Adolfo Lima, Secretário Regional do Equipamento Social Germano Domingos e Secretário Regional das Finanças Alvaro Dâmaso.

Produziram intervenções finais, sobre os documentos em apreciação, os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio de Sousa (PS), João Vasco Paiva (PSD), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional Mota Amaral.

Procedeu-se, de seguida, à votação dos documentos em análise - Plano de Médio Prazo 85/88, Plano Anual para 1985 e Proposta de Orçamento para 1985 - tendo os mesmos obtido 21 votos favoráveis do PSD, 13 votos do PS contra, 2 do CDS contra e 1 do PCP contra.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), José Ramos Dias (CDS), Conceição Bettencourt (PS) e Fernando Faria (PSD).

Após a declaração de **renúncia ao mandato do Sr. Deputado Roberto Amaral** do PS, passou-se à apreciação e votação da Proposta de Resolução, apresentada pelo PSD, **sobre a adesão à CEE**.

Feita a apresentação da Proposta pelo Sr. Deputado João Vasco Paiva (PSD), seguiu-se a votação, tendo a mesma sido aprovada com 21 votos favoráveis do PSD e 2 do CDS, e 13 votos do PS e 1 do PCP contra.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Dionísio de Sousa (PS) e Alvaro Monjardino (PSD).

Finalmente, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta da Mesa da Assembleia Regional, dando por findo o período legislativo.

Os trabalhos terminaram às 02,40 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada para a qual peço, desde já, a vossa atenção.

(Eram 10,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adealide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Leovigildo, José Simas Raposo, Luís Sousa Bastos, Manuel Melo, Mário Castro, Melo Alves, Natalino Viveiros, Reis Leite; **PS** - Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Hélio Pombo, Ivo Soares, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita, Francisco Sousa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 32 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Tínhamos ontem ficado no fim da intervenção do Sr. Secretário da Educação e Cultura e havia vários pedidos de inscrição para pedidos de esclarecimento.

Eu pedia que os Srs. Deputados que querem fazer pedidos de esclarecimento se inscrevessem, porque ontem levantaram o braço mas eu não tomei nota.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Fim que ontem nos deu, e espero que continue hoje, a face bem humorada do Plano.

Era em relação, particularmente, a uma afirmação que repetiu - idêntica afirmação já feita anteriormente pela maioria - em relação a um deputado desta bancada, concretamente o Sr. Deputado Francisco de Sousa, que eu desejava esclarecer, de uma vez por todas, que não é um sindicalista trasvestido de deputado nem um deputado trasvestido de sindicalista: é um deputado.

Não é habitual, da nossa parte, quando fala um deputado da bancada da maioria distinguir a faceta, por exemplo, do gestor público e do deputado, ou do assessor do Governo Regional e do deputado. Talvez tivéssemos até muito mais razões para o fazer, mas não é habitual, e eu solicitava à maioria que fizesse idêntico procedimento em relação àquele e a qualquer outro deputado que, quando intervém aqui, intervém como deputado a 100% e nessa qualidade, acentuando ainda, mais concretamente neste caso, que o Sr. Deputado Francisco de Sousa nas posições que assumiu repetiu simplesmente as posições que constam sobre a

problemática da educação: as posições que estão expressas no programa do Partido Socialista.

Eu não queria fazer campanha neste momento, mas, para desfazer quaisquer dúvidas possíveis sobre as afirmações e as posições assumidas pelo Sr. Deputado em questão, eu lia (não levarão a mal!) três ou quatro alíneas do programa do Partido Socialista sobre educação e que dizem o seguinte:

"Implementar um sistema escolar em que, particularmente ao nível da educação de base, se acentue o seu carácter formativo, em detrimento de uma concepção selectiva ou competitiva do ensino respondendo assim, dentro do próprio sistema escolar, às elevadas e preocupantes taxas de insucesso características do sistema escolar açoriano".

E mais adiante acrescenta-se, noutra alínea:

"Planear o desenvolvimento gradual de uma rede de creches que permita, a longo prazo, a cobertura integral da Região, tendo por pressuposto que qualquer forma de educação pré-escolar é um dos processos mais eficazes de combater as desigualdades no acesso e aproveitamento em todos os graus posteriores do ensino".

Acrescenta-se noutra alínea: "Apoiar, na medida das disponibilidades financeiras e técnicas, as iniciativas locais que surjam à margem daquela planificação;

Planear, sob a responsabilidade exclusiva da Direcção Regional da Educação e Cultura, a cobertura de toda a Região, a médio prazo, com uma rede de pré-primário e jardins de infância que acompanhe as estruturas do ensino primário;

Apoiar, coordenando-a com a rede oficial do pré-primário, os jardins de infância que vão surgindo por iniciativa particular ou comunitária".

E isto! E o meu objectivo foi apenas lembrar à maioria e a esta Assembleia que aquelas posições são de repetição e a aplicação, na análise do Plano, às posições do PS.

Não representam, portanto, posições pessoais! E espero que daqui em diante se faça essa distinção, se tenha esse cuidado - a não ser que esta mesma bancada tome a iniciativa de dizer que as posições expressas, em determinada circunstância, por um determinado Sr. Deputado, não são as posições da bancada mas, sim, dele próprio.

É evidente que, e ainda e agora solicitando um pedido de esclarecimento mais directamente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, eu perguntar-lhe-ia uma vez que classificou o papel da oposição e da maioria um pouco estereotipadamente, como a oposição apontando sempre para objectivos utópicos e a maioria, enfim, sendo realista, cheia de bom senso e de sentido de medir e de

sentido das realidades, se isso que nós propomos aqui, que é apenas planejar e planejar para o longo prazo com a adaptação às condições, às circunstâncias, mas de forma a que se saiba para onde se caminha e qual é o horizonte de desenvolvimento nesse domínio da educação, se o Sr. Secretário acha que é mais utópico, ou menos utópico, do que aquilo que se propõe no Programa do Governo Regional, que se aprovou nesta Assembleia, e que se propõe **irradicar o analfabetismo**.

Pergunto se, em face da letra desses dois textos - o do programa do PSD aprovado nesta Assembleia como para Programa do Governo, e o que foi referido no programa do PS - se a utopia está na maioria ou na oposição. Até porque o Sr. Secretário acrescentou que essas estatísticas, enfim, são realmente eloquentes, embora não sejam dramáticas, e há efectivamente casos que são irre recuperáveis.

Então, o Programa do Governo também é irre recuperável?! Ou não será?...

Nem sequer é utópico!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Sr. Secretário Regional, nós costumamos, tradicionalmente nesta Câmara, quando há pedidos de esclarecimento em relação a uma intervenção de fundo, haver primeiro todos os pedidos de esclarecimento e depois a resposta a todos esses pedidos de esclarecimento. De forma que, se não há inconveniente de maior, continuaremos a seguir esta regra.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, não há inconvenientes. Só que, é costume ou é lei?

Presidente: Não é lei; é costume.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes). É porque na Assembleia da República é posto à consideração do respondente se quer responder de imediato ou se quer acumular as questões.

Presidente: Então, reformulando a pergunta: O Sr. Secretário quer responder às perguntas a cada um dos Srs. Deputados, ou não se importa de responder ao conjunto de perguntas formuladas pelos mesmos?

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Não me importo de responder ao conjunto de questões. Queria era ser perguntado, efectivamente, se queria responder pergunta a pergunta ou em conjunto.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para fazer os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Manuel Serpa (PS): sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Educação e Cultura sabe perfeitamente bem que é mais difícil a conces-

são de autorização para leccionar no ensino particular do que no oficial. E sabe que a sua Secretaria Regional, mesmo agora, e durante anos da chefia do nosso Presidente deste Parlamento, sempre apoiou, (e ainda bem!) incentivou e estimulou o ensino complementar dado no Externato da Madalena do Pico.

Como ontem o Sr. Secretário disse aqui que a sua Secretaria não queria entrar em fraudes ao criar o complementar em certas ilhas, gostaria de lhe perguntar - sem tom de agressividade, porque respeitando o seu apelo de ontem - se, de facto, o que se passa na Madalena, neste momento, é uma fraude, porque eu sou professor há 15 anos naquele externato - ali o meu colega Mário Castro também é - e, portanto, nós não queremos colaborar em nenhuma fraude.

Eu creio que os 55 ou 56 jovens que estão a estudar o complementar na Madalena, não o fariam se não houvesse esse esforço no sentido de o ensino ser leccionado no Externato.

Portanto, quando anteontem eu aqui pedi (eu e outros deputados) para que o Pico tivesse uma escola complementar, nós partíamos do facto de que já se dá o complementar no Pico, e que, se não for assim, é impossível àquelas crianças se deslocarem porque não têm meios económicos para isso.

Acho que o pedido é justo, e gostaria que o Sr. Secretário olhasse nesta perspectiva: já se está a leccionar o complementar **particularmente** e tem tido o apoio (e ainda bem, nós agradecemos muito!) o incentivo e o estímulo da Secretaria, e oxalá que continue a ter, porque, se não continuar a ter, aqueles ficam pelo caminho.

Era nesse sentido que eu fiz a minha intervenção e era nesse sentido que eu lhe perguntava se, de facto, é fraude. Eu suponho que não é fraude, mas não sei.

Se não é fraude, a partir daqui está o caminho aberto para que se crie o ensino complementar.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Secretário e gostaria de dizer a esta Assembleia que, quando nós pomos este problema, é sobretudo para não perder aquilo que já temos.

Viver numa ilha, onde nós temos, digamos assim, algumas condições de vária ordem, e essas condições se perdem, faz sofrer quem vive na ilha!

Se, de facto, no Pico se cria uma Escola Preparatória oficial - o que é normal - não sei se o complementar que nós já damos também vai acabar! A não ser que haja realmente uma determinação nova (e eu aceito-a até!) para que o complementar também seja dado nas Escolas Preparatórias.

Não sendo assim, quando se criarem as três Escolas Preparatórias, o esforço que o Externato da Madalena está a fazer, naturalmente vai

terminar porque acho que é impossível manter só o Externato com o ensino complementar. Esse ensino existe aproveitando os outros professores que estão no Secundário.

Eu queria que nós não perdessemos o pouco que já temos.

Queria dizer mais uma coisa em relação ao insucesso escolar. Eu sou professor há 16 anos e gostaria de dizer que, de facto, a criação, aos saltos, do ensino pré-primário é uma das razões do insucesso escolar. Isso é evidente!

O Sr. Secretário vai neste fim de semana ao Pico - e eu fico imensamente feliz porque vai à minha terra e eu agradeço-lhe muito - inaugurar escolas primárias. Vai inaugurar uma numa freguesia - a freguesia onde eu nasci - com duas salas. Ao lado, na freguesia onde eu moro, a 3 km de distância, uma com três salas.

Ora, nessa freguesia já se dá o pré-primário, e vai continuar a dar-se! Naquela freguesia, a escola a inaugurar não tem a mínima hipótese de proporcionar o ensino pré-primário.

A Candelária tem uma belíssima escola infantil. A ela ocorrem crianças da Madalena e de todos os lados. Essas crianças vão para a escola primária: umas têm capacidade, estão desenvolvidas; as outras não.

Põe-se um drama ao professor. O que é que é normal: são as que são boas, ou as que estão más, digamos assim, em linguagem prática?

Essas crianças avançam para uma Escola Preparatória - que é única no concelho e trazem consigo todo este sistema - Chegam e os professores tem grandes dificuldades: há crianças desenvolvidas, há crianças que já estão muito à frente das outras.

Essas crianças, depois, tornam-se a bitola normal, ao contrário das outras que são os filhos do insucesso.

Eu acho que há aqui uma certa disparidade que põe problemas. Mas isto é uma constatação e sei que é difícil remediar isto!

Nós não vamos deixar de criar as escolas pré-primárias, mas há que actuar depressa para que seja possível estender a rede pré-primária a todas as crianças! Caso contrário, este problema vai crescer.

Os deputados que estão nesta Sala, e que têm filhos pequeninos, sabem que os nossos filhos estão quase todos (é natural!) em escolas pré-primárias. E nós sabemos hoje que as nossas crianças, os nossos filhos com 5 e 6 anos, são muito mais desenvolvidos e espertos do que nós quando tínhamos essa idade!

São essas crianças que vão para as escolas, ao lado de outras que, de facto, não têm nada: é uma tábua rasa onde ninguém escreveu nada.

E agora? O professor pega naquelas crianças, caminha com elas, mas tem problemas - umas estão

atrasadas, outras estão adiantadas - e não sabe o que é que há-de fazer.

Em determinada altura, o que é que ele entende por normal na escola? Os que são bons.

E anormal? Os que são maus. São os que têm 13 ou 14 anos e afinal são os tais filhos do insucesso.

Eu disse isto apenas, para ajudar, Sr. Secretário! Se teve um tom um pouco mais acalorado, não foi, de certeza, por nenhuma agressividade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Correndo o risco de poder repetir algumas das afirmações aqui feitas pelo Presidente do meu Grupo Parlamentar, começaria por informar o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura de que pelo facto de ser Deputado não deixo de ser sindicalista, e lembro-lhe os muitos que consigo se sentaram na Assembleia da República, militando em diversos partidos e representando as mais significativas correntes sindicais deste país, e que, acima de tudo, sou e continuarei a ser professor e que nesta Casa sou um deputado socialista defendendo o programa para a Educação e Cultura pelo qual me candidatei.

Consta-me com agrado que o Sr. Secretário aceitou algumas das propostas válidas que apresentámos só que não podem ser contempladas no Plano de Médio Prazo pelos mecanismos propostos pelo Governo e ratificados pela maioria.

Aproveitaria para esclarecê-lo que o nosso conceito sobre Educação Pré-Escolar é mesmo o de Educação para as crianças dos 3 aos 5 anos e não de Ensino que para nós não existe nem pode existir nesta fase de desenvolvimento da criança. Que fique claro que para nós é Educação Pré-Escolar e não, como o Sr. Secretário referiu, Ensino.

Se olharmos para os últimos 8 anos verificamos que em 84 foram abrangidas pela Educação Pré-Escolar 1009 crianças o que dá uma média de crescimento muito baixa, que existem concelhos onde ela não funcionou, e, se atendermos ao facto de que neste ano e no próximo se formarão 59 educadoras na Escola de Educadoras de Infância de Angra do Heroísmo, estes docentes não terão lugares para leccionar.

O conteúdo da intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura suscita-me uma quantidade de perguntas, mas, recordando o ditado popular "não batam mais no ceguinho" sem ofensa para si nem para o ceguinho, far-lhe-ei algumas perguntas, agradecendo desde já as respostas:

1ª - O Ensino Complementar em Santa Maria é possível já no próximo ano, em três áreas de acordo com um estudo feito pelo Conselho Directivo da Escola Preparatória de Vila do Porto.

Está disposto a abri-lo nestas condições?

2ª - O Ensino Complementar no Pico já existe em duas áreas. Está o Sr. Secretário interessado ou não em avançar, ainda durante a vigência do PMP 85/88, com a fase preliminar da Escola Secundária do Pico?

3ª - Qual a colaboração que o Sr. Secretário prevê que a Universidade dos Açores pode e deve dar no âmbito do Complemento de Habilitações para docentes já em exercício sobretudo nas ilhas mais desfavorecidas? Refiro-me à criação de um esquema que permita a estes docentes completar licenciaturas - dado que muitos deles já têm muitas cadeiras - na generalidade dos grupos e disciplinas e sobretudo e em especial para o V Grupo do Preparatório e Secundário, ou seja, a Educação Visual.

4ª - No combate ao insucesso escolar o Senhor Secretário declarou que "progressos se têm feito sentir nos últimos anos". Pegando, como exemplo, o Ensino Primário vejamos quais os progressos atingidos nos últimos quatro anos:

1980/81 - 50,7% do sucesso escolar

1981/82 - 50,9%

1982/83 - 51,0%

1983/84 - 52,7%

Como se pode verificar, em 4 anos progredimos rigorosamente 2%. A este ritmo progressivo perguntaria quando julga o Sr. Secretário atingir metas aceitáveis?

5ª - Sobre os dados referentes ao Analfabetismo o Sr. Secretário pôs em dúvida os números. São rigorosos, e para que não vá algum seu e nosso funcionário errar nas contas, proponho-lhe que encomende, a um do seu partido, o trabalho de os verificar e em próximo debate sobre Educação apresente os seus dados. Ou será que o Sr. Secretário não reconhece como oficiais os dados do Instituto Nacional de Estatística? Já agora a título de informação: os do insucesso escolar são do Serviço Regional de Estatística dos Açores.

6ª - Sobre a legislação referente à Acção Social Escolar no apoio directo aos alunos, não entende que é possível reduzir a burocracia?

7ª - Reconheci nas minhas intervenções e tenho-o feito no âmbito nacional, que o Governo Regional dos Açores tem investido bem na localização e número das escolas que constrói. Não sendo, nem de perto nem de longe "saudosista do passado" como pretendeu insinuar o Sr. Presidente do Governo, pois nele nunca exerci nenhuma função a não ser a de professor, perguntar-lhe-ia e ao Sr. Secretário, se consideram que, por exemplo, as Escolas Preparatórias e Secundárias da Ribeira Grande se encontram enquadradas na arquitectura daquela cidade? E, por exemplo, se a Preparatória de Vila Franca do Campo tem algo a ver com a belíssima riqueza da que foi primeira capital de S. Miguel com o seu horrível telhado de fibrocimento pintado de preto? E isto sem fazer referência ao facto de a Direcção Regional dos Assuntos Culturais, entre outros departamentos governamentais, impôr, e bem, regras a quem constrói. Não se deve começar por casa?

8ª - Sobre a construção de quatro Escolas Preparatórias em S. Miguel previstas no Plano de Médio Prazo, presumo que sejam as dos Arrifes, Rabo de Peixe, Povoação. E a quarta? E a da Maia?

E aqui aproveitaria para esclarecer um pouco - não sei se o Sr. Secretário está dentro da polémica que se tem levantado nos últimos anos à volta da construção desta escola - sobre a sua localização. É Maia? É Lomba da Maia? É a zona Norte do Concelho da Ribeira Grande?

Portanto, aqui e ontem e antes de ontem quando lhe perguntava a localização destas escolas é porque este é um dos problemas que tem feito levantar muita polémica naquela zona do concelho.

Nona e última pergunta e, sem querer ofendê-lo, pois reconheço que cada um de nós tem os seus métodos próprios de trabalho, pergunto: será que a Cultura nos próximos anos viverá de improvisos tal como a sua intervenção de ontem?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de fazer duas perguntas muito concretas ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, relacionadas com o Pavilhão Gimnodesportivo da Horta.

A primeira é a seguinte:

- Depois de todas as peripécias que existiram, que foram desde o aumento do recinto de jogos à mudança do piso do pavilhão, e, neste momento, dá-nos a impressão de que as obras não estão paradas, mas estão praticamente paradas, gostava de perguntar ao Sr. Secretário para quando se prevê a conclusão das obras do Pavilhão?

A segunda pergunta é:

- Qual será a entidade - quando o Pavilhão ficar pronto - a que ficará tutelado este Pavilhão? Julgo eu que será essa entidade que irá gerir o Pavilhão e ditar a maneira como ele vai ser usado.

Era só isso. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito sucinta ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

No âmbito da Secretária Regional do Trabalho existe um departamento de orientação profissional

dotado com os respectivos técnicos. Esses técnicos têm por função orientar os trabalhadores, ou os potenciais candidatos a um trabalho, em função das suas aptidões e das suas tendências.

Julgo que, no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura, não está contemplado idêntico departamento, ou seja, dotado de técnicos de orientação escolar.

Considera ou não o Sr. Secretário que isso é de fundamental importância se aplicado em função das crianças, nomeadamente e principalmente na altura da pré-escola, como se verifica noutros locais, portanto, através de um acompanhamento de psicólogos que possam, desde base, começar a estudar e orientar as crianças, os jovens, em função das suas aptidões com referência ao futuro relativamente à profissão adequada?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para responder aos pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, ontem, quando fiz aqui a minha intervenção, e que procurei ser em tom desanuviante em relação, enfim, a um período mais carregado de nuvens negras que tinham sido trazidas aqui pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Isso até parece uma paixão!

(Risos da Câmara)

O Orador: E porque não?

(Risos da Câmara)

O Orador: Quando me referi ao Sr. Deputado Francisco de Sousa é evidente que foi nesse tom jocoso mas, creio eu, que amável, e que não tinha, de maneira alguma, qualquer sentido de o não considerar, como considero, deputado do Partido Socialista - deputado de parte inteira.

Sei que ele, a par de ser deputado, está de há longos anos a esta parte ligado a actividades sindicais, que tem desenvolvido, no âmbito dessas actividades, um papel de relevo - não custa reconhecê-lo - e não deixei, porém, de considerar que o tom da intervenção dele era marcado - e também não vinha mal ao mundo por isso, até, enfim, empreguei a expressão talvez um pouco de formação profissional - que a intervenção dele vinha marcada um pouco daquelas reivindicações, ou preocupações, ou como lhe queiram chamar, do sindicato, porquanto, bem recentemente, eu tinha estado a ler e a rever um papel que me foi enviado para a Secretaria da Educação com um conjunto de questões - e isso já foi com certeza transmitido, como lhe disse, de que estou plenamente de acordo - um conjunto de questões, dizia, a debater e a avaliar e a pesar e a sopesar, sem embargo de nós, Secretaria, termos a nossa posição e o sindicato ter a sua posição.

Há matérias, evidentemente, que até são coincidentes e que são preocupações comuns e o Sr. Deputado Francisco Sousa sabe muito bem.

Não ficou nada mal, com certeza, ao líder parlamentar do Partido Socialista sair à estacada para defender aquilo que ele pensava ser uma honra e dignidade atingidas - o que não era de maneira nenhuma.

Eu considero que o Partido Socialista apresentou um conjunto de propostas, são aquelas que entendeu apresentar ao eleitorado, não tiveram - tanto quanto se saiba e que se viu - acolhimento por parte da maioria dos cidadãos votantes desta Região, no entanto não deixa de ser uma proposta, a meu ver, respeitável que estabelece, naturalmente, no plano da educação, um conjunto de prioridades, que não são as nossas, mas que, em ordem inversa, até em muitos aspectos são coincidentes. Nestas matérias e nestas questões com certeza que se não vai inventar o sol e a lua, ou se não vai inventar aquilo que já está inventado. As questões existem; há é que resolvê-las.

Nós fizemos uma opção, apresentámos as nossas opções e as nossas prioridades, elas foram aceites, têm sido aceites, e espero que continuem a sê-lo.

Portanto, este pseudo incidente creio que ficará resolvido, pois não me custa nada reconhecer que vejo no Sr. Deputado Francisco de Sousa um deputado com toda a dignidade e um deputado, enfim, com toda a sua capacidade plena de intervenção como deputado nesta Câmara e não como sindicalista.

Falou ainda o Sr. Deputado Dionísio de Sousa na nossa vinculação ou no nosso propósito de **irradicar o analfabetismo**.

É verdade! Só que esse propósito faz-se em tempo: faz-se em anos. E sabe também que, desde a primeira hora em que o Partido Social Democrata assumiu o Governo desta Região, tem feito esforços nesse sentido e tem procurado caminhos que procurem atenuar, cada vez mais, este problema, que é grave e que a todos nós nos preocupa, e **irradicar** não significa, no seu todo e na sua substância, suprimir acto contínuo. É um processo que se faz em tempo e, com certeza, que todos nós, sem distinção aqui, de partidos, estamos interessados no alcance deste objectivo.

O Sr. Deputado Manuel Serpa da Ilha do Pico põe um problema candente e que eu tenho tido o cuidado de pensar sobre ele.

As considerações que aqui teceu, também rigorosamente devo dizer que não são impertinentes, pelo contrário. Quando me diz que existe já o ensino complementar no Externato da Madalena e levanta o problema se eu considerava ser ou não ser uma fraude este ensino, eu creio que não me referi ao caso concreto da Madalena. O que eu disse foi que, em certas ilhas, e neste

momento ainda não temos capacidade de arrancar com este nível de ensino porque, a outros níveis anteriores, até ainda se fazem sentir algumas dificuldades quanto aos agentes de ensino, quanto à sua preparação, e, conseqüentemente, sendo este um nível já de maior responsabilidade - todos são mas vão crescendo - com certeza que, em algumas ilhas, não me parece viável, por enquanto, avançar-se para o ensino complementar, sob pena e (af sim!) de se correr o risco de estar a defraudar as crianças que, certamente, iriam beneficiar da existência ou não existência deste nível de ensino.

Nós, no Externato da Madalena estamos bem servidos, ele tem cumprido, o Programa do Governo, e o Governo tem também inequivocamente apoiado, e refere, especificamente nas suas alíneas, quer do Programa, quer do Plano, "apoio ao ensino particular", e não há razão para não o continuar a dar.

Estou convencido que, mais tarde ou mais cedo, a Ilha do Pico, como outras, terão necessidade e atingirão a capacidade, mais que justificada, de virem a ter o seu ensino complementar e não vejo razão para que se não estude este problema ainda neste mandato.

Não me custa abordar esta questão. Mas abordá-la a sério, abordá-la com números, abordá-la com possibilidades de ordem estrutural, de ordem física, de edifícios, tentar resolver até (e porque não dizê-lo, ninguém o ignora!) tentar ajudar ou levar com que os próprios Picoenses se entendam nesta matéria - e sabem muito bem que não se entendem.

Portanto, estou absolutamente aberto a esta discussão, quando for tempo oportuno disso. Neste momento considerámos que não era e considerámos que estávamos a satisfazer uma necessidade de imediato e que ela estava - embora admitindo algumas deficiências - a cumprir menos mal o seu papel.

O insucesso escolar, que foi abordado aqui também pelo Sr. Deputado Manuel Serpa e pelo Sr. Deputado Francisco Sousa, que citou números, pois em ontem, na minha intervenção, não deixei de manifestar preocupação e de reconhecer que ele apresenta índices realmente bastante gravosos. Invoquei, sim, quando me tinha sido posto o problema - e o que estava em causa era de facto, aqui, no momento, as discussões sobre o Plano relativo ao sector da educação - se quisessem entender isso, eu procurei chamar a atenção e alertar, ou lembrar, melhor dizendo, que esse insucesso não se devia exclusivamente, nem à Secretaria da Educação, nem só aos problemas que a ela estão ligados. Prendia-se com um todo que, naturalmente, só pela resolução conjunta do enunciado de problemas que eu aqui levantei, é que podem ajudar a resolver esses índices.

Eu também tenho aqui alguns números e posso-lhe dizer concretamente quais são. Talvez sejam mais actualizados porque são só referentes ao ano lectivo de 83/84 onde as taxas de sucesso escolar na Região foram as seguintes:

- no ensino primário, 1ª fase:45%
- no ensino primário, 2ª fase:63%
- no ensino preparatório directo:75,8%
- no ensino preparatório TV:80%
- no curso unificado:62,8%
- no curso complementar:48,3%
- no 12º ano:38,7%

São dados oficiais. Não sei por quem foram coligidos - se por alguém afecto ao seu ou ao meu partido - mas creio que é indiferente que seja dum ou doutro. Parto do princípio de que quem o fez, individualmente ou em equipe, são pessoas sérias e honestas e eu tenho estes dados por bons - tanto os tenho que os li e anunciei.

A educação pré-escolar também esteve sempre em foco aqui, Pelas citações feitas ali pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, percebo que se propunham, no Programa do Governo, montar uma rede completa do ensino pré-escolar nestes próximos 4 anos, a par também do cumprimento da escolaridade obrigatória.

Bom, só fazendo o teste é que se poderá ver se isso é possível. Nós entendemos e pensamos que, numa ordem de prioridades e numa ordem de interesses rigorosos, é mais possível e interessante mais fazer cumprir a escolaridade obrigatória, avançando embora, e a par também com o pré-primário, melhorando-o e alargando-o.

Ele pode, efectivamente, como disse o Sr. Deputado Manuel Serpa, criar discrepâncias nesta matéria que acabámos há pouco de falar - quanto ao sucesso ou ao insucesso. É uma fatalidade que temos que combater e que está para além do Governo e do partido: está na mão de todos nós. Mas, efectivamente, nós estabelecemos esta prioridade.

Se o Partido Socialista, no seu programa de governo, entendia ou entende que era possível, no seu Plano a Médio Prazo, cumprir escrupulosamente e rigorosamente isto, pode que um dia, se o Partido Socialista vier a ser Governo, que nós então venhamos para aqui, também, bater o pé e reivindicar o cumprimento rigoroso e escrupuloso dessa proposta.

Nós estamos, pela nossa parte - Governo e partido - a tentar cumprir escrupulosamente as nossas. E tanto tem sido assim que, em três eleições sucessivas, o Partido Social Democrata colheu, de facto, ou recebeu do eleitorado, um apoio que o levou a ser poder e a ser Governo.

Quanto ao ensino complementar em Santa Maria, lá voltamos novamente ao problema dos complementares. O edifício que agora se vai abandonar, e em substituição da nova Escola Preparatória, é um edifício que está irrecuperável.

Eu não tenho ainda, neste momento, - mas não me custa nada vir a tentar obter esses elementos - nada que me diga que ele seja possível arrancar em Santa Maria. Não sei se existem professores...

Ontem falava "off recorde" com um deputado de Santa Maria que me diz que há umas senhoras, casadas com uns funcionários, que passam por lá, que são formadas, têm habilitação própria, têm profissionalização e estão de braços cruzados em Santa Maria.

Eu não tenho razões para não acreditar nessa afirmação, mas não tenho conhecimento directo dessa circunstância, e só um bom levantamento e um estudo aturado e detalhado nesta matéria poder-nos-ia aproximar dessa possibilidade, porque ainda restava o problema de que um ensino desses não se monta "do pé para a mão" só porque, eventualmente e transitoriamente, pode haver umas senhoras que estejam de passagem em Santa Maria e sejam capazes de dar umas aulas.

Portanto, isto pode ser generalizado. O problema dos complementares, em diversas ilhas, não é questão de afastar. São questões de ver nos momentos próprios e adequados, quando surgirem, quando se oferecerem ocasiões e momentos em que eles possam e devam ser considerados, com base na tal honestidade e na tal adequação, que afaste, sim, - e torno a repetir aqui - o perigo da fraude.

Quanto à Universidade dos Açores, também não me excusei a dizer e a afirmar ontem, claramente, que entendia que devíamos - já que foi uma conquista de todos nós e que pretendemos que seja irreversível e pretendemos a nossa Universidade cada vez mais dignificada e cada vez mais consolidada na sua acção - e precisaríamos de redimensionar e de repensar a Universidade em termos de ela se dirigir mais, e cada vez mais, a interesses desta Região.

E, nomeadamente, lembro-me de ter referido aqui o Departamento de Ciências da Educação, onde disse que, julgo obrigatório da parte da Universidade, pensável e possível, que ela nos venha a dar um correcto e um importante apoio nesse completamento de habilitações docentes, quer nas ilhas mais desfavorecidas, quer em toda a parte, não só através de acções de apoio, como de reciclagens, de cursos livres, enfim, uma infinidade de acções que podem ser desencadeadas, que devem ser, com certeza, desencadeadas com muita eficácia, e cada vez nos permitiria (isso sim!) ir libertando de solicitações e de relações que temos que ter - e que devemos também, a par delas, continuar a ter - com outras entidades continentais e até mesmo estrangeiras.

Será possível reduzir a burocracia da Acção Social Escolar?

Bom, se há muita burocracia, eu devo dizer que a minha posição de Secretário Regional

é mais para tomar atitudes de deliberação política. Desde o momento que sejam postas, através da Secretaria da Educação e no respectivo lugar, questões relativas à desburocratização de determinados serviços, pois é óptimo. O que nós queremos é que, no campo prático, as coisas sejam operantes de uma forma mais rápida e mais directa.

Quanto à Escola Preparatória da Ribeira Grande estar ou não enquadrada na arquitectura da cidade, e a escola de Vila Franca a mesma coisa, pois vou-lhe dizer sinceramente uma coisa: não sei, porque não as conheço.

Mas, admitindo que não estejam enquadradas, acho que deviam estar e acho que, efectivamente, também falei numa reunião que já fizemos com a Secretaria Regional do Equipamento Social e onde, para além de aspectos estruturais, acho que deve ser tomada em linha de conta também uma certa compatibilização e harmonia com o meio físico onde elas se vão inserir.

Não podemos criar, com certeza, nem sequer isso é prático, uma arquitectura de escolas da Região, seja a que nível for, um pouco assim à "Escolas do III Reich". Mas, de qualquer maneira, acho que se deve salvaguardar esse enquadramento, e que há escolas que são pavorosas, que são horríveis e que entram, de facto, também, em contradição com os normativos da Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Quanto às novas Escolas Preparatórias da Ilha de S. Miguel, disse-lhe já, no outro dia, aqui, que vão arrancar agora com este Plano e com certeza que, no momento ou nos momentos que antecederem esse arranque, serão estudadas todas as circunstâncias que nos informem de qual a melhor adequação e a melhor implantação para essas mesmas escolas.

Portanto, neste momento não lhe vou dizer se é em Maia, se em Lomba da Maia porque também ainda não me debrucei sobre esse aspecto, e preciso ser esclarecido nessa matéria, e, depois de estar esclarecido, não tenho dúvidas algumas em fazer uma opção por aquela que me parecer a mais correcta e a mais adequada.

Eu não sei porque é que a Cultura tem vivido de improvisos, Sr. Deputado Francisco de Sousa! Francamente, não sei!

Tem havido uma actuação, tanto quanto eu sei, ordenada, obedecendo a planos que podem ser anuais ou que podem ser quadrienais, se quisermos, podem não estar contempladas, como ontem se disse aqui, concretamente no Plano, mas isso não invalida que tenha sido, e seja do conhecimento público, um conjunto de acções ordenadas e sequentes nesta matéria.

Não me parece ser tão à revelia. Se bem que a própria cultura, o acto cultural, no seu intrínseco e na sua própria natureza, deva ser um pouco indisciplinado e um pouco rebelde, esta

submissão, esta padronização cultural, até nem me parece muito frutuosa. Enfim, não me parece que seja um problema muito grave.

Ao Sr. Deputado Hélio Pombo - um homem dos desportos e que quer começar a correr no Pavilhão da Horta - direi que, tanto quanto eu sei, porque não sou a entidade executora, pode começar a correr, fazer a inauguração, no dia 15 de Julho. Talvez a Direcção Regional dos Desportos tenha possibilidade de lhe oferecer um equipamento para começar a correr...

(Risos da Câmara)

Portanto, 15 de Julho é a data que tenho apontada como sendo a data para a inauguração do Pavilhão porque já foi celebrado o contrato com o empreiteiro e a data que ficou estipulada foi esta.

Não sei se o empreiteiro terá capacidade de o concluir! Isso é outro problema e não me diz respeito. Possivelmente, o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, por quem corre esta questão, poderá dar informações mais circunstanciais sobre esta matéria.

A informação que eu tenho é essa. E parto do princípio que se me dizem que é 15 de Julho, eu não tenho razão para duvidar que será em 15 de Julho. Nem me interessa até saber. Eu quero é o Pavilhão feito! Importa-me lá saber se é em 15 de Julho, se é antes, ou se é depois". Depois é que já seria grave mas, de qualquer maneira, a inauguração do Pavilhão está prevista para esta data.

Quanto à entidade que há-de gerir o Pavilhão, o melhor é deixá-lo construir primeiro e depois logo veremos. Isso é uma questão um pouco "lana caprina". Possivelmente, pode ser o Sr. Deputado Hélio Pombo, porque não?

(Risos da Câmara)

Depois da tal fardamenta e das tais corridinhas à volta da pista do Pavilhão, pode ser que realmente chamem o Sr. Deputado Hélio Pombo...

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt falou em problemas de orientação profissional. Eu devo-lhe dizer que, ou já, ou a partir do início do próximo mês, a Secretaria Regional da Educação adquiriu (isto é como os clubes de futebol: comprou!) um técnico de orientação escolar - uma técnica neste caso - que, parto do princípio, que venha orientar bem (em matéria de orientação escolar, note - se!)...

(Risos da Câmara)

...e suponho que só em matéria de orientação escolar...

(Risos da Câmara)

...para além de concluírem este ano o seu curso, feito no Instituto Aurélio da Costa Ferreira, 10 alunos que são bolseiros da Região e que se espalharão por essas ilhas também para prestarem os seus serviços e o seu apoio, neste caso concreto

mais, talvez, naquilo que está relacionado com a tal famosa educação pré-escolar e, também, com alguns problemas ligados à educação especial. De modo que é isto que se me oferece dizer.

Espero que tenham feito todas as perguntas sobre a educação porque, francamente, isto assim é abusar!

(Risos da Câmara)

Neste momento assumiu a Presidência o Sr. Deputado Melo Alves.

Presidente: Afinal ainda não houve todas as perguntas sobre a educação. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não é para fazer nenhuma pergunta: é para agradecer ao Sr. Secretário a forma sincera, franca e alegre como respondeu às nossa perguntas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Eu também queria agradecer a maneira sincera e respeitosa como o Sr. Secretário me respondeu.

Queria deduzir das suas palavras que o Pico já não faz parte de "certas ilhas".

Folgo muito com isso. E queria só fazer um apelo: o Sr. sabe bem as dificuldades com que se debate o ensino particular - no caso até concreto do Externato da Madalena.

Nós sabemos que os "cortes" foram para toda a gente, mas também atingiram de uma maneira gravosa, digamos assim, o Externato da Madalena, e o Sr. sabe bem que muitos professores estão lá mais por amor à terra do que propriamente por outro motivo, porque nós, às vezes, passamos 2, 3 ou 4 meses sem receber ordenado e não há queixas. Eu já estive um ano sem receber qualquer verba do Externato da Madalena! Não é nada de especial, mas já aconteceu comigo e com outros professores!

Portanto, eu prefiro até dar aulas de graça no Externato da Madalena, e que a gente tenha o ensino, do que não tenha!

Eu quando digo isto aqui é para bem da nossa ilha: é uma necessidade premente da nossa ilha.

Só queria lhe dizer outra coisa também pequenina em relação ao Partido Socialista ser governo ou não.

Isto não é uma questão de partidos! É que causa-me pena ver inaugurar uma escola com duas salas, quando, se tivesse mais uma sala, a despesa era quase a mesma e as crianças tinham pré-primária.

Assim não há hipótese! Era só mais uma sala. Acho que é uma questão, neste ponto, de ver que não se podem inaugurar hoje escolas primárias sem se pensar que, com mais uma sala, se resolveria o problema. Isso era fundamental e importante e a desigualdade não se criava!

Mais uma vez, muito obrigado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Castro.

Deputado Nogueira de Castro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu tenho muito pena, mas vou abusar da sua paciência para prestar um esclarecimento. Espero que não tenha resposta, mas é só um esclarecimento.

O Sr. Secretário falou na falta de entendimento da população do Pico quanto ao ensino complementar.

Eu queria dizer ao Sr. Secretário que não há falta de entendimento, com toda a certeza, da população do Pico em relação ao ensino complementar! Poderá é haver falta de entendimento dos políticos da Ilha do Pico quanto a essa questão.

E o que será grave é se, realmente, não for possível obter esse entendimento e se o Governo que - passe o pleonasmo - foi eleito para governar, não conseguir evitar e torner esses problemas que, ao nível concelhio da Ilha do Pico, já são frequentes, para resolver o assunto.

Eu penso que, neste momento, existem as condições básicas para resolver este assunto. Bastará estender, ou fazer força, para que essas áreas, onde já existe o ensino complementar, sejam extensivas a toda a população, a toda a juventude e a todas as áreas.

Basta apenas, penso eu, que haja a vontade e a coragem política para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não desejava, efectivamente, voltar a este tema e considerava-o já encerrado, dado que, até o diálogo estabelecido entre a bancada do Partido Socialista e com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, foi bastante frutífero e acabou por um apoio unânime do Partido Socialista à política desenvolvida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura...

(Risos do PS)

...incluindo agradecimentos pelos esclarecimentos prestados...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Deputado parece que não está nesta Casa!

O Orador: ...o que significa, em minha opinião, que esses agradecimentos pelos esclarecimentos prestados só pode significar uma coisa: é que agradece a forma como se responde porque são coincidentes com os anseios e os desejos do Partido Socialista nessa matéria.

Deputado Francisco de Sousa (PS): O Sr. Deputado tem de ir a uma consulta para os ouvidos!

O Orador: Mas, queria retomar o tema, porque houve uma referência, por parte do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, à bancada deste Grupo Parlamentar sobre a confusão que este Grupo Parlamentar, ou os seus deputados, faziam entre as funções de deputado e outras actividades que, eventualmente, eles desenvolvessem.

Ora, repare-se, que nós não confundimos! Não confundimos no passado, nem confundimos agora! O que se trata é o seguinte: é que nós ajuizamos a partir das palavras que são proferidas. E, efectivamente, não foi claro, aqui, por vezes, se o Sr. Deputado falava em nome do sindicato ou se falava em nome do Partido Socialista!

E vou-lhe dizer porquê, e repare as consequências: é que se falou em nome do sindicato e parece defender as teses fundamentais do sindicato - e eu sou sindicalizado - essas não podem ser coincidentes com as do Partido Socialista porque ele não pode ser mandatário dum sindicato que tem muitas centenas de professores sindicalizados, mas que, grande maioria ou a maioria, não serão do Partido Socialista.

Portanto, não pode vincular essas posições do Sindicato à bancada do Partido Socialista, porque essas decisões do sindicato não são coincidentes com as do Partido Socialista. Se defende as posições do Partido Socialista, como o Sr. Deputado Dionísio de Sousa quis fazer crer ao ler o programa do Partido Socialista, então o Sr. Deputado Francisco de Sousa tem que dizer no sindicato e no Plenário do sindicato a todos os sindicalizados, inclusivamente a mim, que a sua política sindical é a política do Partido Socialista. Portanto, nem sempre as duas posições podem ser coincidentes - ou não devem nunca, aliás, ser coincidentes - e essa colagem que há, pode colocar ou a bancada do Partido Socialista ou o sindicato em maus lençóis.

Era só isso. Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Francisco de Sousa (PS): É para um esclarecimento ao Sr. Deputado Luís Bastos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Deputado Luís Bastos:

Queria apenas lembrar-lhe que, sendo dirigente do Sindicato dos Professores desde Novembro de 1975, não me lembro nunca de o ter visto em nenhuma reunião sindical, a não ser nas acções de formação pedagógica que fizemos em Novembro e para as quais V. Exa., Sr. Deputado, pediu para entrar porque em tempos esteve sindicalizado e, como deve saber, todo o sindicalizado só o é de pleno direito quando paga a quota.

Digo-lhe mais: sempre tive e desafio-o a si, ou a qualquer professor, ou a qualquer

Socialista desta Região, a dizer quando e onde confundi as minhas funções num ou noutro exercício.

Presidente: O Sr. Deputado Luís Bastos pede a palavra para?...

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, desculpe mas tenho que pedir a palavra para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Luís Bastos (PSD): E protestar pelo facto de ter sido acusado de não pagar as quotas do Sindicato...

(Risos do PS)

...o que é uma redonda mentira.

Devo-lhe dizer que só sou sindicalizado desde o ano de 1981 - ano em que comecei a leccionar nesta Região - e que, a partir daí, como pode conferir o Sr. Deputado - e repare-se como agora estamos a falar de política sindical e de como não é clara essa diferença que se estabelece a partir das suas intervenções, o que mais uma vez se confirma - ou pode pedir aos seus funcionários do sindicato para irem ver realmente o meu processo e se paguei as quotas.

E digo-lhe mais: quando deixei a escola, para vir para esta Assembleia, dirigi-me ao seu Sindicato e pedi para me regularizarem essas quotas (vai para 4 meses) o que ainda não aconteceu. Portanto, os seus serviços não estão a funcionar pelo melhor.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É manifesto que o Sr. Deputado Luís Bastos veio, com um atraso também manifesto, tentar alimentar mais uma confusão. Mas, Sr. Deputado, se desejar que nós façamos o mesmo, pois passaremos a tentar distinguir na vossa bancada, rigorosamente e pormenorizadamente, em relação a cada uma das intervenções, quando fala o gestor da SATA, quando fala o gestor da EDA e quando fala o deputado, e passaremos a medir, a milímetro rigorosamente, a coincidência ou não de posições e, a partir daí, faremos sempre a pergunta para nos esclarecermos e para evitar confusões de situações, de afirmações em relação a esses temas.

Não pretendíamos fazê-lo, mas parece ser o Sr. Deputado que pretende manter esta situação!

Eu suponho que fui bem claro ao ler o programa do Partido Socialista, exactamente para não se pensar que se estava fazendo adaptações de circunstância. Não estava! Estava pondo os factos do modo que, julgava eu, mais claro, mais explícito, mais evidente para, exactamente, não se voltar a esta problemática. Mas parece que se pretende ressuscitá-la!

Se quer a nossa colaboração para periodicamente, ciclicamente, retomarmos esse problema, nós também procuraremos fazê-lo.

Julgamos que nem sempre será muito conveniente, mas, se quer a nossa colaboração, nós também a podemos dar!

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?...

Deputado Renato Moura (PSD): Eu pretendia interpelar a Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação vai exactamente no sentido de perguntar à Mesa se acha que, uma parte dos debates a que se vem assistindo agora, nos últimos minutos, tem a ver com o que se está, neste momento, a discutir; se tem a nítida sensação de que se pode já ter esquecido que estamos a discutir, ^{planos - não estamos} fazendo um plenário de professores, não obstante o respeito que me merecem os srs. professores -; se estamos a discutir a política sindical, que julgo que até era capaz de discutir, ou se estamos discutindo a assiduidade dos sindicalizados ou os respectivos sindicatos; se estamos discutindo as quotas que estão ou não por pagar porque julgo que não se trata, neste momento, de apelar ou julgar a conta do Sindicato, e de maneira que, nesta situação, sinto-me aqui realmente a não fazer coisa nenhuma e não me parece ser esta a situação mais correcta.

Portanto, eu interpelava a Mesa no sentido de saber se pensa deixar continuar que se discutam estas questões, ou se vamos realmente tentar discutir o Plano.

Presidente: A Mesa não se pronuncia sobre a qualidade do debate. Não vê inconveniente demasiado grave, até porque os Srs. Deputados ainda não o viram, dado que não surgiu requerimento nenhum para que cessasse a discussão deste ponto.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Bernardo Rodrigues para uma intervenção.

Deputado João Bernardo Rodrigues (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Mais uma vez vem o Governo a esta Câmara apresentar o Plano a Médio Prazo e solicitar a sua aprovação nos termos constitucionais.

Documento de fundamental importância, consubstancia as linhas mestras do desenvolvimento próximo desta Região, na sequência do compromisso que o Partido Social Democrata assumiu com o Povo dos Açores.

A credibilidade das propostas agora em análise, fundamenta-se na capacidade que os executivos regionais têm demonstrado na concretização das medidas e opções, contidas em documentos anteriores, aprovados por esta mesma Câmara.

Quando há 8 anos iniciámos o processo da concretização da autonomia regional, num quadro político carregado de incertezas e recheado de suspeições internas e externas, valeu a nossa

determinação de levar por diante, com todo o vigor e convicção, um projecto político, social, económico e cultural que gerações precedentes tinham reclamado (e de que maneira!) e que circunstâncias históricas ímpares, de todos conhecidas, nos tinham feito participar responsabilmente.

A recuperação do atraso ancestral a que estivemos votados até à institucionalização dos órgãos de Governo próprio da Região, foi a opção primeira dos responsáveis políticos que têm presidido aos destinos dos Açores e, diga-se, com muita dignidade e que, por isso mesmo, nos faz ser respeitados, tanto internamente, como no exterior.

A concretização de obras de pequeno e grande vulto em todos os recantos destas ilhas, nomeadamente nos sectores das infraestruturas aeroportuárias, estradas, habitação, saneamento básico, equipamento social, escolar, hospitalar e outros, foi tarefa prioritária com vista à eliminação das assimetrias internas, associado, naturalmente, à opção política de aproximação das populações açorianas no caminho da unidade insular, princípio elementar - diria mesmo, o segredo - da vitória deste desafio autonomista, mesmo contra algumas vozes roucas que persistem ainda numa atitude divisionista.

Passado que foi o período de revitalização da sociedade açoriana e transformação da realidade física da Região, temos de reconhecer que, ao resolvermos determinadas situações, outras se nos levantam, algumas até resultantes da resolução das primeiras.

Confrontados nesta Câmara com as propostas de um novo Plano a Médio Prazo, que balizará a actuação do III Governo, é-nos lícito reflectir, para votar em consciência, se é este um documento milagreiro ou milagroso, ou se, por outro lado, é o documento possível face à conjuntura que todos vivemos.

Vários são os factores que condicionam a nossa actividade económica: uns cíclicos, outros permanentes, alguns passíveis de terapêutica eficaz, outros sujeitos a condicionalismos naturais que, por vezes, ultrapassam a melhor boa vontade de quem governa esta Região.

Uma população desigualmente distribuída num território já de si exíguo e disperso, provoca, necessariamente, assimetrias no mercado de trabalho e de consumo que se reflectem negativamente na rentabilidade de possíveis investimentos, exigindo, por outro lado, infraestruturas de elevado custo, reconhecidamente imprescindíveis ao equilíbrio intra-regional, algumas de carácter e interesse marcadamente social e não só.

Criar em cada uma das ilhas dos Açores condições de fixação das suas populações, derrubando as tradicionais barreiras que impediam a saudável circulação de pessoas e bens, foi tarefa

que de todos os açorianos mereceu aplauso e adesão, num sentido de responsabilidade e participação só possível numa Região como a nossa que, há 10 anos, vive um clima de estabilidade política e social.

Razões de vária ordem, na sua maioria de ordem externa, e já assinaladas pelo próprio Governo no documento em análise, provocando estrangulamentos de todos conhecidos e cuja terapêutica se assinala no quadro das opções do Plano, têm provocado, em certas classes da sociedade açoriana, dificuldades, algumas até altamente preocupantes.

Cabia aqui um parêntese, se o tempo o permitisse, para que se pudesse fazer uma reflexão comparativa entre o que é a Região hoje e o que era há 8 anos quando se davam os primeiros passos na instalação dos órgãos de governo próprio da Região, enfrentando uma oposição interna descrente e do próprio Governo da República que, tal como agora, se encontra muito pouco interessado no êxito da nossa experiência autonómica.

Tal como naquela altura, vai agora o III Governo sair desta Câmara com as propostas do Plano a Médio Prazo e o Plano do corrente ano aprovadas. E não se diga que não foram criadas as condições para uma análise detalhada e criteriosa, como prevê a legislação regional vigente aprovada por esta Câmara.

Ao darmos o nosso apoio a estes documentos, fazêmo-lo na convicção que as medidas propostas são as possíveis na conjuntura de crise cujos efeitos acabámos também por ter que importar.

Se os estrangulamentos a que estamos sujeitos, por vontade ou circunstâncias externas, exigem um esforço de identificação e sua ultrapassagem, atitude semelhante aguardamos do Governo quanto aos bloqueamentos internos que ainda persistem em obliterar o nosso desenvolvimento racional e integrado.

Perfilhar uma política intervencionista em sectores concorrenciais com iniciativa privada, ou à margem da mesma, é actuação que naturalmente contraria a filosofia do Plano e da social democracia que defendemos e que o Governo naturalmente não pensa retomar.

Os desafios que o Plano a Médio Prazo lança à iniciativa privada, retomando um princípio da actividade económica nas sociedades livres e democráticas, receberá dos empresários da Região, estou certo, uma resposta positiva e até entusiástica se os responsáveis governativos, num clima de desafio dialogante, criarem as condições de confiança, fazendo cair as barreiras de um calvário burocratizante que não dignifica o sistema nem anima os investidores.

A cadeia burocrática e institucionalizada a que estão sujeitos os pequenos e os grandes investimentos, provoca agravamentos incalculáveis que só a teimosia e, nalguns casos, a boa vontade

dos seus promotores, conseguem ultrapassar.

Da mensagem que nos deixou aqui o Sr. Secretário Regional das Finanças, também responsável pelo Conselho Económico e controle de execução do Plano, embora cautelosa mas determinada, ficou-nos a convicção que o Governo, ao assumir a sua função de animador e de coordenação da actividade económica regional, pretende corresponsabilizar os empresários privados.

Faço votos que o consiga, Sr. Secretário, com a habilidade política que lhe reconhecemos e as qualidades pedagógicas que já exercitou, e esperamos que possa domar alguns impulsos intervencionistas que ainda persistem nesta Região.

Criar riqueza numa Região como a nossa, em que as soluções para os vários problemas específicos exigem criatividade, competência e imaginação, é um imperativo de todos. Transparência de relações ideal entre governantes e governados é um hábito que necessita de ser prosseguido. Retomar o clima de confiança, e mesmo entusiasmo, no quadro das opções deste Plano, são condições fundamentais que nos levarão certamente à animação dos agentes económicos, numa altura em que nos preparamos para integrar espaços económicos de maior dimensão e, por isso mesmo, mais exigentes.

A modernização da economia, a par da implementação das medidas de apoio, algumas já legisladas, com vista à dinamização dos vários sectores de interesse regional, visando viabilizar projectos concordantes com a política e exigência do desenvolvimento da Região, é condição essencial para salvaguarda da continuidade do projecto político que queremos cada vez mais irreversível.

Sr. Presidente do Governo: o meu voto vai no sentido de aprovar os documentos que o seu Governo apresentou nesta Câmara.

Aguardaremos a sua execução numa atitude de participação vigilante, como compete a um deputado que representa uma faixa da população que acredita e suporta o regime da autonomia democrática.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O conjunto de circunstâncias que estão, de uma ou de outra forma, ligados à elaboração, à apresentação e à discussão desta Proposta do Plano de Médio Prazo para o quadriénio de 1985/-1988, bem como a do Plano Anual para 1985, constitui um claro indicativo de que algo vai mal na nossa autonomia regional e de que algo não corre bem no seio do Partido do Governo Regional.

Os Parceiros Sociais - quer do sector empresarial privado, quer do sector laboral - não escondem o seu desagrado, face ao Governo,

por estes documentos não lhes terem sido facultados atempadamente, como o deveria ter sido feito, por determinação do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A.

Esta circunstância teve como resultado uma insuficiência de tempo para uma análise aprofundada das propostas planificadoras deste Governo, quer por parte dos Sindicatos, quer por parte da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, conforme se encontra expresso por escrito nos documentos elaborados por estas entidades representativas das forças vivas da nossa Região Autónoma.

Por outro lado, as disposições regimentais até agora em vigor, nesta Assembleia Regional, relativas ao processo de discussão das Propostas do Plano e Orçamento, foram totalmente suprimidas e substituídas por outras, que descaracterizam e violam a tradição do parlamentarismo democrático.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A tese que considera que a livre expressão do pensamento, pela palavra, não deve ser um direito, porque considerado uma mera perda de tempo e, como tal, há que eliminar é a que serve de base aos regimes ditatoriais, de esquerda ou de direita.

Assim foi, antes do 25 de Abril, durante o regime salazarista e marcelista da União Nacional/ANP.

Assim foi, após o 25 de Abril, durante o período gonalvista, nomeadamente quando o Partido Comunista pretendeu que no Regimento da Assembleia Constituinte não houvesse lugar ao Período de Antes da Ordem do Dia. Felizmente tal não foi aceite pela oposição maioritária que nesse parlamento se formou contra essa intenção do PCP.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Não deixa de ser curioso a circunstância de que a proposta então feita em 1975 pelo Partido Comunista, na Assembleia Constituinte, para que não houvesse Período de Antes da Ordem do Dia, dez anos mais tarde fosse apresentada, na Assembleia Regional dos Açores, pela direcção do PSD, partido que tem, nos Açores, a liderança do Dr. Mota Amaral.

É a prova provada de que de facto os extremos se tocam.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Ontem, como hoje, não vejo razão - quando se aceita a democracia - para se tratar de assuntos da Ordem do Dia, se elimine o Período de Antes da Ordem do Dia que, como se sabe, destina-se também, para tratamento, pelos Deputados, de assuntos de interesse político relevante.

Por isso, há dez anos atrás, na Assembleia Constituinte, votei contra a proposta de supressão

do Período de Antes da Ordem do Dia, apresentada pelo Partido Comunista.

Agora, dez anos volvidos, perante semelhante proposta, apresentada pelo PSD, usei da mesma forma o meu voto contra.

Da veracidade destas palavras, três testemunhas encontram-se nesta Sala, porquanto, também, há dez anos atrás, estavam na Assembleia Constituinte, e também votaram, então, contra a supressão do Período de Antes da Ordem do Dia, mas que agora numa mudança de comportamento comungam hoje aquilo que rejeitaram ontem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Seria normal que a Proposta do Plano a Médio Prazo, bem como a anual, merecesse o apoio da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e a contestação dos Sindicatos. Normal seria, também, se se verificasse o contrário, ou seja, que recebesse o apoio dos sindicatos e a contestação da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Mas porque nenhuma destas hipóteses se verifica, é caso para se dizer que estamos perante um Governo anormal.

E isto, porque, tanto os Sindicatos como a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, expressam nos seus pareceres, contundentes críticas ao Governo Regional.

Por isso este Governo não é somente um Governo isolado, como, fundamentalmente um Governo desacreditado perante também, os parceiros sociais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Como pode o Governo convencer de que este Plano de Médio Prazo para 1985/1988 vai ser cumprido nos seus objectivos, se disse o mesmo em relação ao anterior e não cumpriu, como se verificou da discussão do Plano Anual de 1984?!

Deputado Luís Bastos (PSD): Por isso perdeu as eleições...

O Orador: Bom, costuma-se dizer que cada povo tem o governo que merece.

Deputado Fernando Faria (PSD): Que fique registado que o Sr. Deputado disse que "cada povo tem o Governo que merece".

O Orador: Fica, fica, Sr. Deputado! Mas a vontade do povo também muda, e um dia há-de mudar, e lá chegaremos!

Deputado António Silveira (PSD): Mas ainda vai levar mais uns tempos!

O Orador: Felizmente que não são eternos. 40 anos já bastaram neste país, dum governante que quase que era eterno. Esperemos que essa situação não se verifique, nos Açores, pelo menos, por 40 anos.

Como pode o Governo Regional vir falar de bem-estar, de desenvolvimento e progresso, quando é precisamente ^{mais} a sua responsabilidade as dificuldades cada vez crescentes que os açorianos estão a enfrentar no dia-a-dia, para fazer

face ao constante aumento do custo de vida?!

Aumento do custo de vida que resulta não só da inflação como fundamentalmente da especulação de preços, resultantes da desonestidade de uns tantos e da ineficácia das brigadas de fiscalização económica, em prejuízo do consumidor em geral, e dos mais pobres em particular?!

Não é verdade também, que o Governo Regional permite que se faça da saúde um próspero negócio para uns quantos médicos - por sinal uma minoria, de entre o número de profissionais de saúde existentes na Região - e que tem sido incapaz de disciplinar no que concerne à obrigatoriedade de trabalho estabelecido para os médicos na sua prestação de serviço na rede pública de saúde?!

Porque a verdade é que se há os que cumprem, existem muitos que não cumprem, com manifesto prejuízo de quantos necessitam de cuidados médicos, para além de lesarem o erário público.

Nesta matéria, tudo está orientado na base do princípio de que os profissionais de saúde existem, simplesmente, para intervir quando a doença se manifesta.

Porque razão é que este Governo Regional não opta, decididamente, por uma política de saúde orientada prioritariamente para a medicina preventiva, extensiva a toda a população?

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É frequente ouvir-se o Governo Regional dizer que, praticamente, não há desemprego nos Açores.

Em parte, isso é verdade.

Desde 1960 a 1984 emigraram aproximadamente 158.645 açorianos.

Ainda no ano passado, ou seja em 1984 emigraram 1.286 açorianos, representando um aumento de 7% relativamente a 1983, ano em que emigraram 1.196 açorianos.

Dos 1.286 açorianos que, em 1984, saíram dos Açores - como emigrantes - 698 eram do sexo masculino (54,27%) e 588 do sexo feminino (45,72%). Do total dos 1.286 açorianos que emigraram, em 1984, contam-se 667 casados.

Por grupos etários, 739 dos que emigraram, em 1984, tinham menos de 15 anos de idade (57,46%) e entre os 25 e os 50 anos de idade emigraram 345 pessoas (26,56%).

É natural, pois, que não haja uma situação significativa de desemprego nos Açores...

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Porém, no Plano a Médio Prazo para 1985/-1988, o Governo Regional anuncia um vastíssimo programa de formação profissional.

No entanto nada adianta sobre política de emprego, face às necessidade (que também não diz) do mercado de trabalho açoriano.

Quantos postos de trabalho se prevê virem a ser criados, na Região, até finais de 1988?

O PMP não diz, logo deduzo que o Governo não sabe.

Senhor Presidente, senhores Deputados:

Vamos continuar a ouvir o Governo Regional vangloriar-se das suas obras, comprovando que o Governo não é paráltico. De facto não é. E vai fazendo, mesmo, algumas coisas, com base no ditado que diz que é necessário fazer algo para que tudo continue na mesma.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Durante a apresentação e discussão do Programa do Governo procurei transmitir, como vejo o pano de fundo, as concepções básicas, que têm orientado a sua acção, nomeadamente nos sectores da emigração, da Segurança Social e da Saúde.

Referi então que o nosso projecto de sociedade visa, como fim último, a realização dos açorianos, baseado no esforço solidário de todos, da iniciativa, do envolvimento e da participação de cada indivíduo, integrado na sua família e na sua comunidade. Uma sociedade em que sejamos actores e não espectadores, encontrado que vá estando o justo equilíbrio entre a responsabilidade e a acção dos cidadãos e do Estado, na via de um desenvolvimento de corpo inteiro, multifacetado mas interdependente nas suas várias componentes - a política, a económica, a cultural e a social. Nada pode ser isolado.

É em tais pressupostos que assentam as propostas formuladas no Plano a Médio Prazo. Plano que, sendo um instrumento balizador fundamental para o desenvolvimento dos Açores, não poderia deixar de referir e considerar um fenómeno que sempre com os açorianos coexistiu, praticamente desde os tempos do povoamento, e nos marcou de variadas formas - a emigração.

Não podemos mesmo considerar que os primeiros que aqui chegaram estavam sendo, eles próprios, emigrantes? - Em alguns casos chegando e partindo num movimento de caudal variável, predominantemente para ocidente, agora, e também em resultado da acção dos órgãos de Governo próprio, felizmente reduzido a dimensões suportáveis. E, mais do que isso, é mesmo significativo o movimento de regresso.

Apreciei o "brilharete" do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt acerca do movimento migratório. E apreciei esse "brilharete" porque ele foi feito a partir da leitura, sem mais nada, das estatísticas publicadas pelos Serviços de Emigração da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais do Governo Regional, que não faz mais do que a sua obrigação em fazer essas estatísticas e que vejo utilizadas, com muito gosto, pelo

Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):

E muito bem!

O Orador: Esses mesmos Serviços de Emigração têm publicado o movimento migratório dos anos 60, em que esse movimento era de 12.000 ao ano. O Sr. Deputado podia ter dito que essa emigração é hoje 10% da que foi no ano de 69, por exemplo.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Porque os Estados Unidos já não os aceitam como aceitavam antes!

O Orador: Quase todos nós temos, no Continente Americano, alguém que nos é chegado, que para lá partiu na busca de uma imagem mítica transmitida de geração em geração ou na procura de melhores condições de vida. Condições muito más quando éramos governados à distância, os últimos (ou os esquecidos...) de uma longa lista, por isso mesmo, por exemplo com uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da Europa, como veremos.

Não tenho oportunidade aqui para proceder à análise do fenómeno migratório, das consequências económico-sociais dele decorrentes quando atingia dimensão preocupante.

Claro que sei que tudo o que de mal acontece é responsabilidade do Governo, tudo o que de bom acontece é responsabilidade dos outros!

Claro que sei que se a emigração reduziu foi porque o Governo Regional não actuou, foi porque os Estados de destino fecharam as suas portas!

Claro que já estamos habituados a esses tipos de intervenção, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É a verdade, Sr. Secretário!

O Orador: Mas reafirmo como nosso grande objectivo, neste âmbito, a manutenção dos laços que ligam os Açorianos, os que ficaram e os que partiram, unidos por uma identidade cultural que há que preservar, mas nunca deverá impedir a integração e o decorrente aproveitamento de oportunidades no país de destino.

Como se faz? Desde logo, de forma tão simples como uma troca de cartas entre familiares, de formas sempre criativas, em que se privilegie o relacionamento e não a política do subsídio.

A experiência positiva já desenvolvida com acções como as que são descritas no Plano a Médio Prazo e que me dispense de reenumerar, dirigidas aos candidatos à emigração, aos emigrantes e aos regressados são bom pronúncio de que os nossos objectivos serão atingidos.

Passaria agora ao sector da Segurança Social.

É com natural satisfação - satisfação que dá entusiasmo para prosseguir e não satisfação

que nos vá fazer cair os braços - que refiro que os objectivos que temos demarcado para a nossa acção neste sector têm sido atingidos.

Em termos orgânicos, aproximámos os serviços dos utentes com um grande esforço de descentralização de serviços - têm os terminais locais a nível de freguesia - e com um grande esforço de descentralização de competências - quem está em cada uma das ilhas tem praticamente as mesmas competências, para execução da sua actividade, que aqueles que estão na sede.

Com isto não pretendemos uma organização de serviços melhor por uma organização de serviços melhor; pretendemos uma organização de serviços melhor para melhor servir e para melhor chegar aos utentes.

As prestações pecuniárias são pagas de forma rápida, são pagas de forma actual e temos feito, também, uma actualização periódica dos seus montantes.

Temos optado por manter o sistema de prestações do todo nacional, até porque talvez - eu digo este talvez com muita força - isso pudesse ser exigência da Constituição, mas também porque, em termos europeus e comparativos, o esquema nacional de Segurança Social, qualitativamente, é um bom esquema de Segurança Social.

Admito que algumas pensões, principalmente pensões, principalmente benefícios diferidos, são efectivamente de montante baixo. É por isso mesmo que nós temos tido muita atenção a esta situação.

Tive a oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não são mais altos porque não temos capacidade financeira para que sejam mais altos neste momento e, por isso mesmo, é que fomos à raiz do problema e não de remendo. Por isso mesmo é que a atitude corajosa do Governo e desta Assembleia - e convém que se diga - foi a de modificar o esquema dos rurais que era, (e que é!) a nível nacional, um dos grandes responsáveis por essa situação, que empurrou para a situação injusta de fazer com que os comerciantes, os trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores por conta própria, pagassem a Segurança Social dos rurais, que nunca pediram que isso fosse e foi feito, e que têm aceitado muito bem este novo esquema e têm aderido muito bem a este novo esquema, e os números também o demonstram, e o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt teve já a oportunidade de entrar em contacto com eles.

É assim que nós vamos conseguir que as pensões deixem de ser, efectivamente, pensões que nós também consideramos de miséria.

Por outro lado, temos feito - e já me referi aos rurais - um esforço de aproximação do regime único, numa grande concepção de ter,

realmente, um tratamento igual para situações iguais.

Referiu o Sr. Deputado Ivo Soares os problemas que temos com a atribuição de prestações aos grandes inválidos. É também uma das preocupações que temos e, por isso, é que está já legislação publicada para modificar o sistema que encontramos, porque o sistema que encontramos levou a, por exemplo, nós termos, em determinado momento, 6⁷ candidatos em Ponta Delgada a um regime de grande inválido, 7 em Angra e 900 no Pico.

Obviamente que alguma coisa não estava bem, mesmo partindo do princípio de que a população do Pico é uma população com um estrato etário, acima dos 60 anos, bastante elevado. Algo não estava bem e essa situação teve toda que ser revista.

Para rever essa situação, chegámos à conclusão que os profissionais em serviço no sector de saúde (os médicos) não teriam capacidade suficiente, em termos de disponibilidade de tempo, para fazer esse trabalho. E foi preciso puxar essa actividade para a área da Segurança Social que, agora, procurará fazer convenção com alguns desses médicos para determinação dessa situação dos grandes inválidos.

Ninguém melhor do que nós está interessado em que essa situação dos grandes inválidos tenha a resposta necessária e, para isso, é que existe o esquema. O que nós não podemos admitir é que uns à custa dos outros beneficiem de esquemas de grandes inválidos quando, muitas vezes, nem inválidos são, Sr. Deputado!

Temos também feito um esforço no sentido de ter em atenção a tal realidade que referi há pouco da nossa emigração. E em relação à nossa emigração, a Segurança Social também pode ter uma intervenção, e tem-natido, teve-a, nomeadamente, em relação ao Acordo de Segurança Social que foi negociado com o Canadá.

Os Açores tiveram a oportunidade de acompanhar a negociação desse Acordo, de fazerem sugestões e, portanto, acompanharem efectivamente o trabalho, e esse Acordo está feito.

Temos insistentemente pedido, e peço também aos Srs. Deputados que me possam auxiliar nessa tarefa, para que sejam abertas negociações também com os Estados Unidos da América.

Os Acordos em matéria de Segurança Social são fundamentais por causa, nomeadamente do problema da chamada "exportação de pensões", para que aqueles que resolverem regressar à sua terra possam ter, por um lado, a sua prestação e a sua pensão pagas na sua terra e, mais do que isso, possam acumular os tempos de desconto que fizeram no país de destino com os tempos de desconto que fazem no país onde nasceram.

Em termos da Acção Social os serviços estão hoje minimamente dotados. Nós encontramos

os serviços com uma Assistência Social, por exemplo, em Angra do Heroísmo, mas não é essa a situação que se verifica neste momento. Em termos de pessoal não é aquilo que nós gostaríamos que fosse (e está muito longe de ser aquilo que nós gostaríamos que fosse!) mas vamos, digamos, a meio caminho. E tem sido possível desconcentrar actividades, já não estamos só em Angra, em Horta e em Ponta Delgada, neste momento, inclusivamente, está uma técnica do Serviço Social preparando-se para ir para as Flores e, portanto, penso que, gradualmente, estamos a cobrir as necessidades que temos.

Por outro lado, não basta ter mais pessoal. Temos procurado fazer com que esses serviços (e temos conseguido!) sejam mais intervenientes.

Não basta termos as técnicas de Serviço Social e, depois, elas assumirem um papel passivo, como assumiram durante muitos anos, de esperar a procura, de serem um pouco aquilo - e eu digo isto não procurando desmerecer o trabalho que foi feito porque as pessoas estavam integradas em estruturas que pouco mais lhes permitiam fazer - mas as pessoas esperavam passivamente que as fossem procurar: eram um pouco aquilo que é conhecido por "as meninas da assistência".

E essa imagem que nós estamos a tentar desfazer, e a imagem não se desfaz se não houver uma acção diferente. A acção é que as pessoas trabalhem na comunidade, é que as pessoas façam um maior trabalho, baseado na iniciativa própria, e não na espera passiva de que as situações apareçam.

Em relação às Instituições Particulares de Solidariedade Social, o Governo Regional sempre reconheceu a sua grande importância e está interessado em que elas tenham a maior vitalidade possível. Farei alguns comentários, um pouco mais à frente, acerca disto e de algumas afirmações do Sr. Deputado Francisco de Sousa com o qual não posso concordar.

Para nós, as Instituições Particulares de Solidariedade Social são fundamentais porque representam o que de mais puro pode haver da emanção duma comunidade, duma vontade de ajudar a resolver os problemas dessa comunidade de uma forma perfeitamente desinteressada, de uma forma perfeitamente conhecedora da realidade de uma determinada comunidade.

Nem sempre é assim - e eu sei que nem sempre é assim - mas, quando é assim, é uma grande lição, quando é assim é uma grande forma de nos ensinar de como é que as coisas podem ser feitas. Não é uma intervenção de fora para dentro de alguns iluminados: é uma intervenção assumida pelos próprios que sentem os problemas.

É por isso que nós admiramos muito essas instituições, e é por isso que queremos que, cada vez mais, elas tenham condições para fazer

o seu trabalho.

Temos procurado que o nosso relacionamento com elas seja um relacionamento claro, seja um relacionamento baseado na mútua confiança, seja um relacionamento baseado num perfeito conhecimento do espaço que cada um de nós ocupa - quais os nossos direitos quais as nossas obrigações.

Não há hoje improvisação nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, penso que hoje não acontece o que há 10 anos acontecia de não se saber, em determinadas instituições com internamento, o que é que os idosos ou os jovens poderiam comer ou poderiam vestir no dia seguinte.

Há também uma nítida melhoria do equipamento das instalações e do pessoal existente e tem sido feito um esforço assinalável na reconstrução dos equipamentos colectivos, nomeadamente nas ilhas atingidas pelo sismo.

A informática foi introduzida, está a funcionar, está seguindo o seu plano de lançamento de novas actividades dia-a-dia, é um meio que na Segurança Social é indispensável e dela temos esperado muito, e ela tem-nos, efectivamente, dado muito.

Das acções a desenvolver eu gostaria de relevar a continuação do processo de procura de maior intervenção na comunidade, e indo com equipas multidisciplinares a alguns locais que nós não podemos deixar de reconhecer como "bolsas de pobreza". Há, efectivamente, na Região algumas áreas populacionais onde há desequilíbrios sérios sob o ponto de vista económico-social.

É difícil ultrapassar essas situações que, muitas vezes, têm na sua base questões culturais e situações desequilibradas por muitos anos; não é também fácil identificar claramente o problema porque o problema, muitas vezes, é um problema de habitação, é um problema cultural, é um problema de desenraizamento, é um problema de mau relacionamento familiar, mas isso não nos deve impedir de procurar desenvolver uma determinada actuação. Essa actuação penso que deve ser desenvolvida com equipas multidisciplinares em que participem enfermeiros, em que participem os médicos, em que participem os professores, em que participem elementos da comunidade, porque, mais uma vez, se isso não for assumido pela comunidade, nós não teremos, com certeza, sucesso no nosso trabalho e, essencialmente, e acima de tudo, não queremos criar dependências.

E poderia a este respeito utilizar uma frase que me parece muito feliz, que não é minha, mas aquilo que nós gostaríamos de fazer era que "a ajuda ajudasse a dispensar a ajuda", ou seja, não vamos criar pessoas que passem a viver na dependência da Segurança Social: vamos tentar dar a essas pessoas condições para

que elas possam, elas próprias, depois, responder às situações em que vivem e que se lhes deparam.

Quanto às prestações, o nosso grande objectivo é manter o trabalho que foi feito, continuar a desenvolver a informática e alargar a nossa acção contra a fuga e a fraude, dentro daquele princípio que, por um lado, a fuga e a fraude são indesejáveis até por motivos éticos, morais, mas, por outro lado, porque a fuga e a fraude é uma situação que a todos prejudica, ou seja, quem foge ou quem engana a Segurança Social está a prejudicar os seus vizinhos que beneficiam do mesmo sistema de Segurança Social.

De qualquer forma, também aqui, gostaria de realçar o alto nível de cobranças que se verifica na Região, ou seja: é, efectivamente, a Região do país onde esse nível de cobranças é mais alto e onde há o menor montante de dívidas à Segurança Social. Isso deve-se, com certeza, também muito ao nosso esquema de serviços descentralizados.

Nós temos vindo gradualmente a fazer aproximar as nossas receitas das nossas despesas e, em relação às despesas realizadas na Região, elas estão, neste momento, equilibradas.

Quanto às Instituições Particulares de Solidariedade Social, nós vamos continuar a aperfeiçoar o relacionamento com as mesmas e a procurar um equilíbrio, que é uma procura constante, entre a tutela e a tendência que há sempre de, depois, sermos donos das coisas. O Estado não é dono das Instituições Particulares de Solidariedade Social: o Estado deve acompanhá-las, deve articular a sua acção com essas instituições.

De tudo o que ficou dito acerca das Instituições Particulares de Solidariedade Social, eu penso que, aqui, só é devida uma justa homenagem a essas instituições e, nunca, classificá-las como "abomináveis", Sr. Deputado Francisco de Sousa!

Com certeza que foi uma palavra muito forte, saída num momento, mas foi a palavra dita, e parece-me que elas, efectivamente, não são "abomináveis": são antes louváveis, para fazer rima.

Foi também, aqui discutida a questão de saber até que ponto as direcções das instituições podem assegurar uma resposta técnica.

Bom, eu devo dizer - e isto veio tudo a respeito dos jardins de infância - que os jardins de infância tutelados pela área dos Assuntos Sociais, e penso que os outros também, têm uma direcção técnica - ou, pelo menos, estão os mecanismos criados para que a tenham - e aquelas questões relacionadas com o funcionamento do dia-a-dia dos jardins de infância são acompanhadas pela direcção técnica - por uma educadora

de infância que para esse efeito é nomeada.

Por outro lado, a direcção é formada por elementos essencialmente eleitos que são ou pais ou avós de crianças e que, portanto, se for encontrado - e em 90% dos casos tem sido encontrado - um entendimento entre a direcção técnica e a direcção, penso que estamos perante um passo conseguido daquilo que o Sr. Deputado tanto defendeu aqui nesta Assembleia, que é uma gestão participada. É, efectivamente, uma forma acabada de gestão participada.

Por outro lado, vamos ter que fazer - e estamos a trabalhar nisso - uma revisão da forma de articular o esquema das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o esquema particular e com o esquema público, mas articular. Eu tenho sempre três cuidados muito presentes na minha cabeça: o primeiro é o cuidado com a estatização; o 2º é o cuidado com o monopólio de intervenção, e o 3º é o cuidado com os modelos predestinados.

Não gostaríamos, efectivamente, de cair em situações de unicidade mas, sim, em situações de unidade.

Nós vamos tentar articular, fazer com que as coisas funcionem como um todo, que procurem os mesmos fins, mas não obrigar a que todos sigam o mesmo modelo: sejam todos públicos, ou todos privados, ou todos de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Não vamos, com certeza, nacionalizar.

Quanto ao esforço que tem sido feito em relação às instituições existentes, e que nós temos acompanhado, gostaria de salientar a nossa grande opção pelos chamados "equipamentos abertos", ou seja, reduzir ao mínimo as situações de internamento, nomeadamente, de idosos, acompanhar os idosos com centros de convívio, acompanhar os idosos com centros de dia, acompanhar os idosos com o apoio domiciliário - aqui no Faial, no Pico, em Santa Maria estão a ser feitas experiências muito interessantes de apoio domiciliário - e parece-me que são realmente a melhor solução para os idosos.

Nos casos em que o internamento seja indispensável, temos que ter condições, nas nossas instalações, para que não sejam armazéns de velhos, para que sejam sítios onde se viva com um mínimo de dignidade.

É isso que se está fazendo, já se fez em várias ilhas desta Região, está-se a começar a fazer na Ilha do Pico, vai-se fazer na Ilha Graciosa, temos um lar em Ponta Delgada para abrir, está-se fazendo na Terceira, está-se fazendo na Horta, está-se fazendo, afinal, um pouco em todas as ilhas da Região.

Quanto à área da juventude, e também em relação ao internamento, penso que o trabalho

feito tem dado os seus frutos e, mais ou menos também, todas as instituições da Região já receberam o nosso apoio e têm, neste momento, já condições de resposta muito diferentes das que tinham há alguns tempos atrás.

E eu não posso resistir a contar um pequeno caso que mostra como o espírito, em relação a essas instituições, mudou. Todos nós sabemos, e isso não é ofensa para ninguém nem me parece que isso seja sequer ofensivo, mas todos nós sabemos que as instituições de juventude femininas, há alguns anos atrás, eram um viveiro de empregadas domésticas, ou seja, quem ia para uma instituição daquelas (coitada!) ou é porque tinha sangue mau, como se dizia, ou por outra razão qualquer e o que podia esperar da vida era efectivamente, na melhor das hipóteses, vir a ser uma empregada doméstica.

Neste momento, e numa conversa recente com um grupo de técnicas do Serviço Social, elas mostravam-se extremamente satisfeitas porque o sucesso escolar, numa determinada instituição desse tipo, tinha sido muito alto, o que revela uma visão completamente diferente da que existia até agora sobre estas questões.

Quanto aos deficientes, gostaria também aqui de formular algumas considerações.

Nós vamos procurar que os deficientes escolarizáveis tenham, cada vez mais, e seguindo a doutrina universalmente aceite, penso hoje, de que o ensino em relação aos deficientes deve ser integrado em relação aos escolarizáveis, vamos, com certeza, ter que mudar o esquema de funcionamento do tal Centro de Educação Especial.

Parece-me que o Centro de Educação Especial deu uma resposta, que ninguém pode negar, que é uma resposta importante, mas penso também que agora tem que actualizar os seus métodos e que já não faz sentido funcionar como funcionou - um edifício onde se concentram todos os deficientes.

Nós temos que tornar o Centro de Educação Especial como algo de apoio ao ensino integrado e às instituições, às escolas, onde existam deficientes, mas não pô-lo a fazer ensino directo - e é, aliás, essa a única maneira de cobrirmos toda a Região.

O Centro de Educação Especial teve os benefícios que teve mas, por outro lado, também cobriu muito circunstanciadamente Ponta Delgada, pese embora o esforço que tem sido feito no sentido de ultrapassar essa situação.

Portanto, penso que vai ser indispensável a esta Câmara discutir, a breve prazo, uma proposta que o Governo lhe submeterá, tentando equacionar esta situação de outra forma.

Quanto aos polivalentes e à construção de polivalentes eu gostaria de começar por dizer que é um processo em que

nós nos temos empenhado fortemente por aquilo que ela pode representar - de centro de animação sócio-cultural numa determinada freguesia e terminal de saúde e terminal de Segurança Social - portanto, em perfeita coordenação com aquilo que nós entendemos que deve ser a nossa política em matéria de Segurança Social e em matéria de saúde.

Mas só construímos polivalentes onde há iniciativa para que eles se construam. Nós não impomos polivalentes de fora para dentro! E não o vamos fazer, por muita preocupação que tenhamos de fazer 10 em Ponta Delgada ou em S. Miguel, 5 na Terceira, 3 no Faial, 2 no Pico! Podemos fazer 10 no Pico e não fazer nenhum em outra ilha qualquer porque, onde houver iniciativa, é onde nós vamos investir e vamos apoiar.

A iniciativa não é nossa! A iniciativa é das instituições e elas têm que mostrar que têm capacidade para o fazer!

Recordo também que as Casas do Povo são, neste momento, instituições particulares. Acho que foi um passo importantíssimo, dado também aqui na Assembleia Regional, ao aprovar o seu estatuto.

As Casas do Povo, portanto, têm a sua vida associativa, têm eleições, elegem as suas direcções. Nós não temos usado o esquema das Comissões Administrativas. Que me recorde, temos, neste momento, duas Comissões Administrativas - uma talvez mais próxima do Sr. Deputado João Carlos Macedo - mas temos duas nesta Região em cento e tal Casas do Povo.

Só utilizamos Comissões Administrativas quando não há outra alternativa e, mesmo assim, viando preparar eleições e, nomeadamente no caso a que o Sr. Deputado se referia, estão preparando as eleições.

As Casas do Povo não vivem muito a política partidária, mas, nuns casos, acontece que a Junta de Freguesia é da oposição e a Casa do Povo é nossa, noutros casos acontece que a Casa do Povo tem mais elementos pertencentes ao partido do Governo e a Junta de Freguesia é do Partido Socialista e, enfim, umas vezes custa-nos a nós, outras vezes custa-vos a vós.

Penso, por outro lado, e respondendo ao Sr. Deputado Francisco Sousa, que vai ser possível, efectivamente, avançarmos este ano com os polivalentes de S. Sebastião, da Maia e, quanto ao Sr. Deputado Renato Moura, Ponta Delgada. É uma questão de projecto ou não projecto. Se tivéssemos o projecto avançaríamos este ano, e Fajã Grande está sempre nas nossas concepções, jágamos assim.

Procuraremos também fazer um pequeno acerto na nossa orgânica - na orgânica da Secretaria Regional na área da Direcção Regional de Segurança Social - porque me parece podermos

dar um novo passo no sentido de a adequar ainda mais à Região.

Quando herdámos os serviços de Segurança Social, era uma orgânica perfeitamente transposta do Continente - tipo distrital - para a Região. Eliminámos já isso, mas penso que é possível ainda ir mais longe e estamos a trabalhar nesse sentido.

Passando ao sector da saúde, eu gostaria também de tecer algumas considerações.

Vou começar por dizer que aquilo que recebemos toda a gente sabe: era muito mau; era organizado à imagem e semelhança do Continente, com uma tutela à distância, nomeadamente e normalmente insensível, feita por várias entidades que entrecrocavam entre si as competências; o sistema estava, salvo raras excepções, perfeitamente desactivado e vivia quase só para responder (quando respondia) a situações de emergência.

Às vezes esquecemo-nos, mas o que é certo é que, quando começámos a trabalhar, havia um médico na Graciosa, porque era militar e estava lá fazendo uma comissão; havia dois médicos no Pico, sendo um deles um médico que estava adiado do serviço militar porque estava a trabalhar no Pico, e por aí fora...

Portanto, essa situação não é, de forma nenhuma, a que se verifica hoje.

Começámos por fazer o levantamento da situação, que está feito; começámos por tentar organizar a Direcção Regional de Saúde, que tem carência de alguns técnicos numa área ou noutra mas que, enfim, corresponde; começámos por definir uma política, uma forma de actuação, com base no conhecimento da realidade; de definir espaços de actuação do que é que deve competir a uma Direcção Regional do que é que deve competir a cada um dos serviços porque, no sector da Saúde, a descentralização é fundamental - como penso que é nos outros sectores - mas, talvez, mais nítida nesta; e fazer com que cada um assuma as suas responsabilidades - a cada um as suas responsabilidades - ou seja, depois de definidos os espaços de actuação, não vamos nós estar a fazer o que compete aos médicos fazer, nem os médicos sabem fazer o que compete à Secretaria fazer - quem diz os médicos, diz enfermeiros, diz técnicos auxiliares de diagnóstico.

Isto nem sempre tem sido muito fácil, mas penso que não pode deixar de ser assim.

O pano de fundo da nossa acção tem sido baseado em 4 ou 5 pontos.

Em relação ao sector público, tornar os serviços de saúde mais eficazes e mais próximos da população, mais disponíveis, mais acessíveis, de mais fácil acesso, desburocratizados, substituir uma grande máquina burocratizante e burocratizada, que foi criada, por uma máquina mais leve e que permita um acesso mais humano do utente à instituição e um relacionamento mais

humano do profissional de saúde com o utente.

Por outro lado, uma grande preocupação que procuramos ir instilando na humanização da relação: penso que o profissionalismo não deve impedir que haja uma estreiteza de relação entre as pessoas - e no sector de saúde essa relação é fundamental porque os utentes da saúde não são coisas - os profissionais têm que dar alguma coisa de si, o sector tem muito a ver com a vida do dia-a-dia de uma comunidade e tem que haver um grande respeito pelos valores da comunidade açoriana, e não se pode tentar impôr coisas com que as pessoas não concordem, por muito técnicas que pareçam à primeira vista.

Vamos tentar também, e continuar, a tirar o maior rendimento possível dos meios disponíveis. Eu sou o primeiro a concordar e a aceitar que nós não tiramos todo o rendimento que podíamos dos meios, de pessoal, de instalações e de equipamento que temos. Temos que tirar, efectivamente, mais daquilo que temos. Isso consegue-se através de uma racionalização e sempre com a ideia de que ao aumento de meios tem que corresponder um aumento de resposta.

Isto nem sempre tem acontecido muito claramente, ou seja, se eu tenho mais meios na Região, tem que haver menos deslocações para o Continente, tem que haver menor demora média nos hospitais da Região, tem que haver consequências. E só há consequências se a essa maior introdução de meios corresponder um outro tipo de trabalho.

Tenho a impressão que essa correspondência não tem sido directamente proporcional, e penso que teria que ser cada vez mais directamente proporcional. Isto não quer dizer que, por exemplo, não estejamos satisfeitos com a demora em média nos hospitais da Região. A demora média nos hospitais da Região, que é um indicador da sua eficiência, digamos assim, é de cerca de 10 dias por utente internado, quando a do Continente é de 15 dias por utente internado, quando a da Madeira é de 12 dias por utente internado. Portanto, não é que isso esteja muito mal, mas poderia estar melhor.

Não se consegue desenvolver a actividade nas nossas unidades de saúde sem o envolvimento da população e dos profissionais.

Da população porquê? Desde logo, pela definição que na Constituição aparece de que todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover.

Esta definição pressupõe uma intervenção do próprio cidadão em relação à sua própria saúde. Isso corresponde, aliás, à admissão do conceito de saúde como um conceito amplo, ou seja, abandonar aquela ideia de que saúde é hospital, hospital é médico, médico é saúde.

Saúde não é, efectivamente, medicina.

Cada vez há mais consciência do carácter intersectorial do sector da saúde, e a ideia de que o sector da saúde tem que ser um projecto de todos e não um projecto dos médicos ou dos políticos.

Cada vez mais a saúde é admitida como sendo um resultado e, à medida que a resposta do sector vai melhorando, isto torna-se mais nítido - os condicionalismos exteriores, os condicionalismos exógenos assumem maior importância. E começa a haver problemas que escapam à actuação dos serviços de saúde e que resultam dos comportamentos dos indivíduos e das sociedades ou das comunidades: as doenças clássicas estão a regredir - aquelas que nós ouvimos que existiam há 20 ou 30 anos e de que as pessoas morriam, etc - e, por outro lado, estão a ser substituídas pelas chamadas "doenças da civilização" - hoje morre-se mais nos Açores, por exemplo, de acidentes vasculares cerebrais, do que de doenças de que se morria há 30 anos.

Isto muitas vezes é resultante da alimentação que se tem, daquilo que se bebe, da habitação em que se vive, das condições de vida que se tem, do nosso nível cultural, e, portanto, este conceito de saúde tem que estar cada vez mais na nossa mentalidade.

Isso equivale até a uma mudança de actuação dos serviços de saúde que se têm que virar mais para o exterior, que se têm que virar mais para a educação na saúde, mais para uma actividade preventiva. Portanto, quanto a isso, penso que é indispensável que aconteça.

E não esperemos que o sector de saúde escolar, respondendo muito bem, que deixa de haver problemas nas escolas, porque o sector de saúde escolar funcionando até muito bem em algumas das nossas ilhas, funciona muito bem aqui na ilha do Faial, por exemplo, mas não chega funcionar o sector de saúde escolar para nós termos crianças saudáveis, quer dizer, não exageremos nesta correspondência.

Por outro lado, é indispensável nós termos o envolvimento dos profissionais. Sem o envolvimento dos profissionais nada se transforma.

Um técnico da Organização Mundial de Saúde - cidadão da União Soviética por acaso - dizia há dias, numa conferência em Portugal, que o único sítio onde se tinha conseguido implantar centros de saúde de forma real tinha sido na Finlândia porque os profissionais de saúde tinham assumido o projecto e que, nos outros sítios, isso era muito difícil porque os profissionais de saúde não assumiam esse projecto.

Eu não quero levar isto tão longe como isso, mas não há dúvida de que isto é muito importante, de que os espíritos têm que mudar, que alguma coisa tem que mudar, que as chefias no sector da saúde têm que se assumir, que os profissionais têm que se assumir, que eles pró-

prios devem querer mudar alguma coisa e que não é o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, por despacho, que muda essa situação - embora possa fazer os despachos que permitam outro tipo de trabalho, obviamente.

Claro que há áreas em que nós não temos tradição nenhuma, e essa área da tradição do trabalho na comunidade é uma área em que nós, efectivamente, não temos tradição. As Misericórdias são seculares, existem há séculos, trabalham há séculos e, a nível de trabalho para o exterior, ele começou há 20 anos, ou coisa que o valha, e, portanto, não temos realmente grande tradição aí. É uma dificuldade que temos de ultrapassar e suponho que temos capacidade para a ultrapassar.

Acima de tudo, e a conclusão do nosso pano de fundo, é de que o que interessa são os cuidados de saúde - são as pessoas, não são os serviços nem os profissionais (esses são instrumentos), porque o grande fim e o grande objectivo são as pessoas.

Depois de definido este pano de fundo, nós temos desenvolvido uma actuação, e vou referir alguns sectores em que ela tem sido feita.

Gostava de começar por dizer - e isso sabem-no todos com certeza - que esta Região é especialmente difícil e cara de cobrir. Não é fácil cobrir uma Região com 9 ilhas, com ilhas com população tão díspar como é ter 130.000 habitantes ou ter 300 habitantes; é muito difícil cobrir, em termos de saúde esta Região; é muito difícil, em termos de saúde, articular os serviços de Saúde desta Região. É, efectivamente, muito difícil fazer isso!

Penso que, de qualquer forma - feita esta chamada de atenção que só deve contribuir para que nós nos ajudemos uns aos outros cada vez mais e que nos envolvamos cada vez mais na procura de soluções - gostava de dizer que o sector da saúde tem, na Região, 2.200 pessoas trabalhando nele, que a gestão desse pessoal corre normalmente, as pessoas estão integradas nos seus quadros, não há grandes problemas de profissionais e, aqueles que aparecem, temos procurado ir resolvendo, e não há, portanto, situações de grande efervescência a nível da actividade profissional dos profissionais, porque eles têm a sua situação profissional definida e integrada nos quadros em que deviam estar.

Temos feito um grande esforço em relação à fixação desses profissionais, mas não queria que também caíssemos aqui num equívoco. Acho que o esforço para a fixação dos profissionais do sector da saúde não se faz atribuindo mais 20 contos por mês... nem 50, nem 100, nem 200! Faz-se, para além de lhes pagar os ordenados que lhes estão estabelecidos quando eles trabalham para o Estado, criando-lhes condições de trabalho.

E quando eu falo em criar condições de trabalho, falo em instalações minimamente razoáveis, falo em equipamento minimamente adequado, falo na possibilidade de realização profissional dos profissionais, falo no tipo de trabalho que eles desenvolvem.

Posso dar um exemplo muito curto com que temos tido alguns dissabores: por exemplo, não contribuíamos com certeza para fixar os profissionais quando nós obrigávamos um determinado médico a ver 15 doentes em 2 horas!

Bom, aquilo era um "despacha" nos doentes, nem com certeza se olhava bem para a cara deles, com certeza que nem sequer se os mandava sentar, não havia qualquer relação humana entre as pessoas, e era um número nitidamente exagerado.

Baixámos uma média - não quero dizer que seja um número fixo - mas baixámos essa média para 7 doentes em 2 horas.

Mas alguma coisa tinha que mudar! E, nalguns casos, o que acontece é que o médico continua a ver os doentes em 5 minutos cada um, vê os 7 em 35 minutos e, depois, vai-se embora. Isso também não pode ser!

Portanto, tem que haver aqui uma certa articulação.

Essas são as condições de fixação que nós temos para oferecer às pessoas - são condições de trabalho para quem queira vir trabalhar connosco. Só está connosco quem quer, vem trabalhar connosco quem quer, quem não quer não vem, e, pronto, paciência!

Temos também feito um grande esforço em relação à formação do pessoal. E em relação à formação de pessoal eu gostaria de vos dar - e vou tentar ser muito rápido - alguns números que penso que são espectaculares e que são uma vitória de todos nós e que compartilharia convosco.

Nós tínhamos na Região, a nível hospitalar, em 1979, 84 médicos. Temos, neste momento, a trabalhar nos nossos hospitais 140 médicos. Portanto, nós praticamente duplicámos, em cerca de 3 anos, porque estes números são de Dezembro de 83, o número de médicos que estão nos nossos hospitais.

Houve um aumento de médicos especialistas de 46 para 55 dentro destes números que eu vos dei, mas o grande aumento é, efectivamente, a médicos em formação. Nós não só temos mais médicos a fazer o seu estágio de fim de curso como temos, neste momento, 42 internos fazendo a sua especialização, ou seja, nós temos, neste momento, 55 especialistas e 42 fazendo a sua especialização, ou seja, nós temos quase tantos a fazer a sua especialização como temos médicos no quadro.

Isto é realmente uma garantia para o futuro que me parece fundamental.

Dizia o Sr. Deputado Ivo Soares que, enfim, nestas coisas todas nós não temos responsabilidades, ou seja, que estas coisas acontecem por acaso. Ainda bem que é assim! Isso acontece porque temos médicos a mais neste País?! Não é verdade.

Nós temos mais médicos na área dos diferenciados e temos, efectivamente, investido na formação desses porque esses é que têm uma formação própria. Os clínicos gerais, infelizmente, não têm - e eu não concordo que eles não tenham e acho que eles deviam ter, mas não têm - e, portanto, nesses nós não podemos investir na formação a este nível académico, digamos assim, e, portanto, temos investido nos diferenciados.

Quanto aos clínicos gerais temos, neste momento, mais ou menos os mesmos clínicos gerais que tínhamos nos tempos de serviço médico à periferia, ou seja, nos tempos de serviço médico à periferia nós tivemos cerca de 100 médicos de serviço médico à periferia nesta Região, alguns deles trabalhando nos hospitais, e, neste momento, nós temos 80 clínicos gerais na Região. Esperamos que, com os concursos que nos prometem que se vão finalmente fazer até Junho deste ano, nós possamos ter a cobertura médica, a nível de clínicos gerais, que queremos.

Recordo aqui que, em termos de concursos de clínicos gerais, o concurso é nacional. Isto não tem nenhum azedume...

Deputado Ivo Soares (PS): Não os pus em causa!

O Orador: ... com o Ministério da Saúde - o Ministro da Saúde até é do Partido Socialista mas temos óptimas relações e devo reconhecê-lo aqui - mas espero que, efectivamente, os concursos sejam feitos com brevidade.

Gostaria de desfazer aqui uma ideia, que às vezes está muito presente, de que temos muito pouco pessoal de enfermagem - **temos pouco pessoal de enfermagem, mas não temos muito pouco pessoal de enfermagem.**

Nós devíamos ter, para cobrir os nossos quadros, cerca de 700 enfermeiros (mais concretamente 758) e temos, neste momento 526 enfermeiros. Portanto, temos 2/3 dos que são necessários quando, a nível nacional, essa proporção está metade por metade. A situação não está assim tão "atrapalhada", digamos assim, como isso!

Gostaria também de dizer ao Sr. Deputado Ivo Soares que sabemos, perfeitamente, quais são as nossas necessidades em pessoal nesta Região e neste momento.

Ontem poderá ter ficado a ideia de que nós não sabíamos bem de quem é que precisávamos - que era preciso fazer o levantamento de quem é que precisávamos nesta Região.

Ora, nós não precisamos fazer o levantamento de quem é que precisamos nesta Região porque nós temos o levantamento feito, tenho aqui números

- estão aqui comigo, aliás - e, portanto, sabemos perfeitamente quantos precisamos, nomeadamente a nível de médicos especialistas, embora aí deva reconhecer também uma dificuldade: é que as "ratios" que existem, a nível nacional, não coexistem entre si, são diferentes, a "ratio" da CEE é uma, a "ratio" da Organização Mundial de Saúde é outra completamente diferente (às vezes 8 para 80) o que nos abriga ao esforço de procurarmos nós, também, com a nossa experiência, saber o que é que é necessário nesta Região.

Gostaria também de dizer que, a nível de formação de pessoal de enfermagem, a evolução tem sido (felizmente!) espectacular e mantendo a qualidade de ensino. Não é fazer a evolução à custa da qualidade: é mantendo a qualidade de ensino!

Nós tínhamos nas Escolas de Enfermagem:

em 1981 - 77 alunos;

em 1982 - 105 alunos;

em 1983 - 140 alunos;

em 1984 - 162 alunos.

Como se pode observar mais que duplicámos ao longo deste período.

Nós tínhamos, em 1983, 42 técnicos auxiliares de análise, radiologia e outros técnicos auxiliares; tínhamos em 1984 69 técnicos, e, em 1985, vamos ter apenas 29 em formação porque, entretanto, 40 iniciaram a sua actividade por essa Região fora e em todas as ilhas da Região.

Penso, portanto, que, em termos da grande aposta que fizemos em relação ao pessoal, que é a sua formação, ela tem sido conseguida.

Gostaria ainda, por outro lado, de falar em relação à questão das listas de vagas de saúde pública - uma questão aqui levantada pelo Sr. Deputado Ivo Soares.

Várias insistências têm sido feitas - não sei se já faz um dossier deste tamanho - no sentido dessa situação ser regularizada.

O quadro dos médicos de saúde pública é um quadro nacional, nós temos o nosso quadro regional, que não está definitivamente feito porque só estará com os Centros de Saúde, mas também eu gostaria muito que essa situação fosse regularizada.

Quanto à criação do Instituto Regional de Clínica Geral, estão muito adiantados os contactos com o Instituto de Clínica Geral, procurando-se estudar as duas hipóteses existentes: ou ter um instituto próprio na Região, ou trabalhar em conjunto com os institutos que forem sendo criados no Continente.

Gostaria de dizer que outra área, sobre a qual nos temos debruçado, tem sido a área da gestão financeira, onde se tem procurado uma maior racionalidade - mais uma vez aqui está a ideia de que os abusos a todos prejudica - e temos procurado, e temos conseguido, a intro-

dução de um plano oficial de contas próprias para o sector da saúde.

Isto pode parecer pouco importante, mas quando o sector da saúde tem que gerir 3 milhões de contos, ou tudo isto é, efectivamente, muito disciplinado e muito determinado, ou nós vamos ter grandes perdas nesta área.

Eu tenho que vos dizer que estamos muito satisfeitos com a introdução do plano oficial de contas na Região porque, enquanto neste momento, no Continente, não há nenhum, ou há dois hospitais concelhios, tendo introduzido o plano oficial de contas - e os hospitais concelhios no Continente são muitos como sabem - nós, aqui, na Região, temos todas as nossas unidades de saúde trabalhando com o plano oficial de contas no sector da saúde. É um esforço que eu gostaria de salientar também aqui.

Claro que temos que, por outro lado, sensibilizar mais os profissionais para a questão das despesas no sector da saúde.

Eu gostaria de vos dar alguns números e, às vezes, se há algumas coisas que nós ficamos impedidos de fazer, é porque nos impedem de fazer, ou seja, em 1983, de 2.440 mil contos gastos no sector da saúde, passaram pela caneta do médico, digamos assim, 952 mil contos - bastante mais de 1/3.

São situações que nós não temos nada que controlar. Se o médico diz que a pessoa tem que ir para o Continente, a pessoa vai para o Continente; se o médico diz que a pessoa tem que fazer análises, a pessoa faz análises; se o médico diz que tem que comprar medicamentos, a pessoa compra medicamentos; se diz que a pessoa tem que fazer radiografias, a pessoa faz radiografias.

Agora, se destes 952 mil contos for possível poupar 10%, nós construímos mais um Centro de Saúde, porque pouparamos, assim de repente, 90 mil contos!

Portanto, é um aspecto que temos todos que ter em atenção e que, enfim, através de conversas como esta e como outras, iremos procurando sensibilizar as pessoas para problemáticas deste tipo.

Temos feito também um grande esforço de investimento, que está à vista de todos, e agrada-me ver que isso é reconhecido, em equipamento e em instalações.

Claro que temos que fazer opções porque as nossas possibilidades não são ilimitadas. Por exemplo, nas opções que temos feito, é, quando estamos a fazer um grande investimento numa determinada instalação, não fazemos em equipamento; quando estamos a fazer investimentos em equipamento não o fazemos em instalações.

Em relação aos hospitais em que os investimentos são mais maciços, inclusivamente em termos de medicamentos, que estabelece as prioridades são os profissionais de saúde e

não a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e, portanto, se se compra um armário ou um fogão industrial em vez de se comprar um ampliador de imagem para o bloco cirúrgico, a opção não foi da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais!

Acho que um é tão necessário como o outro e as pessoas que trabalham com as coisas e com as realidades é que têm escolhido, é que tem que assumir essa responsabilidade...e vão continuar a assumir essa responsabilidade.

Gostaria também de dizer uma palavra acerca do Hospital da Horta. O Hospital da Horta teve um período de início de actividade que eu não posso deixar de classificar de espectacular e que resulta do grande esforço que aquela gente fez ali.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro: para se realçar as dificuldades do Hospital de Angra, não é preciso "pôr de rastos" o Hospital da Horta!

O Hospital da Horta está, neste momento, em instalação, tem, efectivamente, material encaixotado e tem equipamento que até ainda nem chegou à Região. Temos porém, de reconhecer o grande esforço daqueles que trabalham no Hospital da Horta, temos de reconhecer que é a taxa mais alta de ocupação deste país a que tinha o Hospital da Horta - tinha 82% de taxa de ocupação quando um hospital que tem tantas dificuldades como é o Hospital de Ponta Delgada tem uma taxa de ocupação, por exemplo, de 76% - tem conseguido ter mais consultas externas, em termos relativos de consultas de especialidade, do que os Hospitais de Angra e de Ponta Delgada e, portanto, o Hospital da Horta merece todo o nosso empenho, todo o nosso apoio e, a partir do momento em que ele foi construído, depois de amplos debates, nesta Câmara, por exemplo, e a nível público, a nossa obrigação é pô-lo a funcionar. É isso que vamos fazer e é isso que temos feito!

Quanto aos outros hospitais, temos feito um grande esforço de investimento, nomeadamente no Hospital de Angra que tem obras a decorrer - ainda este Conselho de Governo aprovou agora a adjudicação da sua conservação exterior que na verdade, está com um aspecto bastante degradado, o que não é de estranhar porque penso que nunca terá visto tinta desde que foi inaugurado - e estamos a corresponder ao grande desafio que é a construção de um novo hospital em Ponta Delgada. Penso que isso tem sido amplamente debatido, apenas refiro-me a isso, até porque me estou a alongar demasiado.

Quanto a outros investimentos, temos procurado que os investimentos se façam de forma equilibrada entre a área dos cuidados primários - portanto, aquilo que vão ser os Centros de Saúde - e a área dos cuidados diferenciados;

dizer não à escalada tecnológica porque, se formos a corresponder a todos os equipamentos que vão aparecendo no mercado - já há equipamentos no mercado que custam 500 mil contos e, portanto, não podemos corresponder à escalada tecnológica, até porque, afinal, esse equipamento de 500 mil contos, numa Região como a nossa e pequena como a nossa, serviria duas ou três pessoas, quando um investimento de 500 mil contos pode ser, nesta Região e no sector da Saúde, muito mais rentável que isso. Portanto, as pessoas que tenham o azar de precisar de um equipamento que custa 500 mil contos para servir dois ou três nesta Região, vão ter que continuar a ir ao Continente, vão ter que continuar a ir ao estrangeiro, desejavelmente o mínimo possível para o estrangeiro porque, ainda agora, está uma doente nos Estados Unidos da América que até ao momento já custou 15 mil contos à Região - mas, também, em relação ao estrangeiro, se é preciso mesmo ir as pessoas vão, mas se não é preciso ir as pessoas não vão.

É, portanto, fundamental uma grande responsabilização de todos em relação a esta questão dos investimentos, e ela vai continuar! Estamos a cumprir o nosso programa de construções, os projectos têm sido entregues em tempo, já foi adjudicado o Centro de Saúde do Nordeste, vai ser adjudicado o Centro de Saúde da Calheta, quanto ao Centro de Saúde de Vila do Porto o seu projecto é-nos entregue a meados deste ano, está a decorrer o projecto para S. Roque do Pico, a Escola de Enfermagem de Angra vai-se construir e, portanto, penso que, a este nível, as coisas estão a correr bem.

Gostaria também de fazer aqui uma referência à investigação. É outra área em que nós temos investido, principalmente na situação sanitária das águas da Região. Temos dado conhecimento do estado sanitário das águas às Câmaras Municipais, a Secretaria Regional da Administração Pública tem, num dos seus programas, um apoio muito grande a essa actividade - ao investimento nas águas - mas não vamos é, com certeza, apoiar a investigação para fazer curriculum e para agradar a duas ou três pessoas. Vamos apoiar a investigação que possa tirar resultados!

Temos feito também um grande esforço para nos conhecermos. Quando eu digo conhecermos-nos, quero dizer um grande esforço para sabermos como é que as coisas andam a nível de serviços de saúde, através de informação - só pode fazer gestão quem está informado.

Neste momento estamos informados, temos números praticamente sobre todas as realidades no sector da Saúde nesta Região, números que nos permitem, por exemplo, dizer que em 1983 saíram da Região 2992 doentes, para onde é que foram, porque é que foram, que um foi da Horta

por causa de neurologia, que outro foi por causa de alergologia, que outro foi por causa de acidentes vasculares cerebrais, etc, o que nos permitirá até aumentar a nossa capacidade de resposta

ou criar a nossa capacidade de resposta onde ela se mostra mais necessária e não fazer, portanto, - que é uma coisa que recusamos a fazer - uma "política de remendo". Mais vale não fazer uma resposta pontual do que estar a fazer constantemente respostas pontuais - as questões têm que se resolver de fundo e não pontualmente.

Para o estrangeiro havia abusos muito grandes. Neste momento acho que estão dominados. Em 1983 saíram da Região 5 doentes, por questões que penso que estavam mais que comprovadas e depois de um processo de análise bastante completo. Conhecemo-nos, portanto, neste momento.

Gostaria também de dizer que estão decorrendo bem os protocolos que temos celebrados entre os hospitais da Região e hospitais do Continente para três fins essenciais:

- Vinda de especialistas de fora à Região;
- Ida dos nossos doentes referenciados aos serviços desses hospitais do Continente;
- Formação dos nossos profissionais nesses hospitais.

Está decorrendo bem. Não tem a adesão que nós queríamos que tivesse, e que esperamos que venha a ter!

A Secretaria Regional fez a negociação política, digamos assim, encontrámos a plataforma com o Ministério da Saúde e, neste momento, a celebração dos protocolos é com os hospitais. Obviamente que nós seguimos essa celebração e vamos incentivar a que eles se façam, mas não atingiram ainda o montante que nós queríamos que atingisse.

Já estamos no terceiro passo. E o terceiro passo é o grande desafio, é o desafio da organização, é a criação dos Centros de Saúde.

E em relação aos Centros de Saúde, e a esta organização por cuidados primários e cuidados diferenciados, não desprezando a articulação de que é fundamental, nós já estamos a caminhar nela.

Dá-me ideia, às vezes, que toda a gente espera que os Centros de Saúde sejam criados por varinha mágica e comecem a funcionar no dia seguinte.

Não! Eu, há bocadinho, tive a oportunidade de dizer que eles só funcionam, neste momento, num país. Em Portugal não funcionam!

O Sr. Deputado Ivo Soares referiu que o Decreto 413/71 tinha criado os Centros de Saúde em Portugal. Não criou Centros de Saúde nenhuns em Portugal! Neste momento não há nenhum Centro de Saúde em Portugal, salvo uma ou outra excepção honrosa. Excepção porque, efectivamente, tem sido muito difícil a implantação deste novo

sistema de trabalho e nós queremos fazer as coisas com passos seguros - e penso que têmo-la feito com passos seguros - e temos caminhado no sentido de aproximar todos os serviços que actuam na área dos cuidados primários, em vez de uma pulverização indesejável.

Sr. Deputado, gostava também de lhe dizer que nós temos enfermarias de rectaguarda a funcionar nesta Região. Também estou de acordo que não devemos esgotar a capacidade do hospital com casos que não precisam de cuidados hospitalares, mas o Lar de S. Francisco na Horta é praticamente um enfermaria de rectaguarda, a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada tem, nas próprias instalações do Hospital, uma enfermaria de rectaguarda e, em Angra, em frente ao hospital, está a ser construído um Lar de Idosos que tem uma enfermaria de rectaguarda.

Os Centros de Saúde podem perfeitamente funcionar como enfermarias de rectaguarda, em relação a parte da sua capacidade, desde que perfeitamente limitada e definida, porque isso é uma área intermédia entre a Saúde e a Segurança Social, e os Centros de Saúde podem ter responsabilidades nessa área que nós estamos a procurar definir, até porque os Centros de Saúde, ou os actuais hospitais concelhios, neste momento, nesta Região, têm uma taxa de ocupação de cerca de 30% e, portanto, têm com certeza muito espaço disponível para usarem em termos de enfermaria de rectaguarda.

O regulamento dos Centros de Saúde, que está para ser publicado, contempla todas as ideias que aqui foram expandidas - grande incidência na educação para a saúde, na proximidade com o tempo, no médico de família, na equipe - e vamos, efectivamente, fazer Centros de Saúde experimentais - um com localização já definida na Praia da Vitória; outro, em princípio, numa ilha onde não haja hospitais.

Agora, gostaria também de dizer que nada impede que o regulamento dos Centros de Saúde seja publicado e que nós façamos experiências, ou seja, os Centros de Saúde não vão entrar em funcionamento todos ao mesmo tempo... nem com a publicação do regulamento dos Centros de Saúde.

Vamos, seguidamente, fazer o regulamento para os hospitais. Os hospitais começaram por ser um abrigo para moribundos, para loucos, etc., há alguns séculos atrás; depois foram centros de grande especialização, mas vendo toda a gente indiscriminadamente e perdendo, muitas vezes, a sua capacidade com gente que não devia estar a ver, que podia ser vista por gente menos diferenciada ou menos especializada, e, agora, naquela organização tipo pirâmide vamos, efectivamente, dar maior importância à diferenciação dos hospitais e à preservação

dessa diferenciação.

Os estudos para a implementação da informática estão muito adiantados, e esperamos tirar proveitos deles.

Quanto ao exercício profissional, eu gostaria também de dizer que estamos muito preocupados e vamos fazer incidir o nosso esforço agora nessa área, na disciplina e na iniciativa dos profissionais.

Quando eu falo em disciplina dos profissionais de saúde, não me estou a referir apenas a questões do foro disciplinar, de processo disciplinar.

Não! Não é isso! Estou-me a referir a questões como cumprir horários, por exemplo, e, por outro lado, à iniciativa dos próprios profissionais na intervenção que têm que fazer - as pessoas têm que se assumir.

Temos também que melhorar os esquemas de informação da população e dos próprios profissionais.

Temos feito isso! Talvez menos com a população mais com os profissionais.

Claro que é com alguma mágoa que, às vezes, vemos as circulares da Secretaria Regional, que pretendiam fazer informação/formação de alguns dos nossos profissionais de saúde, amarradas por um barbante... e numa gaveta! Mas, enfim, não poderei ir lá ler as circulares pelas pessoas. Penso que elas têm normalmente interesse, são normalmente feitas por profissionais de saúde (por médicos, por enfermeiros) e havia utilidade em que as pessoas as lessem.

Eu procurei ir respondendo às perguntas que me fizeram e suponho que elas estão feitas de forma geral. Falou-se, também, em evacuação dos utentes, mas eu não me quero alongar mais. Lembrava apenas que uma chamada de helicóptero, neste momento, custa tanto, ou praticamente tanto, como um voo da SATA com 40 passageiros e, portanto, que é preciso ter cuidado af. Aliás, a Força Aérea tem-me chamado a atenção para isso várias vezes.

Penso, por outro lado, que a relação entre profissionais dos Centros de Saúde e dos hospitais, passa muito pela maneira das pessoas falarem: se dois colegas não são capazes de falar eu é que vou servir de telefonista?!

Em conclusão:

Dizemos "não" à actuação pontual e casuística, à política do remendo, ao acaso e à improvisação, como penso que terá ficado comprovado.

Temos dificuldades - toda a gente as reconhece, toda a gente as vê - mas sabemos para onde vamos e sabemos o que queremos.

Entre os resultados obtidos escolhi um que, pela sua importância, vos quero referir.

Não é por acaso que a mortalidade infantil, nesta Região, que foi, como vos dizia há pouco,

a mais alta da Europa há algumas dezenas de anos atrás - há não muitos, há 20 e tal anos - que era em 1979 de 38 crianças por 1000, é hoje de 19 por 1000 - é hoje em 1983, portanto, é há um ano e tal de 19 por 1000.

Estas coisas não acontecem por acaso, Srs. Deputados! Estas coisas acontecem porque há um trabalho sério e honesto no sector da Saúde, porque há um trabalho sério e honesto dos profissionais do sector de Saúde e porque há, efectivamente, uma melhoria no nível de vida das nossas populações!

Estes números são indesmentíveis! E se os Srs. Deputados sabem a importância que este indicador tem na vida para análise da evolução de uma determinada comunidade, sabem que, na verdade, em 4 anos isto é espectacular. Devo confessar-vos que eu próprio fiquei espantado.

Tenho muita pena, Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, mas isto destrói completamente os seus argumentos - que não se faz prevenção, de que não se faz acompanhamento de grávidas, de que não se faz acompanhamento de meninos - porque estes números não descem por acaso efectivamente.

Mais do que no sector da saúde, o mérito da acção dos nossos órgãos de Governo próprio, das nossas autarquias, está à vista. Isto é um esforço de todos!

Aos que demagogicamente afirmem que as condições de vida dos Açorianos não melhoraram sensível e globalmente desde 1976; aos que negam a evidência que é a melhoria sensível do nível dos cuidados prestados no sector da saúde, por mérito de todos, basta a eloquência da resposta dos números que vos referi. Nada tenho a acrescentar.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Ivo Soares pede a palavra para?...

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, eu pedia a palavra para um pequeno protesto. Não vou dizer que vou fazer esclarecimentos, mas tenho algumas coisas a dizer, uma vez que quando fiz a minha intervenção o Sr. Secretário não estava cá e não me pôde questionar e eu tenho que me defender um pouco uma vez que elas foram referidas agora.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda antes do protesto, também tenho que fazer aqui uma declaração de princípio. Já hoje aqui houve uma certa troca de galhardetes de confusão da profissão com o deputado.

Pela minha parte, sou médico, sou deputado com muita honra, muito prazer e orgulho-me muito nisso, mas não deixo de ser médico quando entro

aqui dentro e, portanto, além de deputado vou ser médico.

O meu protesto é em relação ao problema dos grandes inválidos. O Sr. Secretário Regional veio-me com o número de 9 para 900, o que é uma coisa realmente exagerada.

Nós, no Pico, temos uma taxa de envelhecimento de 80% e o Sr. Secretário sabe isso muito bem. Não podemos vir dizer isto para um lado e, por outro lado, depois dizer "gasta-se muito dinheiro no Pico". Só faltou dizer que era no Concelho das Lajes do Pico!

Mas também não é bem assim! Eu posso-lhe dizer que estou no Pico há 2 anos e fiz uma dúzia, ou pouco mais, de pedidos de subsídio para grande invalidez e estes são controlados por uma junta médica que, por acaso e por enquanto, se procede na Horta! O que está a acontecer, e eu referi isso pontualmente na minha intervenção, é que - e isto é verdade e eu tenho os casos na mão - estão a acontecer situações de velhinhos que morreram passados um ou dois meses em que foram feitos os relatórios de grande invalidez... e foram recusados! E foram recusados sem dizerem as bases em que tinham sido recusados.

Eu sei perfeitamente que há uma portaria que diz quais são as situações em que o subsídio de grande invalidez é atribuído e, inclusivamente, tem lá o aspecto médico.

Não podemos é dizer que vamos apoiar as famílias e, depois, fazerem-se coisas destas! Que se façam, mas, depois, quando nós pedimos às famílias para perguntarem às Prestações Pecuniárias por que é que isto aconteceu, respondem simplesmente neste sentido: "não foi atribuído porque não foram consideradas as condições", mas não as especificam. Isto não pode ser assim!

Eu posso-lhe mostrar isso depois, particularmente, se quiser, porque sabe que eu não ia levantar isto aqui se assim não acontecesse. Também não pôs isso em causa, é evidente.

Agora também queria fazer alguns pedidos de esclarecimento, mas não sei se posso...

Presidente: Então tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

O Orador: É verdade que nós sabemos que os profissionais da saúde que estão cá, estão porque querem.

Isso é evidente! Eu estou no Pico porque quero! Mas também nós sabemos, e temos que dizê-lo aqui também, que é uma realidade que estão a vir muitos internos de especialidade para os Açores, inclusivamente alguns até vieram uns anos antes trabalhar como clínicos gerais, para ficarem um ano, para entrarem no tal protocolo de que era mais fácil entrar para a especialidade - e eu por acaso sei (e sei pela pessoa mais responsável por isso) que se vai fazer um esforço no sentido de obrigar essas pessoas

a terem de efectuar o compromisso que têm quando entram para o protocolo e, por isso, eu também nem sequer pus isso em causa - mas nós sabemos que estas pessoas, que entraram para especialidades ao abrigo do protocolo, foi só para entrarem para a especialidade, nós sabemos isto - e pelas dificuldades que há a nível nacional.

Isto é verdade! Não vamos andar com coisas à volta disto, porque isto é uma realidade pura!

Um outro pedido de esclarecimento é em relação aos horários. É que, se os médicos não cumprem o horário nos hospitais, desculpe que diga, mas o problema é um problema da Secretaria: obrigue os médicos a cumprirem o horário! Não podem é obrigá-los a levar meia hora a ver um doente. Isso não podem porque, deontologicamente é impossível! Agora, cumprirem o horário, desculpe, mas tem que ser a Secretaria a verificar isso! Eu pessoalmente acho isso muito bem! Inclusivamente, se há médicos que fazem isso, pois abram-se os processos disciplinares e actue-se! Da minha parte tem todo o apoio.

Um dos grandes problemas mas, e isto é também dentro dos pedidos de esclarecimento - aliás, eu vi isso escrito nos pareceres dos sindicatos e levantou uma certa polémica - foi a intervenção, a responsabilização do utente nos serviços da saúde.

É evidente que eu compreendo perfeitamente que a maior parte da população até nem percebeu. Eu, pessoalmente, concordo, mas é evidente que para o utente se responsabilizar é preciso ser informado. E eu, quando referi isso na minha intervenção, até é mais fundamentalmente em relação ao grande público do que em relação aos profissionais.

Mas também é importante dizer que, fundamentalmente, e pelo menos de algumas coisas que eu já conheço aqui a nível dos Açores, muitos dos funcionários administrativos de atendimento ao público têm muitas dificuldades. Muitos deles, talvez os que estão com contratos a prazo, têm dificuldade de ir, por vezes, aos cursos que há.

Eu, por exemplo, tenho que louvar o papel da Secretaria da Administração Pública porque acho importante o ter lá, inclusivamente, um curso de atendimento ao público. Isso também é importante, e tem que ser dito!

Lamento foi que não tenha sido considerada a história dos grandes inválidos como uma coisa pontual. É uma questão pontual e é evidente que tem que ser vista!

Ainda em relação aos problemas das condições de fixação de trabalho dos médicos, é evidente que também foi referido pontualmente que o subsídio de fixação não é de 20 contos!

É evidente que não é um hotel! Mas há casas, e o Senhor vá ver a minha onde eu vivo,

e vai ver que realmente não tem uma grande dignidade. Provavelmente não tem nenhuma até, mas eu vivo lá porque quero e, inclusivamente, nem sequer estou a receber subsídio de fixação. Estou lá numa situação de aguardar o tal concurso, que foi aqui referido, e que também sei que a Secretaria não tem isso, nem na gaveta, nem em lado nenhum, porque isso é a nível nacional.

Mas o que é facto é que a nível dos centros urbanos - Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada - os clínicos gerais não têm nenhuma condições de trabalho. Você sabe que é assim! Eles fogem! Isto é real! E isto são cuidados primários?!

Agora, quando nós vamos dizer a seguir que se gasta muito dinheiro em análises, em medicamentos, etc, eu também aceito isso perfeitamente.

Eu sei que isso é verdade! Mas há que estruturar as coisas e há que investir hoje nos cuidados primários - e aí eu digo, e disse logo no início, que considerava o aspecto fundamental do Plano a Médio Prazo a filosofia dos Centros de Saúde - porque é investindo nos cuidados primários e preventivos que nós, daqui a 10 anos, vamos poupar, é evidente!

Agora, temos de ter em atenção é, por um lado, não podemos vir dizer que há determinadas ilhas que têm um índice de envelhecimento grande e, depois, dizer que elas gastam mais medicamentos do que noutro lado - por exemplo, comparando com Angra do Heroísmo ou Ponta Delgada que têm um índice de jovens muito maior, e onde a procura de consultas é totalmente diferente destes números.

Queria fazer uma chamada de atenção em relação aos problemas da emigração e aos problemas da fixação da juventude, não pondo em causa - não é esse o problema que eu quero levantar aqui - se há menos emigrantes e o porquê disso. Eu quero é chamar a atenção para as taxas de natalidade nos Açores, que são brutais em relação à média geral do país.

Porém, a tendência normal dessas taxas, até com a evolução dos cuidados de saúde primários - porque tem-se feito alguma coisa, e eu não disse que não se fizeram, pelo contrário, até têm-se feito coisas válidas e ninguém pôs isso em causa, nem ninguém disse que tudo isso se fez por acaso, como o Sr. Secretário também quis deixar a entender, só que (calma!) também não é tudo por medidas da Secretaria, as coisas não são bem assim - mas a tendência destas taxas é para diminuir e temos que ter cuidado porque, se é bem verdade que os casais tinham 3, 4 e 5 filhos, agora a tendência é para terem 1 ou 2.

Portanto, é muito importante ter isto em atenção porque isto, aliás, é a evolução normal.

Muito obrigado.

Presidente: Há mais três Srs. Deputados inscritos para protestos ou para pedidos de esclarecimento.

Eu desejava perguntar ao Sr. Secretário Regional se deseja responder a cada um ou se prefere responder em conjunto.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Prefiro responder em conjunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para pedidos de esclarecimento.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Congratulo-me com a forma com que V. Exa expôs aqui as linhas gerais da política da sua Secretaria Regional.

Eu queria apenas, se me permite, pôr aqui duas questões a V. Exa.

1ª - Para quando está prevista a inauguração das instalações e a sequente entrada em funcionamento, dos serviços de hemodiálise no Hospital de Ponta Delgada?

A 2ª questão não é bem uma pergunta, mas é talvez um alerta. V. Exa. entenderá, enfim, a forma de equacionar esta questão.

- Foi tido em conta, no projecto do novo Hospital de Ponta Delgada, a situar no lugar da Grotnha, o facto de uma parte significativa das instalações, quem sabe se enfermarias, estarem viradas, mesmo viradas, para o cemitério de S. Joaquim?

Não acredito, Sr. Secretário, que isto sirva de factor psicológico para a recuperação dos doentes.

A menos que o projectista tenha ainda a intenção de construir uma passadeira rolante, que transporte os falecidos, directamente do hospital para a cova!

Desculpem o humor negro, mas é uma preocupação que está a espalhar-se em S. Miguel e, no caso concreto, em Ponta Delgada.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Decq Mota pede a palavra para?...

Deputado Decq Mota (PCP) Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. secretário Regional:

Eu disponho de muito pouco tempo - não posso entrar neste debate, nem é essa a minha intenção, o tempo que tenho já é pouco - mas queria fazer duas perguntas muito objectivas e concretas ao Sr. Secretário.

Uma delas refere-se à emigração. Recentemente, um Órgão de Comunicação Social divulgou um número elevado, tido como de pedidos de emigração feitos no Consulado dos Estados Unidos.

Eu queria saber se o Governo tem conhecimento desta situação e se o número apontado que, salvo erro, anda pela casa dos 7.000, ou coisa assim, é verdadeiro ou não.

2ª questão: toda a política de saúde da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assenta agora (e a meu ver bem!) na questão dos Centros de Saúde.

V. Exa. informou aqui que o regulamento sairá em breve. É claro que esta questão dos Centros de Saúde poderia, efectivamente, permitir muitas considerações, e o funcionamento do sistema de saúde vai depender muito dos Centros de Saúde, mas, neste momento, gostaria de perguntar só se pode adiantar uma data precisa para a entrada em vigor ou a publicação desse regulamento.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tem a palavra.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para alguns pedidos de esclarecimento. E o primeiro relaciona-se, de facto, com o aspecto da emigração, que foi já colocado pelo Sr. Deputado Decq Mota.

Eu não ouvi bem o teor da sua pergunta e, portanto, porque não estou esclarecido, vou fazer a pergunta em função da minha própria dúvida.

Tem-se emigrado nos Açores, já se emigrou mais, hoje emigra-se menos, mas o facto é que se continua a emigrar!

A pergunta que eu coloco é a seguinte:

- Em termos da estatística apresentada, em função dos que já emigraram, o Governo Regional possui algum trabalho estatístico em função do número de pedidos por parte dos Açorianos para emigrar? Se sim, qual o número; se não, porque não?

Passando à 2ª questão, existe, como o Sr. Secretário Regional sabe, uma lei da Assembleia da República que confere o direito ao acompanhamento de crianças, internadas nos serviços de pediatria, por parte dos pais. Essa lei refere expressamente que, em função de futuras construções hospitalares, deve ser levado em linha de conta as instalações necessárias para dar cumprimento a esta disposição legal e que, em relação aos hospitais existentes, deveriam introduzir, de imediato, as alterações que permitissem o acompanhamento das crianças pelos respectivos pais.

Após este preâmbulo, eu faço três perguntas ao Sr. Secretário Regional:

1ª Em função do projecto para a construção do novo Hospital de Ponta Delgada, foi, ou vai ser levada em linha de conta, essa condição?

2ª - Em relação ao Hospital da Horta

- e esse já não falo no projecto porque está construído - foi levada em linha de conta precisamente as instalações que permitam aos pais acompanhar as crianças no serviço de pediatria?

3ª - Em relação ao Hospital de Angra do Heroísmo, que era um hospital já existente, e que, aliás, deu origem a um requerimento que eu dirigi a V. Exa. e do qual recebi a resposta e cuja resposta, se bem me lembro, e o Sr. Secretário também, é que não estava sendo dado cumprimento à lei da Assembleia da República no Hospital de Angra do Heroísmo, não se permitindo como tal o acompanhamento dos pais às crianças internadas, porque não havia condições, embora a lei dissesse que se deveriam ter introduzido, mas não havia condições nessa altura. Tanto quanto estou informado, neste momento já é permitido o acompanhamento dos pais às crianças internadas no Hospital de Angra do Heroísmo no serviço de pediatria.

Há poucos dias passei por lá, e, de facto, não verifiquei que se tivessem introduzido algumas alterações. A única coisa que eu verifiquei é que, no tempo em que não era permitido o acompanhamento dos pais das crianças lá internadas, estava em funções de serviço determinado pediatra. Neste momento, em que já é permitido, já não é esse pediatra mas, sim, outro pediatra.

Portanto, pergunto se as alterações foram em função da vontade dos médicos então em questão, porque alterações eu não as vi.

Outra pergunta, que não é propriamente uma pergunta mas um aparte, relaciona-se com as médias de internamento que rondam os 10 dias.

Faz-me lembrar, de facto, a história que se conta, em termos estatísticos, de que se entre 100 pessoas 50 comerem por dia uma galinha, estatisticamente as 100 comeram meia galinha.

No caso da capacidade de resposta dos serviços médicos hospitalares, nomeadamente em especialidades médicas, no caso concreto, por exemplo, do serviço de consulta externa no Hospital de Angra do Heroísmo, eu tenho conhecimento de um cidadão que foi à consulta externa para solicitar uma consulta de oftalmologia para os seus filhos - estamos no mês de Março, esse pedido foi feito em Janeiro e eu tenho aqui os recibos para a consulta que, sendo pedida em Janeiro, está marcada para o dia 26 de Junho.

É um cidadão funcionário público e que, como tal, se recorresse através de consulta externa teria este serviço gratuito. Como foi marcada para para 26 de Junho, pedida em Janeiro, o certo é que já não necessita deste serviço porque, o que era tão difícil de acesso na oftalmologia

pelo Hospital de Angra do Heroísmo, conseguiu em 2 ou 3 dias no consultório particular, precisamente do mesmo médico especialista.

Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento dos problemas que se verificam no Hospital de Angra do Heroísmo no serviço de radiologia, por exemplo. É de facto uma coisa que todas as pessoas perguntam e se interrogam.

- Por que razões é que o equipamento de radiologia no Hospital de Angra do Heroísmo está constantemente avariado, e se não está avariado é porque faltam os produtos necessários a fazer as radiografias, e que se leva meses à espera dessa radiografia?

No entanto, consegue-se executar essa mesma radiografia, rapidamente, no consultório particular do especialista em questão!

São situações que, de facto, não se compreendem.

Quanto à questão final do Sr. Secretário Regional, que referiu a evidência da qualidade de vida que hoje em dia se verifica, eu penso, Sr. Secretário Regional, e desculpe, que a demagogia é sua, porque, se a qualidade de vida melhorou como se diz, é um facto que hoje nos Açores nunca se passou tanta fome como se está passando neste momento e é o próprio Governo Regional que reconhece a existência dessa situação...

(Protestos da bancada do Governo)

...situações de fome que já deram origem à elaboração de um diploma para acorrer a situações específicas neste caso.

Presidente: Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, eu queria chamar-lhe a atenção que lhe concedi a palavra para pedidos de esclarecimento.

O Orador: Tudo isto é esclarecimento!

Presidente: Estão inscritos mais dois Srs. Deputados, mas os nossos trabalhos estão interrompidos, dada a hora a que chegámos, e continuarão às 3 horas da tarde.

(Eram 13.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que retomassem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Os trabalhos recomeçaram às 15.00 horas, presididos pelo Sr. Deputado Reis Leite)

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. deputado Dionísio de Sousa para pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não são pedidos de esclarecimento; é só um pedido de esclarecimento breve. Corresponde, aliás, a uma referência breve, feita pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, a um problema complexo mas para o qual foi usada

uma argumentação que me pareceu bastante frágil, em relação ao aumento ou não, à possibilidade ou não de aumento, dos quantitativos de determinados benefícios da Segurança Social relacionados com benefícios deferidos - pensões.

Foi feita uma breve alusão à possível impossibilidade constitucional de fazer esse aumento, ou essa diferenciação, em relação ao todo nacional.

O argumento pareceu-me não muito fundamentado, uma vez que a Região, sem quaisquer problemas constitucionais, conseguiu fazer uma diferenciação qualitativa muito mais acentuada quando fez a integração, ou a quase integração, dos rurais no esquema geral da previdência.

Eu gostaria de ver esse problema um pouco mais desenvolvido e o assunto um pouco mais esclarecido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para responder aos pedidos de esclarecimento que foram feitos.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às questões que me foram postas e que respondo com muito gosto - aliás, tentei durante a minha intervenção dar a noção, que penso que os Srs. Deputados assumem, de que essas questões do sector da saúde não são questões exclusivamente do Secretário Regional, antes pelo contrário, são questões de toda uma população, são questões em que os Deputados inclusivamente podem ajudar muito - eu procuraria responder agora às questões que me foram postas.

Quanto a uma questão prévia, eu gostaria de dizer que a minha intervenção - e em relação ao Sr. Deputado Ivo Soares - é uma intervenção acalorada de quem, enfim, acredita pelo menos naquilo que está a tentar fazer; que sabe que tem ainda muitos problemas mas que pensa que a via é a correcta, e que nunca teve, durante toda ela, nenhum alvo especial, nenhuma consideração especial em relação a uma determinada zona da Região especial, a nenhum profissional em especial e, portanto, gostava que isso ficasse aqui bem claro.

Gostava também de dizer que o trabalho que foi feito, nomeadamente traduzido nos números da mortalidade infantil mas também em muitos outros, é um trabalho que se deve com certeza à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, mas que se deve, também, a todos os profissionais, que se deve às autarquias; que se deve a outros elementos do Governo Regional e, portanto, não é um trabalho que eu, de forma nenhuma, queira, de forma oportunista, fazer render a favor da Secretaria dos Assuntos Sociais. É um trabalho de todos e eu gostaria de salientar isso aqui. Quanto aos grandes inválidos, devo dizer que

é, efectivamente, um dos grandes problemas.

Eu começava por contar um pequeno episódio - e vou tentar ser muito rápido - que se passou na Casa do Povo da Criação Velha.

A Casa do Povo da Criação Velha, certo dia, resolveu afixar na sua porta principal uma listagem de todos os utentes dessa Casa do Povo que estavam com baixa por doença ou inválidos. E resolveu fazer isso porque chegou à conclusão que uma grande percentagem daqueles que apareciam como inválidos, efectivamente não o eram e mantinham a sua actividade tal como antes da declaração da sua situação de invalidez.

Portanto, Sr. Deputado, eu compreendo que nós temos que apoiar aqueles que têm direito a isso, mas também temos que combater aqueles que não têm esse direito! E, aí, tenho feito sempre um grande pedido de ajuda, tenho sempre clamado, digamos assim, por uma grande ajuda por parte dos profissionais de saúde, que são aqueles que nos podem dizer quem é que é inválido e quem é que não é; quem é que é grande inválido e quem é que não é, e, depois, nós pagamos a factura! Mas tem que haver realmente uma grande consciência nestas coisas.

Foi por termos a noção de que as coisas não estavam bem que tentámos alterar o sistema; foi por tudo isso que o Sr. Deputado disse - que há gente que tem e não devia ter e gente que não tem e devia ter - que nós tentámos alterar o sistema, e espero que este funcione melhor do que o anterior.

Quanto ao protocolo ao abrigo do qual tantos médicos nesta Região (44, salvo erro) têm feito ou estão a fazer a sua especialidade, eu penso que isso foi um grande passo em frente nesta Região, permite nós irmos responder em áreas que não se sonhava poder-se vir a responder a curto prazo, e penso que é mesmo a única forma de nós virmos a ter médicos especialistas em algumas áreas.

Devo dizer que penso que não é muito fácil esses médicos especialistas fugirem aos compromissos que têm com a Região por duas razões:

1ª - Porque está acertado com o Ministério da Saúde que eles não poderão concorrer para nenhum lugar da rede pública sem satisfazerem o compromisso que têm com a Região. E o compromisso que têm com a Região é a prestação de trabalho na Região três vezes em relação ao tempo da formação. O tempo da formação em média são 5 anos, portanto, esses profissionais estão obrigados a fazer 15 anos para a Região e não podem concorrer para outros locais da rede pública sem satisfazerem o compromisso que têm connosco.

2ª - É possível eles quebrarem esse compromisso, reembolsando a Região das despesas em triplo.

Ora, durante estes cinco anos em que eles desenvolvem a sua actividade, recebem cerca de 100 contos mensais, logo 1.200 contos anuais, logo 6.000 contos durante a sua formação. Para desistirem do compromisso que têm connosco, teriam que nos reembolsar em 18.000 contos. É possível em algumas especialidades... mas não é fácil!

Não se pode é tirar o mérito àquilo que significou esta possibilidade de formação nas áreas que mais importantes são para nós.

Quanto às condições de fixação, eu gostaria de dizer que, efectivamente, sei que há casas melhores ou piores nesta Região - nomeadamente em relação à casa das Lajes do Pico é exactamente por sabermos que as condições não são as melhores que estamos a pensar melhorá-las - e é tendo em atenção também a situação específica dos profissionais de saúde, que se faz em relação aos profissionais de saúde o que não se faz em relação a mais ninguém nesta Região, em termos de sector público ou sector privado.

Não creio que a maior parte dos profissionais desta Região tenha casa fornecida pela administração ou pelos proprietários das empresas onde eles trabalham?!

Portanto, é porque temos em consideração que há algumas condições que podemos assegurar, que tentamos assegurá-las!

Quanto à questão do trabalho dos clínicos gerais em Angra, Horta e Ponta Delgada, é efectivamente nesses locais - pelo menos em Angra e Ponta Delgada - que nós temos tido mais dificuldade em fixar clínicos gerais.

É difícil avançar explicações. Penso que uma das explicações possíveis é que, tradicionalmente, - e isto não é crítica, é uma apreciação - os médicos desenvolvem actividade privada para além do seu horário normal de trabalho; é mais difícil aos clínicos que estão em Angra e em Ponta Delgada desenvolverem essa actividade privada, e isso deve pesar um pouco na sua opção.

Por outro lado, tem havido uma certa dificuldade na articulação entre os clínicos gerais e os médicos hospitalares.

Foi apontado pelo Sr. Deputado e eu reconheço isso.

Passa muito pelos clínicos gerais, passa muito pelos médicos especialista e, efectivamente, temos que encontrar uma maneira dos médicos de clínica geral poderem acompanhar os utentes, que não os seus doentes, quando eles são internados num hospital. Talvez isso pese alguma coisa nas opções e, daí, que eu ache que temos que mudar as coisas.

Agora, quando um clínico geral opta pela carreira de clínica geral, não pode é pretender vir a ser médico hospitalar! Ele opta por uma carreira de clínica geral que é diferente da carreira hospitalar, e, portanto, ele não pode optar por uma carreira onde é essencial o trabalho na comunidade e, depois, pretender vir a fazer

aquilo que os médicos da carreira hospitalar fazem! Também temos que ser minimamente coerentes nesse aspecto.

Quanto aos horários dos médicos, é um dos aspectos sempre um bocado tratados - que os horários dos médicos não podem ser rígidos que muitas vezes trabalham a noite anterior, etc.

Eu não quero ser rígido! Eu queria era que os médicos, que têm o compromisso connosco de nos prestarem 45 ou 36 horas semanais que, efectivamente, nos prestassem estas 36 ou 45 horas semanais!

Também estou convencido que o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, ou quem trabalha nos serviços centrais da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, não pode colocar-se à porta do hospital, ou do Centro de Saúde, ou dos hospitais concelhios e verificar se o médico entrou às 8 e safu às 2, se entrou às 10 e safu ao meio dia. Os chefes, os directores clínicos dessas unidades, têm que controlar esses aspectos.

Não é só ser director clínico, como não é só ser Secretário Regional, como não é só ser deputado! Há responsabilidades que se têm que assumir a partir da altura em que se têm as funções e, no caso concreto dos profissionais de saúde, acho que os directores clínicos dos serviços têm que verificar isso e têm que acompanhar essas actividades.

Quanto à questão de nós impormos que demora-se x tempo ou y tempo a ver um determinado doente, nós não intervimos nisso, não é da nossa actividade, não é da nossa competência. Nós estabelecemos um tempo médio para cada utente, dizemos que em 2 horas devem ser vistos um mínimo de 6 ou 7 utentes, o que não quer dizer que sejam vistos 10 ou 12. O tempo não é tempo máximo nem é tempo limite! Portanto, se efectivamente, naquele dia se der o acaso de 5 minutos chegarem para cada doente, óptimo, quer dizer que ele pode ver pelo menos mais 10! Mas às vezes não é isso que é feito e foi também uma questão que eu não quis deixar de tocar.

Quanto à responsabilização do utente e de quem o informa, olhe, Sr. Deputado, desde logo quem o informa é o médico e o enfermeiro quando desenvolvem a sua actividade!

Eu já ouvi defender, e estou de acordo com quem o diz, que um profissional de saúde, em toda a sua actividade, deve ter sempre uma certa preocupação com a educação para a saúde. Portanto, sempre que vier alguém para o consultório dele, ou pela sala de tratamentos dentro, deve ter alguma preocupação de avançar um pouco mais para além da consulta circunstancial e que deve avançar alguns dados sobre educação para a saúde.

Além disso estou de acordo que é preciso desenvolver algumas campanhas de informação pública, nomeadamente aproveitando Órgãos de Comunicação Social, e talvez agora consigamos lá chegar. Veremos!

Quanto aos profissionais de saúde, temos tentado desta e doutras formas ir sensibilizando-os para estes aspectos, sempre que há uma oportunidade.

Gostaria de dizer que não estou de acordo quando me dizem que nós fazemos comparações com base em ilhas diferentes e com características diferentes. Por exemplo, no caso do Pico, quando nós fazemos comparações fazêmo-las entre os três concelhos. Não fazemos por exemplo, com a Ilha de S. Miguel! Fazemos comparações entre os concelhos das Lajes, S. Roque e Madalena. E, realmente, se os dados são muito discrepantes, nós não podemos deixar de tirar conclusões porque as percentagens de idosos nos três concelhos são "grosso modo" as mesmas - que se gasta muito dinheiro em análises escusadas é um facto; que se gasta muito dinheiro em radiografias escusadas é certo; que temos que estar atentos a esses aspectos pois temos.

Gostaria também de dizer que os benefícios que, efectivamente, se possam ter tirado nos últimos anos - e comecei logo por aí - de uma melhoria nos cuidados de saúde, não são devidas exclusivamente à acção da Secretaria, obviamente. Mas isso é um pouco a história do ovo e da galinha: não são só obviamente devidas exclusivamente à actividade da Secretaria como não são obviamente exclusivas da actividade dos profissionais, como não são obviamente exclusivas das autarquias ou doutras Secretaria Regionais! Temos todas as responsabilidades - e neste caso boas responsabilidades - que não nos envergonhamos de assumir nesse campo.

Quanto à questão ainda das taxas de natalidade e que, portanto, temos uma taxa de natalidade muito alta nesta Região, devo dizer que temos a média mais alta da taxa de natalidade do País, ou seja, enquanto que a taxa de natalidade no Continente por exemplo, anda á volta do 14.28 nascimentos por 1.000, a da Região está nos 19.79. Temos uma taxa de natalidade na Região verdadeiramente superior às verificadas no Continente.

É uma constatação, de facto, que nos dá algumas responsabilidades e que, por outro lado, nos dá esperanças em relação a algumas ilhas onde se verificam aqueles desequilíbrios que foram aqui referidos em termos de taxas.

Em relação às questões do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, perdoe-me que eu comece com uma pequena ironia, mas que pretendo que seja uma ironia saudável. E diria o seguinte:

Há determinados jornalistas no Continente - e penso que não aqui na Região Autónoma dos

Açores - que se dirigem a alguns políticos, fazendo algumas perguntas para a resolução de "como se pensa resolver alguns assuntos".

Os políticos respondem e dizem-lhes "nós pensamos desenvolver esta ou aquela acção" e, no dia seguinte, aparece uma local dizendo: "este é um grande problema e para o resolver devíamos fazer isto, aquilo e aquele outro..." e quando o político faz aquilo que já estava mais que previsto que se viesse a fazer, o jornalista diz "como dizíamos, finalmente foi resolvido como nós entendíamos que se fizesse, e a solução foi esta, foi aquela, foi aquela outra, como nós defendíamos".

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
É a verdade!

O Orador: Ora, às vezes, o Sr. Deputado dá-me ideia também de que faz um pouco "chover no molhado", ou seja são preocupações nossas, são coisas que se estão a resolver, a solução está indicada mas às vezes não temos a capacidade suficiente de chegar a ela no tempo que todos nós gostaríamos, mas não nos venham é dizer que se devia fazer isto, aquilo e aquele outro. Muitas vezes são coisas que nós próprios defendemos, que estamos fartos de batalhar para que elas aconteçam e, portanto, não posso deixar de fazer um certo paralelismo com a actuação desses jornalistas que (felizmente!) não temos nesta Região.

Quanto às perguntas concretas, sobre se se continua a emigrar, devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que até dos Estados Unidos da América se emigra, ou seja, a emigração não é um fenómeno exclusivo dos Açores ou dos Açorianos, a emigração não é um fenómeno exclusivo de países desenvolvidos ou subdesenvolvidos! A emigração é um fenómeno universal e - sem que isto pretenda ser piada ao Sr. Deputado Decq Mota - até da União Soviética se emigra...quando deixam! Às vezes não deixam... mas também se emigra!

Eu penso que se continua a emigrar e que a emigração não tem necessariamente uma conotação negativa. O fenómeno emigratório açoriano até é um fenómeno que eu acho que é defensável, que é a questão da agregação familiar, ou seja, há indivíduos que têm toda a sua família nos Estados Unidos e que partem para lá e vão-se juntar a eles.

Penso que, nesses casos, até é uma coisa salutar, aceitável e desejável até. Penso, portanto, que é a esse nível que está, essencialmente, a emigração açoriana neste momento - o que não quer dizer que venha até a piorar ou não venha a piorar. Mas o que é certo é que me parece importante, quando nós dizemos que aumentou, em 84.7% em relação a 83, que também se diga que diminui 90%, ou praticamente com um valor não significativo, em relação aos anos 60, senão tudo isto é adulterado.

Quanto ao acompanhamento das crianças e se isso está previsto nos projectos dos hospitais, obviamente que está, Sr. Deputado!

Em relação ao Hospital de Ponta Delgada, embora estejamos ainda na elaboração do programa, uma das questões que foi bem salientada é que gostaríamos que isso acontecesse - aliás, os técnicos que estão a trabalhar connosco não tiveram dificuldade nenhuma em o entender até porque no seu país, isso também é uma obrigação e, portanto, está considerado.

Em relação à Horta, passa a ter pediatra dentro de dias. Espero que também isso venha a acontecer, é algo que eu também defendo.

Em relação a Angra, espero também que com as novas obras, que vão permitir, nomeadamente à pediatria, ter mais área disponível para o seu trabalho, que isso venha a acontecer. É um dos nossos objectivos.

Também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que quando a Assembleia da República fez essa lei muito bonita a dizer que os pais deviam acompanhar os filhos - no campo dos princípios é mais que correcto e eu gostaria muito de acompanhar um filho meu quando ele estivesse doente e percebo perfeitamente o problema - o que não fez foi dar dinheiro à Região Autónoma dos Açores para poder adequar as suas instalações a essa obrigação criada, ou seja, criou a obrigação mas não pagou a obrigação. Mas vamos nós pagá-la, Sr. Deputado, com a tal ampliação dos blocos D e E do Hospital de Angra!

Quanto às médias de internamento e de dias de internamento e das galinhas, e que estas estatísticas são sempre muito falíveis, eu gostava de dizer ao Sr. Deputado que a média de dias de internamento, como as taxas de mortalidade infantil, como também o número de utentes que entram num hospital, pela urgência ou pela consulta externa, são indicadores universalmente aceites.

E nós temos de trabalhar com algum indicador e temos que trabalhar com algumas estatísticas! E trabalhando com os mesmos indicadores que trabalha o Continente, os nossos indicadores são efectivamente melhores - são melhores que os do Continente, são melhores que os da Madeira.

Isso não me alegra nada! Eu até gostava que os do Continente fossem melhores do que os nossos! Isso só me dava alegria!

Quanto à capacidade de resposta da consulta externa, da demora e do eventual choque da actividade pública e da privada, eu tenho dito publicamente várias vezes - e não viro a cara, digamos assim - que a actividade privada não se pode fazer à custa da actividade pública, ou seja, não se pode fazer consulta externa privada à custa do tempo que se deixa de prestar na consulta pública.

Tenho dito sempre e vou continuar a defendê-lo!

Claro que, nos casos em que temos um só especialista, é óbvio que as pessoas demoram tempo a obter a consulta que gostariam. No caso específico da oftalmologia no Hospital da Angra, até nem me parece que seja das piores situações porque, se nós temos, neste momento, 2 oftalmologistas no Hospital de Angra, esses 2 oftalmologistas no Hospital de Angra em 1983 deram 4.663 consultas! Nem sequer me parece que seja daqueles casos em que se foge a fazer consulta externa para, dessa maneira, beneficiar a actividade privada.

Agora, se nós temos 2 médicos oftalmologistas quando devíamos ter, para responder às nossas necessidades, 5 ou 6, obviamente que estas coisas depois não correm como nós gostaríamos que elas corressem!

Também não vamos impedir que os médicos, desde que não o façam à custa do sector público, deixem de desenvolver a sua actividade privada.

Quanto à questão da radiologia é um dos grandes problemas do Hospital de Angra. Temos sempre insistido, em todos os concursos que fazemos e com protocolos, que haja candidatos a radiologistas no Hospital de Angra. Temos só um radiologista no Hospital de Angra que não faz formação, e que está a trabalhar em part-time - part-time oficial, não part-time arranjado. Efectivamente, o vínculo dele com o Hospital de Angra é de part-time.

Lamento muito, mas não temos capacidade de resposta nessa área. Não temos e eu não o posso fabricar! Se o Sr. Deputado me der a receita, eu posso ensaiá-la! Não tenho problema nenhum nisso!

Quanto à questão de determinado pediatra autorizar eu não o acompanhamento das crianças pelos pais, há um aspecto, que o seu colega de bancada lhe poderá explicar, mas é o quanto os médicos são ciosos de todas as decisões que são decisões clínicas.

Não há Secretário Regional nenhum, nem Deputado nenhum, nem quem quer que seja, que possa interferir numa decisão clínica! Eu não posso interferir numa decisão clínica. E se o médico diz que uma determinada criança não está em condições para ter acompanhante, não é o político, ou não é o técnico, que vai dizer que isto é assim, ou que isto é assado, ou que isto é frito. Ele tem o seu âmbito de decisão, e no âmbito de decisão do médico eu não me meto - e vou continuar a não me meter - até porque eles é que sabem dessas coisas e não eu.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
Mas a lei previa as excepções!

O Orador: Quanto à questão das perguntas feitas pelo Sr. Deputado Jorge Cabral, a hemodiálise e a inauguração da hemodiálise tem sido uma das grandes batalhas desenvolvidas no Hospital

de Ponta Delgada. O equipamento está todo em Ponta Delgada, os profissionais estão formados e decorrem obras de recuperação das instalações - e o Hospital de Ponta Delgada, como sabem, tem grandes problemas de instalações - que penso que estão praticamente prontas.

As informações que eu tenho é que, durante este 1º semestre de 85, vai ser possível pôr o serviço em funcionamento.

Quanto ao Hospital de Ponta Delgada (futuro) e da eventual vizinhança do cemitério, até no programa prévio isso já está previsto.

Eu apreciei muito - aliás acho que a capacidade de humor é algo de apreciar sempre - mas efectivamente, mesmo nos estudos prévios, está previsto um tratamento - não sei se se pode dizer tratamento florestal mas está prevista uma cortina de árvores, ou coisa que o valha - espero que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas depois me ajude - para isolar e tornar mais airosa...

(Risos da Câmara)

... bem, tornar mais airosa toda aquela...
passadeira.

Quanto às perguntas postas pelo Sr. Deputado Decq Mota em relação à emigração e se há lista de espera ou não há lista de espera, e li os jornais como o Sr. Deputado leu, eu não tenho informações adicionais, e não me custa aceitar - até porque penso que as informações eram oficiais ou oficiosas - que, efectivamente, haja listas de espera de gente para ir para os Estados Unidos da ordem dos 7.000 ou 8.000 conforme li.

O único problema que eu tenho nesse aspecto é que eu não sei qual é a média normal de espera, porque dizer-se que há agora 7.000 pessoas à espera e tradicionalmente haver 1.000, pois isso é preocupante; mas se há agora 7.000 e sempre houve 7.000, pois é normal; se há agora 7.000 e havia 16.000, pois estamos melhores.

Portanto, eu não tenho, neste momento, dados que me permitam dizer se isto corresponde a um aumento de procura, a uma manutenção da situação, ou corresponde a uma diminuição ou a uma melhoria da situação.

Quanto aos Centros de Saúde e ao regulamento em breve, eu conto apresentar isso a Conselho do Governo neste 1º semestre. Está dependente de um parecer, que mais que parecer é uma ajuda do meu colega Secretário Regional da Administração Pública, e esperamos poder ter isso tudo afinado brevemente.

Eu gostaria aqui também de reafirmar que o projecto dos Centros de Saúde foi um projecto amplamente participado; quase todos os profissionais de saúde, pelos menos os mais representativos, com responsabilidades no sistema e já com um determinado grau na carreira deram

os seus pareceres; a maior parte dos pareceres foram acolhidos e, portanto, foi todo um trabalho amplamente participado e espero que, daí, decorra o sucesso que todos nós gostaríamos que eles tivessem.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Dionísio de Sousa em relação ao aumento de benefícios, nós temos feito aumentos de benefícios anualmente. O orçamento da Segurança Social não estica; o orçamento/despesa da Segurança Social é, neste momento e nesta Região, da ordem dos 5 milhões de contos. Se considerarmos que as despesas extra Segurança Social são de cerca de 11 milhões de contos, as despesas da Segurança Social da ordem dos 5 milhões de contos é algo de salientar e de ter em atenção.

Não estamos em condições de, quantitativamente, pura e simplesmente dizer: "as pensões, nesta Região, em vez de serem aumentadas 20% como no Continente, nesta Região são aumentadas 50%". Não estamos em condições de o fazer!

O que nós tentámos fazer, como eu também tentei explicar na minha exposição, foi passar alguém que estava em regime fracamente contributivo e fracamente beneficiário para situações em que têm melhores benefícios, portanto para o regime geral, também com outra contribuição.

Quanto ao argumento constitucional, efectivamente nós não temos problemas. Eu também fiz questão em afirmar que esse argumento constitucional era posto entre aspas porque, até agora, tem sido uma opção consciente. Nós temos optado por acompanhar o sistema nacional porque entendemos que o sistema nacional é qualitativamente um bom sistema.

Não quero dizer que se algum dia forem postas em causa as nossas opções de fundo, que nós não venhamos a alterar esse sistema!

Claro que, quando alterarmos esse sistema, também temos que ter em consideração uma determinada população flutuante, que não pode estar dependente de grandes variações de sistema de Segurança Social quando se desloca da Região para o Continente, do Continente para a Região, etc, etc, etc...

Portanto, tem que haver um mínimo de universalidade nesta questão toda e, como a Constituição aponta no sentido dessa universalidade, daí que eu diga que há algumas dificuldades de melhorar os nossos esquemas em relação aos do Continente ou, pelo menos, alterá-los.

Em relação aos rurais, não tivemos problemas porque nós andámos mais depressa do que o Continente, ou seja, esse princípio da universalidade que é um princípio constitucional, esse caminhar para um sistema único que é um princípio constitucional, nós já o realizámos e no Continente não o realizaram!

Portanto, nós estamos, afinal, a dar safda a esse princípio constitucional que o Continente ainda não teve possibilidades de fazer, e que também gostaríamos muito que viesse a ter possibilidades de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tinha pedido a palavra antes da hora do almoço, mas agradeço que ela tenha sido dada, apesar de tudo.

Presidente: Como o almoço do Sr. Deputado foi mais prolongado do que o dos outros Srs. Deputados, só agora é que pode falar.

(Risos da Câmara)

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Por isso mesmo vou tentar reduzir as perguntas exactamente para compensar, digamos, esse excesso de tempo no almoço.

Sr. Secretário, como sabe, o tempo é pouco pela nossa parte, mas queremos emitir um pequeno juízo, como deputados que estamos aqui a apreciar o Plano a Médio Prazo e o pronunciamento dos seus titulares em relação aos sectores.

Entendemos que o Sr. Secretário fez um grande esforço e julgo que, desta vez, ao contrário do que tinha acontecido aquando da apresentação do Programa do Governo, o Sr. Secretário foi exaustivo na apresentação das questões e ao tentar apresentar o seu ponto de vista sob as áreas que estão na dependência directa da sua Secretaria.

Julgo que isso é importante e que foi um bom contributo dado a esta Câmara, sem prejuízo, obviamente, de questões que já foram aqui colocadas por outros Srs. Secretários.

Julgo, porém - e assisti agora um pouco tardiamente às respostas dadas e é uma opinião muito pessoal - que estão rodeadas, enfim, de um certo acaloramento que dá um pouco de impressão que realmente no sector tudo corre, assim, um pouco logicamente, e está tudo muito bem, está tudo em ordem e está tudo controlado.

Efectivamente, pela experiência que temos e pelas situações que nos são colocadas até por utentes, a verdade é que, na prática, nem tudo corre sobre rodas como, aparentemente, se pode tentar concluir pela forma como o Sr. Secretário apresentou as questões.

Seja como for, sob o nosso ponto de vista teríamos apenas alguns pormenores a apresentar - repito, devido também a circunstâncias de tempo - e que podiam muito bem ser tratados sob a forma de requerimentos. Mas, uma vez que

o Sr. Secretário aqui está presente, e nós aqui estamos, não só para discutir aspectos globais, mas também para aproveitar este momento para troca de impressões e para alertas, eu aproveitaria para os colocar, começando, por exemplo, com a questão relacionada com o Bairro Habitacional da Canada de Joaquim Alves.

Como é do conhecimento do Sr. Secretário, é um bairro de existência, enfim, bastante longínqua. No entanto, passam-se à volta daquela estrutura habitacional situações aberrantes, situações, digamos, inaceitáveis, situações imorais que, estou certo, já devem ser do conhecimento do Sr. Secretário, mas que, relativamente às quais, importa, obviamente, encontrar rapidamente, uma vez que até agora não foi possível, a resposta adequada.

Aquela estrutura habitacional tem, de facto, de possuir dono. É mais ou menos aceite que, neste momento, a Secretaria dos Assuntos Sociais já tem alguma tutela sobre a matéria e, portanto, queríamos deixar aqui muito claro e relembrar que passam-se situações, desde a venda de chaves das respectivas moradias que são património público, às situações em que as moradias estão sob o título de cidadãos que já se encontram no estrangeiro e que, entretanto, fazem subaluguer e as entregam a terceiras famílias sob a forma de renda; há até situações mais caricatas em que as habitações estão pura e simplesmente encerradas, em que os titulares já vivem em habitações próprias, alguns deles sob o regime do apoio aos sinistrados, e as casas estão encerradas, enquanto famílias (e bastantes!) vivem ao lado em situação de enorme carência, até mesmo, enfim, quase de imoralidade.

Até ao momento, e pessoalmente, temos feito algumas insistências, como é nosso dever, junto dos serviços competentes da Secretaria, e com o melhor acolhimento desses mesmos serviços mas, efectivamente, sempre com a resposta de que a Secretaria se encontra impotente para resolver as situações.

Portanto, julgamos que não é demais que o sector tome as medidas de emergência que entende, para que essas matérias venham a ser resolvidas de uma vez por todas.

Há uma questão que queremos discordar muito claramente, duma parte da exposição do Sr. Secretário, e que se relaciona com um princípio das Casas do Povo, em que deixou transparecer um pouco que, realmente, há uma ausência de critérios sobre os investimentos nesse sector, isto é, quem tem iniciativa é contemplado, quem não tem iniciativa não é contemplado.

Bom, é um princípio. Só que esse princípio, muitas vezes, gera situações perfeitamente injustas. Há localidades que já tiveram acesso a essas estruturas das Casas do Povo e que, efecti-

vamente, pelo seu dinamismo sócio-cultural inclusivamente não são as mais carecidas, e há muitas outras comunidades que continuam sem um mínimo de espaço social onde as pessoas possam ocupar os seus tempos livres.

Sobre esse ponto de vista, a nossa modesta sugestão seria no sentido de que a Secretaria conseguisse conciliar o critério da livre iniciativa com o critério da necessidade da comunidade porque, na verdade, há salas de Casas do Povo - e chamadas polivalentes - que estão praticamente desocupadas - e a Secretaria deve ter conhecimento disso - que têm uma utilidade social altamente duvidosa, na medida em que existem sociedades recreativas, exactamente ao lado desses polivalentes, que exercem essa função social e até a existência de polivalentes pode, em certa medida, prejudicar (isso sim!) a iniciativa dessas actividades associativas.

Logo, sob o nosso ponto de vista deve haver uma conciliação de critérios para que esses investimentos sejam feitos nas localidades que, efectivamente, deles careçam, até porque, muitas vezes, as iniciativas, repito, não correspondem exactamente ao que as comunidades necessitam.

Presidente: Sr. Deputado, eu não lhe quero tirar a palavra, mas é só para lhe dizer que tem cerca de 5 minutos, fora os 10 minutos para o encerramento do debate.

O Orador: Muito obrigado Sr. Presidente:

Apressando um pouco a questão que julgo que está mais ou menos posta, diria ainda que, em relação a aspectos de saúde, julgo que o assunto não foi aprofundado e relacionam-se com a organização dos serviços de Saúde Escolar - um assunto aqui colocado aquando da discussão do Programa do Governo e que parece que ainda não teve o melhor encaminhamento.

Diria, finalmente, que me queria congratular com o facto do Sr. Secretário ter referido que, em matéria de equipamento hospitalar, seriam os próprios serviços hospitalares a terem autonomia e a capacidade de decisão para optarem sobre os equipamentos que lhes dizem respeito.

E que, efectivamente, e em tempos não muito recuados, davam-se situações inversas, isto era, serviços da Secretaria, muito deles ocupados por indivíduos sem um mínimo de sensibilidade para tomarem decisões em matéria de equipamento técnico, faziam o rateio de verbas que, pela escassez das verbas e pela enorme lista das carências dos hospitais, não eram as entidades gestoras dos hospitais a fazerem as opções e as prioridades de equipamento, mas eram, sim, os serviços administrativos e alguns deles, repito, sem vocação própria para o fazerem.

Congratulo-me com essa decisão e essa

promessa política do Sr. Secretário de passar a haver autonomia das próprias gestões hospitalares para fazerem essa opção.

Por fim, abordaria uma matéria, que já foi aqui colocada aquando do Programa do Governo, e que se relaciona, em grosso, com o problema da saúde pública que nos parece que, nesta Região, ainda não conseguiu ter um tratamento global aceitável e que tem uma das componentes que é, digamos, a que se relaciona com o consumo da água corrente.

Perguntaria ao Sr. Secretário se, na verdade, já há elementos científicos que nos permitam concluir que a água para consumo do povo dos Açores está em melhores condições do que estaria há alguns meses atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou tentar ser muito breve até para não retirar a possibilidade de intervenção aos meus colegas de Governo. E gostaria de vos dizer a todos que a minha grande pena é de não poder haver 5, 6, 10 horas, ou até 2 dias, para debater problemas do sector da saúde.

Efectivamente não há; mas há questões que eu próprio sinto que não são suficientemente aprofundadas e em relação às quais tenho que dar assim uma pincelada, mas sinto-me depois impedido de continuar.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que quando fiz a minha intervenção no Programa do Governo, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sabia que ia ter que fazer uma intervenção do Plano a Médio Prazo - enfim, era previsível - e que tentei, no Programa do Governo, dar um pouco o pano de fundo para, agora, tentar falar em questões mais concretas porque, senão, ia vos dizer agora o que vos disse há 2 meses - o que era muito desagradável para mim, mas era muito mais desagradável para todos vós.

Portanto, foi propositado, foi isso que fiz, foram duas intervenções de modo diferente, e se gostou mais desta do que da outra, ainda bem!

Nem tudo corre sobre rodas, Sr. Deputado, nem no sector da Segurança Social, nem no sector da saúde, senão podíamos fechar a porta...e ficava assim mesmo!

Há muita coisa e há grandes desafios aqui a tentar corresponder. Isso é entusiasmante e vamos tentar procurar corresponder, até porque temos a noção de que, quanto melhor for a nossa resposta, todos nós estaremos a servir melhor a população dos Açores e é só para isso que aqui estamos.

Quanto à situação do Bairro de Joaquim

Alves, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que temos conhecimento que se passaram algumas situações desagradáveis e lamentáveis. Agradecia que o Sr. Deputado, quando tivesse conhecimento delas, pegasse num papelinho e dissesse quais são as situações que existem porque, normalmente, toda a gente diz que as coisas estão mal, mas quando chega a altura das denúncias, no sector da saúde, no sector da Segurança Social, em todos os sectores...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Telefone para a Secretaria!

O Orador: E complicado. Era bom dizer "na casa tal, sítio tal, fulano tal subalugou..."

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Um dos exemplos é a casa nº 3 da Rua Ilha Terceira.

O Orador: Denuncie portanto as situações aberrantes, mesmo que isso lhe possa custar alguma coisa em termos eleitorais e de contabilidades desse tipo.

Neste momento, as situações, tanto quanto é do meu conhecimento, estão todas levantadas, mas temos tido uma grande dificuldade em actualizar os registos. Tenho dito, aqui, nesta Câmara, já várias vezes, que a nossa intenção é vender aqueles bairros aos seus proprietários - obviamente não pelo preço do mercado porque temos que ter em consideração que aquilo são habitações sociais, mas por um preço que se há-de encontrar, em princípio, com um avaliador dos Assuntos Sociais, do Equipamento Social e dos próprios residentes - só que aquilo ainda estava registado em nome de quem antes estava na casa.

Estas situações, em relação ao Registo Civil, são difíceis e são demoradas. Tenho pena, mas temos feito os impossíveis para que isso corra depressa.

Quanto às Casas do Povo gostava de lhe dizer que nós temos critérios - nós temos critérios, eles estão apontados, e apontam, nomeadamente, para freguesias mais longe de meios que têm alguma resposta; apontam para a possibilidade de freguesias maiores e, portanto, responder a mais gente; e a existência ou não de equipamentos desse tipo na mesma freguesia.

Agora, fazer o que as pessoas devem fazer, já isso é que não fazemos com certeza!

Portanto, paternalismo, "tomem lá isto que isto é muito bonito para vocês", ou coisas do género, isso até contraria algumas das ideias aqui expandidas pelo Sr. Deputado, em que eu penso que as pessoas têm que assumir as suas responsabilidades, seja em termos económicos, seja em termos sociais.

Quanto ao sector da saúde e ao facto de não ter sido aprofundado o sector da Saúde Escolar, devo dizer que a Saúde Escolar é uma das componentes fundamentais da actividade dos futuros Centros de Saúde e dos cuidados primários.

Temos feito Saúde Escolar e há ilhas e concelhos de ilhas onde o trabalho da Saúde Escolar tem sido muito importante.

Agora, quando nós temos, por exemplo, 34 vagas de clínicos gerais em Ponta Delgada e temos 12 vagas preenchidas, há coisas mais urgentes! Costuma-se dizer que "em tempo de guerra não se limpam armas" e, efectivamente, não sobra tempo para fazer Saúde Escolar - embora eu considere que a Saúde Escolar é uma das actividades mais importantes na área dos cuidados primários de saúde.

No Concelho da Lagoa nós temos 8 vagas e 3 lugares preenchidos e, claro está, que não tem sobrado tempo. Temos estado a responder mais a situações de crise - ao contrário do que gostaríamos - que propriamente a situações de Saúde Escolar. Mas a situação da Região não pode ser toda posta no mesmo âmbito.

Quanto à questão do equipamento, devo dizer ao Sr. Deputado que, desde que estou na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, os serviços é que decidem.

Sei que de vez em quando há brigas tremendas, mas há 3 anos que eu estou na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e há 3 anos os hospitais é que decidem qual é o equipamento que se adquire e é que lhes atribuem a ordem de prioridades.

Claro que se a lista de equipamento a adquirir é de 200 mil contos e nós só temos 30 mil, só há 30 mil e vamos para a cabeça da lista!

agora, se, depois, dentro do hospital - e dentro do hospital também há a política interna do hospital - há por vezes dificuldades de dizer se é este, se é aquele, se é aquele outro, pois são dificuldades que os hospitais têm que assumir. Não é só ter responsabilidades, não é só ter benefícios; é também ter responsabilidades.

Quanto à água, é um dos aspectos onde nós temos investido em termos de investigação. É graças, inclusivamente, a essa investigação que se tem feito, que é possível hoje dizer que a água em tal sítio está melhor ou pior. Levantámos todas as fontes utilizadas no consumo público nesta Região, informámos as Câmaras Municipais dessa situação - as Câmaras Municipais são as entidades competentes para a intervenção nisso - e foi devido ao facto do Governo considerar que elas teriam dificuldades financeiras para corresponder a todas as necessidades que a Secretaria Regional da Administração Pública criou um novo esquema de apoio às autarquias locais. Efectivamente a condição das águas não tem melhorado grande coisa. Há algumas Câmaras que se têm preocupado em fazer os tratamentos das águas, que antes não faziam e estão a fazer neste momento, e isso já nos dá algumas garantias, mas, na verdade, há uma exigência de grandes investimentos que espero que agora haja condições

para se fazerem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, eu tenho que fazer um protesto.

Antes de fazer o protesto quero pedir desculpa ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais porque, em determinada altura da minha pequena intervenção anterior, tratei-o por você.

É evidente que foi um pouco por a minha ingenuidade nesta Casa e, também, num certo calor da discussão. Não teve nada de pessoal.

Mas tenho que protestar porque foram ditas aqui algumas coisas que são um pouco o desvio da questão.

Quando se diz que os médicos da Região são privilegiados em relação às situações de formação e de habitação, isto é falso!

Ainda anteontem, a falar com o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, me foi dito que tinha sido comprada uma casa nas Lajes do Pico para habitação do veterinário. E isto é correcto!

Os médicos de clínica geral não querem que a Secretaria lhes arranje casas - até porque isso não é o que acontece.

Eles pagam rendas - pagam uma percentagem sobre o seu ordenado base - e posso-lhe dizer que, por exemplo, em relação ao Pico, o único que paga, o único que tem realmente uma casa que é dada pela Secretaria, até paga uma renda que, em relação ao meio local, até nem é uma coisa tão pequena quanto isso! Os médicos de clínica geral não querem casas de borla! É evidente que não! Só querem é algum apoio!

Quanto às acções de formação a questão fundamental é esta:

É evidente que, em termos médicos, todos nós sabemos muito bem que o que é hoje amanhã já não é! E eu aqui tenho que dizer, inclusivamente, que a Secretaria, ao apoiar uma acção de formação por ano, até eu acho isso extremamente correcto e extremamente positivo.

A grande questão é que os clínicos gerais, e por decreto nacional de carreira, têm direito, em cada 5 anos, a 6 meses de formação em hospitais diferenciados. Toda a gente quer ter médicos preparados e nós sabemos que a carreira médica tem uma especificidade extremamente própria. E não me venham agora dizer que os médicos são extremamente apoiados em termos de formação! É que, o médico que está no Continente, toma o comboio e tem não sei quantos congressos e quantas reuniões de actualização, e isso, em termos de Açores, custa no mínimo 20 contos de ida e volta...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Mas a Secretaria paga!

O Orador: É evidente! Paga uma por ano, e eu também o disse aqui, e isso é extremamente importante. Agora, o que eu acho que é incorrecto é dizer-se que eles são extremamente beneficiados e que têm casas. Têm... mas são pagas!

Também é evidente que a especificidade da profissão de médico não se pode comparar a outras profissões. É evidente que não pode! Todos nós sabemos e temos que o admitir!

Em relação à taxa de natalidade, eu só chamei a atenção para o facto de as taxas de natalidade terem tendência para baixar. Foi a taxa de natalidade grande que nos tem permitido mantermos ainda gente jovem nos Açores.

Só chamei a atenção para esse facto para que relacionasse isso com a emigração, ou seja, há diminuição da emigração mas também há a tendência de baixa das taxas de natalidade.

Em relação ao problema das comparações, voltou novamente a fazer uma comparação - voltou a comparar três concelhos do Pico.

Bom, não vou ir muito além nisto, até porque o Sr. secretário sabe bem que isto é muito complicado. Por exemplo, as Lajes não tem um pequeno laboratório de análises nem radiologia, enquanto que S. Roque e a Madalena até têm!

Também voltou a focar, e várias vezes, o problema de no Continente não haver nada. Também não é correcto.

Todos nós sabemos que no Continente existem Centros de Saúde - uns funcionam bem, outros funcionam mal, outros funcionam assim e assim, uns funcionam melhor nuns campos, outros noutros - e se nós temos também a especificidade de termos 9 ilhas, também qualquer Centro de Saúde dos Açores tem um número de utentes extraordinariamente grande!

E mais: não é só o Partido Socialista que tem responsabilidades na saúde, porque o Dr. Paulo Mendo, que eu saiba, foi Secretário da Saúde durante os Governos da AD... e foi-o muito mais anos!

Portanto, não é só o Partido Socialista que tem essa responsabilidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, é muito rápido, mas há aqui umas questões que não podem ficar sem uma observação, ou contraprotesto, ou qualquer coisa no género.

É só para dizer que o Sr. Deputado puxa a conversa e eu não posso deixar depois de ir ao terreno dele. Ele é que falou nos Concelhos do Pico e de eu estar a comparar com outras ilhas que não devia comparar. O Sr. Deputado teve as vantagens todas! Eu fui para o seu terre-

no!

Por outro lado, gostaria de dizer que se há Centros de Saúde no Continente que funcionam bem... óptimo, tanto melhor! Eu sei que há! Só que, infelizmente, até ao momento - e até porque entendo que as soluções orgânicas encontradas não são as melhores - não são todos.

Gostaria também de dizer que, em relação à sua intervenção, e quando se refere a que um dos grandes passos em frente em relação à problemática dos Centros de Saúde foi a publicação da carreira dos clínicos gerais, que nós demos uma grande contribuição para isso. Mesmo quando as questões são da competência do Governo da República, nós não nos demitimos das nossas responsabilidades, como não nos demitiremos das nossas responsabilidades em relação à revisão das carreiras que precisa ser feita. Há muitas coisas que estão erradas nas actuais carreiras!

O Dr. Paulo Mendo é uma pessoa que sempre mostrou uma grande compreensão em relação à Região; com o actual Ministro da Saúde eu fiz questão, na tribuna, de dizer que as nossas relações com o Ministério da Saúde, neste momento, faziam esquecer esses pequenos problemazinhos politiqueros de ser deste ou daquele partido; mas gostaria também de lhe dizer que, em relação ao Dr. Paulo Mendo, ele não é do Partido do Governo na Região - ele é reformador segundo penso - não é do PSD, mas isso não é importante.

Gostaria também ainda de dizer que a questão que me parece que está mal - eu tenho, enfim, um diálogo muito profundo, nomeadamente com a Ordem dos Médicos na Região e com todos os profissionais de saúde na Região, e nunca me apercebi que o que eu vou dizer fosse o espírito dominante nesta Região (graças a Deus!) - mas temos que combater todo e qualquer espírito de casta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Ivo Soares pede a palavra para?...

Deputado Ivo Soares (PS): Para um contraprotesto Sr. presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que eu também não defendo o conceito de casta! O que não posso admitir é que não se tenha em consideração (e isso é que é importante e é preciso não se pôr em causa) que o médico tem uma profissão extremamente específica.

Isto é a realidade! Os conceitos científicos hoje, amanhã não valem... e toda a gente quer ter bons médicos!

Quanto ao problema dos encontros de actualização, é evidente que eu acho muito louvável e, inclusivamente, não estou aqui a dizer que

a Secretaria deve aplicar mais um por ano, porque eu até considero isso como bastante bom - pelo menos um acho que está bastante bom - e, economicamente, é capaz disso ser inviável!

Agora - e tendo mesmo em conta que o decreto das carreiras médicas precisa de revisão, todos nós sabemos isso - as fases de formação, (e isto é importante!) os 6 meses de formação são 2 anos e meio. Têm que ser definidos! Isto é importante! E por mais voltas que lhe demos, isto tem que ser feito!

E quanto às castas, desculpe, mas eu não quis trazer isso aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Espero que pela última vez, Sr. Presidente!

A questão que eu gostaria de só mais uma vez aqui pôr como contraproposto era o seguinte: é exactamente por termos em conta a especificidade do exercício médico, que os médicos têm as condições de formação que têm e que os outros profissionais não têm; que tem condições na Região que outros profissionais não têm; que têm aspectos da sua carreira, nomeadamente remuneratórios, que os outros profissionais não têm.

Pergunte ainda ao seu colega deputado, embora doutra bancada, que é veterinário no Pico, se ele também não entende que necessita de actualização profissional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu também não uso o resto do tempo, mas o Sr. Secretário é que disse, e com o apoio da sua bancada, que os médicos eram privilegiados e, até, inclusivamente, isso foi apoiado!

(Portestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Foi sim! Isso foi dito!

Deputado Natalino Viveiros(PSD): E são!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): E os gestores não são?!

(Protestos da bancada do PSD)

O Orador: São... pois ainda bem!

Agora, e sem o mínimo de desrespeito para com qualquer outra profissão que precisa de actualização, acho que a comparação foi assim um bocado violenta! - isto agora em termos de brincadeira...

(Risos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, creio que o assunto ficou debatido. Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e

Membros do Governo Regional:

Intervir no debate sobre um Plano a Médio Prazo nesta Primavera de 1985 tem condicionantes de espaço e de tempo que, naturalmente, limitam as possibilidades de uma apreciação que se pretende, como sempre, construtiva, e, no caso meramente complementar da colectivamente feita, pela Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, a que pertença.

É um Plano a Médio Prazo para uma Região Autónoma Portuguesa, cada vez mais relevante como elemento fundamental do nosso país. Como tal, deve saudar-se o Plano pela sua unicidade: Não se está habituado a ver coisas destas em Portugal: planos que, de alguma maneira se cumpram e se acompanhem, planos que razoavelmente vinculem a Administração, planos que, para dizer tudo, sejam tomados a sério, ao menos nas suas linhas mestras e tendenciais, são coisas fora dos hábitos do Portugal contemporâneo. A proposta em apreciação, forçosamente genérica, acabaria sempre por brilhar, num cenário de grande escuridão. No meio da balbúrdia política em que Portugal continua a viver, este III Plano a Médio Prazo dos Açores apresenta, assim, um mérito relativo que parece fora de questão.

Seria pouco, todavia, ficarmos por aqui. O Plano a Médio Prazo 85/88 é francamente melhor que o de 81/84, e tecnicamente superior ao Plano de Investimentos para a Administração Pública Regional, aprovado em 1977, e que orientou o primeiro quadriénio do Governo Regional.

Nestes dois contextos, parece evidente que a Proposta ora em apreciação significa também um avanço que merece ser assinalado.

Um relatório da Comissão a que pertença apresenta algumas críticas pontuais ao Plano a Médio Prazo que não vou aqui repetir, mas que é de desejar o Governo tome em conta. Não surpreenderá que elas surjam. O processo de planeamento sócio-económico dos Açores ainda está na infância, e muito tempo terá de passar até se atingir um apuro técnico, e um correlativo apuro político, para que o Planeamento Regional seja aquele processo conscientemente participado que os teóricos de há 30 anos preconizavam para os seus países em viragem de modernização, após a guerra. Legitimamente se perguntará, por outro lado, se, dentro de uma geração, as próprias ideias básicas do Planeamento - generosas mas algo ingénuas que certas delas eram - ainda terão sequer aceitação. Seja como for, os frutos dessas aproximações imperfeitas estarão à vista, e da memória dos homens terá porventura desaparecido o esforço de organização e de realização que temos, nestes anos, vindo a viver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É lugar comum (e não só em Portugal)

dizer-se que não há alternativas credíveis às políticas de ocasião. Os exemplos abundam, e os mais gritantes são os dos Governos Socialistas conduzindo políticas de austeridade, e sepultando a ideologia sob a lousa do pragmatismo. Não vale a pena atardarmo-nos sobre esta evidência dos nossos dias. O Plano em apreciação pode criticar-se em muitos dos seus aspectos - desde a concepção ao afino técnico e até à sinceridade -. Sinceridade, sim. Porque ela tem que ver com a execução que o Plano vai ter, e com o que neste momento é previsível quanto aos seus diferentes ritmos e graus. Mesmo esta Assembleia está mais à vontade apreciando o novo Plano do que avaliando a execução do anterior. Af existem elementos muito sérios, porque factuais e históricos, que espelham as limitações, os empurrões e os tropeços que, na execução, já têm distorcido o que se programara para determinado horizonte temporal. No dia em que o processo de Planeamento for participado mais do que nos trâmites da concepção e aprovação, aparecerá a exigência permanente, sistemática, da execução correcta e atempada. Essa exigência, reconheça-se, já é obrigação grave, porque funcional, dos Deputados. Mas enquanto, por detrás deles, não houver uma pressão verdadeira, pouco mais teremos do que logomaquias periódicas sobre intenções nem sempre a concretizar.

Seja como for, este é o Plano possível. Possível com a armadura técnica que possuímos. Possível com os políticos de que dispomos. Possível com a informação pública que nos é servida. Possível com a participação comunitária que temos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A evolução destes oito anos é já suficiente para revelar melhorias substanciais em índices do nosso desenvolvimento económico e social. Também revela a precariedade de certos mitos, que todavia chegaram a ser, para alguns, matéria de fé. Recordo o mito da suficiência regional quanto aos rendimentos fiscais, definitivamente arrumado quando se revelou a massa fiscal cobrada nos Açores. Recordo também o mito da moeda própria, com o tempo reduzida a uma agradável curiosidade numismática. É possível que outros, nos anos que aí vêm, se vão revelando como tais, e reduzindo-se à sua própria insubsistência e vacuidade.

Estes mitos desempenharam, em qualquer caso, um papel útil. Quando nada ou quase nada se sabia, serviram de base imperfeita a reivindicações que eram justas.

Quando o que esta Região valia não estava minimamente determinado, serviram de alicerce a uma firmeza que foi preciso mostrar, e de espantalho para "homens de estado" ignorantes,

assustadiços e complexados. Depois, estimularam reflexões sobre a nossa realidade económica, a nossa realidade social, a nossa realidade geográfica, a nossa realidade política, reflexões que vão, aos poucos e poucos, mostrando a verdadeira face desta Região.

Esta face tem alguma expressão no enunciado feito pelo Plano, das potencialidades e bloqueios próprios dos Açores e das suas gentes. Alguma, porque a face da Região inclui muito mais do que isso, como tem sido apontado. São realidades demasiado ricas para caberem num simples documento - guia da actividade da Administração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A referência, atrás feita, a certos mitos que o tempo e a inteligência dos fenómenos se encarregaram de desfazer, traz-nos a uma matéria que é crucial quando se fala em financiamento do Plano ou, simplesmente, no realismo do Orçamento Regional.

A medida que se ia reconhecendo a insuficiência das colectas fiscais para fazer frente a um orçamento que não fosse de sobrevivência, avultava a face escondida de potencialidades regionais para gerar receitas próprias. Não vamos repetir muito que se disse e se escreveu, desde os já longínquos tempos da Junta Regional, sobre este assunto. O resultado está à vista: 32,5% das receitas regionais emergirão dos acordos internacionais que incidem sobre o território dos Açores. E note-se que não está quantificado, nem sequer estimado, o que pode trazer à Região o uso da sua Zona Económica Exclusiva, receitas que lhe pertencem por força das disposições combinadas dos artigos 1º, 82º e 84º do Estatuto.

Por outro lado, o contributo nacional para se integrar a Região no país, corrigindo as distorções emergentes do afastamento e da dispersão territorial, foi reconhecido também no Estatuto de 1980, e viu um início de concretização a partir do Orçamento de Estado de 1983. Tratava-se, evidentemente, de um mero princípio. A Assembleia Regional tem especiais responsabilidades nesta matéria, e será de novo chamada a assumi-las quando tiver de se pronunciar sobre um novo projecto, pendente na Assembleia da República, destinado a desenvolver e a definir os direitos declarados nos artigos 80º e 85º do Estatuto Regional.

Estamos, portanto, em vésperas de importantes definições que, se correctamente feitas, só podem melhorar os réditos públicos da Região.

E neste contexto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que virá possivelmente a surgir a falada ante-proposta de lei fiscal, presentemente em estudo e preparação.

Uma lei fiscal não é, evidentemente, matéria do Plano: é matéria de Programa do Gover-

no. A sua referência, na proposta do Plano, tem cabimento com um carácter informativo. Mas a consciência da sua necessidade começa a ganhar corpo, na sequência tardia, aliás, do que alguns - e entre eles me conto - preconizaram já alguns anos atrás, como ideia nova, e até como medida inscrita num Programa de Governo da República, sob a forma de um estudo a promover no interesse nacional. Esta renovada dinâmica da lei fiscal, seja qual for o seu futuro, pode levar a que se lavre mais um campo, como na parábola do tesouro e até a que se descubra alguma insuspeitada riqueza, porventura nascida antes da imaginação e do trabalho que das novas taxas ou isenções -.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os quatro anos que se iniciaram há pouco trarão uma anunciada entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e, mesmo com as ressalvas de um período transitório de integração, verão aparecer as pressões externas e os agentes económicos estrangeiros que - como é próprio da nossa história - marcarão a vida nos Açores, mas poderão drenar daqui alguns proventos. O envolvimento internacional, já agora em termos estritamente económicos, será um facto; mas a componente social, de justiça e equilíbrio nas diferentes ilhas, poderá ser contrariada por forças completamente alheias a este tipo de preocupações.

Nesta perspectiva, os anos próximos não vão ser fáceis para a execução da política do Governo e dos objectivos do seu Programa. O rigor posto na execução do Plano deve, por isso, redobrar e reafirmar-se sem quebras. As horas dos pioneiros vão ficando longe, os sonhos e a generosidade dos primeiros tempos esbatem-se, as novas gerações, que não viveram (ou viveram diferentemente) a conquista da autonomia regional serão provavelmente atraídas por outros valores, de que já encontramos sintomas claros, mesmo antes da integração.

É ilusório, Sr. Presidente e Srs. Deputados, querer comandar o futuro. Contudo as afirmações e as realizações do presente, do nosso dia a dia, podem, por sua própria força e sentido, marcar algo para os tempos que hão-de vir.

Estas considerações conduzem-me, antes de terminar, a um acontecimento muito recente, de que a Comunicação Social de algum modo se fez eco, e que julgo merecedor de trazer a esta tribuna e a este debate que com ele, aparentemente, nada tem que ver.

Estava até há dias programado para se realizar nos Açores a reunião da Primavera de 1985 do Comité Permanente da NATO.

Numa Região que só nos últimos anos emergiu como um local de interesse para reuniões interna-

cionais - e que certamente irá crescer nesta tendência - tratava-se claramente de um acontecimento de prestígio e de promoção.

Há coisa de duas semanas a empresa hoteleira que se vinculava a albergar os cerca de 100 participantes naquele encontro, anunciou que cancelava todos os seus compromissos de alojamento e mais serviços, por dificuldades financeiras.

Era evidente o "squeeze" a que o Governo Regional estava a ser sujeito. fossem quais fossem essas dificuldades, é visível que se pretendia forçar o Governo Regional, por questões de prestígio, a determinados passos que, directa ou indirectamente levassem à obtenção de mais um financiamento que prolongasse uma agonia que vem atrás e que me lembro de, nesta Casa e em 1981, haver vaticinado -.

O Governo Regional não cedeu. O Comité Permanente da Nato não realizará nos Açores a sua Sessão da Primavera de 1985. O golpe, digamos tudo, não resultou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pareceu-me útil registar este facto porque ele ilustra eloquentemente um tipo de problema que já se tem posto à Administração Regional, sob a forma de pressões em que se joga com tudo - desde o prestígio político e institucional até à conservação de postos de trabalho -.

Esta firmeza do Governo merece ser posta em relevo, e penso que augura comportamentos futuros. Certo, perdeu-se a oportunidade de mostrar uma vez mais a Região como um adequado cenário para reuniões internacionais. Mas foi uma perda meramente ocasional, de maneira nenhuma definitiva. Acima disso, há aparentes derrotas que são verdadeiras vitórias, e este terá sido um dos casos em que se pagou o preço da coragem e do procedimento adequado. Ainda bem, porque os tempos que vêm hão-de provavelmente trazer situações semelhantes, e há que estar preparado para elas.

Confio em que se continuará a proceder desta maneira. A política não é rígida, mas a razão e a justiça devem norteá-la, e a firmeza em ocasiões como esta aqui relatada só acreditará a governação regional. Assim se passe na execução deste Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo Regional:

No limiar da aprovação deste Plano a Médio Prazo estamos, mais que isso, no limiar da sua execução. De alguma maneira definidos, por vontade expressa, os poderes e os deveres dos dois órgãos de Governo próprio da nossa Região, é importante que eles sejam plenamente assumidos e exercitados. Nessa assunção e nesse exercício, todos temos um lugar - designadamente a maioria e as oposições, a Assembleia e o Governo, os departamentos do Executivo e as comissões

parlamentares -.

As tensões e a dialética, as susceptibilidades e as sensibilidades, os interesses e os ideais, a rebeldia e a sujeição, a exigência e o comodismo, a firmeza e a ductilidade, a suspeita e a confiança, a boa fé e a má fé, a coragem e o medo, vão acompanhar este processo, por isso mesmo acidentado e conflitual, como é próprio da condição humana. É isto o regime democrático e pluralista que conseguimos e, também esta a face agreste da liberdade. E, a par dela, está a Região em que vivemos, que representamos, que desejamos uma e justa e que, com as nossas convicções e a nossa coerência, nos comprometemos a servir.

No limiar destes quatro anos, em contraponto de uma política nacional que ainda se não encontrou com a profunda realidade portuguesa, vamos todos, nas possibilidades de cada um, participar no trabalho colectivo que é governar e consolidar a Região Autónoma dos Açores. É ela que aqui nos interessa, é ela que vale a pena, para lá dos interesses, das disputas, dos partidos e das ambições.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Gostaria só de lhe lembrar que dispõe de 14 minutos, fora os 10 da sua intervenção final.

Deputado Decq Mota (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Como todos sabemos esta Assembleia será chamada em breve a debater e decidir sobre importantes questões relacionadas com a Agricultura.

No entanto e dada a importância do sector é necessário e urgente exprimir algumas opiniões sobre o que dele se trata no Plano.

O actual Plano, no sector da Agricultura, é marcado realmente por duas intenções fundamentais:

- "Preparar" a agricultura para a desejada integração na CEE.

- Criar condições para levar à prática a chamada "lei" de Orientação Agrícola na perspectiva com que foi concebida.

No que toca à lei de Orientação Agrícola procura-se, como disse já um Sr. Deputado do PSD, uma "grande reforma" que se traduz, no plano das intenções expressas, numa reorganização fundiária concebida para proteger e alargar os actuais grandes empresários e criar alguns outros à custa dos sacrifícios de muitos. A este tema e às alternativas necessárias e possíveis a essa política, voltaremos naturalmente

muito em breve.

Nos seus outros aspectos o Plano é, neste sector, muito semelhante ao anterior.

Definem-se no PMP três perspectivas correctas, mas insuficientes:

a) -...**"melhor organização de produção e reforço das suas formas de associativismo..."** (já no PMP 81/84 se dizia o mesmo)

b) -...**"facilitar o acesso dos jovens agricultores aos meios de produção..."** (idem)

c) -...**"promover a diversificação das culturas agrícolas..."** (idem)

Apesar de já estarem definidos no PMP 81/84 os mesmos princípios, o que se verificou foi:

a) **Diminuição real da população activa no sector** criando "excedentes", sem capacidade de reabsorção a não ser talvez e ainda no sector terciário - o que não é bom.

b) **Manutenção da produtividade** (não confundir com intensidade de trabalho)

c) **Diminuição, em favor do terciário, do contributo do sector primário para o PIB** (actualmente, e segundo as estatísticas, ao nível dos 30%)

Os incentivos financeiros previstos serão seleccionados pelo regime de avaliação das explorações (da CEE) o **RICA**, e pelo regime de crédito (da CEE) SIFAP. Os critérios selectivos que estabelecem ambos, não são em função das condições e necessidades da produção ao nível Regional mas sim, da CEE, não sendo tais condições preenchidas por muitos dos nossos agricultores e lavradores nem agora nem previsivelmente nos próximos anos.

Não existem os elementos estatísticos e sequer o conhecimento actualizado da realidade agrícola da Região (conforme vem notado na pág. 71 do PMP) pelo que a aplicação de métodos e legislação profundamente influentes no ordenamento actual e com prazos impostos "do exterior" não se coaduna com a segurança social de qualquer projecto, por melhor que ele seja (como aliás se comprova dos números oficiais diferentes relativos à composição e produtividade do sector ou pela continuada inexistência, apesar da objectividade do PMP 81/84, e novamente do PMP 85/88, da **"Carta de Solos"** da Região).

As várias (e maiores) despesas de investimento presentes no PMP com objectivos de muito clara utilidade económica e social são as previstas para o melhoramento e abertura dos caminhos de acesso (muito embora seja de esperar que uma boa parcela será aplicada não sob a forma de investimento mas de manutenção dos actuais).

O último recenseamento agrícola foi em 1977 (altura em que pelo menos 40% da população activa se dedicava à agricultura) e serve de

base para a desmontagem percentual da área das explorações no PMP (95% das explorações ocupavam 5% da área total). E de crer que, utilizando os números mais optimistas possíveis, **pelo menos 30.000 explorações tenham ainda menos de 2 hectares** (entre agrícolas e pecuárias), o que por si só, condena irremediavelmente ao desemprego e à emigração a esmagadora maioria dos produtores e suas famílias se forem aplicadas as medidas previstas ou desejadas sobre selectividade de crédito, liberalização de preços, condições de produção, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após estas breves referências, gostaria, no pouco tempo que ainda tenho de deixar aqui algumas questões soltas, mas que reputo de importantes.

Afirma o Governo que o aumento de dotação do Plano na Agricultura irá corresponder a modificações e alterações profundas e qualitativas. Independentemente da questão de fundo, que é o desacordo que temos em relação aos objectivos finais reais, pensa o Governo que dispõe, ou disporá, a curto prazo, dos meios técnicos, humanos e funcionais suficientes para a realização de todos os programas e respectivos projectos no que eles implicam de experimentação, execução, intervenção directa, formação e extensão?

Está a passar-se agora ao arranque da primeira fase do programa conhecido pelas arroteias do Pico.

Haverá já algum estudo sobre as consequências sociais deste programa? Dito, de outro modo, o programa destina-se a incrementar a produção de carne, aproveitando incultos e eventualmente outros terrenos e há que saber, penso, a atitude dos produtores ou potenciais produtores face a ele.

Por outro lado a informação já transmitida aos interessados será suficiente?

Não se avança muito no Plano no que diz respeito ao fomento ao cooperativismo, parecendo-nos que essa linha de trabalho devia ser aprofundada.

Não se fala em preços de garantia à produção, havendo referências, sim, a preços de intervenção o que nos parece muito mais conjuntural.

Não se avança com o seguro agrícola, não se prevê qualquer fixação de preços dos factores de produção, numa palavra não se prevêem medidas que poderiam melhorar a situação dos pequenos agricultores.

Do mesmo modo e no que toca ao escoamento dos produtos o futuro parece ser uma incógnita.

Postas estas breves preocupações, importará salientar ser opinião do PCP que pretender

realizar uma política agrícola sem a participação e o interesse dos agricultores, a começar pelos mais pequenos, é à partida errado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No que toca ao sector das pescas apenas alguns breves comentários.

Como já tive a oportunidade de dizer nesta tribuna, noutra ocasião, nota-se uma mudança, positiva no seu traço geral, na orientação do sector.

Depois de muitos anos sem se ter tido verdadeiramente em conta este mar que nos rodeia, que nos marca, mas que também pode vir a determinar boa parte do nosso futuro, está-se a olhar para as pescas com olhos diferentes.

Parte-se de uma situação extremamente difícil, se compararmos os meios existentes com a enormidade da ZEE dos Açores.

Parte-se de um desconhecimento muito acentuado das potencialidades dessa ZEE, embora normalmente se aceite serem muito vastos os recursos.

Reconhece-se a necessidade de atrair mão de obra para o sector e de qualificar mais e melhor os profissionais da pesca.

Pretende-se capturar mais, pretende-se aproveitar a capacidade industrial instalada, pretende-se que as pescas contribuam mais para o Produto Regional.

Nas suas linhas gerais esta é a política possível mas merece algumas prevenções extremamente importantes.

Em primeiro lugar há que ter em conta que a transição iniciada tem que ser encarada de facto como uma transição e, que, sendo assim, há que considerar o ponto de partida. Por outras palavras as transformações necessárias terão que se processar em coexistência, por largo período, com os métodos e processos tradicionais e qualquer tentativa para pôr de parte essa realidade seria errada.

Aproveitar e otimizar os meios já existentes a par da criação dos novos meios, não ignorar tradições e aproveitar delas os aspectos positivos, salvaguardar os interesses e a subsistência da generalidade dos pescadores, mesmo os que, por muitas razões, já não possam acompanhar as evoluções, são aspectos a ter rigorosamente em conta.

Encarar a formação de cooperativas como uma via de desenvolvimento do sector, parece-nos urgente.

Olhar com outros olhos para o complexo problema da comercialização do pescado, quer no que toca ao abastecimento do mercado interno, quer no que respeita à colocação no exterior, nomeadamente no Continente, é uma questão decisiva

a ser encarada. Esta questão é complexa porque tem a ver com os transportes, poucos e maus, que temos, e porque a especulação é fácil.

Pensamos que sem uma intervenção mais viva nesta questão da comercialização (especialmente em fresco) o problema não será satisfatoriamente resolvido. Pensamos que este problema merece ponderação.

A ocupação da ZEE em termos razoáveis é um objectivo necessário, embora de longo prazo.

No entanto, a por muitos almejada adesão à CEE vem neste sector das pescas pôr um ponto de interrogação tão grande, que todos, mesmo os mais entusiastas defensores da adesão, temem as consequências para o sector.

Estamos e estaremos atentos à política governamental do sector das pescas.

Esperamos que o justo equilíbrio entre a inovação urgente e o respeito por interesses justos seja uma realidade.

Esperamos que um certo sentido de diálogo que de há algum tempo para cá (a partir da 2ª Semana das Pescas) se tem verificado, permaneça, se alargue e aprofunde.

A expectativa e atenção com que seguimos a actividade governamental deste sector, em nada tem a ver com os procedimentos económicos gerais, e que se verificam também neste sector, por exemplo, o financiamento excessivo de empresas com capacidade própria de investimento.

A nossa atenção deriva, sim, de entre outros do facto de ser aqui, nas pescas, que notamos menos rigidez na aplicação dessa política económica.

Este facto deriva, eventualmente da extrema pobreza do ponto de partida e esperamos que os tempos não adulterem as vontades.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flor de Lima.

Deputado Flor de Lima (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

De acordo com o artigo 78º do Estatuto de Autonomia e o artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A, de 28 de Junho, que aprovou a orgânica regional de planeamento, este mesmo planeamento desempenha um papel primordial no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores, na medida em que, através dele, se definem as grandes linhas de orientação nesta matéria, visando "... o aproveitamento das potencialidades regionais e a promoção do bem-estar, do nível e da qualidade de vida de todo o povo açoriano, com vista à realização dos princípios constitucionais".

Segundo aqueles normativos, o princípio-

-chave em que assenta o Plano regional é, precisamente, **o aproveitamento das potencialidades regionais.**

Ora, é sobre essas potencialidades que vamos dedicar, de seguida, a nossa atenção.

Numa pequena economia insular, como a dos Açores, é evidente que as linhas de política para o seu desenvolvimento são limitadas, devendo aquelas incidir, fundamentalmente, na exploração integral dos recursos e potencialidades próprias.

Isto significa, por outras palavras, que a Região deve, primeiro que tudo, contar consigo mesma, conforme consta - e bem - da proposta do PMP 85/88 em análise.

De entre os recursos e potencialidades naturais, destacam-se os que estão ligados à agricultura, às pescas, ao turismo e à geotermia.

Atendendo à grave crise da situação económica internacional e nacional, caracterizada por uma forte recessão; um melhor aproveitamento dos nossos recursos naturais terá efeitos positivos na balança de pagamentos, uma vez que isso implica uma redução significativa das importações e, conseqüentemente, o dispêndio de divisas.

Por outro lado, um maior aproveitamento dos recursos gera mais riqueza, retendo, por conseguinte, valor acrescentado na Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aproveitamento integral dos recursos e potencialidades dos Açores deverá ser exercido com conta, peso e medida.

Com efeito, tanto os recursos terrestres, como os marinhos, carecem de uma gestão racional e uma exploração equilibrada, sob pena de os mesmos se esgotarem, pondo em causa, irremediavelmente, a sobrevivência das gerações futuras.

Também aqui, diga-se em abono da verdade, que a proposta de PMP, presente nesta Câmara, aponta, claramente, para a racionalidade.

O desenvolvimento a que temos vindo a fazer referência não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir um fim. Este fim é, afinal, o bem-estar económico e social e a melhoria do nível e da qualidade de vida de todo o povo açoriano, espalhado por nove ilhas, umas maiores, outras mais pequenas, mas todas com a mesma dignidade.

O aproveitamento racional dos recursos e potencialidade naturais da Região Autónoma dos Açores é uma das vias consignadas no PMP 85/88, tendo em vista o seu desenvolvimento, a par do papel, não menos relevante, que desempenham os recursos financeiros nele previstos, designadamente, as receitas fiscais e patrimoniais, os benefícios decorrentes de acordos e tratados internacionais e os subsídios do Estado, se bem que estes últimos sejam inferiores aos segundos.

De qualquer modo, uns e outros, isto é, os recursos naturais e os recursos financeiros, têm por objectivo o desenvolvimento global e harmonioso das nossas ilhas, desde Santa Maria ao Corvo, separadas, é certo, pelo mar, mas unidas por um objectivo comum - a autonomia democrática - resultante da confirmação de um mandato popular, conferido maioritariamente, ao PSD, nas eleições de 14 de Outubro de 1984.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encarar essa realidade jurídico-política numa perspectiva isolada e não no seu conjunto, é o mesmo que ver a árvore e não avistar a floresta.

Só assim se compreende e faz sentido o disposto no artigo 19º do Estatuto, ao afirmar que "os deputados são representantes de toda a Região e não dos círculos por que foram eleitos".

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Está mais uma vez esta Assembleia, de acordo com as competências que lhe são atribuídas pelo Estatuto Político-Administrativo da nossa Região, a debater mais um Plano a Médio Prazo, além do Plano Anual e do Orçamento respectivo.

Fá-lo dentro do direito que lhe assiste e pela nossa parte "com seriedade, sentido das realidades e consciência do interesse regional" que sempre têm norteado a nossa actuação.

Fazêmo-lo com o sentido de que "a função de todos é descobrir os meios mais eficazes, em termos de custos" - e não só - "para atingir as metas de desenvolvimento".

Fazêmo-lo também, conscientes de que, com a proposta de resolução apresentada e aprovada pela maioria do PSD nesta Assembleia, nos foi coarctada essa função.

Concordamos com o Senhor Secretário Regional das Finanças quando diz que "o desenvolvimento é para as pessoas e onde estas vivem" só que entendemos que deve ser, realmente, para **todas** as pessoas e em qualquer sítio onde vivam.

O desenvolvimento deve implicar igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, à saúde, ao emprego, à segurança social, aos bens essenciais, à habitação condigna.

Quanto à habitação é por demais sabido que o parque habitacional dos Açores é velho e que uma grande percentagem não possui as condições mínimas de habitabilidade. Se nos socorrermos do II Recenseamento Geral da Habitação da Região Autónoma dos Açores verificamos que mais de

50% dos alojamentos habitados nos Açores, não possuíam casa de banho; em algumas ilhas mais de 20% não tinham energia eléctrica, chegando mesmo a atingir os 32% em Santa Maria, e cerca de 30% não tinham qualquer sistema de distribuição de água ao domicílio chegando neste caso, nas Ilhas do Pico e S. Jorge aos 57% e 43% respectivamente.

E certo que alguma coisa tem sido feita neste domínio - também se nada tivesse sido feito, isso então é que era mau - e do que foi feito destacamos o apoio às cooperativas de habitação.

No entanto, tal como a Comissão dos Assuntos Sociais, também nós julgamos que "no que respeita à construção de casa própria, os mecanismos existentes não são suficientes para que uma boa parcela da nossa população possa conseguir ter uma casa". É preciso "criar novos mecanismos, pois só assim será possível viabilizar o acesso a casa própria de uma boa parcela da nossa população".

Na página 60 do PMP entre as "acções a desenvolver" deparamos com a "implantação de um sistema regional de incentivos à construção e aquisição de habitação própria mediante a criação de adequadas linhas de crédito" uma vez que no Plano para 1985 não encontramos qualquer projecto para concretizar esta acção. Neste aspecto, lembramos que o Programa do PS apontava nesse sentido, sendo no entanto muito mais explícito, quanto à forma de concretização.

Em nossa opinião, julgamos que uma das formas de viabilizar o acesso a casa própria de uma boa parcela da nossa população seria a promoção directa e venda através de renda resolúvel, uma vez que temos dúvidas que resulte a "execução de projectos de edifícios através de concursos limitados e sua cessão, bem como dos terrenos infra-estruturados a empreiteiros regionais".

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Membros do Governo:

O comércio é um dos sectores essenciais para o desenvolvimento da nossa economia e consequentemente para o bem estar e melhor qualidade de vida do Povo dos Açores.

Mas para que esse bem estar seja atingido e para que se consiga uma boa qualidade de vida não basta dizer que "as características dominantes da economia açoriana tornam necessária a definição de um política comercial desbloqueadora de estrangulamentos e incentivos de eficiência ao nível das estruturas e dos circuitos de comercialização".

São necessárias acções, que não descortinamos nos Planos agora em apresentação.

Tal como nos Planos anteriores mantém-se o velho "slogan" de "promover a constituição de stocks mínimos de bens essenciais em zonas

carecidas", no entanto, em todas as ilhas, mas com maior destaque para as mais isoladas, continua ciclicamente e sentir-se a falta de bens de primeira necessidade, como tem acontecido com o açúcar, carne e a manteiga que apesar desta ter sofrido um aumento de preço de cerca de 40%, continua a rarear no mercado.

Propõe-se desenvolver a "promoção de exportações quer através da concessão de prémios, quer da assistência financeira" e ainda o "apoio à melhoria e uniformização da qualidade dos produtos, nomeadamente os vocacionados para a exportação" mas não se especifica como isso se concretiza.

O consumidor nos Açores, devido a uma deficiente e inadequada política de transportes, nomeadamente os marítimos, e a uma enorme rede de intermediários, é obrigado a pagar mais caro, do que no continente português, uma grande parte dos artigos de primeira necessidade, pois a importação tem um enorme peso na nossa economia.

Os preços dos produtos importados, assunto já aqui tratado por outros deputados, que são em grande quantidade e vão desde muitos produtos alimentares passando pelo vestuário, calçado, electrodomésticos, mobílias, materiais de construção, etc., são muito mais caros nos Açores, repito, do que no Continente o que, para além dos menores rendimentos numa parte do nosso povo, diminui o poder de compra dos Açorianos.

E este um dos custos da insularidade. Custos esses que diferem de ilha para ilha, consoante o seu maior ou menor isolamento.

Tal como já afirmámos quando da discussão do Programa do Governo pensamos que uma parte das verbas vindas para a Região a coberto dos chamados "custos da insularidade" deveriam ser empregues para minimizar as despesas inerentes aos transportes.

No Programa do Governo aprovado nesta Assembleia, e que deveria servir de suporte a este P.M.P., um dos objectivos a atingir é "conter a inflação, na quota parte de responsabilidade do sector comercial" pretendendo-se executar "medidas anti-inflação através dos mecanismos reguladores de preços". No entanto o Plano é também omisso nesta matéria.

Muito mais haveria a apontar nestes dois sectores mas por agora, ficamos por aqui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Porque na altura própria, devido às minhas funções de Membro da Mesa desta Assembleia não pude formular as perguntas às dúvidas que me ficaram aquando da intervenção de ontem, do Sr. Deputado Manuel Melo, faço-o agora.

A propósito da reformulação da frota da SATA e das ligações entre os Açores e Lisboa, o Sr. Deputado Manuel de Melo expressou o receio de que "dentro de pouco tempo teremos a TAP a voar para todas as ilhas"- penso que a propósito das próximas ligações entre o Faial e Lisboa.

Porque expressou a opinião de que o trans-

porte aéreo entre os Açores e Lisboa já há muito deveria ser feito pela SATA, mas não pode, deixou explícito de que forma, sem contestar esta opinião, perguntava-lhe se entende que a SATA deveria ter a exclusividade desses vãos ou se deveria ser em conjunto com a TAP.

Entende ainda que esses vãos a serem efectuados pela SATA, deveriam ser só com uma ilha?

No caso afirmativo, qual?

Também pelo motivo já referido, passou sem qualquer reparo o esclarecimento prestado pelo Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura ao meu camarada Hélio Pombo sobre a Entidade a quem será entregue a administração do gimnodesportivo da Horta, deixando passar em claro o tom irónico e menos próprio como foi dada a resposta, o dizer-se que "deixem concluir o Pavilhão que depois se verá quem o irá gerir" a pouco mais de 3 meses do prazo indicado para a conclusão das obras, para nós só pode indicar 2 coisas:

Que não se tem levado a sério a necessidade e a função que desempenhará o Pavilhão Gimnodesportivo da Horta, quer no apoio às Escolas Secundária e Preparatória, quer no apoio às agremiações desportivas e à comunidade para o desenvolvimento do desporto faialense.

Ou então que já se sabe - e tem-se descuidado esse facto - que o Pavilhão não estará concluído naquela data.

Tenho dito.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel de Melo tem a palavra para responder às perguntas que lhe foram dirigidas.

Deputado Manuel Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Goulart.

Infelizmente, parece-me que não apanhei as perguntas todas, mas vou tentar explicar-lhe o que é que eu quis dizer ontem com a minha intervenção e, dentro dessa explicação, certamente estarão as respostas a todas as perguntas postas.

Como profissional da aeronáutica, já há muitos anos que muita gente ligada à aeronáutica previu e prevê que o transporte aéreo entre Lisboa e os Açores deveria, desde há muito, ser feito em "pool": parte pela SATA, parte pela TAP.

Não interessava que a SATA tivesse avião! Bastava que fizesse um "pool" com a TAP e, portanto, usando o mesmo avião.

Aliás, a TAP foi a New York pendurada na ALITALIA enquanto não teve avião.

Se depois de a SATA adquirir aviões essa ligação com o exterior seria feita por um só aeroporto, devo-lhe dizer que eu não falei em ligações de aeroporto nenhum. Simplesmente prevejo

que, quando a SATA tiver possibilidade de se expandir para o exterior, terá que levar de todas as ilhas dos Açores o tráfego para o exterior.

Essa recolha de tráfego, evidentemente que não poderá ser feita pelo mesmo avião que faz o percurso para o exterior, de maneira que todas as ilhas ficavam servidas em regime de voo não regular porque a exploração de voos regulares, como se sabe, é estipulada por acordos mútuos entre os dois países, e a linha que foi indicada pelo Governo Português para a exploração das linhas do Atlântico Norte foi a TAP porque não existia mais nenhuma.

Portanto, em regime de exploração de voos não regulares, há a possibilidade de a SATA chegar a qualquer parte.

Se previa a TAP parar em todas as ilhas, arrumando a SATA, e se estava a falar na eventualidade de a TAP não vir à Horta...

Deputado Manuel Goulart (PS): Não! Eu não perguntei isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realmente, o que me ficou ainda em dúvida do seu esclarecimento é que, no caso desses voos da SATA com o Continente - e foi isso que eu perguntei e uma das perguntas que não vi respondidas porque, aliás, concordo que a SATA deveria fazer voos para fora da Região, e não contestei essa sua afirmação, só que não a vi devidamente esclarecida - mas o que eu desejava saber era qual, concretamente, seria, em sua opinião, a ilha de ligação entre os Açores e Lisboa, neste caso, uma vez que acabou de me dizer que não seria com todas as ilhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Melo.

Deputado Manuel Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Bem, isso depende do tipo de avião que a SATA comprar. Se comprar um tipo de avião de voo de longo curso, essa saída só poderá ser feita por Santa Maria, Ponta Delgada ou Lajes, neste momento.

Presidente: Os assuntos estão esclarecidos. Vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 16,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados pedia que retomassem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17,30 horas)

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os objectivos da política agrícola não poderão ser atingidos sem uma reforma gradual e sustentada das estruturas agrícolas tradicionais, acentuando-se sempre o carácter fundamentalmente privado da agricultura açoriana.

A diversidade das situações e natureza dos problemas estruturais em agricultura, exige soluções diferenciadas e adaptadas a cada caso e a cada situação geográfica. Só assim é possível contribuir para o desenvolvimento económico e social integrado de cada Região e, dentro desta, para cada um dos seus problemas específicos.

Contudo, uma verdadeira política de rendimentos dos agricultores, melhorando as suas condições de vida, aproximando-as e tornando-as compatíveis às das outras profissões, exige um responsável pelas explorações agrícolas com a qualificação profissional adequada. O desenvolvimento das condições que levam a atingir semelhantes objectivos, não é uma tarefa de curto prazo, será realizável se um conjunto de meios, aplicados com racionalismo e de forma integrada, for posto ao serviço do agricultor.

O Plano de Médio Prazo inclui um conjunto de projectos integrados, cujos objectivos fundamentais são precisamente proporcionar os meios indispensáveis: ao mais adequado conhecimento das nossas realidades técnicas e económicas; a facilitar o acesso dos jovens agricultores aos meios de produção; ao mais adequado ordenamento agrário, favorecendo o desenvolvimento de todas as potencialidades do meio rural ao serviço de uma nova orientação agrícola; ao reforço do ensino a todos os níveis e da formação profissional do agricultor; aos adequados incentivos financeiros necessários à implementação de um sistema selectivo de crédito agrícola; à correcta investigação dos nossos problemas técnicos e à consequente transmissão ao agricultor das soluções devidamente estudadas.

A organização da produção constitui também uma das prioridades de política agrícola para a Região. As mais diversas formas de associativismo agrícola deverão ser acarinhadas e dotadas dos meios necessários ao seu desenvolvimento. É através de uma agricultura organizada que será possível, se outras razões não existissem, à aproximação com a CEE.

O acesso dos jovens agricultores à empresa agrícola, será finalmente facilitado pela criação de condições que possibilitem ao jovem agricultor a preparação profissional indispensável e a sua integração nessa empresa agrícola, individual ou associativa, será objecto de condições financeiras especiais.

Uma das prioridades deste Plano é também a decisiva orientação no sentido de proporcionar os meios adequados ao ensino e formação profissio-

nal dos agricultores, estabelecendo um "programa regional" para esse efeito, mobilizando os recursos disponíveis em íntima colaboração com as estruturas de ensino e investigação já existentes na Região.

Também não é possível o prosseguimento de uma política agrícola, sem uma adequada política de incentivos financeiros e de crédito. Daí e reforço dos meios colocados ao serviço de uma política financeira selectiva, procurando favorecer, para cada caso e situação geográfica, as produções técnica e socialmente mais adaptadas.

Também não há política agrícola sem o conhecimento científico e técnico das nossas realidades. Uma visão integrada da agricultura, tendo como objectivo o seu desenvolvimento e modernização, pressupõe pois, a adequada investigação dos seus estrangulamentos. O prosseguimento e reforço da política de investigação já iniciada na vigência do anterior Plano de Médio Prazo é pois um imperativo neste Plano 85/88.

Assume aqui particular significado o reforço da cooperação internacional em matéria de investigação, em plena coordenação de esforços com a Universidade dos Açores.

Sendo a produção animal um dos sectores chave da nossa agricultura, é importante aprofundar o desenvolvimento de sistemas intensivos de produção, procurando resolver **para as nossas condições**, os problemas relacionados com os aumentos de produtividade. É, este um dos campos de actuação em que tal cooperação internacional, iniciada na vigência do passado Plano, se tem mostrado mais benéfica.

O conhecimento das condições e níveis qualitativos e quantitativos da nossa produção leiteira, tendo como objectivo a montagem dos mais correctos sistemas de gestão da empresa agro-pecuária, exige o estabelecimento de serviços e programas adequados a este fim, englobando também a formação de técnicos e, fundamentalmente, empresários agrícolas.

Por outro lado, a modernização da agricultura da Região, e a consequente necessidade de melhoria da qualidade dos produtos impõem, a montante, uma rede de infraestruturas de apoio objectivadas fundamentalmente em vias de acesso às explorações e ao abastecimento de água.

O esforço de planeamento e as necessidades financeiras para executar um tão vasto programa, obrigam à definição criteriosa das prioridades de ilha, e ainda à procura de fontes de financiamento, como é o caso da CEE, para fazer face aos elevados encargos que a montagem de infraestruturas exige.

A posição de charneira que as infraestruturas várias disfrutam no sistema produtivo é por demais evidente, estando efectivamente a totalidade dos factores de produção e consequente-

mente as produtividades e os rendimentos dos agricultores condicionados à maior ou menor facilidade com se fazem os acessos às explorações agro-pecuárias.

Em relação às culturas anuais, à produção hortícola e frutícola, necessário se torna continuarmos a aperfeiçoar as técnicas de exploração, visando um aumento da produtividade dos factores e diminuindo a dependência externa desses bens.

São no entanto notáveis os aumentos verificados em bens alimentares do sector hortícola, provando a certeza dos esquemas adoptados.

Assume particular importância no contexto deste PMP, a protecção da produção agrícola. Esta protecção constitui cada vez mais e na medida em que se intensifica a produção e a produtividade num contexto de modernização da agricultura, um suporte essencial ao processo produtivo, não só em termos de resultados imediatos da exploração agrícola mas também de preservar indemnidades e valores potenciais dos nossos recursos agrários.

Aqui se insere a defesa permanente da própria Região contra a entrada de doenças e pragas perigosas das culturas, protegendo-as dos graves prejuízos que lhes provocariam, bem como a valorização desse facto através da certificação, com a necessária credibilidade, dos respectivos produtos, conferindo-lhes à partida essa vantagem, de crescente valor em termos de concorrência e de penetração nos mercados externos.

Neste contexto, também qualquer plano de desenvolvimento no sector pecuário não poderá deixar de ter subjacente o pressuposto que os eventuais problemas de índole sanitária nos gados terão de ser combatidos, de modo a atenuar os efeitos prejudiciais que comprometem o seu sucesso. Para além disto, é através do combate às zoonoses que se conseguem evitar os problemas de saúde pública causados pela transmissibilidade das doenças animais ao homem.

A Região Autónoma dos Açores gozando da situação privilegiada no que respeita à inexistência de epizootias graves deverá pugnar pela manutenção de tal "status".

Há portanto que montar um esquema de vigilância nas entradas de produtos e animais susceptíveis de veicularem contágios e assegurar o seu controlo e destruição se for caso disso.

No respeitante ao desenvolvimento, ordenamento e gestão dos recursos florestais, tem-se em vista o aproveitamento florestal do território regional de forma a conseguir-se uma utilização equilibrada do solo no conjunto agrícola, florestal e pecuário, tendo em consideração os condicionalismos de ordem ecológica, económica e social que interferem naquele equilíbrio.

Pretende-se o desenvolvimento do sector florestal, através do aumento da produção lenhosa,

da expansão da área florestada e do aumento da produção unitária, conjugados com o melhoramento da qualidade, contribuindo com uma adequada harmonização de política florestal e industrial para o crescimento económico regional.

Por último, visa-se o desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades dos recursos e áreas florestais com vista à produção de serviços de interesse da constituição de reservas e áreas de recreio, defesa e conservação do meio ambiente e desenvolvimento da caça e pesca desportivas em águas interiores.

Este enquadramento essencialmente produtivo passa para uma segunda fase e, assim, o desenvolvimento da indústria agro-alimentar deverá constituir um ponto-chave da estratégia de crescimento sócio-económico da Região. Por um lado, esse objectivo impõe-se naturalmente como imperativo da própria produção agro-pecuária; há, efectivamente, que criar as condições de transformação dessa produção do sector primário, de modo a colocá-la nos mercados de consumo na forma mais conveniente, isto é, no ponto de equilíbrio entre a apetência desses mercados "clientes" e a capacidade de criar, rentavelmente, valor acrescentado na Região. Por outro lado, a especialização progressiva das economias para a qual se tende neste final de século, aponta claramente para pólos de desenvolvimento assentes em condições próprias que concedam vantagem relativa, quer essas condições sejam ou não naturais.

Nesta conformidade, e sem que se entenda obviamente que o processo de desenvolvimento industrial da Região se restrinja à indústria agro-alimentar, não pode deixar de se realçar a prioridade que lhe deve ser atribuída, já que esta área industrial é um elo do circuito económico que tem a montante uma das maiores potencialidades da Região no que respeita à criação de riqueza.

O significado da indústria agro-alimentar em termos da sua repercussão na economia regional deve traduzir-se em planeamento rigoroso e em análise cuidada das alternativas de aplicação dos recursos, da utilização dos meios financeiros (em particular de ajudas financeiras externas), da inter-relação sectorial e da inserção e compatibilização dos objectivos da Região com os dos espaços económicos em que se insere ou a que vai aderir.

Entende a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas que o desenvolvimento industrial não se deverá fazer tanto à custa de inúmeros e/ou vultuosos investimentos, mas certamente com base em programas seleccionados e devidamente integrados, em termos de satisfazer as necessidades da produção regional - escoamento regular do produto e garantia de rendimento -, de assegurar com regularidade e qualidade os mercados

consumidores e de contribuir para uma maior auto-suficiência alimentar da Região.

Um dos instrumentos de política agrícola, no seu vector económico, é a dos preços e organização de mercados.

A adaptação da actual estrutura e sistemas de preços, continuando a permitir a sua livre formação no mercado, embora condicionada pelas garantias institucionais, designadamente as referentes aos sistemas de preços de intervenção, é um dos objectivos do PMP, uma vez que a própria adesão à CEE assim o impõe.

Não podia deixar de fazer aqui uma referência ao projecto de decreto legislativo regional sobre orientação agrícola.

Desde há muito que se fazia sentir a falta de uma "Lei de Orientação Agrícola" para a Região, onde se definissem, de facto, as grandes linhas de orientação pelas quais se devessem nortear toda a actividade relacionada com a nossa agricultura e onde ficassem consignados os grandes princípios e o enquadramento genérico como são encaradas as soluções estruturais em que deve assentar a evolução dessa mesma agricultura.

Isto para servir de guia aos serviços, aos técnicos, aos empresários agrícolas e às suas associações representativas, aos demais agentes económicos de uma ou outra forma interessados e relacionados com a agricultura e, de um modo geral, a todas as entidades sócio-económicas, políticas e culturais inseridas na Região e cuja actividade esteja de algum modo relacionada com a agricultura no seu sentido mais lato.

Todas essas entidades a reclamavam como necessária e mesmo indispensável.

O mesmo acontecia de há longos anos e continua a acontecer em relação ao continente, onde apenas algumas intervenções parciais se têm verificado, mas infelizmente com resultados ou nulos, ou desastrosos.

Por todas as razões e para que o mesmo não aconteça nos Açores e, além disso, para que se definissem as orientações mais consentâneas com as especificidades próprias da Região e com as opções e conceitos de vida do povo açoriano, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas preparou uma proposta de lei nesse sentido.

Como sempre acontece, aparecem os críticos que se insurgem com a ausência de certas normas e orientações e, quando alguém pretende estabelecê-las, insurgem-se contra a disciplina a que, por mais ligeira que seja, terão naturalmente de ficar sujeitos.

Esta proposta de lei de orientação agrícola não poderá escapar à regra.

Porém, a necessidade e justeza dos seus objectivos, os fundamentos concretos das medidas

que se preconizam, a equidade e transparência das regras que se estabelecem e a eficácia dos meios que se pretendem criar, quando bem esclarecidos acabarão, certamente, por vencer essas críticas iniciais e não só fazer aceitar essas regras, como obter a adesão dos interessados, responsáveis e empenhados no progresso da Região e no bem estar dos seus habitantes.

A proposta de lei em apreço sublinha a função social da propriedade e a obrigação de que a terra seja explorada segundo critérios técnicos e económicos apropriados a um destino agrário idóneo e que nas unidades produtivas se realizem as transformações e melhoramentos necessários com vista a ser alcançado um mais adequado aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

É a expressão de uma preocupação de base justificada pela exiguidade do factor terra na Região e a consequente necessidade de promover o seu melhor aproveitamento.

Aliás, a proposta inclui, no seu articulado, toda uma série de medidas, apoios e incentivos conducentes a esse objectivo essencial.

Quanto aos agentes económicos, a proposta de lei define clara e concretamente a quem cabe, essencialmente, a exploração da terra para fins económicos de natureza rural: é aos sectores privado e cooperativo.

Entende-se que só excepcionalmente a terra possa ser explorada por entidades de direito público, e dela sejam proprietárias com fins agrícolas para a obtenção de rendimento ou para a prossecução de objectivos que lhes sejam próprios.

E, na sequência destas disposições, comete ao Governo Regional a competência para intervir nas actividades agrícolas com uma função educativa e inovadora quanto a técnicas e processos.

Fica, assim, expresso o princípio de que a exploração da terra cabe aos sectores privado e cooperativo, com a intervenção do Governo Regional apenas com uma função educativa e inovadora quanto a técnicas e processos, o que, aliás, já lhe compete.

Quanto ao sector das pescas, prosseguirão neste PMP as grandes linhas de política já definidas anteriormente.

O relançamento do sector, iniciado na vigência do Plano 81/84, veio demonstrar que as medidas de política então programadas eram as adequadas ao desenvolvimento desta área fulcral da economia da Região.

Uma política de desenvolvimento assente no diagnóstico dos recursos básicos, na projecção das metas e objectivos a atingir, na avaliação contínua das metas projectadas e nos correctos mecanismos de execução.

Entendem-se como recursos básicos, não só os pesqueiros, mas também os recursos humanos de que dispomos, os recursos financeiros a mobili-

zar, e os recursos técnicos indispensáveis à modernização das pescas.

Uma projecção de metas e objectivos terá de levar em conta o comportamento do mercado, a projecção possível da procura do nosso pescado, assim como da capacidade de produção para responder, em tempo útil, a tais solicitações.

O crescimento da frota pesqueira, teria pois, de alicerçar-se em bases sólidas, tendo em atenção não só o tipo e condições técnicas de cada embarcação, como também o número de embarcações a construir, por forma a que a expansão da frota seja coerente com as possibilidades dos recursos, e evolua de forma firme e continuada.

A avaliação das metas projectadas tem demonstrado que o caminho percorrido foi o mais correcto, já que o desenvolvimento a que temos assistido, e o que está projectado, é consentâneo com as nossas possibilidades de expansão económica do sector.

Na execução desta política, foi necessário ter em conta a elaboração da legislação para o enquadramento correcto do sector, assim como a preparação técnica dos diversos intervenientes no processo produtivo, a indispensável política financeira e de modernização de infraestruturas, tem sido suficiente para o actual estado do desenvolvimento, proporcionando ao sector privado os meios indispensáveis ao seu crescimento.

A organização da produção e da comercialização, adoptando sistemas que permitam regular, na medida do possível, o abastecimento de pescado, são áreas de trabalho a melhorar, com o estudo urgente das soluções mais adequadas.

O carácter aleatório da pesca, que provoca alterações frequentes e profundas nas capturas, unido à natureza perecível do pescado, que obriga à sua rápida comercialização ou conservação, cujos custos são sempre elevados, provocam variações por vezes imprevisíveis da oferta, as consequências perturbações nos mercados e por conseguinte nos preços, com estrangulamentos ao nível do escoamento sobretudo do pescado em fresco, exigindo soluções dinâmicas e modernas, capazes de não onerarem demasiado os custos de produção.

A completar o quadro que vem sendo descrito, cabe também referir as necessidades regionais em infraestruturas portuárias, entendidas estas não só como as melhores condições de abrigo para a nossa frota, mas também no dotar os nossos principais portos de pesca com os meios de descarga e conservação do pescado indispensáveis aos rápidos e eficientes mecanismos de escoamento do mesmo.

Assim, os grandes objectivos para o sector das pescas na Região, poderiam ser enumerados do seguinte modo:

1. Uma política de investigação, tendo

em vista o adequado conhecimento dos nossos recursos;

2. Uma política de ensino e formação profissional, preparando os nossos pescadores para a modernização das nossas pescas;

3. Uma política de reestruturação das frotas de pesca, tendo como objectivo ocupar plenamente a nossa ZEE, aumentando as capturas;

4. Uma política de infraestruturas dotando os nossos portos dos mais adequados meios de descarga, conservação e distribuição do pescado.

O Governo Regional vai, pois, intensificar, ao longo da legislatura que agora se iniciou, a realização da política sectorial que definiu e cujos mecanismos aperfeiçoou durante os últimos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por último, algumas palavras em relação ao crédito à agricultura, pecuária e pescas.

Se é verdade que o sector das pescas já era dotado de uma política de crédito orientada para o investimento, única no país, o mesmo não se verificava de modo integrado para a agricultura e pecuária.

Gorada a tentativa de fazer actuar na Região o IFADAP, cujas culpas cabem inteiramente ao Poder Central, foi necessário ultrapassar esta dificuldade.

Assim, ao Governo Regional, através das Secretarias Regionais das Finanças e da Agricultura e Pescas, com a plena colaboração e concordância do Banco de Portugal, foi possível colocar, recentemente, ao serviço da agricultura da Região, um sistema de crédito adaptado à nossa realidade produtiva, capaz de ser um instrumento de política indispensável ao desenvolvimento do sector.

O sistema de crédito encontra-se fundamentalmente dividido em dois aspectos distintos:

1. O de curto prazo

2. O de investimento

No primeiro caso, ou seja o crédito de curto prazo, contemplam-se inúmeras actividades produtivas do sector agrícola e das pescas, tendo também em conta os créditos à transformação e armazenagem, e o destinado a garantir fundos de maneiio, através do crédito denominado de tesouraria.

Contudo, estas linhas de crédito de curto prazo, distinguem-se em alguns casos das aplicadas no restante território nacional, já que procurando incentivar o desenvolvimento do sector agro-pecuário, decidiu-se bonificar, através do orçamento da Região, linhas de curto prazo especificamente destinadas a algumas actividades deste sector. Resta acrescentar que a cobrança dos juros se faz sempre no final da operação.

No caso do crédito ao investimento, contemplam-se genericamente, as seguintes operações

de crédito, destinado aos sectores agro-silvo-pecuário e da pesca:

1. Empréstimos que tenham por objecto facultar recursos para o investimento em unidades produtivas, ou para a formação, reestruturação, melhoria ou desagravamento do capital fundiário das explorações.

2. Empréstimos que tenham por objectivo financiar a criação, montagem, aperfeiçoamento e a reconversão total ou parcial de instalações ou equipamento, cujo domínio pertença a unidades produtivas dos sectores mencionados e que tenham por fim a transformação, o melhoramento ou a conservação de produtos agrícolas, silvícolas, pecuários ou piscatórios.

3. Empréstimos destinados a financiar a construção ou melhoria de infraestruturas económicas e sociais relacionadas directamente com o desenvolvimento das unidades produtivas.

Por outro lado, são também definidos os níveis de autofinanciamento dos beneficiários, níveis esses situados, e em termos genéricos, apenas à volta dos 10%.

Será também da responsabilidade do orçamento regional a bonificação de alguns aspectos de investimento relacionado com a aquisição de prédios rústicos e melhoramentos fundiários.

Ficou assim genericamente definido um dos mais importantes instrumentos de política de crédito ao serviço do sector primário, aspecto que, pela sua importância deixei precisamente para o fim da minha intervenção.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, os meus agradecimentos pela atenção que me dispensaram.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Apenas três breves perguntas, porque o tempo já não é muito.

A primeira pergunta é a seguinte:

Este Governo pretende fazer, por aquilo que nós já sabemos, por aquilo que voltou aqui a ser repetido, um grande esforço legislativo neste domínio e do qual espera muito - um pouco em contraste com aquilo que aconteceu, e foi referido, com o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais que não espera assim muito dos esforços legislativos - espera mais das acções.

Mas eu pergunto se - e também fez uma breve referência ao cooperativismo, muito breve até - no esforço legislativo que esse Governo pretende fazer, existe ou não a intenção de alterar a regulamentação de um diploma, que foi feita pelo Governo, sobre um decreto legis-

lativo regional, aprovado nesta Assembleia, sobre o uso e fruição dos bens do IACAPS que alterou, para mim, substancialmente, o espírito do diploma aprovado nesta Assembleia.

A segunda questão, ainda em relação ao esforço legislativo, seria em relação à Lei de Orientação Agrícola. São duas as perguntas breves para respostas breves também, se assim entender.

- Considera ou não o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas que o atraso na apresentação e aprovação da Lei de Orientação Agrícola poderá vir a ter reflexos ou não nos objectivos previstos neste Plano no caso da agricultura?

Ainda em relação à mesma questão, perguntaria:

- O silenciamento total, durante a campanha eleitoral de Outubro passado, agravou ou não este atraso?

A terceira questão é em relação ao problema da produtividade e excedentes agrícolas, que são duas coisas que parecem estar, pela história da agricultura, desde sempre ligadas. Pergunto, para o período do Plano a Médio Prazo, que redução de excedentes é que se prevê na agricultura e onde é que se prevê que eles sejam reabsorvidos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para pedidos de esclarecimento.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Eu estou no termo do meu tempo. Posso dizer até que vou queimar os últimos cartuchos com V. Exa., Sr. Secretário, e, por isso, aproveitaria para colocar aqui algumas questões que tinha colocado na minha intervenção, que foi feita há poucos minutos, mas que tinha interesse, de facto, que o Sr. Secretário respondesse.

Uma questão que coloquei, independentemente da questão de fundo, que é o desacordo que temos em relação aos objectivos finais reais, é a seguinte:

- Pensa o Governo - e eu reformulo a pergunta - que dispõe ou disporá a curto prazo, dos meios técnicos, humanos e funcionais suficientes para a realização de todos os programas e respectivos projectos, no que implicam de experimentação, execução, intervenção directa, formação e extensão?

Uma outra questão relaciona-se com as arroteias do Pico. Tive oportunidade de perguntar se está feito algum estudo das consequências sociais do projecto - não tanto da sua 1ª fase, mas da sua 2ª fase - e se a informação já dispendida sobre ele, especialmente aos interessados (aos actuais produtores e aos potenciais produtores), é considerada suficiente ou não.

Uma outra questão que coloquei e que gostava que o Sr. Secretário desenvolvesse um pouco mais, se fosse possível, diz respeito ao cooperativismo na agricultura.

O Sr. Secretário, de facto, fez uma referência muito breve - penso eu que normalmente as suas referências são breves - ao cooperativismo na agricultura. Gostaria que, se fosse possível, desenvolvesse um pouco mais, já que a futura lei de Orientação Agrícola também fala no sector cooperativo e, por isso, gostaria de ouvir alguma coisa sobre esse assunto.

Para finalizar, tive aqui ocasião de pôr algumas questões, e chamar a atenção do Governo, relativamente a problemas de pescada, especialmente em fresco. O Sr. Secretário referiu na sua intervenção que é uma área que precisa ser melhor estudada e ponderada. Eu gostaria de lhe perguntar se, para além dessa referência, pode adiantar alguma ideia sobre o assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para responder aos pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas feitas, eu de facto lamento que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa não tenha feito a sua intervenção antes da minha porque o Sr. Deputado é sempre um dos mais poderosos críticos à agricultura, vinda da bancada Socialista, e não vou ter oportunidade, de facto, de lhe poder responder depois da sua intervenção.

Digamos que o Sr. Deputado guardou os seus cartuchos para o fim...

Em relação ao problema posto e relacionado com problemas cooperativos - o IACAPS - e a passagem para o sector cooperativo de algumas das suas funções, eu julgo que isso está a seguir um caminho lógico e, neste momento, até não tenho preocupações de maior nessa matéria porque, o que tem surgido ultimamente - e quando digo ultimamente digo, enfim, no último ano sobre iniciativas cooperativas capazes de poderem, de acordo com o espírito que presidiu à elaboração da legislação, de substituir algumas dessas funções, é positivo.

Eu creio que, de facto, é possível encaminharmo-nos rapidamente para esse tipo de solução.

O Sr. Deputado fez uma pergunta relacionada com o atraso na apreciação da Lei de Orientação Agrícola e relacionada sobretudo, também, com um silenciamento na campanha eleitoral.

Eu já tive oportunidade de dizer que, se houve um atraso na elaboração da lei, esse atraso é da responsabilidade da Secretaria Regio-

nal da Agricultura e Pescas.

De facto, ao metermos ombros a essa obra, julgávamos que éramos capazes de a terminar muito mais cedo e ela levou muito mais tempo do que julgávamos a elaborar, e só foi possível apresentá-la no final da legislatura passada e entrou aqui na Assembleia em Junho do ano passado, se não estou enganado.

Portanto, a partir desse momento a lei é pública e nem se pode, de facto, dizer que qualquer tentativa de silenciamento, teria êxito porque ela é pública, da posse dos Srs. Deputados, e do conhecimento geral da Região.

Em relação à campanha eu, como candidato pelo PSD aqui pelo Faial, fiz campanha por aqui e, todas as vezes que me falaram nisso, eu respondi e esclareci e, portanto, não tenho problemas de consciência nessa matéria, Sr. Deputado!

Há uma pergunta complicada que é o problema dos excedentes em agricultura.

De facto, estão esperados nos próximos 4 anos - e isso está quantificável - excedentes naquilo que é tradicional ter excedentes e que é normalmente o nosso grande potencial de exportação - refiro-me concretamente aos excedentes de bovino e aos excedentes de leite e lacticínios que, concretamente, são os maiores.

Já tive oportunidade de explicar que os mecanismos previstos para enfrentar esses excedentes são tranquilizadores para o produtor açoriano.

Eventuais excedentes, numa grande gama de produtos que são aqueles que são destinados para o consumo em fresco, quer da Região quer para exportação, não há, neste momento, qualquer número que nos diga que possam surgir complicações nessa matéria. Aliás, nesta Assembleia, e quando se discutiu o problema da integração na CEE e da proposta de interpelação ao Governo do PSD, eu tive oportunidade de esclarecer até amplamente esse fenómeno dos excedentes e da maneira como eles são garantidos em termos de preços à produção.

Sr. Deputado Decq Mota, de facto os chamados níveis técnicos suficientes para enfrentar o desafio que o próprio Plano traduz e o desafio que a agricultura é nos próximos anos, é, na verdade, importante e nós temos que nos preparar tecnicamente para isso.

Eu tive oportunidade de referir na minha intervenção que, sobretudo no âmbito da cooperação internacional, neste momento se desenvolvem projectos muito concretos de preparação, não só de novas técnicas de produção, mas sobretudo de formação de pessoal, que eu reputo de muito importante.

Por outro lado, o projecto que eu referi de formação e ensino agrícola vai permitir uma

certa diversificação nessa área, pois à medida que as próprias entidades que usufruem destes mecanismos e do associativismo - que eu já lá vou falar nisso - poderão descomprimir a função do Estado nesta matéria.

Arroteias do Pico, e em relação sobretudo à 2ª fase, devo dizer que vai arrancar ainda este ano um estudo que vai condicionar o desenvolvimento da 2ª fase do projecto, onde as consequências económicas, sociais e técnicas do projecto começarão a ser medidas a partir do arranque da 1ª fase.

Desta 1ª fase não existem de facto problemas nessa matéria.

Quanto ao cooperativismo, eu queria que ficasse bem claro - aliás isso está no Plano, isso já foi até publicamente anunciado por mim - de que uma das prioridades é a protecção clara e objectiva ao nascente cooperativismo agrícola. E chamo até a atenção que já aqui referi na Assembleia de que, imediatamente a seguir à apresentação do decreto legislativo regional sobre associativismo agrícola, seria aqui apresentado um projecto de uma lei - quadro do associativismo agrícola na Região onde todas as formas de associativismo serão enquadradas e legisladas concretamente até o problema dum pergunta que foi aqui feita do atraso do apoio ao jovem agricultor e suas formas de associativismo.

Há, de facto, um atraso nessa matéria que decorre da canalização dos meios financeiros que julgámos que podia ser feito mais cedo e, por outro lado, do enquadramento legislativo que eu, enfim, em termos do possível que é possível prometer, este ano estará enquadrado e arrancará definitivamente.

Sr. Deputado Decq Mota, eu referi, realmente, o problema da comercialização do pescado em fresco. É um problema complexo e que exige soluções inovadoras nesta matéria, sobretudo por aquilo que foi aqui referido, que a pesca tem um carácter aleatório e, sobretudo, quando se está a lidar com o chamado peixe fresco e o valor dele é, de facto, exportá-lo em fresco.

A próxima possibilidade de possuímos em terra melhores infraestruturas de frio, irá na verdade possibilitar que esse escoamento se faça de uma maneira muito mais gradual, já que uma melhor estruturação do frio nos portos que normalmente recebem grandes quantidades de peixe fresco, poderá permitir uma concentração de oferta e, ao mesmo tempo, uma maior facilidade do seu escoamento.

Já que até aqui tem havido de facto problemas nessa matéria, eu concordo consigo que é uma área a melhorar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, julgo que respondi, dentro do possível, às perguntas que me foram feitas.

Muito obrigado

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente. Srs. Deputados:

É apenas para repetir uma pergunta porque, efectivamente, ela não foi compreendida no sentido que eu a tinha feito...

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): ... porque eu referi-me a excedentes de produtores e não de produtos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para esclarecer o Sr. Deputado.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, de facto, tinha percebido ao contrário.

Poderá, eventualmente, surgir, de melhorias que vão sendo inseridas no sector primário, de transferência de excessos de mão-de-obra nesse sector para outros sectores.

Isso tem que ser cuidadosamente seguido, já que eu concordo, e tenho por várias vezes referido esse aspecto, de que não é possível aumentar a terciarização dos Açores, portanto, transferências do sector primário para o sector terciário.

Também é verdade que todo e qualquer desenvolvimento implica também um certo redimensionamento e melhoria das técnicas de exploração e, portanto, isso cria sempre de facto alguns excedentes que terão que ser cuidadosamente seguidos.

Chamo no entanto a atenção de que não decorre, como poderia parecer à primeira vista, da aplicação linear, digamos assim, das propostas inseridas na chamada Lei de Orientação Agrícola, que, obrigatoriamente, se criem excedentes na agricultura em termos de mão-de-obra, e julgo que esses excedentes serão criados por outros mecanismos.

Contudo, terei de lhe responder de uma forma diferente: um política integrada para a economia dos Açores terá que prever esse fenómeno, que não é só um fenómeno nos Açores; é um fenómeno em qualquer parte do mundo que se pretende modernizar a agricultura.

Chamo no entanto a atenção do Sr. Deputado de que, contrariamente ao que parecia que se iria verificar nestes últimos anos, houve um retrocesso nessa matéria. Enquanto que aqui há 4 ou 5 anos, por exemplo, se notava uma necessidade de mão-de-obra em alguns sectores agrícolas, esse problema começa a ter um certo equilíbrio, portanto, o contrário um pouco daquilo que estamos aqui a falar. Mas eu estou convencido

que este não será um problema grave a enfrentarmos nos próximos anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Azevedo.

Deputado José Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi-nos aqui apresentado pelo Governo Regional para discussão e apreciação o Plano de Médio Prazo para o quadriénio 85/88 e o Plano para 1985.

A discussão que se tem gerado e vai gerar à volta deste documento sem dúvida que se reveste da maior importância para o futuro da Região que o mesmo é dizer para o bem estar das populações espalhadas pelas nove ilhas que temos servido e que queremos continuar a servir, tendo por objectivo um futuro que se pretende cada vez mais justo e portanto mais próspero.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos perfeita consciência das dificuldades do momento e de que no futuro elas nos continuarão a surgir, já que as crises Nacional e Internacional são por todos conhecidas - menos por uns quantos que fingindo não saber - insistem em imputar responsabilidades, que em alguns casos sobretudo lhes cabem - a quem legítima e honestamente procura minimizar os efeitos Regionais.

Naturalmente que pelo seu carácter periférico, pela sua dimensão, pela sua descontinuidade geográfica em relação ao Continente, pela sua própria descontinuidade geográfica e abandono a que foi votada durante anos, a Região não deixará de sentir os inevitáveis efeitos da situação presente. Somos pequenos e pobres por isso sentimos com particular intensidade as crises que vamos atravessando, mas não seremos menos corajosos e trabalhadores para as sabermos vencer. Disso mesmo temos dado provas, fá-lo-emos agora e sempre que necessário, de acordo com a ideologia Social-Democrata que professamos e com os princípios da Autonomia Regional que temos defendido e que queremos continuar a defender.

Contudo se dificuldades existem que impossibilitam por carências de meios, a execução de todos os investimentos que o Governo Regional desejaria levar a cabo, haverá então que afectar, na circunstância presente, justa e criteriosamente os recursos disponíveis por forma a prosseguir o desenvolvimento harmónico que iniciámos e que queremos ver continuado e cada vez mais consolidado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo agora em apreciação não será o plano necessário nem talvez o desejável, mas de certo que é o plano possível. É

então esta uma forma coerente de planear porque o Partido Social Democrata, ao contrário de outras formações partidárias, não vende "sonhos" nem promete a Lua sabendo que a não pode dar, recebendo assim o apoio da grande maioria dos Açorianos que não vão atrás de balões, sendo nós, e concretamente aqui os "alvos" das vinganças pelas derrotas sofridas, das quais não somos culpados, pois as confusões, não somos nós que as originamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É-nos grato constatar que na metodologia e modelos de desenvolvimento do **Plano de Médio Prazo**, se refere que a prudência que deve presidir à aplicação de recursos materiais escassos impõe que se reconheça a necessidade de o processo de desenvolvimento regional estar implantado em cada uma das ilhas, de acordo com as suas potencialidades próprias.

Daqui resulta a necessidade do exame atento da situação real de cada uma das ilhas e a obrigação do conhecimento profundo de todas e cada uma delas para que a cada uma - de Santa Maria ao Corvo - lhe seja dado o tratamento adequado tendo em conta as necessidades e dificuldades, proporcionando uma capacidade de resposta, pois, só assim será **entendida e atendida** a realidade "Ilha" que defendemos e que queremos continuar a defender.

É neste contexto e com base no entendimento que sendo **Deputados Regionais** somos necessariamente Deputados do Círculo por onde fomos eleitos, para aqui transmitir e defender os interesses das respectivas populações - que julgo necessário alertar o Governo Regional para certos aspectos que sendo **locais** - são **Regionais**.

No que concerne aos empreendimentos a desenvolver em S. Jorge previstos no Plano, estamos certos de que a execução dos mesmos vai contribuir para a resolução de problemas existentes naquela ilha e será assim o acordar para uma nova aurora esperada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo o Arquipélago dos Açores uma Região dotada de apreciáveis condições naturais para a Agro-Pecuária - destina o Plano de Médio Prazo uma considerável fatia a esse sector tão importante - diria até, porque o é, vital para a economia Regional.

Sendo certo que São Jorge não foi esquecido também não é menos verdade que o desenvolvimento Agro-Pecuário da parte Oriental daquela Ilha tem de passar pela realização de um programa de Arroteias da Serra do Topo, programa esse que não tivemos a dita de ver contemplado neste Plano.

No que respeita ao Turismo cada Ilha é um mundo diferente com carências e potencialidades diferentes logo, de resposta diferente, mas é nessa diversidade que assenta a nossa maior riqueza turística e é dentro de uma escala de carências que cada Ilha tem de receber a sua resposta.

Esperamos S. Jorge venha a receber o tratamento que merece a partir das infra-estruturas de transportes que possui embora aqui fique uma preocupação, no que respeita à necessária melhoria de portos naquela Ilha concretamente o há muito pedido aumento no porto da Calheta pois com as condições existentes só com a maré alta é possível ali operarem os lates que servem as Ilhas do Grupo Central.

Espera-se pois que as verbas previstas no Plano para melhoramentos em portos contemplem este porto uma vez que esta preocupação que julgamos tem a sua razão de ser é desde há muito uma pretensão daquele concelho.

No sector da Saúde - estão previstas grandes obras nas diversas Ilhas. Considera-se uma louvável acção pois a saúde dos Açorianos será tanto melhor quanto melhor forem as estruturas Regionais destinadas a tal, reconhecendo-se assim importante passo para a melhoria neste sector.

No que respeita a São Jorge aprez-nos constatar que está previsto no Plano o reapetrechamento do Hospital de Velas bem como o início da construção do Centro de Saúde da Calheta.

Esperamos ver iniciada o mais breve possível esta última que vem de encontro a uma justa aspiração dos habitantes daquele concelho.

O mesmo já não podemos dizer - e aqui fica o nosso reparo e o nosso protesto - pelo que se verifica relativamente ao processo que decorre em relação à Casa de Matança de São Jorge. Julgamos seja o nosso reparo entendido porquanto há longos 4 anos vem sendo prevista a sua construção e quando esperávamos estarem no Plano para 85 verbas para o arranque da obra - apenas estão para compra dos terrenos daqui o nosso descontentamento.

No Sector das Pescas - sector importante para o progresso da Economia Regional.

O Plano prevê - no respeitante a portos - construção, reparação e conservação.

Se os portos de pesca são um problema em algumas ilhas - não o é menos grave em São Jorge - pelo que esperamos venha aquela Ilha a receber o tratamento adequado.

(Embora saibamos que está ou vai ser feito um levantamento das necessidades e as possíveis soluções estudadas).

Estou convicto que o Governo Regional não deixará de ter em conta as preocupações

aqui trazidas e que no decurso da execução dos planos, que aqui estão a ser analisados, elas serão satisfeitas.

Se me detive durante algum tempo sobre questões jorgenses - julgo não ter pecado pois não esqueço os meus deveres Regionais.

Trouxemos aqui algumas preocupações que esperamos sejam entendidas e atendidas como uma colaboração que se pretende realista objectiva e clara.

O Plano de Médio Prazo e Plano Anual vêm no seguimento do Programa do Governo aqui apresentado e por nós aprovado, como não podia deixar de ser - pois ele mereceu o apoio da maioria Açoriana, optando assim por um modelo de desenvolvimento Social que não temos dúvidas - **É o que os Açorianos querem. É aquele que serve os Açores.**

A apresentação do Plano, feita aqui nesta Assembleia pelo Senhor Secretário das Finanças foi clara por isso não tenho dúvidas de que o Plano procura os objectivos, as soluções adequadas por nós defendidas tendo em conta o progresso, bem estar, desenvolvimento para quantos habitam o nosso espaço Regional.

Porque o Plano de Médio Prazo para o quadriénio que se segue e o plano para o ano em curso emanado daquele tem o seu alicerce nas linhas de rumo traçadas pelo **Partido Social Democrata** em 1976 e que até agora tem merecido o apoio da maioria dos Açorianos recusando embarcar em promessas irrealistas;

Porque o PMP ora em apreciação visa o crescimento da economia Açoriana, o desenvolvimento harmónico das Ilhas, o bem estar das nossas populações - tem o nosso apoio.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito e mais se dirá sobre o assunto em debate - desde as críticas concretas e pertinentes da oposição, à auto defesa cerrada dos Membros do Governo passando pelo silêncio cúmplice do Partido que o apoia.

Ao abordar, nesta minha intervenção, a proposta do Plano de 1985 e o PMP para 85/88 e, por não me sentir particularmente dotado para fazer considerações de carácter económico, não tecerei considerações de tal âmbito. Até porque elas já foram expostas pela voz de outros bem mais conhecedores da matéria.

Limitar-me-ei, portanto, a referir lacunas existentes no Plano em assuntos de importância relevante no que, directamente, diz respeito à Ilha do Corvo.

E como vou começar por falar nos Sectores da Educação e Cultura, gostava de agradecer ao Sr. Secretário - que neste momento não está cá - a simpática oferta do fato de treino que me fez e, dentro da sua abertura, aproveitava para lhe sugerir que esta oferta fosse feita a algumas agremiações desportivas desta Região (e não são poucas!) que se debatem com graves carências.

Também em proveito da Ilha do Corvo, a aproveitando a maneira aberta e fácil de abordar os assuntos, como o Sr. Secretário demonstrou, dizendo que gostava de falar de uma maneira solta, irei aproveitar essa situação, esperando que essa "soltura" se mantenha por largo tempo.

Começemos pelo sector da Educação:

Na Secretaria Regional de Educação e Cultura, parece não haver conhecimento de que a Ilha do Corvo existe. - Nada foi orçamentado! Será que o Sr. Secretário Regional sabe que a Telescola do Corvo só tem um video-tape e que este não está em funcionamento?

No Projecto 5.1 "Aquisição de Material Didáctico para a Educação Pré-Escolar e Ensino Primário" prevê-se uma dotação de 5000 contos. Esperamos que desta verba alguma seja dispensada para o Corvo, ou será que se vai manter a situação da Escola Primária e Telescola continuarem a não usufruir do material mínimo para o seu funcionamento, com o conseqüente desgaste para os docentes e inerente prejuízo para a população em idade escolar?

Falemos agora de desporto.

Sr. Secretário:

Na Ilha do Corvo existem jovens com idades compreendidas nos escalões etários apoiados pela Direcção Regional de Educação Física e Desportos. Esses jovens gostariam de praticar desporto, como fonte de saúde, como passatempo e com o direito que lhes assiste por serem iguais aos jovens das restantes ilhas da Região. Se é que somos realmente uma Região e não várias parcelas espalhadas ao acaso pelo Atlântico!...

Qual o material desportivo existente no Corvo? - Nenhum ou praticamente nenhum!

E os Coordenadores Regionais de modalidade que se têm deslocado às outras ilhas, a fim de incentivarem o gosto pelo desporto e consequentemente provocarem o arranque das diferentes modalidades?

Porque não chegou ainda nenhum ao Corvo? Será necessário existirem primeiro hotéis e outras comodidades do tipo? Não existem Sr. Secretário! Mas existe, sim, um recinto polidesportivo que, desculpem a expressão, está às moscas, o que aliás não é para admirar, pois se além do já referido, até já serviu de local para secagem de blocos de construção civil!...

E assim vai o desporto no Corvo...- Os jovens jogam às cartas e isto enquanto tiverem parceiros, pois as motivações que lhes são dadas para se manterem na Ilha, não se vislumbram em nenhum sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo a Educação e Cultura a base da consciencialização e valorização física e intelectual dum povo, é através destes elementos que se avalia o seu grau de desenvolvimento. No Corvo essa oportunidade e emancipação parece ter sido uma vez mais adiada.

No sector da Cultura - projecto 7.2 "Montagem de Casas de Etnografia", também os Corvinos foram esquecidos.

Concordamos e aplaudimos a montagem de diversas casas etnográficas nas diferentes ilhas da Região.

Todavia, se há necessidade de estabelecer critérios de prioridade, a instalação numa no Corvo é mais que urgente!

Direi mesmo: - É imprescindível! É inadiável! Isto se realmente prezamos o nosso património etnológico...

É necessário que as gerações vindouras possam conhecer os costumes, o modo de vida e a cultura dos seus antepassados, como é preciso acautelar o pouco que ainda resta do património da comunidade corvina, a maior parte já espalhada pela Região, pelo País e até pelo estrangeiro, muitas vezes cedido por pessoas de boa fé que, desconhecendo o seu real valor foram vítimas de autênticas fraudes.

No que respeita ao sector da Saúde, gostaria de apresentar ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais as seguintes considerações e perguntas:

Na Proposta do Plano para 1985, o sector da Saúde prevê uma verba de 750 mil contos, ou seja, 5,8% da dotação global do mesmo.

No Programa 9.8 ceste sector "Construção de Postos de Saúde", contacom a verba de 5 mil contos, quantia que não nos parece muito avultada, para colmatar as carências de construção de novos postos de saúde na Região.

Como o Senhor Secretário sabe, o pseudo-posto de saúde do Corvo, não tem o mínimo de condições para o seu funcionamento, quer no aspecto estrutural do edifício onde se encontra instalado, que não tem as condições mínimas para tal, servindo como exemplo a situação que a não ser dramática seria ridícula de que um doente a ser transportado numa maca, tem que ser sujeito a complicados números de equilíbrio e cálculos matemáticos à ordem do centímetro, para a passagem nos corredores apertados deste edifício. Também a sala de tratamentos não tem

escoamento para a lavagem fácil e imediata após a assistência a um sinistrado, factor essencial na higiene de uma sala utilizada para este fim.

Após a exposição destes factos e muitos outros, que por motivos de tempo, não me é possível mencionar, mas que na minha boa fé, presumo não serem desconhecidos do Senhor Secretário, pergunto:

1 - Na verba global de 5 mil contos prevista no Projecto 9.8, está incluída a construção de um pequeno posto de saúde para a Ilha do Corvo, com o consequente funcionamento num edificio de raiz, equipado com uma sala de tratamentos? Uma sala de pequena cirurgia? Uma sala de esterilizações? Um gabinete de consulta?

2 - Dado o isolamento da ilha e os precários meios auxiliares de diagnóstico, achamos imprescindível a dotação de um aparelho de radiocopia numa sala própria para o funcionamento do mesmo. Será que também há uma previsão neste sentido?

Perante as queixas do Presidente da Câmara do Corvo, sobre a não resolução do problema que representa para aquela ilha a falta de um enfermeiro pela saída do existente como, aliás, estava previsto por ter terminado a sua comissão de serviço na qualidade de militar, situação que era conhecida desde há dois anos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, o Sr. Secretário, em declarações proferidas à RTP/Açores, no dia 5 de Fevereiro deste ano, afirmou estarem a decorrer já as necessárias diligências com as Forças Armadas, tendo em vista a substituição do referido enfermeiro. Declarou ainda existir um enfermeiro civil numa unidade hospitalar do Continente, disposto a prestar serviço na Ilha do Corvo durante alguns meses.

Se, conforme o que é referido no sector da saúde, da proposta do Plano para 1985, o nível de saúde da população depende não só do tipo da actividade exercida, mas também dos profissionais e dos serviços existentes, pergunto ao Sr. Secretário:

1- Decorridos todos estes meses, quanto tempo mais será necessário para desbloquear esta incrível situação?

2 - Como pode um médico, **sozinho**, exercer uma actividade satisfatória, a nível pessoal e comunitário, se não possui nem auxiliar, nem instalações, ou quaisquer condições minimamente suficientes para um trabalho tanto mais importante, quanto maior é o isolamento da população corvina!?

3 - Se essas carências têm sido minimizadas pela indesejável competência e profundo empenho de um médico ali colocado no cumprimento das suas funções, assumidas a simples suposição de que, por motivo de força maior ou simplesmente

para passar férias a que tem direito, o mesmo tenha que se ausentar.

Existem alternativas estudadas pela Secretaria dos Assuntos Sociais, ou o Corvo fica pura e simplesmente sem assistência médica, abandonado aos caprichos da sorte?

No sector da Habitação, Urbanismo e Ambiente, e mais precisamente nos projectos 20.3, 20.4, 20.5 e 20.6 é a Ilha do Corvo contemplada com dotações. Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário:

- Quem é a entidade que fiscaliza e controla a aplicação destas verbas?

Mais: - Será que anteriormente o tem feito do modo melhor e mais justo?

Ainda neste âmbito e no projecto 23.3, "Concessão de Subsídios a entidades particulares de interesse colectivo", está prevista uma verba de 800 contos. A que entidade e para que fim se destina esta verba, Sr. Secretário?

Quanto ao projecto 38.1 do sector das Pescas "Construção, melhoramento e equipamento dos portos de pesca", está prevista a quantia de 1000 contos. Gostaria que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas especificasse o destino a dar a esta verba?

No que se refere ao Turismo, nada foi feito no Corvo, mas fica-nos a esperança de que, a curto prazo, tal se venha a concretizar e que algumas das 3.500 camas que se prevêem para a Região, cheguem ao Corvo, inseridas numa estrutura própria para alojamento de quem demanda aquela ilha em busca da sua paz e beleza, mas que porventura não pode lá passar umas pequenas férias por falta de alojamento.

Para conhecimento do Senhor Secretário dos Transportes e Turismo bem como dos restantes membros do Governo e desta Assembleia gostaria de fazer um pequeno, mas sinto que importante reparo, relacionado com os desdobráveis de propaganda turística, que me foram entregues.

Não constitui, para mim motivo de preocupação, conforme antes de ontem me dizia, a título de graça, o Senhor Presidente do Governo Regional, a inclusão do Corvo a meias com as Flores num único panfleto. preocupa-me, isso sim, um erro existente no mesmo. Onde se diz "Percorrer as suas ruas estreitas, calcetadas com seixos rolados e tendo no centro lages polidas pelo uso", caiu-se numa triste e vergonhosa mentira.

Não direi, criminosamente, mas sim por ignorância a velha calçada praticamente lisa desapareceu, coberta com uma camada de cimento, num atentado, a todos os títulos condenável, ao património do Corvo e da Região. Noutra ilha, decerto, aquele tipo de pavimento teria sido cuidadosamente preservado, mesmo que para tanto fosse necessários dispender verbas para proceder

à sua reparação e nivelamento.

Fica-nos a esperança de que, algum dia, alguém, com mais visão e maior consideração pela traça projectada pelos seus antepassados, se disponha, com novos e dispensáveis gastos, a remover a escandalosa cobertura e devolva às ruas corvinas o primitivo aspecto medieval, tardiamente propagandeado para turista ler.

Não acreditamos que não houvesse outras soluções que tecnicamente permitissem sem prejuízo deste património verdadeiramente cultural, a sua utilização pelo tipo de veículo em circulação no Corvo, e que nem são máquinas de grande delicadeza, mas simples motocultivadoras.

No projecto 58.9, onde se prevê uma verba de 10 mil contos para melhoramento do Porto da Casa, congratulo-me com essa medida. Mas, Senhor Secretário, para quando a reparação do Porto do Boqueirão?

Para quando o início do Porto do Topo? Gostaria de lembrar que, como o Senhor Secretário deve saber, devido à sua situação geográfica a construção deste Porto é essencial para uma ilha fustigada por fortes ventos. Pode ainda o Senhor Secretário garantir-nos que o respectivo projecto já está elaborado?

Para terminar e a comentar o programa "apoio ao transporte" no projecto 60.3 está prevista uma verba de 410 mil contos para apoio financeiro à SATA e apoio ao transporte aéreo para a Ilha do Corvo, conforme o acordo entre a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo e a Força Aérea.

Pergunto, Senhor Secretário:

Deste montante, qual o valor atribuído ao protocolo com a Força Aérea?

Também gostaria que me informasse se já estão concluídas ou não as diligências para que os aviões da Força Aérea, façam uma viagem por semana ao Corvo e não de quinze em quinze dias como tem sido normal até este momento e que já é manifestamente insuficiente?

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Renato Moura pede a palavra para?

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, eu desejava usar da palavra para várias coisas mas, inicialmente, apenas para formular algumas perguntas ao Sr. Deputado que acabou de intervir.

Presidente: Tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma das coisas que eu desejava perguntar ao Sr. Deputado é que me traduzisse um pouco melhor o

que é que entende por "silêncio cúmplice da bancada do PSD".

Por outro lado, também desejava perguntar se o Sr. Deputado entende que o Governo Regional, através da Secretaria da Educação e Cultura, ou seja através de quem quer que for, deve mandar para o Corvo rapazes para irem correr no recinto desportivo, impedindo assim que ele esteja abandonado "às moscas" pela população do Corvo, como o Sr. Deputado diz que realmente ele está.

Eram estas perguntas. Depois tinha outras considerações a fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para prestar esclarecimentos.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao "silêncio cúmplice da bancada do PSD", talvez o Sr. Deputado possa responder melhor do que eu, dado que grande número dos seus colegas de bancada, até este momento, ainda não entrevistaram...

(Protestos do PSD)

...estiveram à escuta das palavras de alguns dos seus colegas e dos dignos Membros do Governo que o Sr. Deputado apoia.

Quanto à questão do Sr. Deputado "mandar rapazes para o Corvo para praticarem desporto", isso é uma ignorância da sua parte porque existem lá "rapazes" ou como o Sr. quiser chamar, em número suficiente para praticar desporto na Ilha do Corvo!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nem para fazer uma equipe de futebol!...

O Orador: Para uma equipe não digo, mas praticar atletismo e mais alguns desportos tem!

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, eu desejava usar da palavra para prestar esclarecimentos e para protestar.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Renato Moura (PSD): Vou começar realmente por prestar alguns esclarecimentos, tentando, com a minha ignorância, colaborar com o Sr. Deputado. Espero que não o contagie e ainda fique um pouco pior do que aquilo que já está...

Deputado Hélio Pombo (PS): Espero bem que não!

O Orador:...e, pelos vistos, bastante!

Gostaria de esclarecer o Sr. Deputado que a população do Corvo utiliza, efectivamente, o dito recinto. O Sr. Deputado é que não sabia disso, pelos vistos! Não está realmente "às moscas" esse recinto!

E começo logo por protestar porque me parece que o Sr. Deputado, não obstante ser deputado regional e eleito pela Ilha do Corvo, ofendeu realmente os "rapazes" da dita terra ao dizer que o recinto estava abandonado "às moscas". Parece-me muito mau para um deputado

pelo Corvo.

Seguidamente, gostaria de o esclarecer que, afinal de contas, no Corvo, não se tem gasto tão pouco quanto isso.

E podia-lhe dizer que a execução financeira no Corvo em 1981 é de 7.703 contos; em 1982 é de 6.959,2; em 1983 é de 14.864,5 e que, até Agosto de 1984, era de 3.950,5. Tudo isto perfaz um total, no período de execução do Plano de Médio Prazo, de quase 33.500 contos.

Gostaria também de lhe dizer que, na nossa perspectiva, o desenvolvimento de todo o processo desportivo é um processo desportivo, que nasce da base, julgo que isso aqui já foi dito pelo próprio Secretário, e não é, portanto, imposto, nem tão pouco através do fornecimento de fatos de treino.

Gostaria ainda de lhe dizer que aquilo que tem sido feito no Corvo que se possa considerar mais ou menos correcto, seja nas estradas, nas casas, ou noutros locais, nem tudo isso, Sr. Deputado, é da responsabilidade do Governo Regional nem da actual Câmara Municipal do Corvo!

Não se esqueça, Sr. Deputado, que já houve administração no Corvo que não era da responsabilidade do Partido Social Democrata.

Certamente não está esquecido disso: era exactamente do seu partido!

Deputado David Santos (PSD): Que é que deu o exemplo!

O Orador: Finalmente, gostaria de protestar, e então com veemência, pelo facto da conclusão que o Sr. Deputado tira do que é "silêncio cúmplice". Já sabia que o Sr. Deputado não sabia realmente aquilo que tinha dito e, daí, logo desde o início, ter pretendido saber, a ver se o Sr. Deputado sabia esclarecer.

Como tem tido ocasião de ver, e as inscrições têm sido, aliás, alternadas, tem visto que desta bancada têm falado sempre. Nunca falaram das outras bancadas dois deputados seguidos sem que daqui viesse um deputado!

Compreenderá o Sr. Deputado que, pelo facto de sermos muitos, ainda não deu oportunidade de todos falarem, e alguns até já falaram duas vezes e outros certamente falarão ainda mais do que uma vez. Portanto, não pode tirar a conclusão que há um "silêncio cúmplice" porque toda a gente tem falado.

O Sr. Deputado não tem o direito de tirar essa conclusão porque "silêncio" não houve. As intervenções serão muito ou pouco a seu gosto, serão melhores ou serão piores, agora, silenciosamente, não temos realmente estado!

Não há nenhum silêncio cúmplice e, por isso, protesto da bancada do PSD!

(Vozes do PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agradeço também as referências - e não julgo que valha a pena protestar por

elas - da ignorância que o Sr. Deputado me atribuiu. Aliás, a última coisa que se costuma dizer, quando não há mais nada para dizer, é chamar de "ignorantes" aos outros.

Muito obrigado igualmente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo para um protesto.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dizer ao Sr. Deputado Renato Moura que eu tiro as conclusões que muito bem quero e entendo e não me sujeito, portanto, a tirar as conclusões que o Sr. Renato quer. Eu tiro aquelas que quero e afirmo-as!

Quanto ao desporto base não ser entregar fatos de treino, realmente o Sr. Deputado tem toda a razão. O desporto base não é entregar fatos de treino; o desporto base, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, que é começar do princípio...e isso no Corvo nunca se começou!

Quanto aos outros comentários do Sr. Deputado Renato Moura, eu abstenho-me.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Continuamos a discutir o Plano de Médio Prazo para 1985/1988.

Este Plano é já bem conhecido porque foi elaborado na sequência do Programa do Governo aprovado por esta Assembleia e já há algum tempo que tem sido objecto do nosso estudo.

Com este Plano, o Governo pretende dar continuidade aos Planos anteriores, pretende prosseguir a política de desenvolvimento económico e social dos Açores.

Foi grande objectivo regional dotar todas as ilhas de porto e aeroporto. Este já existe em todas, mas o mesmo se não pode dizer acerca dos portos. Verifica-se, contudo, que estão programadas as medidas conducentes à completa concretização dessa opção.

É, contudo, tempo de se ir pensando que essas infraestruturas têm de ser aproveitadas. Para isso, é absolutamente indispensável a existência de navios, quer para o trânsito de pessoas, quer para a entrada e saída de mercadorias.

O porto da Graciosa encontra-se em fase de acabamento, o que constitui motivo de alegria para todos os graciosenses, mas a preocupação quanto ao seu aproveitamento é enorme.

É necessário que haja navios que o escalem com regularidade, para que cheguem atempadamente os produtos que fazem falta, para que seja possível o escoamento daquilo que se espera que cada vez mais virá a ser produzido, excedendo as necessidades de consumo da própria ilha, na

concretização das variadas medidas que no Plano se propõem para o sector agrícola, como sejam, por exemplo, a intensificação da produção de sementes de leguminosas e a elevação da percentagem de produção de vinhos de qualidade.

As dificuldades para exportar daquela ilha os excedentes de produção têm sido enormes, principalmente na quadra invernososa, quando faltam os iates.

Os sectores agrícola e pecuário não se poderão desenvolver se faltarem as sementes, os adubos e as rações que não podem chegar se não existirem barcos. Sem estes, não vale a pena pensar-se no desenvolvimento do comércio nem no da indústria.

Fiz algumas referências exemplificativas ao nível do desenvolvimento económico mas coisa idêntica se poderia dizer dos sectores sociais, pois nem tão pouco é possível avançar na resolução do gravíssimo problema de habitação se não houver materiais de construção.

Por falar em social, o transporte aéreo é de uma importância fundamental e tornou-se já imprescindível, particularmente após a criação de novos e legítimos hábitos por parte das populações e também porque, após o desaparecimento do navio Ponta Delgada, o transporte aéreo tornou-se, pelo menos no Inverno, a única alternativa possível para a entrada e saída da Ilha Graciosa, seja por doença, serviço ou simples passeio.

Da leitura do Plano deduz-se que o Governo está empenhado em dotar a Região de transportes marítimos económicos, regulares e de frequência adequada e que pretende desenvolver acções para renovação dos navios que operam entre os Açores, o Continente e a Madeira, bem como renovar os navios que servem na Região.

Após a intervenção do Senhor Secretário Regional dos Transportes e Turismo, fiquei com algumas preocupações.

É que se a ligação do Continente com as nossas ilhas vai continuar a ser da responsabilidade exclusiva do Governo da República, não sei se a situação se vai alterar.

Se o Ponta Delgada não é substituído, como parece ser certo, ficamos pior do que dantes.

Resta-nos aguardar que o Governo Regional adquira, para serviço das ilhas do Grupo Central, duas embarcações, como está previsto.

Não posso deixar de louvar a política do Governo Regional de apoio às empresas de transporte rodoviário, a qual tem permitido que nalgumas ilhas existam transportes colectivos tão necessários às populações. E não posso deixar de referir que há ainda zonas na Ilha Graciosa que não são servidas por transporte colectivo e que só o poderão ser quando existir naquela ilha autocarros de pequena lotação.

Estou convicta de que no decorrer do

ano de 1985 a Empresa de Transportes Colectivos da Graciosa será apoiada na aquisição de 2 viaturas, uma de 18 e outra de 42 lugares.

Penso também que serão feitas diligências no sentido de dotar a Graciosa de um veterinário e engenheiros quer da construção civil quer técnicos agrários.

Como serão, por exemplo, desenvolvidas na Graciosa as acções para atingir os objectivos do sector da produção animal e sanidade veterinária, sem a existência de um veterinário?

As bonitas verbas de 3 mil contos para a construção da residência para religiosas enfermeiras e de 18 mil contos para o Lar de Idosos em Santa Cruz da Graciosa, constantes do Plano de 1985, não passarão do papel se se adiar por muito tempo o arranque das obras.

Gostaria, pois, de alertar o Governo para a urgência em implementar as medidas programadas para o corrente ano e que ainda não foram iniciadas, visto que estamos já a chegar ao fim do primeiro trimestre.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

O Plano de Médio Prazo é um plano elaborado com conhecimento das carências da nossa Região e de acordo com o que é possível fazer-se nos próximos quatro anos.

Acredito que o Governo está convicto de que é possível a sua execução, mas esta vai depender, não só da vontade política dos Membros do Governo, como também e em grande parte, do empenho dos responsáveis pelos serviços nas diversas ilhas.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desenvolverei os planos anual e a médio prazo em conjunto, já que as acções, embora sujeitas a ajustamento e melhoria de execução, serão necessariamente do mesmo tipo e, aliás, já conhecidas dos Srs. Deputados.

O que nos propomos realizar nos sectores de estradas, habitação, urbanismo e ambiente, visa a promoção de bem estar das populações, a melhoria da sua qualidade de vida e devem dar um forte contributo na dinamização dos sectores produtivo e económico da Região.

Quanto à habitação, que é uma justa aspiração, ou melhor dizendo, um sonho de todos, em especial dos novos casais que pretendem um tecto que seja seu, onde se possam abrigar, educar os filhos e que constitua ainda um bem a transmitir aos seus descendentes, a Secretaria Regional do Equipamento Social vem apoiando programas

que têm sido bem aceites.

A habitação, além do fim primeiro a que se destina, alimenta a construção civil, criando a montante e a jusante novos postos de trabalho, nos escritórios, comércio, pequenas indústrias, gabinetes técnicos e do projectos, contribuindo já com 18% do emprego regional.

A experiência de 4 anos, vem comprovando o êxito dos incentivos à habitação própria, através do apoio à recuperação da habitação degradada, e às cooperativas e autoconstrução, pela cedência de terrenos urbanizados e infraestruturados e do fornecimento de projectos e materiais de construção.

Quanto à autoconstrução existe ainda muita burocracia asfixiante, que terá que ser ultrapassada rapidamente, para se evitar, que um programa com tamanha aceitação, venha a penalizar quem a ele recorre.

Temos que procurar soluções, que permitam ajudar aqueles, que não necessitando de apoio do Governo, têm dificuldade em conseguir terrenos disponíveis, nas suas localidades de trabalho, e mais ainda, procurar resolver "focos pontuais" onde as populações vivem em condições que não se coadunam com a dignidade da pessoa humana. Para alguns destes casos já apelámos à solidariedade inclusivé das Forças Armadas (que disseram estarem a estudar o assunto).

Nenhum açoriano deverá dormir tranquilo, sabendo que outros vivem em condições deploráveis - e ainda os há infelizmente.

Também a Secretaria tem em preparação uma ajuda excepcional a jovens casais para acompanhar as comemorações do Ano Internacional da Juventude.

Existem na Região Autónoma dos Açores, cerca de 80.000 unidades de alojamento, sendo cerca de 60.000 de residência habitual, e as outras destinadas a hotéis, pensões, comércio e indústria, serviços públicos, alojamentos para uso sazonal, alguns vagos para venda ou demolição e ainda de emigrantes ausentes há mais de um ano pelo que o parque habitacional apresenta um grau de utilização relativamente baixo.

A pressão da procura é mais acentuada nas cidades, com 22,2% em Ponta Delgada, 12,1 em Angra, 10% na Ribeira Grande, 9,1% na Praia da Vitória e 7,1% na Horta.

As redes de distribuição de água canalizada e de electricidade, cobrem a maioria dos alojamentos familiares ocupados, nas percentagens médias respectivas de 83,8% e de 91,4%, variável de ilha para ilha, mas superior à média do Continente.

As carências habitacionais, resultam de três factores: Deficit inicial, necessidades de substituição por envelhecimento ou ruína e crescimento da população, daí que o conhecimento

da evolução demográfica seja imprescindível para determinar as necessidades da promoção habitacional.

A emigração foi drasticamente reduzida após a Autonomia, mas compreendo a atenção que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, vem dedicando à emigração, porque das suas intervenções deduzi, que estou em risco de perder um velho amigo que na impossibilidade de se deslocar para o Continente onde o seu partido não consegue resolver o problema da fome, pensa em emigrar, certamente para algum País Socialista, na esperança de fugir à fome, que diz grassar nas nossas ilhas.

A mortalidade infantil diminuiu aceleradamente nos últimos anos, a taxa de mortalidade é elevada enquanto que o período médio de vida vem aumentando. Estes indicadores, conjugados com fenómenos de sobreocupação, dão-nos a visão necessária, para programar o ritmo das novas construções, já que governar é mais que gerir, é prever atempadamente o futuro.

O conhecimento do volume e estrutura das necessidades de alojamento, em determinado País ou Região, constitui uma das principais fontes de informação, para a definição das estratégias de política habitacional.

Desta forma através de estudos feitos, foi necessário inscrever, dentro das disponibilidades atribuídas à S.R.E.S., uma verba de 4 milhões de contos no PMP, que se destinam, a 600 intervenções/ano para habitação degradada, construção de novos 400 fogos/ano em autoconstrução e ainda para aquisição de terrenos destinados a posterior cedência às cooperativas, à autoconstrução e à promoção privada a custos controlados.

Têm já acesso aos programas da S.R.E.S. os agregados familiares, que auferem rendimentos inferiores a limites previamente fixados, e que se encontram em situação de carência habitacional comprovada, sendo o critério do rendimento, determinante da concessão do subsídio em materiais, na cedência de terrenos e no acesso a fogos promovidos em regime de custos controlados e por cooperativas de habitação.

Entendendo-se que cabe um papel fundamental aos interessados, na resolução do seu problema habitacional, os programas apontam para incentivos, que dinamizem os próprios agentes carenciados, ficando limitada a construção directa da SRES às acções de realojamento por força de expropriações, destinadas à expansão urbana, ou à implantação de infraestruturas de interesse colectivo.

O crédito tem aumentado a um ritmo semelhante ao da inflação sendo o crédito a curto prazo afecto à construção de habitação por particulares nos Açores de 9% contra 1% no País,

a médio prazo 10% nos Açores contra 1,5 no País e a longo prazo 72% nos Açores contra 40% no País.

Em toda a Região o crédito global a particulares é de 35% enquanto que no País é somente de 12%.

Daf não entender, que um Sr. Deputado Socialista, nos questionasse sobre o crédito para habitação na Região. Seria melhor gastar as suas energias, a ajudar o seu partido a resolver o problema no Continente e com essa experiência nos viesse ajudar a todos, que seria bem-vinda.

Aproveito para recomendar aos Senhores Deputados Socialistas, que intervenham também junto do Governo Central de vossa liderança, para nos dar resposta urgente, sobre o nosso pedido de quanto nos toca dos 15 milhões de contos/ano que se destinam a promover habitação, no Continente, mas que foram obtidos através da posição geoestratégica da Região Autónoma dos Açores que tanto os preocupa; mas que tanto proveito lhes dá.

Assiste-se, actualmente, a uma fase de renovação do parque habitacional, sendo de notar uma melhoria nos equipamentos, acompanhada por alterações nas características construtivas, bem como por um aumento da dimensão média dos alojamentos que tinham 3,3 divisões e que, presentemente, atinge as 5,5 divisões.

Em 1984 foram atendidos mais de 900 casos de habitação degradada. De 1981 a 1984 inscreveram-se na autoconstrução 1180 concorrentes, tendo sido já admitidos 650 casos.

Foram já adquiridos terrenos que ultrapassam uma centena de hectares e que contemplarão cerca de 2.000 lotes para construção.

Melhorou-se já o apoio à autoconstrução com o fornecimento da cobertura, portas e janelas, para que as famílias possam ir acabando os interiores a coberto das intempéries.

Apoiaram-se já diversas cooperativas, tais como a Pícolar e Capelense em S. Miguel para respectivamente 75 e 50 fogos, a Horteco no Faial para 48 fogos, e a Arcanjo Lar para 140 fogos.

Todas elas já se encontram em fases mais ou menos adiantadas de construção, tendo no passado domingo, a Arcanjo entregue as primeiras casas completamente prontas.

O problema da habitação, é nobre de mais, para ser tratado como obras de fachada, pelo que esperamos escape, já que tudo o mais, desde os Hospitais às Escolas, e dos Portos aos Aeroportos assim vem sendo rotulados pela oposição.

Continuaremos a trabalhar serenamente, com a consciência de que não se pode fazer tudo hoje, mas que legaremos aos vindouros melhores

condições de vida.

Farei uma breve referência ao urbanismo e ambiente que nos merecem toda a atenção, mas que o tempo disponível não nos permite que seja tratado com maior desenvolvimento.

No urbanismo temos dado apoio às autarquias, com levantamentos aerofotogramétricos, estudos e planos de urbanização, colaboração com máquinas e materiais de construção, e ainda apoio técnico de engenheiros, topógrafos e fiscais, além da elaboração de projectos de infraestruturas e de construção para os programas de habitação.

Responderei aqui ao Sr. Deputado Pombo, dizendo que a responsabilidade, por enquanto, no Corvo das verbas para esse fim, cabem à Direcção de Equipamento Social das Flores.

Quanto ao ambiente, diremos que a defesa da paisagem natural, conjugada com o arranjo urbanístico, só é possível se acompanhada de medidas de defesa do ambiente, e ainda de uma actuação porfiada no tratamento dos recursos hídricos através de permanente medição de precipitações e caudais, humidade e temperaturas ambientais, inventariação das reservas-limpeza dos leitos das inúmeras ribeiras e canais, e ainda da defesa das nascentes e lagoas. Devemos desencadear um combate persistente a todas as formas de poluição, gestão de zonas já legalmente protegidas, e na intransigente defesa da nossa ZEE, no que toca a depósito de resíduos nucleares.

Os problemas de saneamento básico e de abastecimento de água, que são fundamentais e prioritários, em qualquer País, são mais ainda numa Região como a nossa que se quer despoluída. São problemas das Autarquias, mas que felizmente o Governo ajudará a resolver, através de apoios já aprovados nesta Assembleia julgo que por unanimidade.

No âmbito das Estradas, que é um campo privilegiado do investimento do sector público, continuaremos a investir nas construções, grandes reparações e recargas de pavimentos das mesmas, dotando-as de boa drenagem, bons pisos e sinalização adequada às necessidades actuais e futuras, em que o aumento do parque automóvel, das velocidades e capacidade de carga dos camiões, contribuem para a sua degradação e acréscimo de acidentes.

Continuaremos com a correcção de alguns traçados, mas devemos conservar algumas estradas com a sua fisionomia actual, para evitar a degradação do ambiente e continuaremos a possuir estradas viradas para o lazer e turismo, - aliás como se vem fazendo e é a orientação seguida na maioria dos países da Europa presentemente - melhorando tão somente os pavimentos de drenagem, privilegiando a execução de variantes para

os atravessamentos das nossas cidades e até mesmo de algumas vilas e freguesias que o justifiquem.

As variantes levam por vezes as populações, em especial os detentores do comércio, a uma primeira reacção desfavorável, justificando-a com o abandono a que ficará votado o aglomerado.

Está provado o contrário, pois as dificuldades de atravessamento, os consumos de combustível e os perigos que comportam, provocam nos condutores uma repulsa a essas localidades. Quando colocada sinalização adequada e atractiva, os utentes da estrada, encontram, sim, nessas localidades, libertas de tráfego pesado, um lugar de repouso para compras, visitas a locais de interesse turístico e cultural, e ainda para permitir refeições longe da poluição sonora ou atmosférica.

Quanto às variantes, cabe aqui referir, que estão em fase de estudo algumas, a implementar em várias ilhas, e de que já foi adjudicado o projecto definitivo para a variante à cidade de Angra que estará concluído no fim de Julho próximo. Está em fase de alteração o projecto da variante Lagoa-Ponta Delgada que será entregue já em Maio.

Estão já em construção a saída de Angra para a Praia e saída das Lajes das Flores para Santa Cruz.

Em fase de última apreciação, o projecto da saída Leste de Ponta Delgada, o ante-projecto da variante à ER-1, Ribeira do Meio-Lajes na Ilha do Pico, o estudo prévio da variante das Manadas na Ilha de S. Jorge e da variante à ER-1 em Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel.

Ainda neste mês, será adjudicada a aquisição de 3.000 toneladas de asfalto para obras nas estradas de todas as ilhas de Santa Maria ao Corvo inclusivé. E já agora queria referir também aqui que o Sr. Deputado Pombo há pouco fez uma referência (e bem!) que será nossa preocupação não degradar o ambiente, asfaltando ou cimentando calçadas antigas e outras coisas do tipo. A orientação que está a ser dada aos serviços é nesse sentido. Logo esse asfalto para o Corvo será para troços de pavimento que não vão afectar a Vila do Corvo mas sim as estradas de acesso - estrada Leste e estrada do Caldeirão.

Será política do III Governo dar de empreitada mais obras públicas, desde que se justifiquem, com vista a uma maior celeridade de execução, e a dinamizar o sector da construção civil e obras públicas, libertando pessoal e máquinas dos serviços para um apoio mais atempado às populações naquelas que se consideram obras de menor importância, mas que têm grande relevância na economia e bem estar das pequenas comunidades.

Está em estudo na SRES a possibilidade de dotar a Região, de uma única entidade responsável por todas as estradas, vias de circulação e acesso, dispersas pelos Serviços Regionais de O.P., Câmaras, Juntas de Freguesia, Serviços Agrícolas e Florestais, proposta esta que já fiz aquando Secretário da Agricultura e Pescas no I Governo Constitucional.

Continuo a pensar, que poderíamos tirar muito mais rendimento das verbas disponíveis e dispersas e obter uma utilização mais racional e rentável, dos meios humanos e das máquinas que lhes estão afectos.

Cabe aqui um parêntesis, para dizer que ainda não foram transferidas para a SRES, estradas da responsabilidade das autarquias, e faço-o porque nalgumas ilhas, nomeadamente em Santa Maria, a Câmara abandonou algumas estradas, alegando que foram transferidas, o que não corresponde à realidade dos factos.

Todo o investimento em estradas é rentável, pois só pensamos nos milhares de contos a elas destinados, mas não se contabilizam por ser difícil, as avultadas verbas que se deixam de gastar na renovação do parque automóvel, na aquisição de peças, custos de oficina, compra de pneus e combustíveis e mais ainda nos problemas de seguros, cansaço físico e psíquico e bem mais importante do que tudo isso, nos riscos que se correm onde a incapacidade física, e a perda de uma só vida que seja, ultrapassam qualquer raciocínio matemático.

Inscrevem-se no plano uma verba para calamidades e estragos, pois é normal e esperado que todos os anos, os temporais que fustigam as ilhas, deixem as suas marcas de destruição. O Governo tem de estar preparado para uma acção imediata e tal como aconteceu em recentes temporais, em que algumas individualidades e partidos políticos se limitaram a enviar mensagens, foi o Governo dos Açores, que no mesmo dia iniciou os trabalhos de recuperação, sem alardes nem propaganda, pois o que nos interessa é acudir às populações e não utilizar a desgraça alheia para fins políticos. Os açorianos, sabem já muito bem, distinguir as atitudes sérias das demagógicas e saberão na altura própria responder democraticamente.

Além das acções acima referidas, cabe ainda à SRES executar os Hospitais, Escolas, Portos e Aeroportos, obra a que não me referirei, pois caberá aos Srs. Secretários da tutela definir as políticas sectoriais do Governo.

Somente para dar uma pálida ideia do trabalho que nos está cometido, direi que à SRES caberá gerir, só no plano de investimentos 7 milhões de contos em 1985, e 28 milhões de contos no Plano a Médio Prazo 85/88, dos quais, 4 milhões de contos se destinam à habitação

e 5 milhões de contos às estradas.

Para a realização de tamanha tarefa, a SRES terá que se apetrechar com meios humanos e com informática adequada, solicitando desde já a costumada benevolência das populações e dos Srs. Deputados para qualquer falta da nossa parte.

Vamos continuar a trabalhar, para que no fim deste Plano quadrienal, tenhamos ainda mais força, para consolidar e alargar a nossa Autonomia, que continua ameaçada, como todos sabem.

Acredito sinceramente, que com a participação indispensável das populações em geral, do porfiado trabalho das autarquias e do empenhamento de todo o Governo, a obra gigantesca a que nos propomos, será realizada, e que a nossa Região Autónoma demonstrará, que o povo açoriano, ao tomar nas suas mãos os destinos destas ilhas, saberá dar à mãe-pátria e ao mundo, um exemplo de humildade, de querer e de trabalho, que nos foi legado pelos nossos antepassados, homens e mulheres modelados pela terra e pelo mar quais estátuas, que permanecem sempre vivas, no nosso espírito, de tal forma que o tempo jamais destruirá.

Gostaria de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, meu particular amigo, que não estava presente.

Referi-me a uma coisa que poderão interpretar mal. Eu só disse que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tinha dito que havia fome na Região e só lhe respondi que no País esse problema não está resolvido - o Partido Socialista não o resolveu - e, como para lá não irá, procurará noutro país, como se referiu ao caso da emigração, melhor sítio para fugir à fome que grassa nas nossas ilhas.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Para falar!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem que enquadrá-la.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Para fazer perguntas.

(Risos da Câmara)

Presidente: Então vou dar-lha para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar duma boa gestão do nosso tempo, efectivamente ele escassa e, por conseguinte vou tentar ser muito rápido.

O Sr. Secretário tem noção de que na sua Secretaria possui o maior "saco azul" desta

Região. Pensa ou não durante a execução do Plano dar informações detalhadas a esta Assembleia sobre o destino dessas verbas, tal como normalmente o dará ao Conselho do Governo?

Quanto à questão das adjudicações de obras públicas, pensa ou não introduzir um maior rigor na fiscalização, aquando da entrega dessas mesmas infraestruturas, para que não aconteça que edifícios entregues e que custaram milhares de contos já não possam ser habitados no último piso porque são inundados, digamos, frequentemente? - há efectivamente aqui situações quase de fraude que estão por esclarecer.

As nossas estradas regionais estão numa situação calamitosa. O Sr. Secretário referiu (e muito bem!) que há verbas, julgo que o Plano contempla isso, simplesmente, e não se acudir a tempo, a situação torna-se também dramática e algumas ilhas já o estão sentindo.

Quanto à matéria de habitação está claro que o Governo aposta em determinados projectos. Simplesmente fala-se, de anos a esta parte, na questão de acentuar a bonificação de juros, em geral, para o esquema de acesso, não só para os pobres propriamente ditos, mas para o cidadão normal, para as famílias de rendimentos médios que continuam sem grandes acessos ao sistema de habitação, tal como funciona na Caixa Geral de Depósitos.

Finalmente, queria referir o aspecto da Serra de Santiago. Infelizmente o Governo - apesar de já ter aqui documentos apresentados por esta Assembleia que lhe contemplavam um projecto autónomo - o Governo, repito, recuou nesta matéria, como em muitas outras, e retirou o projecto da Serra de Santiago como projecto autónomo, tentando incluí-lo no sistema geral do apoio à habitação degradada.

A Câmara Municipal da Praia da Vitória enviou a esta Assembleia uma proposta, que julgo ser do conhecimento do Sr. Secretário, e que apela no sentido de que se abram inscrições definitivas para o referido programa de autoconstrução. Não só, por um lado, subscrevo isso - é preciso fazer alguma coisa - mas queria dizer muito claramente que não concordo com a política do Governo sobre esta matéria.

Era indispensável que se mantivesse o projecto inicial. O tratamento da Serra de Santiago não pode ser semelhante ao tratamento em geral da situação de habitação na Região. Uma pequena migalha das receitas da Base das Lajes que, no fundo, é a causa próxima e directa e única da existência do Bairro da lata da Serra de Santiago, só o diferencial cambial dum dia seria o suficiente para dar um tratamento preferencial, excepcional àquela gente, sobretudo porque a maioria das famílias - e eu já expliquei

isso aquando do Programa do Governo, não se trata aqui dum capricho, há aqui uma questão de fundo e o Governo deve ter elementos científicos e inquéritos sobre essa matéria - e, repito, a maioria das famílias que habitam aquela zona já são famílias, digamos, de idade elevada e, por conseguinte, não têm grandes possibilidades de recorrer ao sistema proposto pelo Governo.

Sob o meu ponto de vista, interessa resolver a situação. Oxalá que ela seja resolvida mas, desde já, discordo da proposta do Governo e sugiro que se avance, de imediato, para um bairro com outra dignidade em que o Governo assumia a direcção e, eventualmente, depois, tenha esquemas de arrendamento, tal como entenda.

De resto, é bom não esquecer que esse bairro fica ao lado de novas instalações, que estão a ser feitas pelos norte-americanos, e para que, mais uma vez, o nosso povo e o nosso país não fiquem humilhados perante uma potência estrangeira.

Presidente: Sr. Secretário Regional, há mais um deputado inscrito. Prefere responder em conjunto ou separadamente?

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Prefiro responder em conjunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Congratulo-me com a intervenção de V. Exa., na certeza absoluta da sua sinceridade, aliada a um pragmatismo digno de registo.

Saliento igualmente as excelentes relações que V. Exa. tem mantido com as Câmaras Municipais da Região Autónoma dos Açores, após um exaustivo e indispensável levantamento das mais diversas situações.

Tem pois, V. Exa., já uma visão global da realidade autárquica regional.

Na sequência, conhece V. Exa. o actual estado das infraestruturas balneares da foz da Ribeira dos Moinhos, no tão distante e tão querido Concelho do Nordeste.

No ano passado, eu próprio colaborei com outras pessoas na limpeza de algumas pedras, a fim de permitir a abertura de um espaço onde largas centenas de pessoas, crianças sobretudo, pudessem banhar-se ao longo do Verão.

A questão que coloco a V. Exa é a seguinte: Será que este ano vou continuar a acarretar pedra, pelo menos a mais miúda, devida à minha idade e à minha actual constituição física?

(Risos da Câmara)

Ou será que V. Exa. vai dar o gosto às centenas de pessoas que utilizam aquelas instalações ao longo do Verão, de mandar uma máquina

mais forte do que eu, para que possa pôr as pedras bem longe da piscina?

Aproveito, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, para louvar os diversos apoios que a Secretaria que V. Exa. dirige tem prestado às autarquias que, por uma razão ou outra, estão extremamente isoladas e distantes dos grandes centros de decisão política.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para esclarecer o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social de que é o seu próprio Governo que reconheceu, publicamente, a existência de casos de fome nos Açores.

Relativamente à referência que me fez, no sentido das perspectivas da minha emigração, a consideração que tenho tido pelo Sr. Secretário Regional impede-me de comentar porque não desejo retribuir a alusão ofensiva que me fez.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Goulart tem a palavra.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque o tempo está-nos a faltar, mas queria fazer uma pergunta simples ao Sr. Secretário.

Afinal, a que partido é que pertence?! É porque ele atira a responsabilidade, a nível central, para o PS, e leva-nos a ensinar a resolver lá fora as questões quanto ao crédito. Eu gostaria de salientar que o PSD já tem, de há alguns anos a esta parte, responsabilidades no Governo Central - desde o tempo da AD.

Portanto, era só saber a que partido ele pertence.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Equipamento Social tem a palavra para responder aos pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu vou procurar ser muito breve.

Quanto ao Sr. Deputado Manuel Goulart, eu digo que poderia aprender para nos ensinar. Não era só para isso porque, querer fazer aqui tudo num dia, o que não se vem fazendo, o que é da responsabilidade primeira do Partido Socialista a nível nacional, parece que é uma exigência que não se coaduna muito bem com a maneira de tratar os problemas.

Deputado Manuel Goulart (PS): Mas o PSD já é há longos anos Governo!

O Orador: Bom, responsabilidades uns

têm umas, outros têm outras. Julgo que quem governa o país é um 1º Ministro que não é do PSD!

Além disso, o sector da habitação esteve a cargo, até há bem pouco tempo, do Sr. Arquitecto Rosado (conhece muito bem) que não é do PSD nem nunca foi.

Deputado Carlos César (PS): Nem fez parte do cartel!

O Orador: Eu também poderei responder mais alguma coisa ao Sr. Deputado Goulart, quanto ao crédito à habitação, que foi perguntado na primeira fase da sua intervenção.

Nós aqui entendemos que, dando participação ou dinamizando um sector em que haja participação das populações, vai-nos aliviar algumas verbas que vão permitir atender o maior número de casos.

Quanto à habitação de renda resolúvel, é difícil porque há casos de pessoas que não conseguem nem na autoconstrução entrar - não têm rendimentos capazes de entrarem aí - e nunca mais poderiam, nem em 1.000 anos talvez, pagar as suas casas.

Era utópico estar a fazer um programa, e preferimos, sim, atacar casos pontuais.

Aliás, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também falou no caso da Serra de Santiago que eu já visitei. É um caso em que nós estamos a promover a autoconstrução porque há muita gente que lá vive - e os Srs. sabem melhor do que eu - embora numas condições lastimáveis, que têm possibilidades monetárias, porque trabalham na Base muitos deles, para irem para a autoconstrução e que querem ir.

Haverá, sim, também lá pessoas que nem podem atingir a autoconstrução. Para esses casos há intervenções que estão a ser feitas na Região, ainda há pouco começou-se uma intervenção nos Fenais da Luz, que é do conhecimento de toda a gente, e Santiago também, naturalmente, poderá beneficiar de uma intervenção desse tipo. É um caso que, só depois de haverem sido feitas as inscrições, poderemos atacar a seguir.

Quanto ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, como eu lhe disse, não foi para o ofender, foi só tão simplesmente porque nós sabemos, o Governo Regional já apontou que poderá haver um caso ou outro, mas os casos que são muito mais dramáticos, no que é do conhecimento público através da imprensa, a nível nacional - e lá está outra vez uma coligação que os tem que resolver mas que a responsabilidade primeira não será certamente do PSD mas, sim, do PS, embora ambos tenham, e eu não tenho problema nenhum em dizer isso porque, lá por ser do PSD, nada me proíbe, nem a minha consciência pode acusar, porque sempre pautei a minha conduta por apontar, e mesmo aqui na Região, ao PSD, quando entendo que qualquer coisa não está bem

sou o primeiro a reconhecer e a apontar...e até publicamente! Por isso estou com a consciência tranquila.

Sr. José Manuel Bettencourt, Sr. Deputado e meu amigo, eu sei perfeitamente que não vai emigrar...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. é que disse que eu queria emigrar!

O Orador: ...porque, se desde a primeira hora esteve aqui na Região e foi deputado na Constituinte comigo a lutar pela autonomia, e se continua aqui como deputado eleito pelas populações dos Açores, é para continuar a defendê-las e a trabalhar aqui.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Essa era a minha opinião, mas não era a sua!

O Orador: O que eu lhes quis dizer foi que os problemas são nacionais e não se pode trazer para aqui um caso que é muito menos grave, embora tenha que ser tratado, do que aquele que os Srs. têm no seu partido que resolver a nível nacional.

Foi só isto, e não quis dizer mais nada!

Sr. Deputado Jorge Cabral, agradeço-lhe as suas referências, são referências que não me envaidecem de maneira nenhuma porque julgo que cumprio tão somente com a minha obrigação. Não faço mais do que isso e para aqui vim só para isso.

Quanto à foz da Ribeira dos Moinhos é interessante e é um aspecto que tem que ser tratado. Em visita que eu lá fiz pus-me inteiramente à disposição da Câmara Municipal para colaborar com ela; não fazer tudo mas, sim, colaborar porque também tenho tentado, e acabo aqui de referir, que algumas Câmaras Municipais, algumas autarquias desta Região que ao fim do ano apresentam saldos positivos, querem que o Governo Regional faça tudo e, por vezes, as nossas verbas são desviadas para aí e somos acusados de não ter feito aquilo que nos competia no sector de habitação e estradas.

A colaboração tem que ser dada, vai ser dada, mas tudo com peso, conta e medida!

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falou-me num "saco azul". Tenho a impressão que se refere ao tempo de tropa, não sei se foi tropa...

(Risos da Câmara)

...e na tropa existiam uns sacos azuis...

O que existe aqui são uns apoios que são dados e, julgo eu - como estou há pouco tempo no Governo - aquilo que eu penso é que há umas portarias que são publicadas no Jornal Oficial, que vêm contemplando igrejas, grupos de futebol, filarmónicas e todas as outras coisas, mas que são do domínio público. O Jornal Oficial é público, as portarias são aprovadas (um plano ainda ontem foi aprovado no Conselho do Governo) e são publicadas e as pessoas têm acesso fácil

para ver esses apoios a que ilha vão parar.

Procurei, sim, foi dentro dos numerosos pedidos (que são muitos) e que a verba disponível não contemplava, distribuir da maneira mais justa por todas as ilhas. Foi isso que eu procurei e o que me competia.

Agora, esse "saco azul" eu não conheço! Se eu o vier a descobrir, nessa altura terei todo o gosto em responder à sua pergunta.

Quanto à fiscalização de infraestruturas, o Sr. Deputado tem toda a razão. Já foi dito aqui pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, não só no aspecto de escolas como noutros, que tem havido por falta de pessoal - e eu referi na minha intervenção precisamente isso. Para uma Secretaria que vai gerir mais de 60% do plano de investimentos desta Região, os meios de que está dotada não são eficientes. E não podem ser, porque falta pessoal, falta informática, falta toda uma data de coisas que estão a ser implementadas...e oxalá que depressa!

Lembro-me de uma intervenção feita há bocado pelo Sr. Deputado Ivo Soares do PS, que é médico, que falava no aspecto da habitação para fixação de técnicos.

Evidentemente que isso é fundamental. Nós não temos técnicos suficientes na Região porque quem quer vir para aqui quer incentivos de fixação - a habitação é um deles.

Nós temos já alguma coisa feita na Região! É pouco e tem que ser melhorado, para que tenhamos os técnicos suficientes e capazes para fiscalizar as obras que, por vezes, custam milhares de contos a reparar e, por vezes, também, não têm reparação possível ao longo do tempo.

Estamos com isso em vista e espero que, em pouco tempo, possamos dar melhor resposta àquilo que não tem sido dado até agora por falta de meios.

Quanto à bonificação de juros, ainda também tem que se dizer que a Região é bonificada em mais de 35% do que o Continente, através da Caixa Geral de Depósitos, para atender precisamente ao custo da construção na Região que é superior ao custo no Continente por metro quadrado. Logo, essa bonificação está a ser dada.

Nós aqui temos pretendido apoiar, não na bonificação de juros, que também está prevista aliás, mas com incentivos com projectos, terrenos disponíveis, infraestruturas, urbanização, com tudo isso que é um apoio mais efectivo e maior do que qualquer bonificação de juros.

O êxito que tem atingido, e que cada vez mais atinge, os programas de habitação a serem desenvolvidos na Região, comprova plenamente isso. Uma casa, por exemplo, que custa 3.000 contos e em que o Governo Regional vai despende 1.200 ou 1.500 contos, parece-me que é um apoio extraordinário! Não há bonificação de juros

comparável e, assim, vamos continuar a seguir esse caminho.

Julgo que tem razão numa coisa que diz e que eu também já me apercebi. É que há, aqui, uma gama de pessoas - e também referi na minha intervenção - que não têm acesso a esse tipo porque têm rendimentos um bocado superiores àqueles que podem entrar na autoconstrução, e que têm o mesmo direito, porque eu julgo que quando estamos a promover habitação é para todos, desde os tais insolúveis que temos que tomar essa responsabilidade - e estamos a tomá-la - a todos aqueles que entram no sistema da autoconstrução e, mais ainda, àqueles que não têm principalmente terrenos disponíveis.

Não nos custam absolutamente nada. Tem chegado ao pé de mim muita gente que diz que faz a sua própria casa, que não tem problema nenhum, que não quer bonificação de juros, não quer nada, só quer terreno e ele não existe, principalmente em meios urbanos.

Para isso, sim, estamos a estudar o assunto; já há legislação possível e já há terrenos que são comprados para a autoconstrução em que, se não forem totalmente ocupados pela autoconstrução, podem ser dispensados para pessoas que podem fazer a sua casa (isso é possível) mas, como digo, em centros urbanos é mais difícil disso ser resolvido e é um assunto que o Governo Regional, julgo eu, tem de resolver porque a Região é de todos, é para todos e todos contribuem para a Região.

Julgo que a sua pergunta tem todo o cabimento e, por isso, lhe respondi.

Como o Sr. Deputado Pombo não estava na Sala, aproveito para lhe dizer que, enquanto não houver uma mudança de lei orgânica, que eu já anunciei e que pretendo fazer, para ajustar a lei orgânica à realidade insular, a Ilha do Corvo, por enquanto, continua na dependência da Divisão do Equipamento Social das Flores.

Evidentemente que é um caso que me traz preocupado - ainda há pouco tempo lá estive - e as acções no Corvo não se desenvolvem porque a secção das Flores não tem dado o apoio que seria de desejar.

Vamos ter este ano ocasião de actuações no Corvo em que, se a Divisão de Equipamento Social das Flores não der essa resposta, o Governo Regional tem meios, e como a Secretaria é para todas as ilhas e a Direcção Regional de Obras Públicas, ou seja outra do Equipamento Social ou da Habitação e Urbanismo é uma Direcção Regional que tem que abranger as ilhas todas, poderá deslocar (e deverá deslocar!) seja a que ilha for, ou de S. Miguel ou de Santa Maria, seja donde for, repito, pessoal capaz para atender à Ilha do Corvo.

E esta a resposta que lhe poderei dar neste momento e não tenho outra.

Muito obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Srs. Deputados:

Um orçamento é um instrumento fundamental da política de qualquer Governo.

Além de suporte financeiro dos planos de desenvolvimento o orçamento é um instrumento que permite a redistribuição dos rendimentos, de forma a reduzir as desigualdades entre os cidadãos.

No entanto para que tal se verifique é necessário possuir a faculdade de poder fixar a distribuição e o peso da carga fiscal.

A Região, até esta data, não tem tido o poder legislativo que lhe permita, dentro da sua especificidade, fixar, ela própria, a distribuição e o peso da referida carga fiscal.

Por isso, é sem dúvida, muito mais difícil, estabelecer um modelo de desenvolvimento económico, estruturado conforme a opção Social Democrata e tendo em conta o espaço e as pessoas que pretendem servir.

Está assim, a Região, limitada e sem margem de manobra, para estabelecer com toda a plenitude a sua estratégia económica, restando-lhe apenas, gerir as interdependências da Economia Regional.

As modificações estruturais necessárias para ultrapassar esta situação são urgentes e não podem ficar-se apenas pelo reconhecimento dos factos, pelas críticas explícitas ao sistema e pelas declarações de intenção.

Temos que assumir com firmeza, e sobretudo rapidamente as prerrogativas constitucionais e estatutárias que temos em matéria fiscal.

A declaração feita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças no decurso deste debate de que apresentará a esta Assembleia proximamente propostas legislativas neste campo, deixa-nos já menos preocupados quanto à resolução rápida deste problema.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Nesta conjuntura, a apreciação do orçamento Regional fica limitada por um lado, à verificação por parte da Assembleia das receitas regionais, com a avaliação do cumprimento, ou não, por parte do Estado, das suas obrigações financeiras para com a mesma nos termos constitucionais e estatutários e por outro, então já da responsabilidade do executivo, à correcta ou não afectação destas receitas.

Quanto à primeira questão, todos nós temos assistido, ano após ano, à inqualificável atitude do Governo Central no que concerne

à fixação no Orçamento Geral do Estado, das verbas a que por força das Leis em vigor temos direito, pelo que não vale a pena reproduzir aqui todo um rosário de injustiças e de ilegalidades, de que tem vindo a ser objecto a Região e até as próprias autarquias locais.

Sendo de realçar, o facto de, a partir de 1982, as receitas do Orçamento Regional, provenientes das transferências do Estado, terem vindo a diminuir comparativamente com as outras componentes da mesma e que em termos globais poder-se-á afirmar que a Região contribui para o Estado com valores superiores àqueles que recebe deste.

Quanto à segunda questão, aí a nossa apreciação, quanto à aplicação que o Governo Regional se propõe fazer no ano de 1985 dos recursos financeiros que dispõe, já pode merecer um juízo de valor.

Assim, verifica-se que a estrutura do Orçamento Regional para 1985, não difere das apresentadas nos anos anteriores.

A contenção de despesas correntes é um facto real que se tem vindo a verificar e é sinal de uma boa administração.

Na proposta do Orçamento Regional constata-se que a variação das receitas correntes entre 1984 e 1985 é de mais de 23%, enquanto que a variação das despesas correntes relativas aos mesmos anos é de 22% e que o saldo das receitas e das despesas correntes, entre os referidos anos aumenta 20%, note-se que este saldo negativo entre as receitas e as despesas, surge na medida em que, não estão incluídas nas receitas, as transferências do Estado ao abrigo da alínea f) do artigo 82º do Estatuto Político-Administrativo da Região.

Por conseguinte, se por um lado as despesas correntes aumentam apenas 22% relativamente ao ano anterior e se tivermos em conta que este aumento se deve sobretudo ao serviço da dívida, ao aumento dos vencimentos do funcionalismo público e à compensação a pagar ao Estado pelos encargos com a cobrança das contribuições e impostos pertencentes à Região, verificamos, uma efectiva contenção em termos reais das despesas correntes.

A constatação deste facto reflecte que a política orçamental seguida pelo Governo Regional dos Açores, apesar das limitações a que está sujeito, é prudente e ajustada à conjuntura depressiva que o país atravessa.

Quanto às despesas de capital verifica-se um aumento de 42% que incide sobretudo nas despesas do Plano 41% e se tivermos em conta que as necessidades de financiamento no que respeita a este capítulo do orçamento, apenas sofre um aumento de 20% relativamente ao ano

anterior, pode, assim, concluir-se que tem havido preocupação de, as despesas de investimento não subirem demasiadamente em relação às receitas próprias da Região que levasse ao seu endividamento.

Quanto às necessidades de financiamento previstas no Orçamento na ordem dos nove milhões e trezentos e vinte mil contos, esta verba como refere o documento em apreciação não corresponde ao défice orçamental que, por factores que são alheios à Região, quantificar rigorosamente, não é possível neste momento.

Uma questão é certa, e que nos aprez registrar, não é encarado no orçamento o recurso ao crédito para o financiamento do mesmo.

Aliás tal situação vem a verificar-se desde 1982 e as incertezas que se vivem agora são as mesmas que se verificavam quando da apreciação dos sucessivos orçamentos anuais.

Tal situação não é de forma alguma aceitável que se mantenha, e passa sobretudo e fundamentalmente por uma definição legislativa rigorosa, para o cumprimento integral do que dispõem os artigos 80º e 85º da Lei 39/80 de 5 de Agosto.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa recebeu um requerimento que nos termos regimentais, passo a ler a fim de que seja dado conhecimento:

"Nos termos do nº 1 do artigo 95º do Regimento, o Grupo Parlamentar do PSD requer a prorrogação dos trabalhos do Plenário até que se esgote integralmente a agenda de trabalhos.

Nestes termos, os trabalhos seriam interrompidos das 20 horas às 22 horas.

O Grupo Parlamentar do PSD requer, assim, que o Plenário delibere para os efeitos da parte final do nº 1 do artigo 55º do Regimento".

O requerimento foi admitido e, nos termos do nº 2 do artigo 95º, vou pô-lo à votação dado que dispõe aquele número que "admitido o requerimento, será imediatamente votado sem discussão".

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, não é para discutir nem para contar tempo...

(Risos da Câmara)

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Eu pedia uma informação prévia à Mesa que julgo que deve interessar a todos os intervenientes: era se nos pudesse dar, em síntese, para que pudessemos votar, enfim, em melhor consciência sabendo o serão que temos, quais são os tempos disponíveis de cada partido para que possamos avaliar um pouco dos efeitos práticos do requerimento apresentado pelo PSD.

Presidente: Não vejo inconveniente e

penso que até será vantajoso. O Sr. Secretário vai dar conhecimento dos tempos existentes, tanto para o Governo, como para cada um dos partidos.

Secretário (João Carlos Macedo): O PSD já despendeu 3h 53m e 48s; O PS 3h, 34m e 46s; o CDS 1h, 22m e 38s; o PCP 48m e 40s e o Governo 4h, 56m e 31s.

Presidente: Trata-se agora de uma questão de fazer as contas.

(Prodeceu-se, de seguida, à contagem dos tempos existentes para cada um dos partidos, bem como para o Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vão ser anunciados os tempos que faltam.

Secretário (João Carlos Macedo): Descontando os 10m para encerramento dos debates, o PSD tem 2h, 56m e 12s; o PS 45m e 14s; o CDS tem mais ou menos 7m e 30s; o PCP tem cerca de 2m e o Governo tem 23m e 29s.

Presidente: Devo fazer uma correcção quanto ao CDS. O CDS já esgotou o tempo e já entrou nos tais 10m.

Portanto, agora já não terá 10m mas, sim, 8m para o encerramento do debate.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, desculpe, eu admito que tenha entrado, agora como não fui advertido nesse sentido ponho a questão moral de que efectivamente entrei sem saber.

(Risos da Câmara)

Portanto, eu julgo que a Mesa me deu um crédito que eu não tinha pedido...

(Risos da Câmara)

...e, por conseguinte, peço desculpa, mas estou contando com 10m.

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa não pode atender, obviamente, ao pedido do CDS até porque ele, precisamente antes de interrogar o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, e para esse efeito, estava o Sr. Secretário a fazer a sua intervenção e o CDS teve a ver aqui que tinha um minuto e tal, de forma que estava mais que advertido que tinha só um minuto e tal.

Eu disse-lhe que podia entrar nos tais 10m e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro entrou nos 10m.

O Sr. Deputado Fernando Faria pede a palavra para?...

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, talvez usando a figura de interpelação porque os requerimentos não têm discussão, mas como já há um precedente...

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria dizer que o PSD, tendo ainda

este tempo disponível, não utilizará, nas 4 intervenções que nos faltam fazer, possivelmente mais de 50 minutos - não incluindo, evidentemente, os 20 minutos da intervenção final e declaração devoto.

O PSD, no fundo, gastará 1h e 20m com todo o resto da sua participação.

Era esta a informação, porque a pergunta do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro vinha no sentido de sabermos até que horas se prolongariam os trabalhos. Isto é só para ajudar, porque os tempos que estão disponíveis, pela nossa parte, não corresponderão àquilo que vamos fazer.

Presidente: Sr. Deputado Fernando Faria, a Câmara está informada e não se vai iniciar aqui uma discussão sobre o assunto. Foi uma informação que foi pedida por um dos Srs. Deputados a que a Mesa atendeu: saber-se quanto tempo disponível havia para cada partido.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para uma interpelação à Mesa.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, julgo que, obviamente, não entra nos descontos dos tempos, não é verdade?

É para interpelar à Mesa no seguinte sentido: eu sei que, regimentalmente, os requerimentos não dão lugar a discussão, mas penso que, regimentalmente também, nada impede que os proponentes possam fundamentar, ou possam justificar, precisamente esse requerimento.

Se assim for, e se os proponentes quisessem justificar o porquê desta maratona, poderia dar um grande contributo para, enfim, a decisão sobre esta votação.

Presidente: Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, o Regimento não prevê a fundamentação dos requerimentos; diz que "será imediatamente votado sem discussão".

Assim sendo, vamos passar à votação do requerimento do PSD, que requer precisamente, nos termos regimentais, que "se prorroguem os trabalhos do Plenário até que se esgote integralmente a agenda de trabalhos. Os trabalhos seriam interrompidos das 20 às 22 horas:"

O requerimento está à votação.

Os Srs. Deputados que votam favoravelmente mantêm-se como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi aprovado por 19 votos a favor do PSD, 12 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS, 1 voto a favor do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta cena a que estamos a assistir desenha-

va-se desde o início desta discussão - desde a extemporânea proposta sobre os tempos e outras coisas.

Era evidente que isto tinha que acabar depressa. Mal ou bem não interessava. Mal ou bem continua a não interessar. Nós não podemos aceitar esta situação, por isso votámos contra esse prolongamento. Viemos para aqui para discutir o Plano; não viemos para uma maratona olímpica, que não é intelectual, mas será uma maratona sonolenta.

Por vezes tem sido aqui referido Conselhos da Revolução e Assembleias Constituintes sonolentas. Não foi há muitos dias que ouvi essa afirmação. Pois no Plano a Médio Prazo para 85/88 teremos o seu termo numa Assembleia sonolenta, bocejante. Apenas porquê? Apenas porque esse foi o propósito desde sempre, possivelmente talvez desde que o Plano foi entregue nesta Assembleia. E só porque não pode ser aprovado antes e discutido depois, é que ainda continua a ser seguido o processo inverso. Mas, com esta pressa, caminharemos para lá. Qualquer dia votaremos depois!...

Presidente: O Sr. Deputado Decq Mota tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado do PCP entende que os trabalhos da Assembleia devem tomar um ritmo acelerado quando tal for absolutamente necessário. Quando tal não é absolutamente necessário, não está de acordo, por princípio, com esse estilo de trabalho. Por essa razão, votei contra o requerimento apresentado.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso requerimento foi apresentado com plena consciência porque tínhamos falado com o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e penso que com mais algum dos Srs. Deputados dos outros partidos, e não se chegava a consenso. Daí que eu tivesse, talvez extemporaneamente, dito que iríamos gastar mais 1h e 20m das 3 horas e tal que ainda nos sobram.

Portanto, queria dizer - e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa percebeu muito bem - que nós não pretendemos nem queremos que o Plano de Médio Prazo deixe de ser discutido.

Isto não é uma maratona olímpica, nem uma maratona de planos nem de orçamentos!

Aliás, os 45 minutos que vos restam não são assim um sacrifício tão grande para vocês. Vocês só têm mais 45 minutos, o PCP tem 2 minutos e, também, por aí, não havia problemas.

Nós estamos perante uma situação que

é mais importante do que o jogo de palavras do Sr. Deputado Dionísio de Sousa! Estamos discutindo um Plano, vamos votá-lo e estamos, afinal, perante aquilo que é a nossa realidade. Isto também é um custo da insularidade, e é porque há contingências de transporte...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): A que horas é que sai o avião amanhã de manhã?

O Orador: Sr. Deputado, agradecia-lhe que me deixasse acabar. Aliás, foi bom que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa falasse porque, Sr. Deputado, eu estou à vontade, eu podia estar aqui todos os dias, pessoalmente esse aspecto não me toca e amanhã estaria aqui às 10 horas, mas eu estou falando em nome de um Grupo Parlamentar que tem deputados das mais diversas ilhas, e foi bom que fosse o Sr. Deputado Dionísio de Sousa a levantar a questão porque é um Deputado duma ilha - a Terceira - que tem fácil acesso...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Diário...

O Orador: ...diário e mais do que uma vez por dia, mas há Srs. Deputados de outras ilhas, e até talvez mesmo alguns Srs. Deputados da Terceira e de S. Miguel, que, se não saírem amanhã de manhã, chegarão às suas ilhas muitíssimo mais tarde.

Portanto, é também atendendo a esse facto, e já que se invocam aqui tantas vezes as ilhas - umas são grandes, outras são pequenas, outras são médias - que se pede que olhemos para isso e se faça um pequeno sacrifício nesse aspecto.

Não vamos fazer maratona nenhuma se não nos prendermos a picuinhas e, afinal, um pequeno sacrifício repartido por todos ainda se torna menor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, são quase 20 horas, de forma que estão interrompidos os trabalhos que recomeçarão às 22 horas.

(Eram 19,55 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Raimundo Mesquita.

(Eram 22,10 horas)

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O enquadramento económico regional, nacional e internacional em que o Governo está e irá desenvolver a sua actividade não nos permite perspectivar um futuro risonho e de facilidades. Tal situação requer ser encarada de frente pelos responsáveis políticos de modo a que, com determinação, força de vontade de servir e espírito de sacrifício se consigam juntar os açorianos na defesa dos seus interesses e na implementação

das linhas de desenvolvimento da Região e na modernização da sua economia.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado. Nesta minha intervenção irei essencialmente desenvolver uma análise sobre um aspecto que reputo de **fundamental** dentro dos campos ligados ao sector económico e produtivo: a Indústria.

O período de recessão económica que atravessamos, e que mesmo sob um ponto de vista optimista perdurará, faz com que os esforços de desenvolvimento regional se devam concentrar prioritariamente no maior aproveitamento, direi mesmo integral aproveitamento, dos nossos recursos endógenos, na melhoria dos níveis de produtividade e na criação de novas empresas de modo a diversificar a nossa actual produção.

Quanto a nós estas deveriam ser as linhas de partida do PMP neste sector. Deveria ser apontada uma política bem definida para o sector industrial de modo a criar confiança nas empresas e nos possíveis investidores.

Contudo, o que vemos no sector da Indústria? Um PMP amorfo, sem novas medidas de fundo, sendo mais um desfile de objectivos, medidas e acções que, pelo seu carácter vago e genérico, nada mais fazem que conduzir à desilusão de todos aqueles que ainda esperavam algo do diploma que agora estamos analisando.

Como confirmação do que acabo de mencionar basta ler os pareceres emitidos pelos parceiros sociais, todos muito críticos face a este PMP dos quais destaquei o resumo final do parecer emitido pela Câmara do Comércio e Indústria dos Açores. Cito:

"A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores pretende alertar os responsáveis para a realidade vivida pelas empresas privadas da Região, nos sectores que representa, e para a necessidade de, coerentemente com os princípios que afirma, serem implementadas as medidas adequadas e suficientes para poderem ser atingidos os objectivos preconizados com base no desenvolvimento das empresas do sector privado, visto que só se investe em função de uma política bem definida.

Não encontramos essa definição estabelecida de forma consistente na proposta de PMP em apreço, conforme aliás, igualmente se não encontrava em planos anteriores".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao afirmar-se que este Governo não tem uma política industrial definida estamos apenas a apontar para uma das lacunas pontuais do Plano a Médio Prazo.

Iremos mais longe ao afirmar que este PMP e este Governo não tem definida não apenas

a política industrial mas que nos apresenta uma ausência total de uma política de desenvolvimento integrado das políticas sectoriais que porventura existam.

Mais pormenorizadamente perguntaremos qual a política existente para a articulação entre os sectores Industrial e de Transportes? É deixando as transportadoras aéreas, em terra, cargas, com reserva, de peixe e carne produzidas e trabalhadas na Região?

É deixando ilhas durante largos períodos sem transportes marítimos e portanto sem escoamento para as suas produções tradicionais?

Qual a política existente na e para a conjugação dos sectores Industrial e de Energia? E fazendo a indústria pagar mais caro o preço do kw do que a energia que é distribuída aos particulares?

Qual a política existente para a interligação do sector Industrial e do Ambiente? É incentivando a ampliação da fábrica de cimento do Livramento e não promovendo a sua remoção para uma zona de parque industrial?

Qual a articulação entre os sectores Industriais e as áreas Agrícolas e Piscatórias agora inclusivé sob a tutela do mesmo Sr. Secretário Regional?

É deixando que as falências se sucedam mesmo que pelo menos num caso como é do domínio público o Plenário do Governo Regional dos Açores já tenha decidido há alguns anos, direi quase há 3 anos, a sua intervenção com pedido de declaração de falência mas que na prática nunca foi implementado?

A rede de frio Regional concebida para ser um apoio aos pescadores está a ser utilizada essencialmente pelos intermediários da exportação de peixe em concorrência directa com os industriais regionais que pela sua actividade tem custos muito mais elevados (fixos corpóreos e de exploração).

Sabe o Governo Regional qual o grau de utilização pelos pescadores da referida rede de frio?

É assim que o Governo Regional pensa incentivar os industriais e possíveis investidores do ramo frio e laboração de pescado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É tentando ser breve, aproveitando o pouco tempo que nos resta, vou terminar ainda com mais uma análise sobre política industrial, perguntando, pois gostaria de ser informado pelo Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, que por motivos particulares não está aqui presente, qual o destino dado ao tão falado e agora tão esquecido PIR (Plano Industrial da Região). Terá o mesmo sido apenas mera ostentação de fachada para Açoriano ver e/ou de oportunismo político pré-eleitoral para Açoriano votar

e/ou ainda sido apenas mais um retoque no visual político do então Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria?

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não precisava!

O Orador: De facto é verdade. É que do tão falado e propagandeado PIR (Plano Industrial da Região) nada mais conhecemos do que a sua última imagem televisiva.

Será, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria que o PIR (Plano Industrial da Região), faleceu e já se encontra enterrado?

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria esclarecer o Sr. Deputado duma coisa muito simples, muito concreta e muito precisa: trata-se da utilização da chamada "rede de frio" em relação àquilo que acabou de dizer.

A "rede de frio" actualmente existente na Região não se destina para uso dos chamados industriais transformadores do pescado. A sua utilização é meramente de apoio à pesca chamada do "peixe de fundo", sobretudo da pesca artesanal, quando os pescadores se querem utilizar dela.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): Deveria ser assim!

Deputado António Silveira (PSD): E é!

O Orador: É, Sr. Deputado! Desculpe, eu normalmente sou uma pessoa muito cordata mas desafio o Sr. Deputado a demonstrar-me quando é que não foi assim e onde é que não foi assim.

Essa rede é destinada prioritariamente, **sem encargo nenhum para o pescador**, a arrumar o seu peixe, quando ele quiser, nessa mesma rede de frio. Só porque ele muitas vezes não o faz porque não quer, até muitas vezes por razões económicas, não lhe interessa, em determinados sítios pescar mais para não baixar o valor de venda do pescado em lota, essa rede de frio, para não ficar votada a uma total inutilização, é cedida a quem queira utilizar esse frio a troco de pagamento dessa mesma utilização, seja essa pessoa um intermediário, ou seja pessoa industrial residente ou não residente na Região.

Se há excepções a este caso, evidentemente que elas serão corrigidas se forem denunciadas.

Isto não tem nada a ver com uma ligação entre pesca industrial do pescado e indústria transformadora do pescado. Como sabe, fundamentalmente é no caso do atum, onde existe uma perfeita ligação.

Portanto, esta é a utilização da actual rede de frio existente na Região. Não tenho conhecimento de casos em que o pescador artesanal tenha sido prejudicado

porque essa rede de frio estava sob exploração por alguém que não fosse esse mesmo pescador.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Castro.

Deputado Nogueira de Castro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Cumpre-me hoje fazer algumas reflexões sobre um dos documentos de trabalho mais importantes que é presente para discussão nesta Assembleia e que é o Plano de Médio Prazo 85/88.

Não desejando analisar de forma detalhada e no conjunto da Região, até porque não quero ser acusado de causar mais ainda a sonolência desta Câmara e, de resto, outros colegas desta Câmara estão bem mais preparados para o fazer do que eu, não posso, contudo, deixar de aproveitar esta tribuna, e a divulgação que ela permite, para focar, de forma especial, embora sucinta, um dos pontos referentes à Ilha do Pico.

É de todos conhecido o enorme abismo que, a vários níveis, antes da Autonomia Regional, separava as Ilhas-Cidade das outras, o qual os sucessivos Governos Regionais têm vindo a procurar atenuar através de uma política de construção das infraestruturas básicas necessárias: portos e aeroportos.

Mas, se era indispensável gastar vultuosas verbas com estas infraestruturas, imprescindíveis ao desenvolvimento regional, o facto é que elas não se traduziram em valor acrescentado para a Região. Isto é, tratou-se de dinheiro gasto pela Região e transferido na sua quase totalidade para empresas do Continente, através dos cimentos, ferros, técnicos, mão-de-obra, equipamento, etc, e não correspondeu ao aproveitamento das potencialidades da Região.

Que, no presente PMP, e estando em vias de conclusão aquelas infraestruturas no que ao Pico diz respeito, o facto que quanto a mim se apresenta mais relevante pelo que representa de uma nova FASE é o Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário da Ilha do Pico (PDAPIP), cujo montante global atinge os 460.000 contos. Efectivamente, parece-me ser um grande passo para o desenvolvimento agro-pecuário e preparação para a integração na CEE, representando uma grande aposta do Governo Regional e de todos nós na criação directa de riqueza e condições de fixação para a população do Pico. De facto, se nos lembrarmos que 42,4% da população activa do Pico trabalha na agricultura, e que 79,2% dos activos são criadores de gado, fácil é constatar o impacto social deste Programa.

No Pico, tivemos durante muitos anos uma agro-pecuária insuficientemente desenvolvida, porque existia apenas a terra disponível mas a maior parte dos outros factores de produção era deficiente; faltavam os técnicos, que agora

existem ao nível de um gabinete de que fazem parte Agrónomos, Economistas, Juristas, Silvicultores e médicos Veterinários, e que o que é muito importante, está dotado da necessária capacidade de decisão e consequente responsabilização, possuindo ligação directa ao respectivo Secretário Regional.

A Lavoura envelhecida e com grande percentagem de analfabetos o que tem vindo a ser melhorado de tal forma que a lavoura do Pico de hoje já pouco tem a ver com a que há 10 anos atrás pensava apenas numa economia de subsistência; faltava também o financiamento, o qual já foi possível obter, em parte 2/3, através de um Banco Alemão; faltava essencialmente um arrojado projecto integrado de desenvolvimento agro-pecuário que honra esta Região e que ajudasse a lavoura a evoluir rapidamente.

Resolvidos estes problemas, juntando a recente extensão do SIFAP à Região, assim como a criação de uma Lei de Orientação Agrícola que muito útil vai ser ao PDAPIP, vão ser abertas no próximo dia 22 de Abril as inscrições para os interessados em beneficiar deste programa.

Através do Programa de Desenvolvimento Agro-Pecuário da Ilha do Pico pretende-se fundamentalmente:

- recuperar 4.000 ha de incultos e transformá-los em pastagens;
- melhorar 20.000 ha de pastagens degradadas;
- ampliar a rede de caminhos de penetração (100 km);
- melhorar os efectivos bovinos procurando adaptá-los à produção de carne;
- formação e valorização profissional dos empresários agrícolas, dando especial atenção ao jovem agricultor;
- acompanhamento do programa por um estudo que analisará a comercialização, o destino, transportes, etc., dos produtos.

Sei bem que não vai este Programa resolver todos os problemas do Pico. Não esquecemos as questões do Ensino, da Saúde, dos Transportes ou da Energia. Mas ele é sem dúvida, suficiente para eu votar favoravelmente este Plano de Médio Prazo 85/88. E se a Lavoura do Pico souber responder ao desafio que lhe é feito em condições extremamente favoráveis para ela, este programa irá com toda a certeza gerar riqueza e paz social capazes de tornarem a Ilha do Pico na Ilha do Presente.

Que mais programas, bem planeados como este, sejam extensivos às outras Ilhas, são os meus votos de Deputado Regional.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Prescinde da palavra.

Então tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

Deputado David Santos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Na altura em que a nossa Assembleia Regional está a discutir propostas tão importantes como o Plano a Médio Prazo para 1985/88 e o Plano e Orçamento para este ano, também gostaria de dizer algumas palavras como deputado eleito na ilha mais pequena dos Açores.

É verdade que ainda faltam muitas coisas na Ilha do Corvo para que os Açorianos que lá vivem possam ter condições, já não digo iguais, mas pelo menos semelhantes às dos habitantes das outras ilhas, mas antes de falar no que é necessário fazer é importante realçar algumas coisas que têm sido feitas no Corvo nestes últimos oito anos e que certamente que ainda hoje não existiam se não fosse a Autonomia.

Uma dessas obras é o aeroporto que embora tendo custado caro em vista do número de habitantes da Ilha, é um investimento muito útil e que veio quebrar bastante o isolamento da gente que ali vive, mas o aeroporto se servisse apenas para a evacuação de doentes, deixava aquela ilha numa situação de desigualdade. Foi assim que o Governo Regional decidiu suportar o encargo financeiro com a realização de uma viagem quinze - nal para aquela ilha, com a colaboração da Força Aérea, que neste como em outros casos vem prestando um serviço aos Açores que merece o nosso louvor. Sabe-se que o número de habitantes não é grande, mas no ano de 1984, de Maio a Dezembro movimentaram-se quase 200 passageiros e muitos dos que pretendiam utilizar o avião tiveram de ir de lancha, como antigamente, porque não conseguiram o lugar no aviocar. O Governo Regional incluí no Plano para 1985, no programa 60, uma verba destinada ao apoio ao transporte aéreo, nessa se incluindo o apoio ao transporte aéreo para a ilha do Corvo, sendo agora de toda a justiça que o Governo Regional aumente o número de viagens, passando-as de quinzenais para semanais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Toda a gente sabe que há muitos e muitos anos que não havia médico no Corvo e que foi também o Governo Regional, em colaboração com a Câmara Municipal, que respeitando os direitos dos seres humanos que lá vivem, que criou as condições para que ali esteja um médico que se dispôs a ir para lá há dois anos. Em abono da verdade, tem de se dizer que o médico que desde o início que lá está tem-se dedicado com competência e zelo à população à tal ponto de quase nunca sair da ilha, a não ser para o absolutamente necessário e pelo mais curto espaço

de tempo.

Embora não seja Açoriano está prestando um serviço não só ao Corvo mas aos Açores, e é por isso, que na continuação do que vem sendo feito, se deve fazer tudo para que o médico tenha ao seu alcance os meios necessários e que não tenha de resolver tudo apenas com a experiência e boa vontade.

O Posto Médico já dispõe de mais algum material mas ainda necessita de outro, como eu próprio, ouvido o médico, já tenho dado conta ao Governo. Neste momento não está colocado no Corvo nenhum enfermeiro. Embora se saiba que o Governo está tratando de colocar no Corvo um enfermeiro civil, deve-se dizer que é um problema que deve ser resolvido o mais urgente possível.

Quanto à T.V. e Rádio, o Plano que está a ser discutido prevê a cobertura total da Região. Já não é sem tempo, porque a população do Corvo e das Flores já espera há dez anos.

Em algumas ilhas, onde já existem Escolas Secundárias estão alguns Senhores Deputados preocupados em arranjar outras que fiquem ao pé da porta.

No Corvo não existe Escola Secundária nem sequer Escola Preparatória. Apenas existe a Telescola que bem se sabe que é uma fraca solução e a Ilha do Corvo é a única onde não se pode estudar até ao 9º ano. É por isso que seria justo que os estudantes daquela ilha que de lá têm de sair três anos mais cedo do que os das outras ilhas recebessem um apoio para a sua manutenção que já é bem cara.

Um porto é indispensável numa ilha, e o mesmo acontece no Corvo. O Porto da Casa há muito necessita de ser alargado e é também preciso fazer a sua protecção.

As obras há muito previstas nunca puderam ser feitas porque se pretendia aproveitar que o empreiteiro do porto das Flores ali se deslocasse para fazer as referidas obras.

Como o Porto das Flores nunca avançou, os arranjos do Corvo não devem ficar muito tempo protelados. Seria preciso arranjar forma de resolver o problema.

No que respeita a estradas, deve-se dar prioridade à pavimentação e recargas de betuminosos da estrada que liga a vila ao Caldeirão, não só pelas vantagens que traz aos agricultores da ilha, como também pelo interesse turístico que representa o Caldeirão.

É certo que nem tudo está ainda feito, mas também é verdade que "Roma e Pavia não se fizeram num dia" e que da parte do Governo existe intenção de resolver o que ainda faz falta, razão pela qual esses documentos em apreciação merecem aprovação por parte desta Assembleia.

Não desejaria terminar sem dizer ao Sr. Deputado Hélio Pombo que, apesar da amizade que nos liga desde pequenos e que espero que não acabe, por via de divergências partidárias, devo repôr a verdade em face de algumas afirmações proferidas.

Campo de jogos - foi construído com verbas do Governo e Câmara Municipal e é utilizado. Só é pena que a Delegação de Desportos onde o Sr. Deputado trabalhava esquecesse o Corvo. Agora que o Sr. Deputado voltou a lembrar-se do Corvo pode ser que as coisas se alterem.

Turismo - talvez o Sr. Deputado Hélio Pombo não saiba, que existe uma casa devidamente mobilada no Corvo, destinada ao Turismo, só que, neste momento, tem estado a servir de residência do Enfermeiro porque se acha que a saúde é mais importante para os corvinos do que o Turismo.

O Corvo é uma ilha onde se pode ver que a política deste Governo, que apoiamos, é voltada para os mais necessitados e que não se realizam obras apenas com interesses económicos mas principalmente com fins sociais.

Tenho dito.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Hélio Pombo pede a palavra para?

Deputado Hélio Pombo (PS): Para um protesto muito rápido.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação ao que disse o Sr. Deputado do Corvo - também meu amigo de há muitos anos e que vamos continuar a ser amigos - acerca do campo de jogos não ser utilizado e de eu trabalhar na Delegação de Desportos, francamente, eu não tenho nada a ver com isso porque eu não sou Delegado de Desportos: eu era só funcionário da Delegação de Desportos.

Quanto à casa devidamente mobilada, eu conheço-a e acho que está muito bem mobilada e até há pouco tempo foi utilizada pelo enfermeiro que estava lá no Corvo mas, antes disso, foi utilizada para outros fins e, que eu saiba, para fins turísticos ela talvez nunca foi utilizada.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado David Santos pede a palavra para?...

Deputado David Santos (PSD): É só para dar um esclarecimento à Câmara.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado David Santos (PSD): Acontece que o sr. Deputado...Sr. Presidente, Srs. Deputados, é só para esclarecer o Sr. Deputado Hélio Pombo que...

Deputado Carlos César (PS): É a falta de experiência!

O Orador: É falta de experiência... Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos César, eu sei que o Sr. é líder nessa bancada e não me admira. Mas é só na sua bancada, porque nesta nunca mais o será!

(Risos do PS)

Sr. Deputado Hélio Pombo, vamos continuar a nossa explicação perante a Câmara... diga lá Sr. Deputado!

Deputado Carlos César (PS): Se calhar queria que eu fosse para aí?!

O Orador: Nesta nunca mais o será!

(Risos do PS)

Sr. Hélio Pombo, o que é de lamentar é que ainda há pouco tempo (há cerca de um ano) - desculpa eu trazer uma coisa pessoal - mas um vereador da própria Câmara do Corvo se dirigiu ao Sr. Deputado a pedir que você, como funcionário da Delegação dos Desportos, resolvesse esse assunto e você informou-o que não tinha nada a ver com os problemas do pessoal do Corvo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Não percebi o que disse, Sr. Deputado!

O Orador: O que disse foi que não tinha absolutamente nada a ver com os problemas do Corvo. Eles, como conheciam o Sr. Deputado julgavam que tinham uma porta aberta para resolver algum problema da Delegação de Desportos e o Sr. recusou-se a dar qualquer colaboração aos habitantes do Corvo. É isso que é preciso que fique registado!

Deputado Hélio Pombo (PS): Eu não lhe posso responder porque não tenho tempo, senão dizia-lhe mais algumas coisas...

(Risos do PS)

...mas outside eu digo-lhe...

Presidente: Sr. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e alguns Membros do Governo:

Encontramo-nos perante mais uma proposta de Plano a Médio Prazo que pretende traçar, como se impunha, os grandes objectivos de política para o próximo quadriénio, bem como definir a programação e as medidas sectoriais que visem a prossecução daqueles. O debate, a propósito verificado, revela mais uma vez o que do Plano se esperava.

Tal como há quatro anos, o Governo colocou-nos, no plano intencional, numa posição conceitual de indiscutível e óbvia aquiescência.

- Quem neste Parlamento, poderá dizer em matéria de grandes objectivos que o "fomento do investimento" ou a "modernização do aparelho produtivo" não são objectivos de insofismável acuidade?

- Quem se reserva moralmente para dispensar

a necessidade de se acudir às desigualdades intra-regionais, ao fomento do desenvolvimento harmónico, à criação de novos postos de Trabalho ou à criação de condições para a fixação da população nos Açores?

Mas, afinal, quem já não anunciava concordar com isso quando a médio prazo se planearam as medidas de política para os últimos quatro anos?

As bases políticas com que então se planeou, os pontos de partida sócio-económicos a partir dos quais se enquadravam os objectivos a prosseguir, os pressupostos ideológicos e as metas ideias, não divergiam nem divergem fundamentalmente dos actuais. Mas as questões a suscitar agora são certamente outras.

A pretendida política de relançamento do crescimento económico, do fomento do investimento, não teve consequências. Foi um desastre. O Estado, o sector público, alcançou nos Açores uma posição crescente nesse domínio, em resposta ao absentismo dos meios empresariais privados, é certo, mas também certamente porque o quadro legislativo - em função do qual estes averiguavam a segurança dos seus investimentos, se revelou insuficiente, ou mais do que isso, desencorajador e repulsivo. Esta ideia confirma-se plenamente junto da iniciativa privada e cai por terra a ideia do Governo, há pouco mais de um ano expressa, de que se consagraram um conjunto de estímulos considerados suficientes na nossa economia para que a iniciativa privada, interna ou externa, pudesse concretizar, efectivamente, os seus projectos de investimento.

Quanto ao investimento externo na Região, do qual tanto se fala, a experiência tem-nos demonstrado que um grande número deles vem impregnado do vício do aventureirismo económico, na senda de um lucro fácil, tendo como resultado o de, mais tarde ou mais cedo, a Região ter de suportar financeiramente a ingenuidade com que os acolheu, ao mesmo tempo que esses investidores, na busca de outra "parvóina", se banqueteiam pelo mundo fora.

A pretendida política de modernização do aparelho produtivo não teve qualquer repercussão. A reconversão de unidades empresariais que operam nos sectores económicos jamais se processou e a sobrevivência empresarial processou-se, essa sim, sob o signo das leis naturais que ditavam outrora a mortalidade infantil: quando morriam os fracos e sobreviviam os fortes. Acrescentam-se agora duas componentes, cuja dimensão e efeitos são aliás de previsão precária mas através das quais o Governo pretende-nos dizer que a relação medidas-efeitos 81-85 será diferente na relação idêntica de 85/88.

Por um lado, a criação de um regime fiscal próprio, cujo enquadramento na ordem jurídico-

-constitucional portuguesa depende de forças exteriores à vontade da maioria política regional, sediadas em processo complexo e de dimensão imprevisível como é uma Revisão Constitucional em Portugal. A criação de um sistema fiscal que será também muito pouco "próprio" dada as regras comunitárias que inibem grandes originalidades e que impõem a livre circulação de bens e de cuja tributação o Estado hoje arrecada importantes recursos financeiros, não deixará, por isso, de envolver preocupações que impõem a ponderação e a máxima reserva porque, se por um lado, há que criar e facilitar condições para o investimento, por outro, há que evitar a sobrecarga da tributação da grande massa dos trabalhadores que sobrevivem apoiados nos magros rendimentos do seu trabalho.

A outra componente nova para o Governo é a consideração da Adesão à Comunidade Económica Europeia como "uma importante fonte de recursos financeiros", e não, como é de facto, em primeira instância, uma importante fonte de preocupação para a debilidade da economia regional e fraca capacidade concorrencial dos seus agentes. Um enorme desafio. A adesão deve fazer-se porventura imbuída de maiores reservas do que aquelas com que se encarou, por exemplo, a interpelação parlamentar que fizestes a vós próprios mas nunca com o espírito deste Plano a Médio Prazo, que da adesão reflecte a imagem de uma entidade bancária a quem se pode recorrer sem a ideia de se pagar.

A pretendida política de criação de postos de trabalho neste PMP é a pretendida política de todos os planos quantos foram os apresentados. Mudou de página, é certo. Mudou de capítulo. Mas a verdade é que a criação desses postos de trabalho não é a resultante de uma política autonomizada, da formação profissional ou dos terminais profissionalizantes dos diversos graus de ensino. Que novas actividades despontaram na Região para que se criassem novos postos de trabalho, se o número de empresas que faliram é significativo face ao número de empresas que se criaram? Que realidade tem a afirmação desse esforço e a recusa de situações artificiais de emprego, quando se assiste à progressiva descapitalização das empresas, quando o planeamento exige um crescendo de verbas para acudir a situações de desemprego e um decréscimo na execução do orçamentado para o apoio ao investimento privado, e por consequência, à criação de emprego.

Passou o tempo em que o Governo iludiu a situação do emprego na Região, quando montou uma pesada e estereotipada administração, quando multiplicou serviços unificáveis, quando alicerçou as bases do seu suporte eleitoral contratando e integrando na função pública e nas empresas

públicas descomunais contingentes de recursos humanos, que hoje se prepara para despedir diplomaticamente, sob a argumentação que o torna afinal o único réu, de que "cada posto de trabalho dispensável na administração pública disponibiliza recursos que permitem o fomento do investimento e a criação de diversos outros na economia".

Passará, em breve, o tempo, em que outros postos de trabalho estarão em causa, nomeadamente os decorrentes de um conjunto de investimentos públicos em determinadas infraestruturas essenciais que ocupam larga mão-de-obra açoriana e que envolvem uma ocupação temporária e que virão engrossar a multidão dos desempregados, ao mesmo tempo que muitas terras permanecem incultas, que o meio rural se desertifica e que certas ilhas carecem de recursos humanos, nem por isso especializados, para o pleno aproveitamento dos seus recursos potenciais.

A pretendida política de redução das dependências externas, já constante de outras fases do planeamento regional, não teve expressão, nem poderia ter porque não teve igualmente expressão o aumento da produção, a diversificação da produção, a orientação do consumo, a resolução do problema dos transportes, o aproveitamento e a transformação dos recursos próprios, até energéticos. O poço sem fundo que é a EDA, autêntico sorvedouro do orçamento regional, apenas actua em crescendo no bolso dos consumidores. De todas as provisões feitas no papel sobre o aproveitamento da energia geotérmica, já na discussão do último Plano Anual, se pôde concluir que não tiveram o êxito previsto, o qual, não sei em que base de que factores infalíveis, o Governo havia minuciosamente calculado no último PMP anunciando os números e as percentagens em função dos quais a energia geotérmica hoje contribuiria no abastecimento eléctrico às populações. Dirão agora que esses cálculos não poderão ser nunca estabelecidos com rigor dada a sua natureza. Sem dúvida que sim, sem dúvida que já o havíamos dito, mas é por estas e por outras que o PSD e o Governo se têm destacado no planeamento regional, pelo anúncio do irrealizável, pela previsão do imprevisível e pelas medidas inaplicáveis. Das contas da Região, sem Tribunal de Contas, das transferências amígdas de verbas de departamento para departamento, dos próprios planos anuais, dos seus Relatórios de execução, conclui-se, por fim, que os Planos a Médio Prazo, "grosso modo", têm constituído modelos "ideais" adiados da construção de uma sociedade "ideal" adiada. Têm constituído imensas peças de propaganda. Têm sido veículos de esperanças infundadas e recreio para a inoperância governativa.

Se é verdade que, no que concerne a investimentos em infraestruturas nos domínios portuário e aeroportuário as verbas orçamentadas foram

gastas e mesmo ultrapassadas (não se sabe se por má administração) outra verdade é que, nos restantes sub-sectores económicos a execução financeira foi deficiente, muito abaixo da prevista, enquanto nos sectores sociais se gastou quase mais dois milhões de contos. Se assim já se passou no decurso da execução do último Plano a Médio Prazo, o que se não passará no decurso deste, em que se reanuncia a prioridade económica, mas que, logo de início se começa por dotar os sectores económicos de verbas comparativamente menos relevantes face ao PMP 81/85.

Pretende o Governo, mais uma vez, melhorar a qualidade de vida dos Açorianos. Mais uma vez aqui não é justo dizer-se que se vive - em sentido amplo - pior hoje, do que se vivia há dez ou mais anos atrás. É verdade.

A simples mas radical transformação política a que se assistiu no país com o restaurar da democracia e com a criação de órgãos de governo próprio na Região, criou, só por si, o despoletamento de tais mecanismos de participação e a descoberta de tantos espaços de vergonha e miséria social, então encobertos pela mordaza da ditadura e propaganda do regime, que tornou inevitável o esforço colectivo para a correcção das primeiras e mais gritantes desigualdades e para a resolução das mais importantes carências.

Mas o que é qualidade de vida para o Governo?

No PMP será a vaga afirmação de que ela é a soma de factores desconexos e incompatibilizados entre si pela orientação seguida, constantes das diversas vertentes da acção do Governo?

É evidente que qualquer Governo actua em domínios como o Ambiente, a Saúde, o Ensino, a Habitação, a Cultura, o Saneamento Básico. Mas não será só por isso que tem ou deixa de ter preocupações de política em matéria de qualidade de vida dos seus concidadãos, como se quer fazer crer no texto do Plano. Poderá agir até, actuando mal nesses domínios contra a melhoria dessa qualidade de vida. Compatibilizar a exigência do desenvolvimento urbano, por exemplo, com o seu acompanhamento urbanístico que conceba a harmonia, o acesso aos bens essenciais, a distribuição espacial adequada, a habitabilidade aos equipamentos colectivos, às infraestruturas de saneamento básico. Tal como um Serviço Regional de Protecção Civil não se entende como um compartimento estanque formado por serviços de emergência de forças militarizadas e antes se afirma com êxito nesse plano integrado de educação cívica, consciência colectiva, equipamento colectivos, sistema de saúde, comunicações, etc., a qualidade de vida não é coisa que se realize no dia da Arvore, na reserva natural, na zona protegida ou na protecção de uma ou outra espécie animal, marinha, vegetal ou até arquitectónica.

A qualidade de vida anda por aí, quando se circula nas ruas a pé ou de automóvel, quando

se escolhe no supermercado ou no estabelecimento comercial, quando se tem ou não capacidade económica ou de conhecimentos para se exercer essa escolha, quando há higiene e segurança no trabalho, quando o aproveitamento dos recursos escolhe a sua multiplicação e não arrisca a sua destruição.

No caso da habitação, por exemplo, a situação mantém-se negativa:

Observada a precaridade dos programas de auto-construção no que concerne à sua aplicação às famílias numerosas e de fracos recursos; observando-se o carácter acessório com que o Governo tem encarado e continuará a encarar a recuperação dos milhares de habitações degradadas; reconhecida a insuficiência do tratamento legal com que no sector se concebem as iniciativas de carácter cooperativo; conhecida a inadequação dos sistemas de crédito à habitação, face ao volume do crédito "mal parado" e dos que dele necessitando, a ele não recorrem por insuficiência de meios financeiros; confrontados com os termos especulativos em que se processa o arrendamento urbano e a venda de terrenos para efeitos habitacionais, a afirmação do Plano a Médio Prazo de ir promover a "efectividade do direito à habitação" ganha reduzido conteúdo e autenticidade se essa promoção, como tudo indica, se reger pela conduta até agora adoptada, ou nos parâmetros legais actuais, porque nada nos indica a intenção governamental de introduzir alterações importantes na política para o sector, o que, sem dúvida urgia fazer e de forma radical.

A fixação da população açoriana, ou a aquisição no exterior de reforçados recursos humanos, não se resolveu nem se alcança por decreto legislativo regional, nem se esperará que ela possa resultar de uma política social e económica que concentra a sua acção em termos espaciais em determinadas zonas por interesses de conjuntura, dirigida sempre contra os meios rurais, quer eles se situem no Nordeste ou na Povoação em S. Miguel, ou nas ilhas pequenas como Santa Maria ou Flores.

Os que para cá vêm, têm a passagem de volta e confirmam-na face à incapacidade da Região de proceder à sua absorção em condições de dignidade profissional. Os que estão, começam de novo a pensar em comprar a passagem de ida. Apesar das restrições impostas pelos países tradicionais destinatários da emigração açoriana, esta revelá nova tendência de subida, expressa no ligeiro aumento de 83 face ao ano anterior, confirmando por novo aumento em cerca de 7% no ano agora findo, abrangendo, como é natural, as gerações mais importantes para o nosso futuro, com o habitual relevo, para os jovens estudantes e para os trabalhadores rurais.

As gerações mais novas são, sem dúvida

as mais tocadas pelo presente estado de coisas. O Governo ouve e fala à juventude a linguagem do outro lado da barricada. Evoca o Arco Internacional da Juventude com a exibição de grupos folclóricos e campeonatos de ténis de mesa a que se candidata como árbitro o Sr. Presidente do Governo...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Convido-o para fiscal de linha!

(Risos da Câmara)

O Orador: Ganha-se muito pouco...

(Risos da Câmara)

... e, além disso, sou seu fiscal no Parlamento e não descuro essa actividade.

... e persiste em não entender que a inserção social da juventude açoriana passa por caminhos mais relevantes e bem diversos, que têm a ver com o aproveitamento útil da sua criatividade nas tarefas do desenvolvimento, com a construção de um edifício legal rigoroso, que consagre e defenda a sua participação privilegiada na gestão escolar, na gestão cooperativa, na gestão empresarial, em geral no mundo associativo, no mundo laboral, nos centros de decisão. Isso é que é política de juventude! A juventude que não decide, a juventude que apenas aguarda que a sociedade política lhe confira por fim o estatuto de seu membro, lançada no salão de espera de uma sociedade que lhe reserva um lugar nas listas dos serviços de emprego, é a juventude que temos, forçada pelo abandono a consagrarse a formas contestatárias de afirmação, normalmente veículos de marginalidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com um Plano a Médio Prazo e Orçamento para 1985, concluído ainda antes de encerrada a participação dos diversos parceiros sociais, conhecida também pela viva voz dos próprios a forma deficiente como se procedeu mais uma vez à sua consulta no tempo e no espaço, inalterável no mais pequeno pormenor desde que nesta Assembleia deu entrada, a sua apreciação terá de resumir-se à contemplação amistosa, indiferente ou irreverente como é o caso, exemplificativa da impotência da vertente parlamentar do regime autonómico. Da impotência que lhe é imposta por esta maioria.

Enquanto na Assembleia da República foi possível ganhar uma proposta de alteração à Lei do Orçamento do Estado para contemplar com mais verbas a Região, na Assembleia Regional dos Açores nenhuma ilha, nenhum deputado, nenhum concelho, nenhuma autarquia, pode fazer prevalecer algo que julga ser seu direito, se esse direito não houver sido já contemplado pelo Governo nas suas propostas até que no Parlamento fossem entregues.

Incapazes, por isso, de alterar a política

proposta, o Parlamento mais não pode fazer que enquistar as posições relativas das formações políticas que o compõem, dizendo "sim" (como sempre diz o PSD, mesmo quando arrisca no "talvez"), ou dizendo "não" (como se impõe para quem discorda e a quem é vedada a possibilidade de construir um compromisso pela via da participação democrática).

Felicidades, pois, para o Plano, porque, não nos preocupando rigorosamente com o futuro deste Governo, temos por obrigação preocuparmos com o futuro do Povo dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Natalino Viveiros pede a palavra para um pedido de esclarecimento?

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Certamente, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou ser muito breve porque não me vou referir de forma vaga, como acabou de orar o Sr. Deputado, porque o seu discurso foi de facto uma oração vaga e imprecisa. E as perguntas que lhe faço são para precisar e até para talvez, o Sr. Deputado poder brilhar sobre a fundamentação do seu discurso.

Disse o Sr. Deputado que o Governo tinha, no Plano a Médio Prazo passado, fixado determinados critérios para a geotermia. Gostaria que o Sr. Deputado me referisse quais são as percentagens que, em 1985, deveriam constar já do aproveitamento geotérmico no contexto da produção energética da Região.

A segunda pergunta que gostaria de lhe colocar era se o Sr. Deputado conhece qual é a composição do custo do KW térmico que nós temos, qual é a incidência dos combustíveis, qual é a incidência dos investimentos, qual é a incidência das despesas de manutenção.

Era apenas, sinteticamente, estas duas questões.

Presidente: Sr. Deputado, há aqui também inscrito o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, que pressuponho que é para fazer pedidos de esclarecimento...

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Ou dar...é para pedir ou dar.

(Risos da Câmara)

Presidente:...de forma que o Sr. Deputado Carlos César prefere que se façam primeiro todas as perguntas e depois responder globalmente, ou quer responder já?

Deputado Carlos César (PS): Prefiro responder já.

Presidente: Então tem a palavra para

responder ao Sr. Deputado Natalino Viveiros.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu respondo já, porque não será necessário, certamente, o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social me fazer o pedido de esclarecimento que pretende fazer porque, como se sabe, esta Assembleia impõe-nos a "lei da rolha" e nós não temos a maioria suficiente para lhes impôr a "lei da seca".

(Risos da Câmara)

De qualquer modo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu remeto o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para o Diário das Sessões de Novembro de 1984 - para a minha intervenção, para a sua e para o reconhecimento que teve da mesma coisa que eu disse hoje e que já havia dito nessa altura.

A "lei da rolha" funciona! Muitos parabéns, Srs. Deputados, falem para aí!

Deputado David Santos (PSD): Não precisavas ter vindo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, que já a tinha pedido e, depois, dá-la-ei ao Sr. Deputado.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu lastimo que o Sr. Deputado Carlos César tenha vindo muito recentemente do Continente traçar aqui este "quadro negro de desesperança". Naturalmente foi influência que recebeu dos seus camaradas do Continente.

(Risos do PS)

Quanto à habitação, eu disse aqui - e o Sr. Deputado ou não ouviu, ou não prestou atenção com certeza, mas poderá ler depois - o que estava previsto para se fazer aqui em 4 anos nesta Região.

Disse também, e o Sr. Deputado com certeza sabe, que as verbas disponíveis a serem geridas pela Secretaria Regional do Equipamento Social, não vão ser geridas com máquinas especiais - a não ser que o Sr. Deputado as conheça e que nos faça o favor de dizer quais.

Para gerir 24 milhões de contos em 4 anos com certeza que a mão-de-obra tem que trabalhar e têm que se criar postos de trabalho.

Mais ainda: queria-lhe dizer, a título de curiosidade, porque talvez não lhe disseram, que nós aqui não propomos "medidas a 100 dias"...

(Risos do PS)

... estamos a propôr medidas concretas, medidas exequíveis e que tem que haver esperança - os governos têm que ter esperança e têm que ter confiança e dá-la aos investidores e às pessoas.

Isso é que tem que ser dito! Em tempos de crise, já o disse mais do que uma vez, não podemos fazer aquilo que o Sr. Deputado aqui quis trazer - um Deputado responsável que está aqui, dizendo como acabou de dizer, para ajudar as populações dos Açores a resolver os seus problemas.

Mas sempre lhe vou dizer que faltam 400 mil casas degradadas no Continente para serem reparadas; faltam 600 mil que não têm instalações sanitárias; faltam 700 mil para habitação...

Deputado Carlos César (PS): Eu não tenho nada a ver com isso!

O Orador: O Sr. Deputado diz que não tem nada a ver com isso. É um facto; o Sr. é deputado regional! Não queira é trazer para aqui números que não os sente, números que vai debitar ali para toda a gente ouvir, que verificasse isso com palavras muito bonitas, mas que digo-lhe, os números concretos são estes, a realidade é esta.

Se o Sr. tem a varinha mágica para resolver, agradecia que ajudasse - que é o seu dever também porque isto é Portugal - a resolver os problemas nacionais, que bem lhe competiam, e também nos ajudaria, depois, a resolver os nossos que bem precisamos.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Natalino Viveiros pede a palavra para?...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para um protesto.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): É para um protesto porque o Sr. Deputado Carlos César não respondeu às questões que lhe pus e remeteu-me para o Diário das Sessões, coisa que era ele que deveria fazer: ir pegando no Diário das Sessões e, sobretudo, relatando os números que lhe pedi.

E porque talvez nem estejam aí, não me vou dar ao trabalho de ver. Sei que não estão aí esses números, e o Sr. Deputado nem sequer os sabe...

Deputado Carlos César (PS): Estão aqui!

O Orador: ... e isso demonstra, exactamente - e era apenas a questão que eu queria aqui deixar expressa nesta Câmara e para que ficasse a constar do Diário das Sessões - é que, afinal, o Sr. Deputado Carlos César fez uma intervenção vaga, sem fundamento, sem qualquer precisão daquilo que estava a dizer e foi exactamente por isso que lhe fiz as duas perguntas para que ficasse a constar e ficasse demonstrado que a sua oração não passou apenas duma mera divagação, e o Sr. tem muito tempo aqui para expôr, com toda a clareza, as questões que, porventura, achasse por bem, desde o momento que elas fossem fundamentadas.

Não foi! Foi apenas poeira que quis lançar nos olhos!

Mas digo-lhe que é preciso é que afastemos esta poeira para que se faça dentro desta Casa, um exercício de verdade e ao serviço, ao fim e ao cabo, da Região.

Aconselho-o que, para a próxima vez, se quiser, eu dou-lhe alguns números para que o Sr. possa, de facto fundamentar melhor as suas orações.

Deputado Carlos César (PS): É preciso ter lata!!!

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?...

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Carlos César.

Presidente: Tem a palavra.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): O Sr. Deputado Carlos César veio a esta Assembleia (veio tarde e a más horas) falar de um debate a que não assistiu, Sr. Deputado! Mas já estamos habituados ao estilo: que é de não participar para que não vejamos a falta de propostas alternativas.

O Sr. Deputado veio aqui sacudir, para além dos copos...

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

... alguma lata, que já lhe vai faltando também, por isso se atrapalhou a meio.

A pergunta é apenas esta, Sr. Deputado:

- Diga-me, concretamente, que disposição da CEE é que não permite a adaptação do sistema fiscal?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eu não ia fazer perguntas ao Sr. Deputado Carlos César, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, até porque ele não quer responder. Mas também não lhe faço perguntas: vou fazer um protesto.

(Risos da bancada do PS)

O Sr. Deputado Carlos César, com aquele visual a que já nos habituou, em recente campanha eleitoral, que todos os dias nos aparecia em casa e nos mais variados estabelecimentos...

(Risos da Câmara)

... debitou a sua intervenção no mesmo estilo: fez, na brincadeira parecia-me que ia fazer uma intervenção de fundo, mas, de facto, foi uma intervenção "em apneia" foi à superfície.

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

Sr. Deputado, eu, ao ouvi-lo - e ouvi-o, enfim, com aquela atenção com que a gente ouve estas coisas que já sabe que vai ouvir, até porque já ouvimos colegas seus dizerem, por outras palavras, tudo aquilo que o Sr. disse

aqui (só o Sr. é que não tinha ouvido, infelizmente!) - pensei em várias personalidades - e é este o meu protesto pelo uso e abuso que o Sr. faz da nossa paciência e da nossa inteligência - mas, dizia, pensei no seu líder Mário Soares que, outro dia, também falava ao coração dos empresários.

O Sr. também começou por falar ao coração dos empresários, depois excomungou alguns, que não serão do seu partido...

(Risos da bancada do PSD e do Governo)

...falou em "descomunais contingentes de desempregados" e, depois, falou em "multidão de desempregados".

Fez-me lembrar o "Príncipe" de Maquiavel, evidentemente. Não o Príncipe Carlos César, porque esse foi Augusto!

(Risos da Câmara)

Mas, depois, quando ouvi o Sr. Deputado debitar aquelas propostas - que tudo estava mal na habitação, na saúde, na segurança social, que tudo isto era um desastre, como o Sr. Deputado começou por dizer e acabou fazendo com a queda do copo - o Sr. fez-me lembrar o Tomás Moro da "Utopia".

O Sr. Deputado consegue, de facto, ser, simultaneamente, um Maquiavel e um Tomás Moro; um príncipe e um utópico.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Deputado Carlos César (PS): Muito obrigado, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

Analisando o PMP apresentado pelo Governo Regional a esta Assembleia, constatamos que o mesmo, para além de estar bem concebido, está definitivamente voltado para um desenvolvimento mais equitativo da Região, bem como das suas populações.

Daf, o meu aval e a minha aposta neste Programa.

É verdade que haverá sectores específicos a melhorar, tais como:

- Crédito para Habitação

É evidente que a política habitacional preconizada no Plano é positiva. É ver-se o que por aí se vai fazendo nesta área.

Porém, há que despenalizar as taxas de juro para o crédito da habitação, para que os jovens casais possam viver com um pouco de menos sacrifício, uma vez que os encargos financeiros suportados são tais, que não raros casos, muita dificuldades sentem para cumprirem com os compromissos assumidos.

- No Sector dos Transportes

Diria que, à defunta CTM sucede a TRANSINSULAR, se bem que tímida e confusa, e, daí, o meu interesse em formular algumas questões:

Os trabalhadores marcados por longos anos de sofrimento no que respeita à organização da ex-CTM continuam a interrogar-se. Vivem em constante ansiedade. Para quando o arranque definitivo da TRANSINSULAR? Que frota passará a ter quando passar a ser, efectivamente uma empresa nova? Que regularidade de carreiras? Que funcionalidade? Quando serão revistos os salários miseráveis dos trabalhadores da ex-CTM, que por força do Regime de excepção, ainda hoje auferem vencimentos que os envergonham.

Por outro lado, os empresários preocupam-se com a inoperância da ex-CTM, e se a sucessora se manterá ou não com a mesma inoperância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há necessidade imperiosa, de possuímos na Região uma rede de Transportes capaz, afim de minimizar a descontinuidade territorial. É necessário regularidade de Transportes, Frio, e Fretes racionais e concorrenciais no sector, sob pena de não sermos capazes de acompanhar as exigências com que nos vamos ter de confrontar a breve trecho.

Jamais alcançaremos o pretendido desenvolvimento, se continuarmos sujeitos a serviços de transportes com elevados custos, o que, como é óbvio, onerará fortemente, os produtos produzidos na Região e consequentemente a sua competitividade externa e com ela, a conquista de mercados para os nossos excedentes. Por outro lado, uma região dependente do exterior em bens de diversa natureza, as importações que teremos sempre que efectuar, serão igualmente afectadas, diminuindo um dos aspectos da qualidade de vida dos Açorianos, o que certamente, não será factor motivador para se evitar o fenómeno da emigração. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a melhoria de transportes, por si só, não resolverá o agravamento das importações. É necessário atender igualmente às actividades afins, como sejam: Estiva/Tráfego/Exploração Portuária.

- **No Sector do Trabalho**, salientaria a necessidade de criação de novos postos de trabalho, com vista a facilitar a colocação de jovens à procura do 1º emprego.

Não seria correcto não realçar aqui o esforço dispendido pela Secretaria Regional do Trabalho neste sector, implementando já, duas medidas que a meu ver, irão atenuar substancialmente o problema do desemprego.

Refiro-me exactamente ao Emprego de Emergência, que já está a dar os seus frutos e o programa de Emprego/Formação criado pela Portaria nº 10/85.

Por outro lado, gostaria de deixar aqui uma sugestão: Por que não criar uma Escola de Pescas no âmbito do Centro de Formação Profissio-

nal?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se por um lado a taxa de desemprego na Região que é de 3% tecnicamente corresponde ao nível de pleno emprego e na sua maioria derivada da procura do 1º posto de trabalho, por outro, é urgente criar condições para que tal situação desapareça a curto prazo, para não correremos o risco de vermos os jovens Açorianos desinteressarem-se pelo processo Autónimo, e impelidos para outras paragens, onde lhe propiciam condições que oportunamente não fomos capazes de lhes oferecer.

Não é possível fixar na Região uma população que não encontre para si e seus descendentes, Emprego, Saúde e Ensino acessível.

O alto empenhamento do Governo Regional no sector da Saúde é verdadeiramente notável. Veja-se o que por aí já está feito em termos de estruturas e o que sucedeu com o problema, que nos afligia da mortalidade infantil, que era grave e que em apenas 5 anos baixou para menos de metade. Porém não podemos nem queremos ficar por aqui. Os nossos ideais, a nossa preservação e perspicácia para equacionar com clareza e justiça às reais necessidades do nosso Povo, animar-nos-ão, na certeza de que, servir os Açores e as suas populações, não é mais do que, cumprir escrupulosamente com o mandato que nos foi confiado nas últimas eleições.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era minha intenção fazer algumas considerações sobre o sector agrícola, convidando-vos para uma viagem à roda dos PMP regionais.

A hora é imprópria e o tempo é pouco, mas vamos, pelo menos, começá-la. Esta viagem teria interesse porque seria uma das formas de atenuar, para esta Assembleia, a ausência de um instrumento fundamental para ela se poder abalançar a uma análise consciente e reflectida do PMP 85/88: o conhecimento dos resultados globais da execução e aplicação do último PMP.

Este, como nos recordamos todos, ou devíamos recordar - de um modo particular aqueles que nesta Assembleia o avalizaram com o seu voto - assumiu como prioridade fundamental "a modernização e desenvolvimento da estrutura produtiva dos Açores.

Na linha desta grande opção, os sectores da agricultura, das pescas, da indústria e do comércio, disporão de recursos financeiros comparativamente mais avultados" - é a linguagem de 81/84.

Hoje sabemos muito bem que este aparentemente decisivo argumento dos "recursos financeiros comparativamente mais avultados" nada significa politicamente, e é apenas uma maneira de atirar a luva ao adversário no já clássico e académico duelo das percentagens que, ano após ano, se repete com os mesmos intervenientes, os mesmos argumentos e a mesma inocuidade.

Hoje sabemos também que o anterior PMP foi um fracasso total. Mas resta-nos saber e medir a dimensão do fracasso e, principalmente, que o fracasso seja assumido como tal e não apenas reprimido para o inconsciente colectivo da maioria e da nossa sociedade.

Não sendo possível, porém, fazê-lo, neste momento, restava-nos avaliar a credibilidade dos propósitos do PMP de hoje à luz dos propósitos do PMP de ontem e de anteontem.

Em segundo lugar, porque, nomeadamente no sector primário da economia açoriana, este PMP se apresenta como marcando um ponto de viragem e de ruptura com o passado - viragem no diagnóstico dos problemas do sector, viragem nos objectivos, viragem nas medidas e nas acções - maneira capciosa de dizer ao povo açoriano que esta maioria PSD é mesmo a maioria perfeita, pois é, simultaneamente, a maioria e a alternativa de si própria. É a quadratura do círculo em democracia. É o eterno retorno na permanente renovação. É una e é múltipla. É a mesma sendo sempre outra.

Perante tão perfeita encarnação da dialéctica dos contrários, parece-nos conveniente indagar se também a riqueza aparente não será apenas falta de memória. Se conhecer é sempre reconhecer, a nova metamorfose da maioria não será apenas a recusa em reconhecer-se num passado que preferia olvidar?!

Recuaríamos ao PMP 77/80 e dele citemos apenas uma informação:

"A diversificação dos produtos é muito pequena na agricultura açoriana, havendo mesmo uma tendência acentuada na última década para a monocultura" - são palavras de 77.

"Devido à maior valorização dos produtos pecuários, as pastagens, que até então se situavam a quotas superiores a 300 metros, estão a invadir as áreas de cultura agrícola".

Mas se esta maioria perdeu ingloriamente quase uma década na tentativa de alterar a situação global da agricultura açoriana, ao menos reserva-nos no PMP actual a surpresa e a eficácia de novas medidas e acções.

Poderíamos lembrar as de 77. Lembremos só uma "reforma agrária" - a palavra maldita ainda não fora riscada do dicionário Social Democrata - e "fomento de cooperativas" como forma de "redimensionar as explorações e de tornar rentável a mecanização agrícola".

As medidas continuavam. Mas, pondo de lado as diferenças de sistematização e de linguagem que, aliás, nem sequer são de todo favoráveis ao actual texto PMP, temos o direito de perguntar se, terá sido em 77 que se antecipou 85, ou se, pelo contrário, em 85, nos vemos forçados a recuar até 77? Mas é, efectivamente, recuar porque, com o PSD avança-se recuando. As viragens, as rupturas e as diferenças entre o antigo e o novo, reduzem-se a uma questão de memória ou de amnésia colectiva.

O mais dramático é que os objectivos e as acções propostas em todos os PMP neste domínio, são deliberadamente despidos de qualquer carga ideológica e baseados em princípios universalmente aceites, visando o desenvolvimento das actividades agrícola, pecuária e florestal, como não se tem cansado de acentuar, a propósito da chamada Lei de Orientação Agrícola, o responsável regional pelo sector.

O dramatismo da situação, dramatismo para o futuro dos Açores e dos sectores produtivos da nossa economia, está no fosso, até agora intransponível para a maioria PSD, entre a imagem que ela se dá e nos pretende dar de si própria; entre o que pensa e programa e aquilo que efectivamente faz e aplica; entre a ambição da teorização técnico-política exibida nos documentos que elabora e faz aprovar e a mediocridade da práxis política que consegue protagonizar.

A própria disposição dos diferentes sectores no ordenamento do Plano, indicia esta impotência e a tentativa da sua camuflagem. Podem variar as opções, os objectivos sectoriais, os montantes das verbas e a sua distribuição relativa entre os sectores económicos e os sociais, estes últimos têm sempre o lugar de honra, abrindo o Plano, assim perfigurando, antecipadamente, os fatais desvios futuros na execução.

É evidente que a raiz última desta impotência da maioria encontramos-la em razões políticas. Em primeiro lugar, na heterogeneidade da base social de apoio em que assenta a força eleitoral do PSD, constituída, na sua maior parte, pelo peso eleitoral dos estratos sociais mais conservadores e refractários à mudança e a alterações estruturais e, cuja inércia, as débeis franjas minoritárias do eleitorado mais progressista não consegue vencer.

Em segundo lugar, na permanente oscilação e ambiguidade programática do PSD, entre o conservadorismo económico-social que não ousa alterações ao "statu quo" senão pela via de alguns afloramentos de liberalismo, e o intervencionismo de coloração Social Democrata. Mas intervencionismo de mera dimensão autárquica que se alimenta das competências que rouba às Câmaras. Com isso, julgando-se mais Estado, é apenas mais município.

É tudo isto igualmente que explica certos

fenómenos políticos, algo bizarros, mas muito próprios desta maioria. Entre outros, os atrasos e eclipses eleitoralmente oportunos da chamada Lei de Orientação Agrícola; os programas políticos que falam de "verdadeira reforma agrária" e as leis que as aplicam que se pretende a todo o custo libertar de qualquer relação, vaga que seja, a uma qualquer reforma agrária.

Mas, para além destas razões políticas de fundo que explicam os reiterados fracassos da maioria, outras se podem apontar, mais próximas e mais directamente relacionadas com a problemática agrícola. Uma delas tem a ver com...

Presidente: Sr. Deputado, desculpe, mas eu queria só dizer-lhe que está esgotado o tempo, menos os 10 minutos da sua declaração final.

O Orador: Eu continuarei até ao fim do tempo, é evidente.

Presidente: Sr. Deputado, desculpe, mas é para ver se eu me exprimi bem. Neste momento, o Sr. Deputado só tem 10 minutos que, em princípio, são para a declaração final.

O Orador: Não continuaremos a viagem. Ficamos no início efectivamente. Lamento muito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Ai que pena!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Vou tentar contribuir, com mais uma intervenção, para a discussão do Plano de Médio Prazo 85/88, Plano e Orçamento para 1985.

Trata-se de uma discussão que não é fácil de fazer, porque o trabalho é profundo se se quiser efectivamente acrescentar alguma coisa. E isto porque **discutir um plano não é ficar apenas por louvores ou condenações, nem tão pouco produzir uma intervenção do período de antes da ordem do dia.**

Discutir um Plano não é reduzi-lo a uma ilha. Discutir um Plano é apreciar as opções de fundo e não reduzi-lo ao funcionamento de postos reguladores de preços que são uma insignificância na imensidade das questões importantes.

Mas quem não quer trabalhar deixa-se ficar pela mera contagem de garrafas de azeite e latas de peixe e só as existentes num posto de vendas, porque para saber em dois dava já muito trabalho.

Não tendo alternativas aqui, como não teve na Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos, o Senhor Deputado do CDS Ramos Dias, confunde política de stocks mínimos, com postos de vendas (ou barracas do Governo ou lojas do povo; como alguns as conhecem) o que, só pode visar confundir. Nem chega a ser uma marcelista e agora centrista arrepiante

"evolução na continuidade", é pior que isso, é andar para trás como sempre defenderam os dirigentes do CDS de que faz parte e que se dirigem a si próprios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Mas não foi isto, porque não valia a pena, que motivou usar da palavra.

Na outra intervenção aqui proferida, na discussão destas propostas, **procurei sublinhar que existem profundas diferenças entre as ilhas e que essa especificidade não pode deixar de estar na base de todo o planeamento.**

O mesmo é dizer: **para situações diferentes, soluções diferentes.**

Na mesma intervenção também aludi à Orgânica de Planeamento, sem que todavia tivesse desenvolvido considerações que me parecem oportunas.

Como se conclui do relatório da Comissão de Organização e Legislação sobre as propostas que estamos a apreciar, existem disposições do Decreto Legislativo Regional nº 21/83/A que necessitam ser adaptadas, nomeadamente no que se refere a calendários. Quanto a outras é conhecida a intenção do legislador e, quando muito, haverá que precisar melhor a letra dos preceitos.

Finalmente quanto a outras disposições da mesma Orgânica de Planeamento há que cumprilas escrupulosamente porque afinal continuam a ser inteiramente razoáveis, indispensáveis até, pelo que alterá-las seria um grave recuo e afastamento aos princípios fundamentais e não as cumprir é grave, porque vem permitindo deixar passar sem comentário situações que não parecem certas.

E isto nem sequer vem a propósito de artigos da orgânica que se limitam a referir princípios estatutários, como é o caso do carácter indicativo para o sector privado. Não se trata pois de erradas conclusões de "novíssimos intérpretes", mas, quando muito, de incompreensíveis esquecimentos de "velhos proponentes". Aliás, **em termos institucionais, é bom que se diga, não há novos nem velhos intérpretes, novas ou velhas leis. Há as instituições que existem e devem ser respeitadas como tal, por quem deve e há leis que vindo donde vieram, ou rumarem por onde rumarem, têm de ser cumpridas, enquanto estiverem em vigor. Acresce ainda que a interpretação, com eficácia externa, dos decretos legislativos regionais, nos termos constitucionais, só pode caber à Assembleia Regional.**

Mas Sr. Presidente e Srs. Deputados tudo isto vinha a propósito de disposições da lei que devem ser cumpridas, dizia, escrupulosamente.

E vou referir-me, na sequência de alusões que já fizera na primeira intervenção, à distribuição espacial dos investimentos por ilha e à aprovação e acompanhamento do plano regional.

O Governo Regional tem cumprido, até onde diz ser possível, com a obrigação de fazer constar das suas propostas a distribuição espacial dos investimentos por ilha. E tem cumprido com a obrigação de enviar os relatórios de execução dos planos aprovados e vai-o fazendo por períodos, até publicar o relatório de um ano completo e assim sucessivamente.

E é importante discutir as verbas, não significa sequer nenhuma aberração.

É certo que, globalmente, elas resultam das disponibilidades, mas tem de haver critérios de distribuição nas abundâncias e nas privações.

É preciso ter consciência que se as políticas sectoriais corporizam a política global as verbas são indispensáveis para realizar as políticas sectoriais.

Porém a Assembleia não tem feito a apreciação desses relatórios de acordo com aquilo a que está obrigada. Uma apreciação que pode e deve ser técnica, ao nível das comissões e política, a todos os níveis. Juízo político, porque a apreciação feita sobre as propostas que se transformaram em planos, por via da aprovação, também foi, em última instância, política.

E interessará, talvez, enunciar alguns dos pressupostos que basearam o juízo político que levou à aprovação. E digo alguns, porque para os mais exigentes, ou para os mais conscientes, são mesmo muitos e nem todos são comuns nem inteiramente objectivos.

Para além de uma apreciação das grandes opções, escolhidas de entre as várias possíveis face a uma situação caracterizada, tem-se também em conta a forma como se actuará para se atingir aquilo que se propõe realizar. **Quantifica-se a necessidade, tem-se em conta quanto se dispenderá e os resultados que se obterão. Também aqui já se viu que as necessidades não são iguais em toda a parte e daí que o seu ataque em qualidade e volume deva ser diferente. É por isso que quem vai aprovar precisa sempre de saber onde se vão realizar os investimentos (distribuição espacial) bem como a sua quantificação.** O Governo até noutro tempo chegava a fornecer dados sobre o investimento "per capita" que se propunha realizar em cada ilha, o que era também positivo e que muito ajudava a explicar a sua preocupação de investir nas zonas mais carenciadas.

Pois bem, vimos o que o Governo nos tem fornecido e a Assembleia, quando aprova, fá-lo, tendo em conta todos estes elementos. Pois bem, só que a Assembleia, depois, não tem verificado se existe correspondência entre o que aprovou e aquilo que foi executado, se houve desvios quais, e porquê, analisando mesmo o resultado final daqueles que o próprio Parlamento autorizou por revisão. Isto porque não tem apreciado, como se disse, os relatórios de execução, como

aliás não tem sequer apreciado as contas que o Governo tem pontualmente apresentado.

Seria pois possível que um plano pudesse não merecer aprovação porque nele se propunha um investimento muito diminuto para um espaço regional - para uma ilha - ou um volume de investimento demasiado elevado. E a razão da não aprovação podia estar baseada não apenas na falta de um sã princípio de justiça distributiva, mas apenas no facto de investir maciçamente num espaço reduzido, alterar toda a estrutura económica e, mais do que isso, afectar o próprio tecido social.

Se assim é, se o juízo sobre a proposta se forma nesta base, há também que ajuizar, "a posteriori" sobre se o Governo fez o que se propusera e nos termos em que recebera a confiança para executar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atrás de nós fica um período de 4 anos, o da realização de um plano de médio prazo - o segundo.

Importará ver, tendo até em vista a aprovação do próximo, em que medida ele se cumpriu, no conjunto dos 4 anos, ou ano a ano, o que será a execução de um plano anual, também pela Assembleia aprovado.

Existem elementos disponíveis dos anos de 1981, 1982 e 1983. Quanto ao ano de 1984 só se dispõe ainda de elementos até Agosto, inclusive, pelo que, sempre que se aludir a 1984 só se tem em conta esse período.

Passemos portanto a analisar alguns dos dados, tendo desde já em conta que no que se refere à população se utilizaram nos cálculos elementos de censo da população de 1981.

Esclareço também que os cálculos são sempre feitos tendo por base a dotação inicial, por ilha - aquela que foi aprovada pela Assembleia tendo em vista assegurar uma harmonia distributiva -, por comparação com o que acabou sendo executado. Não vou citar todas as conclusões a que se chegou, porque numa intervenção verbal seria fastidioso reproduzir os mapas que disponho. Citarei pois, apenas alguns, a título exemplificativo. Utilizarei sempre como unidade os milhares de escudos, tal como é habitual no plano.

Para 1981, nas Flores, estava previsto um investimento de 79 970 o que daria uma dotação "per capita" de 18,38. Acabou sendo a execução de 46 313,1 ou seja 59,7% do programado, passando a dotação "per capita" para 10,64. Daí resultou que nesse ano a execução nas Flores foi a mais baixa dos Açores seguindo-se São Jorge com 73,7% e a Graciosa com 74,1% só que em termos de investimento "per capita" atingiram, ainda assim, respectivamente 24,78 e 23,82.

Ainda no mesmo ano Santa Maria executaria

167,6% e São Miguel 116,32%. Em termos de investimento "per capita" só a Terceira foi nesse ano pior que as Flores - 10,35.

No ano de 1982 para as Flores previa-se um investimento de 140 236, mas como apenas se executou 50 093 a percentagem de execução fica-se pelos 35,7% o maior "record" de baixa execução em todos os anos de 1981 a 1984 em todas as nove ilhas da Região. Foi assim que o investimento "per capita" previsto para 32,22 se ficou pelos 11,51. E esse não foi um ano de baixas execuções porque no Faial a percentagem de execução foi de mais de 148% e em São Miguel de quase 145%. Talvez isto fez com que o investimento "per capita" no Faial fosse o segundo maior da Região 39,47.

Passemos agora a 1983. No que se refere à ilha das Flores que se vem usando como referência, programara-se inicialmente 215 140 só se executando financeiramente 97 148,1 ou seja 45,2%, este o segundo "record" de mais baixa execução de 1981/1983 só ultrapassado pela própria ilha das Flores em 1982.

No ano de 1983 altos níveis de execução por essa Região se atingiram e citam-se S. Miguel 117,45%, Graciosa 147,53%, S. Jorge 169,17% e Faial 126,1%.

Como já se disse ainda se não se conhecem dados finais sobre a execução de 1984. Os dados disponíveis apontam novamente para que nas Flores não se terá ido longe já que em Agosto a execução era de apenas 38,3%, também a mais baixa da Região, tendo mais próxima a ilha Terceira com 44,47%, enquanto que S. Miguel já ia nos 58,64%, o Faial em 83,8% e S. Jorge em 86%.

Olhando, em termos de execução, para os anos de 1981 a 1983 vêem-se contrastes claros. A percentagem de execução nas Flores variou entre 35,7% e 57,9%. Em S. Miguel entre 116,32% e 144,87%. No Pico entre 93,36% e 132,1%. No Faial entre 103% e 148,57%.

Bem, mas ainda se procuram testar todos estes elementos adicionando aos valores de 1981 a 1983 os valores de 1984 (total quanto a programado e Janeiro a Agosto quanto a executado) e operando depois, tentando obter os níveis de execução mais próximos possíveis do PMP 1981-/84.

Mesmo assim a execução nas Flores fica pelos 42, 83%, menos de metade do programado, vindo a seguir o Corvo com 72,18% e a Terceira com 75,46%, mas no Faial, por exemplo, a mesma percentagem era de 112,53%, em S. Jorge 108,3% e em S. Miguel 100,4%.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, ficaram os números nus e crus.

Talvez se dispensem comentários. Aceito

que a realização de investimentos não é, em si mesma o desenvolvimento. Mas é claro que sem alguns investimentos públicos não há bem estar social e os investimentos privados não avançam porque não têm condições de viabilidade.

É por isso que se parece que pouco adianta olhar para o passado, porque já nada se pode remediar, é todavia indispensável tê-lo bem presente para que se façam no futuro as inversões adequadas. Manifestamente que nos Planos anteriores a filosofia subjacente à proposta não foi a mesma do espírito que presidiu à execução, o que não é justo, porque não era esta a letra da proposta, nem a vontade dos que a aprovaram.

A situação merece crítica agora, globalmente, porque não se a fez ano a ano, o que evitava de a fazer agora e até talvez a situação já se tivesse corrigido. No futuro, exige correcção.

Na intervenção anteontem aqui feita disse que as circunstâncias de cada ilha eram diferentes e os bloqueios também.

Se a razão de se não ter executado em alguns locais tem a ver com bloqueios, há que fazê-los aparecer, pois isso também é governar. Desbloquear, arrancar, fazer andar e pôr ao serviço é muito mais importante que inaugurar.

A situação, a manter-se como está, agrava desequilíbrios já existentes, mas, pior que isso, cria novos desequilíbrios e novas desigualdades que o Governo Social Democrata não pode querer nem uma Assembleia eleita directamente pelo povo pode aceitar.

Agarrem-se pois os números, olhe-se para eles e actue-se onde for preciso. Nas Flores, de imediato, porque aí a desigualdade é evidente e é preciso repôr a justiça.

Estas são também questões fundamentais porque os objectivos do Plano são a correcção dos desequilíbrios intra-regionais e criar condições para a fixação da população, nomeadamente através da construção de infraestruturas económicas e sociais. Num processo em que é objectivo fundamental - a qualidade de vida dos homens.

É imperioso que, no futuro, a execução não desvirtue a programação.

Urge ultrapassar todos os obstáculos que visem impedir que se execute aquilo que os representantes do povo dos Açores aprovarem nesta Câmara, fruto de uma discussão em que pelo facto dos pontos de vista nem sempre serem concordantes, quando visavam ser construtivos, nem por isso deixavam de pretender atingir os objectivos e de constituir um serviço à autonomia e aos Açores.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Ramos Dias tem a palavra. Lembro-lhe que o CDS dispõe de 8 minutos,

já do tempo da sua declaração final.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar a palavra para um voto de congratulação, um protesto e um esclarecimento.

Queria congratular o meu colega Sr. Deputado Renato Moura pelos números e pelas percentagens que ele nos mostrou. Isso demonstra que tem um arquivo muito bem organizado e muitas horas de trabalho perdidas para aquela elaboração. Os meus parabéns!

O meu protesto vai noutra sentença. É que eu, na minha intervenção, não descí ao pormenor de atacar pessoas: ataquei situações. E com essas situações, eu quis pura e simplesmente demonstrar por números e por factos concretos que o povo das Flores está desconfiante das propostas apresentadas nos planos anteriores e neste plano.

A melhor prova é a minha presença aqui. Se o povo não estivesse descontente com as situações, eu não estava aqui! Eu represento 543 pessoas, que são os descontentes da Ilha das Flores! Certamente eu represento todos aqueles descontentes que o Sr. Deputado ajudou a criar a desconfiança. Tenho conhecimento e posso, enfim, adiantar que o Sr. me ajudou, ou pelo menos a Comissão Política de que o Sr. faz parte, que aconselhou as pessoas a manifestarem a sua desconfiança votando em branco.

Ora, eu sou fruto dessa desconfiança! E acho que têm razões, quer na cobertura televisiva, quer no Porto das Flores, quer em todas as situações que se têm apontado para as Flores e que não se viram concluídas.

O que eu quero demonstrar é que o Povo das Flores, e eu também, estamos desconfiantes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejaria contraprotestar. E desejaria contraprotestar porque o Sr. Deputado do CDS, sob a figura de uma congratulação pelos números que ele diz representarem um esforço de trabalho, que eu espero que lhe sirva de exemplo, aproveitaria também para um protesto, dizendo que a consequência do Sr. Deputado Ramos Dias estar eleito era a da descrença do povo das Flores no projecto Social Democrata.

Eu creio que não, Sr. Deputado! Talvez seja a desconfiança da alternativa Socialista porque, nós mantivemos os nossos dois deputados, e o Partido Socialista é que não manteve o seu.

Espero que anote isso, porque, realmente, pela nossa parte, nós não perdemos nada. Se alguém perdeu, não fomos efectivamente nós. E não fomos nós porque o Partido Social Democrata,

nas Flores, tem uma organização, tem militantes e, realmente, é um partido que funciona.

Não faria referências ao seu, porque o conhece bem melhor do que eu e entenderá aonde pretendo chegar. Portanto, está aqui eleito e sabe em que circunstâncias o está. Não é preciso que o resto da Câmara tome disso conhecimento! Já basta que, a nível local, se o conheça tão bem...e da maneira em que se o conhece!

Finalmente, queria protestar porque a Comissão Política do meu partido não aconselhou a nada do que aqui se referiu. A Comissão Política do meu partido sabe como actua. Não tem nada a aprender, em termos de lição, com o CDS! Antes pelo contrário: nós somos partido político apenas depois do 25 de Abril, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

O documento em discussão nesta Casa, é de reconhecida importância para todos quantos vivem nas nove ilhas dos Açores - atendendo a que a perspectiva Social Democrata aponta como objectivo final a realização da pessoa humana.

A sua análise exige serenidade, objectividade e uma visão correcta do todo Regional, e nos seus múltiplos aspectos e complexidade.

Porque são as ilhas que formam a Região, não podemos abstrair no nosso raciocínio a realidade ilha - porquanto tal atitude, seria no mínimo, menosprezar aspectos tão importantes e tão prementes que em nada abonariam a nossa conduta política e a confiança que muitos depositaram em nós.

A filosofia política que norteou a elaboração deste Plano, teve igualmente como base de trabalho dados adquiridos ao longo destes anos de governação Autónoma e do conhecimento também, que o Governo detém de todas as nossas parcelas.

Acreditamos que, das sugestões - que exprimem dificuldades e carências - que ao Governo se fizeram chegar em tempo oportuno, não foi possível a todas atender, como seria desejável e aconselhável.

Factores há que infelizmente a Região ainda não controla e que terão, sem dúvida, impossibilitado tal objectivo.

Não quero introduzir aqui, a já desusada designação de ilhas grandes ou pequenas, termos já ultrapassados e não aceitáveis, na nossa nova maneira de estar na sociedade e na vivência açoriana.

Preferimos, fazer entender que o pensamento a exprimir ou a meta a atingir, consiste em que dentro da realidade e diversidade de cada

ilha, se possam otimizar no máximo, os seus factores de desenvolvimento, quer sejam económicos, sociais ou culturais, a fim de que, aos seus habitantes, seja possível auferir um nível de vida, idêntico aquele que já detêm os Açorianos que habitam as ilhas tradicionalmente mais favorecidas, por razões que até vêm dos tempos anteriores à Autonomia Regional.

O debate político a que temos assistido nesta Casa, sede do órgão máximo da autonomia regional, tem sido por parte da maioria, participado com coerência, alguma crítica construtiva, mas livre, franco e aberto.

Os Deputados da maioria "não esconderam debaixo do balão" - perdoem-me a expressão - as preocupações ou as ideias, que lhe traz a vivência diária, em cada uma das nossas ilhas.

E no Grupo Parlamentar do PSD existem representantes de todas as parcelas açorianas. Nem todos os partidos mereceram a confiança do eleitorado.

Ao discurso do elogio, que poderíamos todos ter usado - e boas razões para tal teríamos - bastaria olhar **sem miopia**, para a obra feita durante estes anos de governação Social Democrata, optamos por contribuir com o discurso sobre o que ainda não foi possível executar.

A ideologia Social-Democrata, que se tem afirmado nesta Região, ao longo dos anos de responsabilidade governativa, tem sido possível, porque temos tido a coragem e a humildade de nos autocriticarmos, quando necessário, **maneira de actuar**, que não se enquadra noutros partidos, com maiorias em outra casa que não esta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pretendemos embarcar no sonho irreal e demagógico. Queremos, antes, abrir novos alicerces, consolidar os já existentes. Antes de partirmos apressados para novas fases de inquestionável importância, preferimos esperar, algum tempo e investir, sem riscos desnecessários comprometendo o futuro.

A economia da Ilha de S. Jorge assenta, essencialmente no sector agro-pecuário.

É uma economia construída com o esforço e o sacrifício de várias gerações de jorgenses, que em 1927, criaram a primeira Cooperativa Agrícola do País.

Por isso, sem esquecermos que partíram para outras zonas da Região todas as nossas traineiras - factor económico que não sabemos conservar.

Sem esquecermos que a SATA ainda não voa ao fim de semana para aquela ilha - factor de desenvolvimento que não depende de nós - acalentávamos outra esperança - pequena talvez - mas realista, embora difícil.

Este Plano a Médio Prazo ora em discussão não pôde satisfazer cabalmente a esperança que nele depositávamos.

Acreditávamos que ao lado da Zona Franca, do novo Aeroporto Internacional, do Porto Oceânico, da Marina ou do projecto Alemão para não falar de outras infraestruturas - todas elas importantes e que não contestamos - os jorgenses como povo e parte também desta Região, vissem contemplados no Plano de Médio Prazo de forma clara e inequívoca a Câmara de Cura, a nível ilha, para o queijo de S. Jorge.

Mas o PMP, não pôde incluir nas suas grandes linhas de actuação, essa aspiração.

Falando de sectores tão fundamentais, como a Indústria e o Comércio, esperamos que, como aqui referiu o Senhor Secretário Regional do Comércio e Indústria, vá haver uma maior celeridade na tramitação dos processos e consequente auxílio governamental ao comércio e às pequenas indústrias que naquela ilha, e noutras desta Região, procuram singrar, para benefício de toda a população e da economia regional.

Mas a esperança que sempre nos anima **e a certeza de que as assimetrias inter-regionais, serão corrigidas**, leva-nos a aceitar que este Plano, foi elaborado na perspectiva de melhorar sectores importantes da nossa actividade e vivência regional.

Por outro lado, fica-nos a expectativa de que este Plano, pode ainda em relação àquela parcela da Região, introduzir factores de correcção e resolver carências que sem avultados encargos financeiros, em muito contribuiriam para a criação de riqueza e melhoria do nível de vida das populações.

A população jorgense assenta num escalão etário, bastante aceitável. Julgo que esse é vector basilar para que a esperança continue viva e actuante para aqueles que por amor à ilha, ou por ali já encontrarem alguns factores de bem estar, vão ficando, e felizmente embora a passos ainda lentos integrando-se na aposta económica Regional.

Por todos esses factores, aqui apontaria aspectos que podem e devem merecer resposta adequada por parte do Governo Regional.

O sector das pescas, cujo aumento de capturas foi da ordem dos 50%, comparando números de 1983 e 1984, merece por isso, uma atenção mais cuidadosa no que concerne **ao arranjo de pequenos portos de pesca**, a fim das capturas anuais poderem atingir ainda valores mais elevados.

São obras que pela sua pequena envergadura, merecem um apoio claro e inequívoco, até porque, na maioria dos casos, as próprias autarquias, se mostram dispostas a colaborar nas obras necessárias.

Nesse âmbito, não posso deixar de mencionar o porto da Fajã do Ouvidor.

É uma velha aspiração dos pescadores jorgenses, por ser aquele o único porto de abrigo da costa Norte da Ilha mais do que o pequeno arranjo que o referido porto carece, o acesso ao mesmo é imprescindível para que a resposta possa ser cabal e a função que os homens do mar dele esperam completa.

Mas porque falamos de portos, não poderia deixar de referir aqui, o acrescentamento do Porto Comercial das Velas.

Aceitamos e concordamos que é necessário e urgente iniciar a construção do Porto das Flores e de Santa Maria, mas a partir daí, e até, porque o projecto já se encontra concluído, é imperioso avançar com as obras referidas, não por uma questão de grandeza, mas porque e poderemos provar tal, quando necessário, da importância dessa infra-estrutura para o desenvolvimento daquela ilha.

Espero também Senhores Governantes, que das verbas referidas no Programa 85 - Protecção da Orla Marítima - sejam afectadas as verbas necessárias para protecção da Fajã dos Vimes, em S. Jorge.

Ali vivem mais de 120 pessoas, número pequeno é verdade, mas superior a alguma freguesia Açoriana. Se com urgência, não se efectuarem as obras possíveis para proteger a Fajã da acção devastadora do mar, em pouco tempo aquela zona tão característica da ilha, e porque não da Região, será apenas uma pequeníssima nesga de terra, daquilo que foi e ainda é. Não está em perigo apenas terra propriamente dita, mas é também habitações e população.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito se tem falado nesta Casa em problemas de ensino. Casos houve aqui referidos que também dizem respeito àquela ilha. São problemas de instalações e de professores sem as habilitações próprias à cabal função em que estão investidos.

Mas será isso factor para perdemos a esperança e não pensarmos num novo passo em frente?

A juventude jorgense também abala Região fora de mala feita, deixando a família e o círculo de amigos. E a nossa Juventude não é mais nem menos que os outros jovens Açorianos. É igual. Mais que não fosse por ser este o Ano Internacional da Juventude, aqui fica também o nosso desejo, a nossa reivindicação serena e objectiva.

- Quando a política governamental, entender estarem criadas as condições e atender a casos já focados como seja a extensão do ensino Complementar ao Pico e Santa Maria, também tem de se incluir - em igualdade de circunstância - a Ilha de S. Jorge.

É que também temos cerca de 11.000 habitan-

tes, dezenas de jovens distribuídos pelas principais cidades da Região, e uma taxa de crescimento que embora de 0,6 é sinal de que não envelhecemos, pelo contrário rejuvenescemos a apostamos na nossa Juventude e na sua formação, porque para ela, mais do que para nós construímos esta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo este o Plano possível, o nosso voto será de aprovação.

Com todas as condicionantes que o mesmo contém, não é o voto da maioria, a favor do governo da maioria.

É o voto consciente e realista, depois do estudo que o mesmo nos mereceu, e da análise feita tendo por base os objectivos de equilibrar e promover o todo regional.

Para terminar, não poderei deixar de referir aqui o meu voto especial de concordância, no que se refere ao sector agro-silvo-pecuário desta Região.

Aí o nosso voto tem de ser de pleno acordo, sem o benefício da dúvida - frase tão usada pela oposição na discussão política travada nesta Assembleia.

Este Plano contém nessa área programas, que apontam para um correcto tratamento, de que estava carente esse sector económico.

Os nossos agricultores têm assim nas suas mãos, um instrumento para um trabalho, mais moderno e eficaz, que lhe possibilitará sair da situação de classe - menos favorecida - para atingir escalões de vida condizentes com a sua condição de cidadãos com os mesmos direitos, que outras classes de profissionais da Região.

Houve da parte do Governo, e do responsável respectivo coragem e uma visão ampla da complexidade que envolve toda a agricultura Açoriana. É preciso agora transpôr para a prática todo o conteúdo dos mesmos programas.

Temos a certeza, que tal se fará, porque a maioria dos agricultores da Região, apostará e aceitará a política enunciada. Este programa e esta lei é para os agricultores. São eles que se devem e vão pronunciar cabalmente sobre a mesma lei.

No ano que decorre, tão falado e defendido, por toda a Juventude de alguns Srs. Deputados, que abordaram o tema - também aqui gostaria de deixar, o meu pedido, que de certeza terá da parte do titular do sector o tratamento adequado, como já hoje o mesmo referiu nesta Casa.

A criação do Estatuto do Jovem Agricultor, abrangendo uma vasta camada da nossa Juventude, seria realmente um dado importante, e marcaria de forma clara e construtiva a comemoração deste Ano Internacional da Juventude.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar ao encerramento do debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota - se quiser utilizá-la evidentemente - para o encerramento do debate.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta intervenção final há que procurar, de forma breve, mas objectiva, tirar algumas conclusões do debate e expressar de forma clara a posição do PCP face aos documentos em análise.

Este debate, realizado apenas numa perspectiva de generalidade e destinado a suportar uma votação também na generalidade, não deixou de ter apesar disso, alguns pontos de interesse.

Encarado por alguns o debate como um local para deixar ou produzir mensagens tão bem medidas quanto vagas, não deixou de ser aproveitado por outros para serem colocados pontos de vista e posições completamente distintas nuns casos, posições críticas e divergentes noutros casos.

Após este debate fica uma vez mais claro que a política económica do Governo Regional é concebida e realizada em função de uma vontade política que não tem fundamento na composição social, na realidade geográfica e nas urgentes necessidades desta Região.

A concentração do capital, em termos de organização empresarial e em termos de concentração geográfica, são ao mesmo tempo o objectivo e a consequência desta política.

Da chamada política das infraestruturas vem-se assinalando a passagem para uma política de desenvolvimento.

Só que, e já tive oportunidade de o dizer aqui, muitas das novas infraestruturas já construídas, especialmente nas ilhas mais isoladas têm-se limitado a cumprir uma função social e não tiveram, ainda, nenhuma influência nas transformações económicas urgentíssimas que essas ilhas necessitam.

O Plano a Médio Prazo reflecte a política do PSD e procura ser também um elemento de propaganda dessa política.

Em termos globais a vida demonstra que as evoluções havidas são aquelas que se podem considerar imprescindíveis aos tempos de hoje.

A vida também demonstra que em virtude das políticas dos Governos da República e Regional, muitas situações graves para largas faixas da população permanecem e estão até, neste preciso momento, a tornarem-se ainda mais graves.

A política muitas vezes enunciada e que serve de base ao Plano, prevê para as classes e camadas laboriosas da população um acréscimo de dificuldade, um minguar de garantias um futuro mais difícil.

Todos nos congratulamos com o crescente

melhor funcionamento dos serviços sociais e da segurança social em geral, mas todos deveríamos desejar que a linha de evolução desta sociedade se situasse no sentido de uma crescente menor necessidade de actuação de vários desses serviços. Tal seria indicativo não só de uma maior produção como principalmente de uma melhor e muito mais justa distribuição.

Problemas como a tendência de desertificação de várias ilhas, o marasmo económico de muitas ilhas, a regressão de várias actividades produtivas, a má articulação de serviços e capacidades dispersas, as crescentes dificuldades da juventude e muitos outros, não serão resolvidos, em termos socialmente úteis, com a política que suporta, justifica e dá corpo a este Plano.

Este Plano segue a linha conhecida do PSD e as eventuais alterações que encerra são, no essencial, no sentido de agravar, para a maioria da população, os resultados dessa política que todos conhecemos.

Não aceitamos este Plano, porque não aceitamos esta política nos seus traços essenciais.

Obviamente que isto não quer dizer que não possamos concordar com alguns, ou se calhar até bastantes, dos seus programas.

O que está em causa é a articulação de todos os programas e de todos os sectores. O que está em causa são os princípios determinantes e o resultado final global.

Por outro lado e para além da forma como este debate se fez, reafirmo a posição do PCP, de considerar este Plano pouco claro em muitos aspectos das despesas que inclui e das que não inclui, como já foi visto largamente.

Não tivemos oportunidade de trazer a este debate opiniões, dúvidas e questões de muitas e importantes áreas como são a Indústria, o Comércio, o Turismo, os Transportes e outros.

Queríamos no entanto expressar aqui, que em todos esses sectores o traço determinante permanece: - **a concepção da Região como entidade intervencionista no sentido e com o objectivo fundamental de reforçar o poder económico de uma classe restrita.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final deste debate fica-nos a sensação que a razão mais forte que determina o facto deste debate se realizar só na generalidade, liga-se, de facto ao receio de o Plano ser examinado em pormenor.

Esse exame e votação em pormenor iria trazer ao de cima, com outra dimensão, os verdadeiros problemas que se levantam. Esse exame iria, certamente, fundamentar propostas de alteração, introdução de contributos diversos, iria, em suma, pôr em causa o carácter "infalível"

e a natureza dirigista da política do PSD no Governo. Em contrapartida dignificaria esta Assembleia e contribuiria, certamente, mesmo com a maioria existente, para fomentar equilíbrios ou corrigir desequilíbrios.

Esta Assembleia deverá, no futuro, no nosso entender, dar outra atenção à execução do Plano.

Sendo essa uma competência da Assembleia, terá de ser exercida com esforço, com constância e com rigor.

O Orçamento anual que nos é apresentado resume-se a dois quadros sucintos.

Enquanto não puder ter uma informação detalhada do orçamento corrente e não se puder avaliar realmente as intenções que o relatório manifesta, e tal só se poderá fazer quando as despesas correntes forem apresentadas com maior detalhe, o deputado do PCP, dizia, não poderá ter outra posição que não seja a de não aceitar o Orçamento.

Apoiamos, a este propósito, o que refere a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros a páginas 37 do seu Relatório.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao terminar este debate, quer o deputado do PCP reafirmar a firme condenação que a Organização Regional dos Açores do PCP faz à política do Governo Regional.

Este Plano não serve, no nosso entender, porque a política do Governo do PSD não serve.

Com o tempo, com a evolução lenta, mas inexorável, que a apreciação dos problemas colectivos irá tendo, vai ficar cada vez mais claro para os que nestas ilhas labutam, o carácter errado desta política.

Ao longo do ano em curso, penso poder dizer, estão pronunciados debates políticos importantes (caso da lei de orientação agrícola, caso do chamado sistema fiscal) que irão ajudar a clarificar de forma mais nítida as metas e objectivos finais desta política do Governo.

Muitas práticas seguidas pelo Governo Regional, rígidas, autoritárias e não dialogantes, começam, elas próprias, a ter avaliações objectivas e condenatórias por parte de sectores importantes da população.

A correcção desta política será uma realidade que o futuro imporá.

Por isso lutamos.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo é muito pouco.

Ao longo deste debate a representação parlamentar do CDS teve oportunidade de participar activa e profundamente na discussão das propostas em debate.

Como na prática o que o Governo se propõe fazer é uma mera evolução na continuidade, forçoso se tornava denunciar os erros e as contradições que têm caracterizado a acção governativa.

Tivemos o cuidado de denunciar a falta de diálogo que tem caracterizado o relacionamento do Governo com os restantes parceiros sociais desde os Sindicatos até à Câmara do Comércio e Indústria passando pelas Associações de Agricultores e Lavradores que também nem foram ouvidas.

Assim, o Governo Regional furtou-se às sugestões válidas que pudessem ser incluídas nos Planos Regionais.

Este Governo só recorre ao pseudo diálogo com os parceiros sociais se deles precisa para os seus próprios fins.

Em matéria de grandes opções é impossível descortinar a real política governativa.

Mas o pior, e isto ficou bem constatado neste debate, é que o Governo mostra uma arrogância e uma prepotência inaceitáveis.

Pela nossa parte tivemos oportunidade de apontar claramente as contradições que os documentos revelam, na sua ânsia de a tudo quere-rem dar resposta.

Ficou demonstrado inequivocamente perante esta Assembleia que ao fim destes anos o Governo tem prometido mais do que tem feito.

Mais, ficou denunciado que o Governo em termos estruturais tem seguido uma política inversa daquela que tem sido aprovada pelos representantes do Povo dos Açores.

Os números demonstram-nos, mas a crise que já se instalou na economia açoriana e que é sentida por todos é a prova provada que até nalguns campos estamos a regredir em vez de se caminhar para o desejado progresso e desenvolvimento económico.

Neste particular a situação em algumas ilhas já se torna deveras dramática. O nosso tecido económico e até o social nalguns casos já entrou em franca ruptura.

Os testemunhos aqui trazidos pelos deputados das ilhas pequenas e mais desfavorecidas de todos os partidos são a prova evidente de que em muitos aspectos as situações são insustentáveis e já não se vê no horizonte a esperança que ainda há alguns anos era partilhada pela maioria do nosso povo.

É que os anos passam-se e as carências continuam e até se avolumam em muitos casos.

Este Governo criou demasiadas perspectivas, prometeu demais e nalgumas ilhas e em certos sectores fez muito pouco.

Numa época de crise seria razoável que

o Governo partilhasse dos sacrifícios a que a população está sujeita.

A inflação já é galopante, o desemprego é crescente, sobretudo nas camadas jovens, os que se habituaram a um nível de vida digno e humanamente aceitável, vêm com apreensão a vida a voltar para trás.

Enquanto todos esperavam que a contenção das despesas não produtivas da Administração Regional fosse uma realidade - verifica-se que as mesmas tendem a crescer ainda mais, e o cidadão conscientemente vê os seus impostos, que já são insuportáveis e tanta falta lhe fazem, serem muitas vezes esbanjados em despesas supérfluas perfeitamente evitáveis.

O povo começa a perceber que esta pobre Região, apesar das suas potencialidades mesmo assim não pode sustentar uma máquina administrativa muitas vezes mal gerida que lhe custa os olhos da cara.

Mas tudo isto se agrava quando se fomenta partidarização da vida administrativa.

Aliás, algumas situações são consideradas como autênticos atentados ao bom senso. O Governo tem ido tão longe no favoritismo e no compadrio que já se ouve dizer que se perdeu a vergonha - característica que deveria estar sempre presente em todas as decisões de âmbito governamental.

Mas será que este Governo não tem feito algo de mérito?

Claro que tem.

E nós também o reconhecemos.

Para já tem a sorte de possuir muito dinheiro ao longo desses anos, e nalguns casos também a habilidade política de se aproveitar da confusão nacional e daí obter alguns dividendos.

Obviamente que também concordamos com muitos dos investimentos que o Governo fez, desde as construções de portos e aeroportos, escolas, hospitais, etc. Tratam-se de acções inquestionáveis.

Aliás, teremos todos de reconhecer que qualquer outro Governo, fosse de que orientação fosse, também iria investir e possivelmente optaria pelas infraestruturas económicas e sociais básicas, por todos reclamadas de há muitos anos.

O grande problema é de gestão, de eficácia, de despartidarização das decisões, e sobretudo de critérios técnicos, área em que este executivo tem cometido erros a mais.

Os nossos dinheiros não podem ser destinados a esta ou aquela obra em resultado de pressões políticas, económicas ou de grupos como tem acontecido ao longo destes planos.

Pior - a opção e a prioridade a dar a certos empreendimentos não pode ser na base de meras compensações entre ilhas para que no fundo o Governo mantenha o seu próprio equilíbrio

interno.

Isto origina erros irrecuperáveis e que são pagos por todo o povo dos Açores só porque a perspectiva governamental é predominantemente eleitoral.

As decisões têm que ser mais técnicas e menos políticas.

Ao fazermos estas denúncias temos a consciência que estamos a contribuir para que o Governo repense a sua actuação.

Uma vez que a Região tem para investir cerca de 56 milhões de contos em quatro anos ficamos com a esperança que, no que toca a obras, haverá lugar a completar muitas infraestruturas que necessitamos e a iniciar muitas outras.

Só que a nossa posição tem de ser de exigência para que não se continue a prometer demais e a fazer de menos enquanto o dinheiro se perde em acções de trazer por casa e de impacto meramente paroquial.

Daí que quando o Governo nos continua a apresentar para estes próximos quatro anos muitos dos projectos que já nos apresentou nos últimos quatro anos, e casos há que respeitam a projectos inscritos nos primeiros planos da governação autónoma, a nossa posição não possa ser senão de descrédito para com a acção governamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Quer o Governo aceite quer não, este debate vai concerteza, influenciar a sua conduta para o futuro.

Durante estes 4 dias de debates e se os Membros do Governo levam a sério o que aqui se diz, como acreditamos que o façam, não podem deixar de sair daqui altamente apreensivos.

É que o Governo está praticamente só. Não conta com a confiança nem dos Sindicatos nem das Associações produtivas, nem dos partidos da oposição e deve ter a noção de que muitos foram os comentários, as advertências e inclusivamente as críticas manifestadas pelos deputados do seu próprio partido, sobretudo daqueles que para isso tiveram coragem.

Estamos certos de que o Povo da Região vai beneficiar do trabalho que resultou deste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção de encerramento de um debate só pode ter 3 temas possíveis:

- A análise do próprio debate;

- A súmula das posições assumidas pelo partido representado, neste caso o Partido Socia-

lista, expressas no decorrer do debate;

- Considerações marginais ou laterais ao próprio debate e às posições nele assumidas.

Esta última temática, tem sido a dominante das intervenções de encerramento mais recentes do Sr. Presidente do Governo Regional. Recordemos as do encerramento do debate sobre o Programa do Governo e da interpelação familiar sobre a CEE.

Não pretendemos fazer-lhe concorrência nesta especialização.

Vamos deixar-lhe, por inteiro, mais este domínio reservado, a juntar a todos aqueles que lentamente, mas em passo seguro, vai absorvendo. Não se trata, aliás, para este Governo e o seu Presidente de uma tendência nova, mas de manifestações novas e mais preocupantes, de uma caminhada antiga que se foi consolidando em relação às autarquias, mas que persiste agora em abrir novas frentes nesta mesma Assembleia.

Ocupemo-nos, então dos outros dois temas. Em primeiro lugar, do próprio debate.

Este teve um intróito agitado, como aperitivo.

Uma extemporânea proposta de alteração regimental apresentada pelo PSD, visando novas regras para o debate, seria a sua causa.

Aparentemente tratava-se de um problema de atribuição e distribuição de tempos. Na realidade, visava-se mais alto ou mais fundo: alterar, no domínio do plano, as relações estatutariamente consagradas entre o Governo e a Assembleia.

O aperitivo não teria, porém, grande sequência no clima do debate.

E a razão última é óbvia, mas convém salientá-la.

O verdadeiro, o real debate feito sobre este PMP 85/88, foi o que ocorreu em 82 sobre o PMP 81/84. E não poderia ser de outra forma:

- Os fins propostos são os mesmos;
- A estratégia apontada é a mesma;
- As linhas de políticas definidas repetem

as do PMP 81/84;

- Os instrumentos de actuação e intervenção governamental são idêntivos aos do PMP 81/84;

- As acções a concretizar são transcritas, com meras variações formais, do PMP 81/84;

Seria possível confirmar, caso a caso, este paralelismo e duplicação entre os dois PMP. Repito apenas os títulos que entram no plano pela 5ª vez:

"A modernização do aparelho produtivo"

"A correcção das assimetrias intra-regionais"

"A estabilização da evolução demográfica"

É claro que há variações menores: entra ou sai o comércio, entra ou sai o turismo. Incide-se, formalmente, mais ou menos, nos postos de trabalho, ou na qualidade de vida. Adaptam-

-se terminologias: a produtividade, a diversificação, a redução de dependências externas. Em 85/88, como não podia deixar de ser, lembram-se os jovens à procura de emprego.

Enfim, fazem-se exercícios académicos vários de arrumação conceptual das questões, cuidando muito mais da forma do que do conteúdo, cuidando muito mais dos conceitos do que da sua aderência ou não ao real.

Mas acima de tudo, não se conseguiu efectivar e dar realização suficiente a um pressuposto básico de qualquer planeamento para uma economia de mercado. Referimo-nos ao seu carácter indicativo. Este adjectivo - indicativo - numa economia em que os sectores produtivos fundamentais são do domínio da iniciativa privada, tem uma tal força que, se não for devidamente considerada e concretizada, anula todo o efeito do planeamento. E a sua verdadeira pedra de toque começa, não quando os instrumentos de política, depois de preparados, são colocados ao dispôr da iniciativa privada, mas na sua fase de preparação.

E a este respeito, bem sabemos como o Governo Regional se tem esmerado em encontrar escusas para reduzir esta participação a uma mera obrigação formal e legal. Todos os pretextos são aproveitados para a desrespeitar ou adulterar. E se os actuais forem removidos, outros alibis serão encontrados.

É evidente que, elaborado em gabinete e em circuito fechado, logo que surge à luz do dia ou ao ar livre do debate, o plano tende a ser secundarizado. E vimo-lo neste debate, de forma mais ou menos patente segundo os sectores, mas bem evidente em alguns deles. Mesmo nas intervenções, ou melhor ainda, principalmente nas intervenções dos deputados da maioria, o Plano, a sua orientação ou as soluções preconizadas primavam pela ausência. A tendência é para lhe acrescentar algo que lá não esteja, precisamente porque ninguém se revê nas soluções que lá estão.

Curioso é de realçar ainda, no debate, a ausência de inscrições de deputados da maioria para pedidos de esclarecimentos subsequentes à apresentação do plano. Manifestação, noutra face, da mesma problemática participativa na elaboração do plano. Tendo desistido das perguntas para provocar respostas definitivas e brilhantes do seu Governo - o que é de louvar - só haveria lugar pela maioria, para as perguntas para as quais o plano contivesse as respostas antecipadas. E, para estas, o leque era efectivamente muito reduzido.

Um aspecto positivo consideramos ter havido neste debate: a reduzida insistência nas temáticas exclusivamente financeiras ou contabilísticas, para desgosto do Sr. Secretário das Finanças. Não evidentemente em relação às

verbas previstas para os diferentes programas, nomeadamente, dos sectores sociais, pois é delas que depende ou não em boa parte a concretização dos programas. Referimo-nos aos grandes blocos ou agregados financeiros por sectores. Conhecidas as fontes de receita regionais, reconhecidas as limitações da Região na sua alteração, há que fazer incidir a atenção e o debate na sua aplicação e nas políticas e critérios explícitos ou implícitos naquela. Foi o que aconteceu nas intervenções e pedidos de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

É tempo, porém, de passar à súmula das posições assumidas pelo Partido Socialista no decurso deste debate.

É verdade que não compete a um partido da oposição, no âmbito de um debate de um PMP ou de um plano anual, fornecer receitas para as doenças da maioria. Até porque, no debate parlamentar, e pelas regras que sempre regeram a apreciação do Orçamento Regional e, a partir de agora, por aquelas que foram recentemente introduzidas para os planos, tal possibilidade está vedada com qualquer eficácia.

Mas, mesmo assim, elas não faltaram da parte do Partido Socialista.

Na educação, desde o pré-primário à Universidade, não faltaram alternativas consistentes, claras, e bem demarcadas da prática permanente da maioria e da teoria consagrada nos planos em discussão. Desde o analfabetismo à formação contínua. Desde os equipamentos até aos órgãos de gestão escolar. Nas soluções integradas de todo o sistema escolar, desde as ilhas maiores às menores.

Na saúde e segurança social, desde os hospitais aos centros de saúde, desde a organização de carreiras até à criação da consulta urgente. Desde a criação do Instituto Regional de Clínica Geral até ao Conselho Regional de Saúde, passando pelas Comissões de Saúde a nível de ilha, numerosas foram as metas generosamente ofertadas pelo Partido Socialista à maioria no Governo. Bem mais adequadas - tem de reconhecer-se - do que sugestões precocemente envelhecidas, vindas da maioria, coladas ao rótulo do Ano Internacional da Juventude.

Bem sabemos, porém, que a maioria só reterá no ouvido e na memória, embora para depressa esquecer, a dimensão crítica das intervenções do Partido Socialista. Que foi vasta. Que foi dominante. Que foi, sobretudo, fundamentada. E que abrangeu, quer os pressupostos técnicos, quer os pressupostos políticos do PMP e do Plano 85, quer ainda muitas das acções programadas ou simplesmente alinhadas nos programas.

Neste domínio realçou, de modo particular, o Partido Socialista, não a predisposição do Governo Regional para não levar à prática o programa do Partido Socialista, mas a predisposição para nem teoricamente, assumir no PMP, o seu próprio

programa, nesta Assembleia aprovado.

Nele se impõe, "a correcção das desigualdades intra-regionais ainda existentes, através do lançamento de programas integrados por ilhas, de modo a serem aproveitados os sectores em que existem vantagens".

No PMP retêm-se os fins, mas dispensam-se os meios. O que só pode significar que também os fins não são para atingir, mas apenas para "fingir". É como se se quisesse a Região mas não se quisessem as ilhas, todas e cada uma. Corre-se, assim, o risco de as ilhas começarem a rejeitar a Região.

A despreocupação e o persistente e inalterado amorismo com que são encaradas as tarefas do planeamento pelo Governo Regional, o irrealismo dos objectivos a atingir, a descoordenação das acções programadas, os atrasos das medidas de política propostas, nuns casos por inépcia e incapacidade técnica, noutros por receio das repercussões político-sociais ou simplesmente eleitorais, ou até mesmo por atitude deliberada para manter vivo o mito da eficácia mágica dessas medidas.

Tudo isto é muito mais que os 10 generosos minutos concedidos pela maioria para estas intervenções de encerramento de debate, não permitem acrescentar, foi salientado e escarpelado sector a sector, por vezes programa a programa, nas intervenções da bancada do Partido Socialista.

Com tudo isto demonstrámos que, com este planeamento, o Governo Regional não corrige vícios e defeitos da economia de mercado com as técnicas do planeamento. Ao contrário. Apenas acrescenta aos profundos vícios e defeitos do nosso mercado, os vícios e defeitos do seu próprio planeamento. Assim, consegue efeitos cumulativos perversos que, ao invés de despoletar potencialidades multiplicam bloqueamentos.

Que os Açores se salvem deste plano!

Que a prática o obrigue a ajustar-se à realidade.

Mas, isto é entregar o plano nas mãos do acaso, que é, por definição, a sua antinomia.

Não podemos, pois, aprovar um plano que só será eficaz por aquilo que o contradiz.

Deixamos este contra-senso para a maioria.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Paiva.

Deputado João Vasco Paiva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Após ampla auscultação dos parceiros sociais...

(Risos do PS)

...autarquias e dos relatos das Comissões desta Assembleia, chega ao seu termo a apresentação

e o debate das propostas do Governo Regional dos Açores - Plano de Médio Prazo 85/88 - Plano Anual/85 e Orçamento/85.

Pelas razões de todos conhecidas, e já acentuadas na intervenção de abertura das cerca de trinta da minha bancada, é com algum atraso que esta Câmara resolverá sobre as propostas do Governo que estiveram aqui em apreço.

Estivemos perante a apresentação e debate sobre os documentos essenciais a uma boa gestão e estamos agora habilitados a votar o que irá constituir, no próximo ano e nos próximos 4 anos o elemento orientador da gestão referida porque neles se explicitam as opções de desenvolvimento e os objectivos para que se quer caminhar. Igualmente passamos a dispôr de ideias mais claras e arrumadas quanto aos meios disponíveis para os levar a bom termo.

As opções que o Governo aqui nos trouxe:

- Fomentar o investimento e a modernização do aparelho produtivo;
- Buscar a redução das dependências externas e a correcção das desigualdades intra-regionais que subsistem;
- Encarar o desenvolvimento económico como factor que garanta uma crescente qualidade de vida do povo açoriano;
- Criar condições para a fixação da população;
- Promover a criação de novos postos de trabalho reprodutivos que minimizem a procura de primeiro emprego por parte dos jovens;

E... de relance aproveito para deixar aqui uma mensagem especial à juventude na passagem da efeméride de seu dia nacional, mensagem de esperança e de confiança no futuro melhor, que irão ajudar a construir para todos nós.

Retomando... são aqueles, em grande síntese, os parâmetros em que se moverá o Governo Social Democrata dos Açores tendo em conta as condicionantes de carácter social e económico por que se pauta a nossa sociedade.

Opção descolorida dirão alguns, ou já o disseram nesta Sala, opções sem sentido, vagas, megalómanas ou mesmo à quem do que seria possível, de tudo isto se ouve e ouviu.

Quem o diz? Será que se trata de quem já tenha tido responsabilidades governativas? Será algum académico mal informado que a muita sapiência não deixa tempo livre para melhor observar o mundo que o rodeia!

Tem que ser-se rigoroso e realista.

Na conjuntura de crise económica internacional a que Portugal fez acrescentar a instabilidade política quase permanente não seria fácil à Região Autónoma dos Açores, orgulhosamente só, enquistar-se na sua pequenês e atirar os açorianos para o uso de sapatilhas baratas e para problemas de carências de dimensão incontro-

lável e de consequências sociais ainda mais gravosas.

O caminho até aqui trilhado, em condições externas que se agravaram sempre num crescendo que os mais optimistas começaram a temer, furtou-nos a muitos dos efeitos negativos que a situação geral de crise nos iria sujeitar se não nos tivéssemos pautado de forma cautelosamente agressiva na criação de condições que nos proporcionam uma diversificação de métodos e adequação às condições de região insular dispersa.

Estão patentes, na gestão dos últimos anos, as potencialidades da Autonomia Democrática.

O PSD, fulcro de alavanca operativa dos últimos 8 anos, está agora empenhado, para a partir do 3º Plano de Médio Prazo; concebido em moldes que o país não desconhecerá mas se revelou incapaz de sujeitar ao juízo do seu povo; o PSD - dizia - a partir deste 3º Plano de Médio Prazo propõe-se dar mais um salto qualitativo da maior importância. Sem descurar os Sectores Sociais, que ocupam posição extremamente relevante, a previsão do investimento nos sectores económicos abarca para cima de 60% do total previsto e aqui se inserem montantes vultuosos de incentivo ao investimento privado que assim contribuirá, como é desejo expresso, para um investimento global ainda mais relevante no sector.

O efeito multiplicador que advirá desta orientação é também um factor a ter em conta na perspectivação do futuro.

A organização dos agentes produtivos e a melhoria dos padrões de qualidade dos produtos locais é da maior importância e, se mais não fosse, o facto de podermos ter que enfrentar o desafio da integração de Portugal com os Açores nas Comunidades Económicas Europeias, valeria sempre apenas o esforço do investimento nestas áreas. Há agora que contar como contrapartida com a reacção positiva dos agentes económicos públicos e privados; com especial incidência nestes últimos; dado o peso que representam relativamente à formação do produto interno bruto da Região.

Um dos aspectos salientados na proposta do Governo refere-se ao desafio aos agentes privados no sentido de se libertarem ao máximo da dependência de intermediários externos para o estabelecimento de circuitos comerciais, pois isso corresponderá inevitavelmente a um decréscimo significativo da composição do preço daí resultando maior competitividade e fixação na Região de maiores ganhos de valor acrescentado.

É bem patente no que se propõe mais uma orientação tipicamente social-democrata de esforço pela valorização da iniciativa privada.

Esta é o sector público, embora este reduzido e confinado a actividade eminentemente

de serviço público ou complementar deste, directa ou indirectamente, são os veículos dinamizadores da economia e os garantes do desenvolvimento harmonioso de todas as parcelas da Região.

Os objectivos do Plano no campo económico conduzirão, não tenho a menor dúvida, aos resultados que enumerei desde que garantida a permeabilidade dos empresários.

A criação de postos de trabalho e a estabilização da evolução demográfica regional são outras das opções que já mencionei e que também pelas razões que apontei poderão alcançar-se em larga medida por investimentos nos sectores económicos.

Uma palavra de aplauso pela preocupação patenteada ao desenvolver **ainda** mais o esforço que vem sendo feito na formação profissional e em atender à evolução tecnológica para partir para reestruturações sectoriais que fatalmente haverá que despoletar-se num futuro que não é longínquo.

Ainda antes de terminar, em algumas palavras, gostaria de fazer uma referência ao sector público empresarial pois que vem na sequência lógica do que vinha referindo com maior acento tónico relativamente ao sector privado.

Dispõe a Região de um pequeno sector público empresarial embora o contributo dos seus investimentos seja já significativo pois contribuiu um quinto do investimento total.

As dificuldades conjunturais do mercado de capitais e consequentemente a inacessibilidade ao agenciamento de financiamentos quantitativamente e qualitativamente em condições razoáveis justificam plenamente a proposta do Governo no sentido de seleccionar investimentos, condicioná-los à situação financeira global da Região e avançar para reajustamentos estruturais que adequem o sector ou as empresas de per si à nova fase que já se iniciou com o arranque do terceiro mandato dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

De diversas intervenções neste debate ficaram-me dúvidas e perplexidades no que toca às ressonâncias das bancadas da oposição que necessitaria de mais 10 minutos para as enumerar. Porém, não posso resistir a mencionar o estilo usado por um Senhor Deputado do CDS que mais parecia querer transformar o seu círculo numa espécie de colónia de férias para quantos gostem de fazer pic-nic levando a merenda de casa. Na verdade o Senhor Deputado do CDS fez uma espécie de apelo ao paternalismo estatista que, se as linhas programáticas do seu partido não foram apressadamente alteradas, seria incompatível com o liberalismo, a economia de mercado e o apelo constante à livre iniciativa como factor

determinante para todos os sucessos! Que mais se há-de ver Senhor Deputado Ramos Dias!? Talvez o seu colega de partido com a sua apetência manifesta para fazer regras de 3 simples com factores errados e/ou trocados propositadamente ou até inconscientemente e outras apetências, o poderá ajudar a fugir de situações como a que a si próprio criou.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Também ao longo do debate não deixou a restante oposição de fazer algumas referências ténues à essência do que nos ocupou aqui até com um regimento especial que debates especiais plenamente justificam.

Na verdade a oposição sobretudo a Socialista, ficou-se mais por referências genéricas e a questões marginais, quase sempre dirigidas à maioria.

Como diz o povo "quem não se sente não é filho de boa gente" e, sem valorizar o que não tem valor, não posso deixar de referir pelo menos um caso.

O episódio recamboloso do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, com o ar solene que lhe é habitual e deve julgar impôr-se a quem é candidato permanente a uma liderança partidária que tarda em ser-lhe confiada, vir à tribuna para dizer que algo vai mal na maioria e pretender que a explicação é o facto de haver alguns pareceres discordantes de parceiros sociais sobre o Plano e até respondendo a um à parte afirmar que "cada Povo tem o Governo que merece", são a prova da ligeireza como tudo é tratado e até conduz a uma "Gafe" ou enormidade como esta.

Mas...esse é o problema do Sr. Deputado e do PS! Nós não nos orientamos por af e talvez também seja esse mais um segredo dos sucessos do PSD para além do de trazer, em crescendo, boas e melhores propostas como o são, evidentes, os documentos que aqui estiveram em apreciação.

Quanto ao PCP a sua presença no debate ficou-se ainda, e por mais uma vez, pela repetição do discurso que lhe é habitual. Repete, mal augura, discorda. Enfim, o costume.

Senhor Presidente, Senhor Presidente e Membros do Governo, Senhores Deputados:

Chego ao fim da intervenção final em nome do PSD no debate do PMP, do Plano anual e Orçamento sem ter escarpelado grande parte de matérias de muita importância, que outros colegas da minha bancada muito bem fizeram.

Ative-me preferencialmente ao sector económico quanto às grandes linhas mas não posso deixar de dizer que a ilação final do debate e ponderados todos os vectores enaltecidos ao longo dele, o PSD fica plenamente habilitado a votar favoravelmente as três resoluções propostas pelo Governo Regional sobre o Plano de Médio Prazo 85/88, Plano Anual/85 e Orçamento/85. A Região disporá

de instrumentos de qualidade e realistas à prossecução dos objectivos de desenvolvimento que continuamos a prosseguir.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Valeu bem a pena este debate.

Durante ele o Governo expôs, em pormenor, as linhas de rumo genéricas da sua actuação e os programas sectoriais previstos para dar um impulso decisivo ao desenvolvimento dos Açores. E defendeu-se, com convincente argumentação, dos furiosos ataques que contra o Governo e a sua política foram aqui desferidos pelos partidos da oposição.

Os comentários e observações feitas pelos deputados da maioria - e alguns reparos construtivos, poucos dos deputados dos partidos da oposição - serão objecto da reflexão do Governo.

O tempo do debate revelou-se plenamente aceitável.

No primeiro dia dos nossos trabalhos, a Sra. Deputada Conceição Bettencourt extrafu, não se sabe donde, uma rolha que pôs em cima da mesa, mas verificou-se que não funcionou aqui, como nunca funcionou nesta Casa, a "lei da rolha". Os deputados, tanto do partido da maioria, como dos partidos da oposição, trouxeram à consideração da Assembleia Regional e do Povo Açoriano, com plena liberdade, as suas posições acerca das linhas de rumo do desenvolvimento da Região e, disto, todos nós - insisto - beneficiamos.

A própria suspensão temporária do Período de Antes da Ordem do Dia, que permitiu uma concentração da atenção do Parlamento sobre os problemas do Plano de Médio Prazo, nem de perto nem de longe se assemelha à tentativa feita pelo Partido Comunista na Assembleia Constituinte - como erradamente aqui tentou induzir o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt - de eliminar o Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS):
O Sr. Presidente estava lá!

O Orador: Estava, sim, e votei também contra essa tentativa do Partido Comunista.

Mas, para os poucos dias destinados ao debate do Plano de Médio Prazo, julgo, por minha parte, tal como julgou a maioria da Assembleia, plenamente justificado que se concentrem as atenções nesse domínio - o mesmo também se verifica noutros parlamentos na altura em que se foca o esforço de todos os deputados sobre algum tema de especial relevância.

Não me gasto aqui em pormenores a propósito destas tentativas de impedir a liberdade de expressão com o famoso episódio da Comissão de Censura solicitada pelo Partido Socialista ao General Fabião em 1984 porque, convenhamos, que isso já é história antiga.

O método de votação adoptado por esta Assembleia é um esforço de autodisciplina. Enquadra-se nos preceitos da Constituição e do nosso Estatuto. Consagra as praxes estabelecidas desde o início da nossa autonomia democrática.

A este respeito não posso deixar de referir que o Sr. Deputado Alvaro Monjardino, que fez parte de um Governo que soçobrou num Parlamento funcionando em condições tumultuárias, deveria ter mais compreensão para com o esforço do PSD em estabelecer regras claras de autodisciplina - que têm, aliás, larga compensação na participação que os deputados da maioria têm na fase de elaboração da proposta do Plano e que a toda a Assembleia cabe na fase do seu acompanhamento.

Nós planeamos dentro do quadro das nossas competências constitucionais. Reconhecendo-as com todo o pormenor, aproveitamos aquilo que a Constituição e a nossa lei fundamental, que é o Estatuto, nos permite fazer.

Ai de nós se não tivéssemos utilizado todas estas faculdades com vigor, com energia, sempre com o apoio da Assembleia Regional, seguindo as linhas de rumo por ela traçadas.

Só assim conseguimos, apesar de todas as dificuldades, erguer, para defesa da nossa Região, as barreiras possíveis de evitar a invasão dela pelos efeitos da crise que domina na situação económica do nosso país, infelizmente.

Continuaremos a trabalhar com este sentido das realidades, sem pretender ir para além daquilo que nos está constitucionalmente consagrado, até que chegue a altura de, revendo a Constituição, alargarmos as nossas competências e poderes, portanto, ir ainda mais longe.

Não ignoramos a nossa situação constitucional. Que, apesar de tudo, nos tem permitido grandes realizações (inclusive na aplicação de mecanismos financeiros sofisticados, como as linhas de crédito, nos mais variados sectores, que incluem a reconstrução, a pesca, o turismo, a agricultura, o comércio, etc., etc.)

Há quem prefira limitar-se a apontar defeitos, a lançar críticas e objurgatórias.

Mas, entretanto, a caravana passa! E a caravana somos nós: o Governo apoiado pelo Partido Social Democrata, e pela maioria do Povo Açoriano.

Não convém esquecer a natureza do nosso planeamento, que é imperativo para o sector público, mas apenas indicativo para o sector privado.

Dá que, quando se observa a execução daquilo que o Governo planeia, se verifica, muito naturalmente, que o Governo, a Administração ou o Estado, pela sua parte, cumprem integralmente, às vezes até por excesso; na parte indicativa do que está programada, responde-se à iniciativa privada, na medida em que esta se apresenta.

E convém a esse respeito não esquecer que os Srs. Deputados que este ano aqui defenderam e foram porta-vozes das posições da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores - paradoxalmente essa atitude veio dos deputados do Partido Socialista, que são os campeões da iniciativa privada também paradoxalmente na nossa Região e em contrário com os seus pressupostos programáticos - decerto não esqueceram estes Srs. Deputados que os pontos fundamentais de objecção, por parte da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, como por parte, aliás, de todos os empresários do nosso país, correspondem a factores de bloqueamento do investimento que se situam para além da competência própria dos órgãos de Governo da Região, e que se referem à elevadíssima taxa de juros, à inflação descontrolada, às leis laborais desmotivadoras, a múltiplos factores que poderiam ter sido corrigidos com a revisão constitucional de 1982 - se a isso o Partido Socialista não se tivesse oposto ferozmente.

Mas ele lá chegará! E em breve veremos o Partido Socialista promovendo todas estas alterações da Constituição.

Esperemos que ainda seja a tempo de salvar a economia do nosso país.

Alguns problemas persistem ao longo destes 8 anos, e continuarão, até, para além do prazo que agora se inicia com a execução deste Plano de Médio Prazo de 85/88. Porque são problemas de fundo, são problemas estruturais da nossa situação insular que, tendo embora soluções em via de realização, não encontrarão, para esta, a satisfação plena. Temos, portanto, de continuar a trabalhar relativamente a esses problemas. E assim o faremos!

E outros problemas novos vão surgindo. O Governo estuda-os, define as linhas de rumo para os resolver. Não é por acaso que o Plano de Médio Prazo, que está perante a Assembleia, se refere com mais pormenor aos problemas relativos ao emprego. É porque este problema surge-nos com especial acuidade em função das modificações promovidas pela actuação do Governo Regional nos últimos anos, nomeadamente a fixação da população, o rejuvenescimento da nossa população em diversas das nossas ilhas, a saída das escolas dos jovens que procuram encontrar um enquadramento na vida da nossa sociedade.

O Governo encara toda a vasta gama dos

problemas regionais, com optimismo, com esperança.

Nós rejeitamos a visão negra dos partidos da oposição, que paralisa e faz estiolar e explica a resposta que o eleitorado lhes dá.

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de fazer algumas referências - breves decerto - a alguns temas de ordem mais concreta, que foram aqui sugeridas pelos Srs. Deputados durante os debates. Porque nos argumentos mais utilizados sobressai o factor dialéctico, os Srs. Deputados da oposição insistem em determinadas questões, mas sabem, perfeitamente, que esgrimem os seus argumentos apenas para sublinhar dificuldades - não é que eles com isso pretendam apresentar as soluções.

Lastimam-se, por exemplo, alguns, da expansão da agro-pecuária, que resulta, aliás, das nossas vantagens comparativas.

- O que pretendem os Srs. Deputados? Porventura que nós voltemos à agricultura de subsistência, ao "canto", aos salários de miséria?

Com certeza que não. A evolução e a modernização da agricultura que estão, efectivamente, em curso nos Açores, traduzem-se na redução da população activa afecta ao sector primário e na sua transferência para outros sectores. Com problemas, com certeza, porque a nossa Região não tem ainda o dinamismo suficiente para ir criando empregos nos sectores secundário e terciário, onde se situe a população que vem sendo libertada das actividades agrícolas o que, no entanto, é sem dúvida alguma um sinal de mudança (e mudança para melhor) - e que as tarefas agrícolas vão sendo hoje realizadas com a absorção de menores efectivos de mão-de-obra.

E os preços nos Açores resultam, em grande parte, dos custos dos transportes. Aqueles que são produzidos no exterior, com certeza que chegam até ao consumidor, em cada uma das nossas ilhas, onerados pelos transportes e pelos seus custos anexos e indirectos e, relativamente aos quais, se insinuam aspectos extremamente negativos, com restrições muito graves que resultam de legislação e de situações que dificilmente poderemos, só nós, sozinhos, alterar.

Mas nós continuamos a trabalhar para racionalizar o sistema de transportes, investindo fortemente nas respectivas infraestruturas e na modernização das frotas que servem a nossa Região.

Será esta, sem dúvida, a melhor aplicação das verbas resultantes da aplicação dos princípios constitucionais e estatutários sobre os custos da insularidade, porque permite recuperar a nossa situação de atraso, em vez de se limitar - como parece propôr o Partido Socialista - a distribuir recursos para subsidiar bens de consumo. Esta política manteria a situação sempre

na mesma e deixaria a economia insular sempre esmagada.

- Será isso o que pretendem, pelo menos alguns dos Srs. Deputados do PS?!

O Sr. Deputado Manuel Goulart falou nisso expressamente.

Deputado Manuel Goulart (PS): Não falei em subsídios!

O Orador: Pela nossa parte, sempre dissemos que o desenvolvimento exige sacrifícios. Eit-os aqui!

Deputado Manuel Goulart (PS): Ouviu mal.

O Orador: E quanto à Zona Franca de Santa Maria, o Governo mantém os compromissos. Esse assunto não tem sido fácil de resolver. Mas zona franca há só uma: a de Santa Maria e mais nenhuma - para já!

É a ela que se refere o diploma legal existente.

Deputado José Dinis (PS): Esperemos que sim!

O Orador: A localização teve de ser objecto de estudo novamente. Aprovaram-se no último Conselho diplomas sobre os incentivos financeiros e fiscais, a complementar o que já existe quanto ao regime aduaneiro.

E nas próprias negociações sobre a adesão à CEE, o tema está presente - para se garantir a sua salvaguarda.

Coisa diferente é o conceito de zona industrial. Não confundamos as coisas para evitar andarmos a lutar contra moinhos de vento.

E quanto às ligações ao Corvo? Com satisfação posso dizer ao Sr. Deputado Pombo que, muito em breve, poderá voar todas as 2^{as}. feiras para o Corvo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Congratulome com isso!

O Orador: O mesmo também se diz ao Sr. Deputado David Santos, que tanto por ele se debateu, e que, a partir do dia 22 do próximo mês de Abril, poderá voar semanalmente para o Corvo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Esperemos que sim!...

O Orador: Sobre a cobertura da Região pela televisão, o Governo mantém os seus compromissos. Enfrentou dificuldades seríssimas devido à recusa da Radiotelevisão Portuguesa - empresa concessionária para todo o espaço nacional - em cumprir as suas obrigações, mas, através de uma actuação concertada com outras empresas de telecomunicações, espera-se que, seguindo os caminhos já traçados, em breve este desiderato - que é um objectivo que interessa a toda a Região - possa vir a concretizar-se.

Em diversas ocasiões, aqui foi referido o Ano Internacional da Juventude. E é natural

porque estamos a atravessá-lo e, da parte do Governo Regional, - e como certamente da parte desta Câmara - há uma preocupação séria pelos problemas da juventude do nosso arquipélago.

A linha de orientação do Governo está muito clara. Trata-se de estimular e apoiar a criatividade dos jovens e das suas associações.

Daf, a composição da Comissão Regional que, pelos vistos não foi compreendida - talvez tenha sido mal explicada. Os responsáveis dos serviços regionais que nela participam, são aqueles cuja competência abrange áreas de especial significação para os jovens (o desporto, a cultura, etc) e os directores dos Centros Regionais da RDP e da RTP, a fim de se assegurar a máxima divulgação das actividades programadas.

Mas nas comissões executivas de ilhas surgem elementos de ligação as autarquias e às Casas do Povo e os próprios jovens: dirigentes de associações de estudantes e de outras organizações de juventude.

Da parte do Governo Regional, há o máximo interesse e empenho para que todos os departamentos sintonizem com esta celebração regional do Ano Internacional da Juventude. Não na perspectiva da organização de festejos e de comemorações, mas no sentido de se aproveitar esta oportunidade para uma abordagem e resolução dos reais problemas da juventude açoriana - que se situam no âmbito da educação, do emprego, da habitação e todas estas áreas onde há acções concretas em fase de execução.

Dói-se o Sr. Deputado do Partido Comunista que nos encaminhemos para a Europa Ocidental e democrática. Preferiria talvez que o nosso destino fosse a Europa de Leste. Mas, como já tive ocasião de lhe lembrar, esses países nem sequer nos têm auxiliado nada, quando da parte dos países da Comunidade Económica Europeia e, sobretudo dos Estados Unidos da América, tem havido uma ajuda efectiva e eficaz ao nosso desenvolvimento - que nós reconhecemos e agradecemos.

Claro que o Governo tem o seu Programa, aprovado por esta Assembleia, e é a tal Programa que se encontra vinculado.

Não está vinculado ao Programa do PS, ou do CDS, ou do PC!

De resto, quanto ao Partido Comunista, mesmo quando ele diz alguma coisa acertada, nunca tem razão!

Porque os seus argumentos são exclusivamente dialécticos. Ele pretende apenas agudizar conflitos, explorando eventuais contradições, para lançar o caos na sociedade...

Deputado Decq Mota (PCP): O Sr. Presidente está a ser preconceituoso!

O Orador: Não! Deixe lá estar! Isto é

só o princípio...deixe-me terminar...

(Risos da Câmara)

...e impôr a sua férrea ditadura, inserida num projecto de domínio planetário.

É explicável que o PMP seja criticado pelas associações representativas dos empresários e pelos sindicatos, porque o Governo, dialogando com todos, não está ao serviço nem representa interesses de classe, mas, sim, define e executa o interesse geral do Povo Açoriano - até para o Partido Socialista ser o representante dos interesses de classe.

Deputado Carlos César (PS): Essa é boa!

O Orador: O Governo não está isolado! - isso é o que gostariam os partidos da oposição. Ele está apoiado nesta Câmara pelo Grupo Parlamentar da maioria - e pode-se reconhecer que está bem acompanhado. Está apoiado pelo Partido Social Democrata em todo o tecido da sociedade açoriana e está, sobretudo, apoiado pelo nosso Povo, em especial pelos mais desfavorecidos e pelos jovens, como ainda a recente campanha eleitoral o demonstrou, e a observação dos resultados testemunha sem deixar lugar a dúvidas.

Quando o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Tinha que ser!...

O Orador:...cometendo de facto uma grande gafe - porque considera que este Governo é mau e péssimo - afirmou que "cada Povo tem o Governo que merece", afinal falou verdade. Este é o Governo que o Povo escolheu e que, num esforço constante, procura...

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Enganar...

O Orador:... procura ser digno do Povo Açoriano que o manditou!

Não engana nada, Sra. Deputada... nem a Sra. nos engana a nós!

(Risos da Câmara)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

No termo destes dias de intenso trabalho, saímos daqui mais enriquecidos.

É inegável que todos temos hoje--sobretudo o Governo e os deputados da maioria - uma visão mais apurada das realidades do Arquipélago e dos interesses do nosso Povo.

A confiança que a Assembleia Regional testemunhará no Governo ao votar e aprovar o Plano de Médio Prazo, o Plano e o Orçamento para 1985, será um novo impulso para o desempenho das tarefas, em que legítima e democraticamente nos encontramos investidos, em serviço dos Açores e dos Açorianos.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos passar à votação. Antes porém de o fazermos,

eu pedia que os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e os representantes dos partidos viessem aqui à Mesa para combinarmos a forma prática de o fazer.

Srs. Deputados, vamos então passar à votação. A Mesa de acordo com os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e os representantes dos outros dois partidos, vai pôr à votação o Plano a Médio Prazo através da seguinte resolução:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º alínea l) da Constituição e artigo 26º, nº 1, alínea f) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano de Médio Prazo para 1985/88".

Eu usarei do meu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com esta resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra esta resolução façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada por 21 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Ponho agora à votação o Plano para 1985. A resolução é a seguinte:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º alínea l) da Constituição e artigo 26º, nº 1, alínea f) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano para 1985".

Os Srs. Deputados que concordam com esta resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada por 21 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Orçamento para 1985, com a seguinte resolução:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º alínea l) da Constituição e artigo 26º, nº 1 alínea g) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Orçamento Regional para 1985".

Os Srs. Deputados que concordam com esta resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra esta resolução façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada por 21 votos a favor do PSD, 13 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, terminámos o 1º ponto da nossa Ordem de Trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O Plano a Médio Prazo e o Plano Anual reflectem a política do Governo Regional do PSD e são uma expressão um pouco mais objectiva do Programa do Governo.

A análise do PMP permite concluir, sem margem para qualquer dúvida, que a política do PSD, objectivamente desvantajosa para a maioria dos Açorianos, não só se irá manter como até agravar nos tempos mais próximos.

O Plano prevê uma política económica que assenta na concepção segundo a qual a Região é uma entidade intervencionista no sentido e com o objectivo fundamental de reforçar o poder económico de uma classe restrita.

O Plano assenta em pressupostos altamente gravosos para a possibilidade de poder vir a ser possível uma política de desenvolvimento socialmente útil.

De entre esses gravosos pressupostos destacam-se a adesão à CEE e o obsessivo esforço no sentido de se continuar a desenvolver um processo de concentração capitalista contrário a um desenvolvimento favorável às classes e camadas laboriosas e contrário também à realização de qualquer política de desenvolvimento harmónico e equilibrado das 9 ilhas da Região.

As acções previstas para as áreas sociais são marcadas por conceitos e até preconceitos conservadores e não assentam em programas integrados claramente definidos. Sem embargo de se preverem medidas correctas nas áreas sociais as políticas previstas não são de molde a satisfazer de forma suficiente as necessidades.

O Orçamento Regional, apresentado de forma que impossibilita uma conscienciosa análise das despesas, não pode merecer do PCP enquanto for assim apresentado qualquer outra posição que não seja a de não aceitação.

O PCP neste como noutros debates procurou dar um contributo activo, colocando-se, como sempre se colocará, na perspectiva da defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas e desfavorecidas da população.

Tal perspectiva é tanto mais necessária nesta Câmara quanto é óbvio que a política proposta é cada vez mais afrontosa dos interesses e dessas classes e camadas.

Saliente-se que esse afrontamento realizado pelo Governo Regional dos Açores do PSD é também realizado em altíssimo grau pelo Governo da República do PS e do PSD.

O PCP luta hoje e lutará amanhã por uma vida melhor para todos, combatendo assim as efectivas ditaduras da classe dominante e dos políticos dominadores.

Por estas razões fundamentais o Deputado do PCP votou contra o Plano a Médio Prazo, votou contra o Plano Anual e votou contra o Orçamento, expressando assim a condenação firme que a organização regional do PCP sustenta em relação à política governativa do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias para uma declaração de voto.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A representação Parlamentar do CDS da Assembleia Regional dos Açores votou contra os documentos em apreciação porquanto os mesmos, na prática, traduzem uma mera continuidade da actual política do Governo Regional que não constitui, no fundo, a resposta eficaz e esperada às questões fundamentais que afectam a economia regional e degradam o nível de vida dos açorianos.

Apesar do Plano de Médio Prazo 85/88 envolver meios financeiros avultados que irão, obviamente dar lugar a indispensáveis investimentos em sectores e infraestruturas de inegável interesse económico e social, o documento contém carências de estrutura e de conteúdo que se devem considerar inaceitáveis, após 8 anos de experiência autonómica e parlamentar.

Partindo de um diagnóstico algo irrealista, recheado de abstracções insuficientemente desenvolvido e pouco claro em muitas políticas sectoriais, este Plano a Médio Prazo é, em muitos casos, a repetição usual de intenções sucessivamente falhadas ao longo dos últimos anos.

O próprio Plano para 1985 é o retrato das deficiências apontadas, só aparentemente disfarçado pela apresentação conjunta com a extensa prosa do Plano a Médio Prazo. No entanto, as suas lacunas são ainda agravadas, sob o ponto de vista político, pelo facto de não dar a devida prioridade ou ter mesmo excluído da sua programação projectos e acções que apareciam explicitadas em documentos anteriores e que constituíam promessas governamentais, além de justas aspirações de largas zonas da Região.

No capítulo das despesas correntes, a precaridade dos elementos fornecidos e o seu elevado grau de agregação não permitem qualquer avaliação das intenções de que o orçamento se diz portador. De resto, já o dissemos que tal como ele se apresenta é um atentado à dignidade desta Assembleia.

Até porque a apregoada austeridade e boa gestão tem andado afastada dos serviços públicos regionais, havendo mesmo indícios de

que no futuro os dinheiros públicos venham a sofrer pior trato.

Portanto, a representação parlamentar do CDS tinha forçosamente de votar contra a prática governativa que estes documentos pretendem perpetuar, e que de resto foi aprovado por apenas 48% dos Deputados desta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt para uma declaração de voto.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais um Plano de Médio Prazo, mais um Plano Anual e o respectivo Orçamento. Mais votações globais e com uma aprovação muito precária, pela diferença de cinco votos somente.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É a maioria, Sra. Deputada!

A Oradora: Até aí chegámos nós: à maioria basta mais um!...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Então qual é o problema? As regras da democracia são essas!

A Oradora: Então fique satisfeito com a maioria...e esteja calado, homem!

(Risos da Câmara)

Um PMP para o quadriénio 85/88, um Plano e um Orçamento para 1985 - são estes os três documentos sobre que nos debruçámos nestes últimos dias com muito cuidado e ainda mais preocupação, dado que são eles na sua impante vacuidade que nortearão a acção do Governo nestes quatro anos, desdobrando-se este PMP em tantos planos e orçamentos anuais quantos os anos da sua vigência. No seu conjunto estes últimos representam pois o escalonamento no tempo das acções, medidas e objectivos contidos no PMP e a repartição dos meios financeiros disponíveis e a arrecadar para a sua execução.

Donde, o ser legítimo retirar esta tão simples e liminar ilação: todos os defeitos de que enferme o PMP se reflectem necessariamente em cada plano e orçamento anual porque são estes a sua concretização temporal.

Ora, não obstante a abundância discursivo-laudatória dos senhores secretários regionais sobre a bondade deste PMP, secundados mais ou menos exuberantemente pela maioria dos senhores deputados que suportam este Governo do PSD, essa bondade, em nenhum aspecto por que esta possa ser considerada ficou minimamente provada. Foi mais um cheque em branco que por compromisso político-partidário assumiram e subscreveram, como obedientemente o têm feito ao longo destes longos oito anos de governação regional dita social-democrata, de mão fortemente centralizada.

Na realidade, para além de uma caracterização mais ajustada da economia açoriana no quadro da economia nacional, e que contra o próprio Governo Regional milita, só se evidencia: a permanência do nosso atraso económico, agravado por uma cada vez maior dependência do exterior em bens essenciais, consequência em parte do definhamento da agricultura *stricto sensu* e da expansão da pecuária para além do razoavelmente desejável quer sob o ponto de vista de um correcto aproveitamento e defesa do solo quer sob o ponto de vista dos perigos que a monocultura acarreta; o peso que já se afigura excessivo do sector público na Formação Bruta do Capital Fixo e como contrapartida, também negativa, dada a opção que é a do Governo Regional, que é a do Partido Social Democrata, sobre os encantos e os sucessos da iniciativa privada, a falta de resposta do sector privado às românticas e ineficazes tentativas de captação que já vêm do anterior PMP e são retomadas no actual e sobre as quais, levianamente, faz este Governo cálculos arábicos de adesão deste sector à sua política de incentivos, com ainda mais arábicos efeitos na riqueza daí resultante, etc., etc.. No mais é repetitivo pois desde sempre se vem assistindo ao desbobinar dos mesmos objectivos nunca conseguidos.

Este último aspecto, **aumento** mirífico da riqueza mercê do **aumento** do PIB, derivado também este, em parte, do **aumento** da produtividade do sector privado e tudo isto aumentado por obra e graça de uma miragem fiscal própria, em estágio de gestação e cujo produto acabado sairia pelo contrário paradisiacamente diminuído - tudo isto constituiu a base "científica" de que se socorreu o Sr. Secretário Regional das Finanças para as suas previsões financeiras de aumento real das receitas fiscais e para os doutos esclarecimentos com que condescendentemente e do alto da sua competência específica nesta matéria brindou esta Câmara... . Enfim, a falta de rigor, as estimativas amadorísticas e de mera futurologia condenam à partida tais previsões, porque designadamente e no que concerne à resposta da tão famosa iniciativa privada, a experiência passada falhou e as reformas fiscais são um desideratum sem contornos ainda que permitam uma quantificação nem sequer aproximada. A menos que - e para já - agrave a carga fiscal e seja este o recurso desesperado deste Governo. Mas mesmo assim tal agravamento requer trâmites legislativos morosos, a implementação do sistema e só então a consequente arrecadação de receitas que levarão o seu tempo a produzir frutos, mas não se vê donde sairá o coelho, isto é, donde sairá o tal aumento real.

Por outro lado as verbas não desagregáveis insitas no PMP - e que tem reflexos no Plano

e Orçamento para 1985 - são de tal montante que retira credibilidade e, pelo menos, demonstram que não houve intenção de transparência e/ou capacidade, em relação a algumas delas, para um planeamento e atribuição baseados em necessidades reais e minimamente quantificadas.

Também, com eventuais reflexos na própria previsão financeira, da aplicação deste PMP não consta uma quantificação, aproximada, e cautelosa embora, das metas macroeconómicas a atingir no fim do período da sua vigência.

Que impacto relativamente ao PIB e respectiva estrutura? Apesar de novas medidas e da aposta, já perdida pelo Governo relativamente ao PMP anterior, modificar-se-á ou atenuar-se-á a diferença relativa do sector público e do sector privado? Isto é independentemente das infraestruturas necessárias por certo, a implementar ao abrigo deste PMP 85/88, reagirá o sector privado no sentido de um aumento significativo melhorando a sua posição e em que medida? Que impacto na estrutura do emprego?

Perguntas sem resposta!

- Que garantias de uma execução correcta e fiel aos programas de desenvolvimento - e pesem embora todos os factores negativos atrás apontados - podemos esperar deste Governo relativamente às verbas inscritas no Orçamento para 1985? Renunciará este Governo às transferências encapotadas para benefício de Ilhas de maior poder (leia-se peso eleitoral) reivindicativo? Aplicará as verbas não desagregáveis - algumas das quais o poderiam ser desde já! - segundo critérios de equidade e justiça?

A prática governativa passada não o garante. A persistência no uso e abuso da inscrição de verbas não desagregáveis, sem qualquer razão técnica em alguns casos, (e muitos são!) denunciam intenções menos defensáveis já comprovadas nestes longos oito anos de auto-governação do partido, pelo partido e para o partido suporte deste Governo.

Não pôde nestas condições o Grupo Parlamentar do PS pactuar neste cheque em branco que lhe quer passar o PSD - o partido que suporta este Governo. Para além de ser um cheque em branco é um cheque sem cobertura. Este Governo Regional, este PMP, este Plano e este Orçamento para 1985 não constituem uma provisão minimamente suficiente e credível.

Disse.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não percebi nada!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD aprovou as propostas do PMP 85/88, Plano e Orçamento para 1985 com a consciência de que ao longo dos últimos dois meses os deputados analisaram, debateram e pronunciaram-se sobre documentos que consubstanciam a legítima esperança do Povo dos Açores, em uma melhoria, ainda mais acentuada, da sua vida cultural, social e económica, não obstante os tempos difíceis que se atravessam.

As propostas agora aprovadas por esta Assembleia contém as medidas de política, programas, projectos e investimentos adequados ao impulso que a sociedade açoriana necessita para, garantindo um futuro melhor para os jovens de hoje, resolver de forma satisfatória problemas actuais, especialmente os que atingem os estratos populacionais mais desfavorecidos.

Reconhece-se, assim, que nas áreas da Educação, da Cultura, da Habitação, da Saúde e da Segurança Social se encontram previstas as acções suficientes para, na conjuntura das dificuldades presentes, possibilitar:

- No domínio da Educação, integral acesso ao ensino independentemente das condições económicas ou sociais, através da construção de mais estabelecimentos e salas de aula, de esquemas de substancial apoio no âmbito da acção social escolar, e de medidas concretas destinadas a atenuar o analfabetismo;

- Na Cultura, a preservação e valorização do nosso património cultural e histórico; o apoio à criatividade literária e artística e também à divulgação cultural assente nas tradições do nosso Povo;

- Na Habitação, a promoção do efectivo direito a uma casa condigna através de um conjunto de medidas que visam desde a construção de infraestruturas urbanísticas, cedência de terrenos e materiais, até aos apoios financeiros dirigidos às Cooperativas e às autarquias locais, sem esquecer a recuperação da habitação degradada;

- Na Saúde, prosseguir à organização gradual do sistema de saúde que abranja a população das nossas ilhas, através da melhoria da rede de serviços de cuidados primários e diferenciados, de que se destacam a criação de vários Centros de Saúde, ampliação do Hospital de Angra e início da construção do novo Hospital de Ponta Delgada;

- Na Segurança Social, a protecção das pessoas nas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência e ainda as medidas destinadas a preparar uma resposta adequada a catástrofes e a calamidades públicas.

Reconhece-se ainda que, quanto às áreas económicas, o PMP 85/88 e o Plano para 1985 constituem instrumentos capazes de prosseguir o esforço no sentido do fortalecimento da base produtiva da economia regional e de permitir

o lançamento de iniciativas no domínio da produção suficientemente catalizadoras e estimuladoras da iniciativa e dos investimentos privados.

É de sublinhar o objectivo da criação de postos de trabalho reprodutivos, assim como a absorção da procura do primeiro emprego. Confia-se nas medidas que a este respeito estão previstas, entre as quais, cumpre realçar a formação profissional e os incentivos dirigidos às empresas que empreguem jovens.

Também é de sublinhar a procura do crescimento económico através da modernização do aparelho produtivo e do esforço da redução das dependências externas, promovendo-se com maior intensidade ainda o aproveitamento dos nossos recursos.

A adesão às Comunidades Económicas Europeias poderá constituir uma oportunidade para o alargamento do espaço económico da Região e o acesso a recursos financeiros susceptíveis de contribuírem também para o desenvolvimento dos sectores económicos.

A importância dada ao sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, bem como ao das Pescas a que se destinam cerca de 7,6 milhões de contos, traduz a necessária aposta num desenvolvimento conseguida a partir do aproveitamento integral das nossas duas maiores riquezas: a terra e o mar.

A atenção que os documentos aprovados dedicam ao sector industrial permite encarar com confiança o aumento das nossas exportações, baseado na melhoria da qualidade dos produtos e da produtividade.

Não se pode deixar de referir como factor importante na coerência dos Planos aprovados o propósito de prosseguir os programas de desenvolvimento do sector do Turismo, em vista do que a Região possui condições que podem ser aproveitadas com sucesso.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda também com a política de transportes que tem vindo a ser seguida pelo Governo e que agora é reforçada com a construção dos portos da Praia da Vitória, de Santa Maria e Flores, bem como do novo aeroporto de S. Miguel. Assim, serão substancialmente melhorados o sistema de transportes marítimos e aéreos aproximando-se as ilhas e a Região do resto do mundo.

Uma referência ainda a uma questão essencial para estas ilhas, pequenas e geograficamente separadas, como é a que se prende com o abastecimento de bens essenciais.

As medidas previstas, sequência das muitas e eficazes adoptadas no âmbito dos Planos precedentes e que têm corrigido as distorções de funcionamento dos nossos mercados, são a garantia de que também neste domínio se continua a caminhar no sentido de corrigir assimetrias, obviar

carências e aproximar ainda mais os açorianos no quadro de um projecto de solidariedade em que a Região Autónoma se constitui, se define e há-de progredir.

O Grupo Parlamentar do PSD não pode passar, no final deste debate, desta votação e desta declaração de voto, sem deixar aqui expresso que a oposição quer ser e vai continuar a ser oposição.

Não há ditaduras aqui, Sr. Deputado Decq Mota! - há-as noutros sítios...

Também fiquei perplexo com a declaração de voto do Sr. Deputado Ramos Dias, porquanto veio aqui dizer precisamente o contrário daquilo que dizia na Comissão de que fazia parte.

Sra. Deputada Conceição Bettencourt e Srs. Deputados da oposição, isto não são documentos do partido, para o partido e pelo partido: são documentos do povo, para o povo e pelo povo! Muito obrigado.

(Aplausos do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É para solicitar, nos termos do nº 3 do artigo 55º, uma interrupção dos trabalhos por um período não superior a 30 minutos.

Presidente: Muito bem. Estão interrompidos os trabalhos a pedido do Partido Socialista.

(Eram 01,45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que retomásseis os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

(Eram 02,15 horas)

Srs. Deputados, vamos recomeçar então os nossos trabalhos, passando ao ponto nº 2 da nossa Ordem do Dia.

A Mesa recebeu, nos termos do artigo 5º do nosso Regimento, uma carta do Sr. Deputado eleito, como independente, nas listas do Partido Socialista, Roberto de Sousa Rocha Amaral, com a sua declaração de renúncia do mandato.

Cumpridos que foram os nºs. 2 e 3 do artigo 5º cabe, nos termos do nº 4 do artigo 5º, declarar, perante o Plenário, que se torna efectiva a renúncia de mandato do Sr. Deputado Roberto de Sousa Rocha Amaral.

Passamos agora ao nº 3 da Ordem do Dia, que é a Proposta de Resolução do PSD sobre a "adesão à CEE".

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD quer apresentar a proposta de resolução?

Deputado João Vasco Paiva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que aqui nos prende foi largamente debatido, durante quase uma semana, nesta

Assembleia. Foi, é verdade, sem a participação do Partido Socialista, mas não há dúvida de que, no âmbito da interpelação ao Governo que o PSD entendeu suscitar, muitas das questões mais salientes para a defesa dos interesses dos Açores foram colocadas ao longo daquele debate.

Daf resultou, como consequência lógica, a apresentação a esta Câmara da proposta de resolução que ora iremos votar.

Exactamente no dia em que faz 8 anos que o nosso País se candidatou a esta adesão, e no momento em que as notícias que nos chegam das negociações parecem tudo indicar que as nossas pretensões, os nossos interesses, se encaminham para ser plenamente acautelados, julgo que não será necessário prender mais esta Câmara com o retomar de uma apresentação do assunto que, tão largamente, aqui, já foi debatido.

Por essa razão, e de momento, não adiantarei mais nada sobre a proposta de resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Está aberto o período de pedidos de esclarecimento sobre este assunto.

Não havendo inscrições, vou abrir o debate sobre esta proposta de resolução.

Está aberto o debate. Pedia aos Srs. Deputados, que queiram usar da palavra, o favor de se inscreverem.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

(Risos do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, eu pedia que tivessem calma. Efectivamente já vamos numa hora adiantada e convinha termos o nosso tempo muito controlado.

Não havendo inscrições para o debate desta proposta de resolução, eu vou pô-la à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução do PSD sobre a "adesão à CEE", façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra a Proposta de Resolução do PSD sobre a "adesão à CEE", façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS, 13 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Realmente o PS está sempre com o PCP!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

A chamada unidade europeia, configurada na CEE, é realmente a unidade prática dos interesses dos grandes grupos monopolistas Europeus consubstanciada numa organização internacional cuja orientação fundamental visa a perpetuação do capitalismo monopolista...

Presidente: Srs. Deputados, desculpem, mas realmente pedia que mantivessem a ordem para ouvirmos o Sr. Deputado.

O Orador: ...o que afasta à partida objectivos essenciais como são a promoção do progresso económico e cultural em termos socialmente úteis e o aprofundamento da solidariedade entre os Povos.

A integração de Portugal na CEE tem como consequências inevitáveis para o conjunto do País e para a Região Autónoma dos Açores o abaixamento do nível de vida para a população laboriosa, a criação de uma situação económica ainda mais difícil e a intensificação de esforços para anular as transformações económicas e sociais positivas conseguidas com o 25 de Abril.

A eventual integração de Portugal na CEE não modifica, para melhor, o acesso das principais produções regionais a um mercado exterior alargado, pois essas principais produções açorianas não terão por muito tempo capacidade concorrencial em termos de preço e de qualidade com as que são produzidas nesse mesmo "espaço exterior alargado".

A eventual integração do nosso País na CEE irá levantar sim, desde logo, sérias dificuldades à colocação dos nossos principais produtos no seu mercado histórico natural - o Continente Português.

A eventual integração levanta problemas tais que se corre o risco sério de um colapso económico cujo preço será pago pela maioria da população da Região.

As expectativas da Região vir a beneficiar de apoios financeiros só serão fundadas, para um grupo reduzido de empresários, pois a esmagadora maioria dos empresários a eles não terá acesso dadas as regras impostas pela CEE.

A integração na CEE de Portugal em nada acrescentará à dimensão Atlântica da Europa, apenas servirá de suporte para reforçar a presença, a acção e a depredação das nossas potencialidades pelos Monopólios Europeus.

A integração de Portugal na CEE colocará sempre em causa os mais importantes interesses nacionais e, obviamente os mais profundos interesses regionais.

Por estas razões o PCP votou, na generalidade, contra a Resolução proposta pelo PSD.

Queria acrescentar que, em relação aos pontos 3 e 4 desta proposta de resolução, o PCP, obviamente, que reserva posição a assumir em função da evolução dos acontecimentos e das negociações da adesão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do PS, em relação à CEE, é suficientemente clara para o PS não recear quaisquer confusões sobre a sua posição em relação ao problema da integração de Portugal na CEE e da adesão e da integração dos Açores na CEE.

Por isso, as gargalhadas ou sorrisos subsequentes, e o ar feliz de alguns deputados da maioria, correspondem apenas a uma pretensão do esquecimento dessas posições que, efectivamente, não terá qualquer fundamento nem qualquer razão de ser.

As posições, como disse, são claras, são evidentes, não se prestam a qualquer forma de confusão ou de aproveitamento. Aí estamos descansados. O PSD não colherá frutos; não caçará nesse terreno como costuma fazer em muitos outros.

É evidente que a nossa posição é perfeitamente compreensível e perfeitamente defensável, devido à situação de partida que nos levou a chegar a essa proposta de resolução.

Esta Assembleia conhece perfeitamente quais foram as circunstâncias da interpelação e quais foram as razões que levaram à nossa não participação. É evidente que, como inclusivamente confirmou - nós sabemos, era desnecessário - o líder parlamentar da maioria, esta proposta de resolução situa-se como o último remate, embora um remate artificialmente fabricado, da interpelação. Portanto, tem uma ligação inevitável com essa. E é nessa ligação, e nas circunstâncias que rodearam a interpelação - isto como primeira circunstância - que explica a nossa votação.

Em segundo lugar, o próprio texto da proposta, uma vez que, exactamente nessa ligação com a interpelação, é inconsequente, uma vez que contém algumas cláusulas, algumas pretensões que não foram sequer discutidas na interpelação, porque, se nós não participámos na interpelação, assistimos a ela. Portanto, sabemos perfeitamente o que é que foi discutido nessa interpelação, e achamos que há aspectos que figuram na proposta de resolução que não foram sequer abordados durante a interpelação.

Em último lugar - e para não prolongar muito esta conversa já matinal - esta proposta de resolução é ainda uma moção de confiança disfarçada, oferecida de bandeja por essa, a

esta Assembleia, ao Governo Regional, dispensando, por isso mesmo, da necessidade e do risco político de pedir uma moção de confiança. Trata-se de um ritual de subserviência desta Assembleia às necessidades e às exigências imediatas do Governo Regional.

Por essa razão, achamos que, nem esta Assembleia, nem o Governo Regional, se dignificam não assumindo cada um as suas responsabilidades, ou seja, o Governo não pedindo a moção de confiança e a Assembleia ofertando-lhe esta moção de confiança.

Estas razões sumariamente expostas é que justificam plenamente a nossa votação.

Presidente: Há mais alguma declaração de voto? Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou, favoravelmente, a proposta de resolução que acaba de ser aprovada.

Ao fazê-lo, tem a consciência de que estamos a viver um momento em que, claramente, se transcende o interesse estritamente partidário, porque, os valores em jogo, são de dimensão nacional e, obviamente, de importância fundamental para a vida da nossa Região.

Era indispensável que esta Assembleia tomasse uma posição que, na ocorrência e nos termos do próprio Estatuto, só podia ser de suporte ao Governo, visto que é a ele que compete, estatutariamente, participar, pela Região, nas negociações internacionais que, de alguma maneira a afectam. De maneira que, o suporte que esta Assembleia já lhe deu - e que certamente continuará a dar-lhe - equivale, efectivamente, à declaração da confiança no Executivo que tem a seu cargo a difícil missão de, uma negociação de transcendente importância para o nosso país, - de importância posso dizer que única - tomar posições extremamente firmes na salvaguarda dos interesses da nossa Região, sabido como é - e agora neste momento cada vez mais - que ela tem uma importância fundamental no contexto português.

Algumas indicações que nos começam a chegar - mas que, obviamente, não estão confirmadas ainda - indicam que, as posições firmemente assumidas pela representação regional, estarão em vias de colher aparentes frutos.

É, evidentemente, prematuro estar a formar juízos. E, de resto, a resolução que acabámos de aprovar claramente reserva, para a fase do próprio tratado de adesão, uma pronúncia final da nossa Região.

Seja como for, tem que ficar claramente entendido que os problemas de estratégia partidária

ria estão, neste momento, completamente ultrapassados.

Não é possível, não é legítimo que, numa ocasião destas, se possa falar em qualquer espécie de partidarismo. Está em causa o futuro do país; está em causa o próprio futuro da nossa Região. Abrem-se horizontes completamente novos de desafio, de risco, que pode ser terrível, mas que pode ser, efectivamente, a abertura de uma porta para o futuro.

Não é compatível com a gravidade do assunto fazer aqui quaisquer outras observações que não sejam de fundo - como aquelas que foram apresentadas pelo Partido Comunista. Af, sim, há uma divergência fundamental. A Europa Comunitária é uma das barreiras opostas à expansão soviética e, portanto, é perfeitamente natural que o Partido Comunista Português alinhe declaradamente contra a Europa Comunitária.

Aqui há uma posição, que é de fundo, e que se compreende perfeitamente que seja defendida. Não se compreende, não se aceita, e revela falta de sentido de Estado - porque é um caso de sentido de Estado aquele que levou à pronúncia desta Assembleia sobre esta matéria - quem for capaz de ver isto na mesma óptica com que se discutem assuntos, efectivamente, menores.

Consequentemente, foi um voto dado na plena consciência, de que se insere numa atitude histórica que nós não deixaremos de assumir, para lá de quaisquer possíveis divergências, porque é uma hora que não se vai repetir.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, terminámos a nossa "Ordem de Trabalhos".

A Mesa faz a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores, propõe, nos termos do artigo 30º, nº 1 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia declare findo o período legislativo de Março".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Presidente da Mesa convoca, para uma sessão extraordinária, a Assembleia Regional dos Açores, em execução do artigo 193º, nº 2, do Regimento, com a seguinte "Ordem de Trabalhos":

- Parecer sobre a consulta feita pela Assembleia da República sobre a Proposta de Resolução relativa ao "Acordo Técnico referente às facilidades cedidas aos Estados Unidos da América nos Açores";

- Parecer sobre a consulta feita pela Assembleia da República sobre a Proposta de

Resolução referente ao "Acordo Laboral, por sua vez referente às facilidades concedidas aos Estados Unidos da América nos Açores";

- Parecer sobre a consulta feita pela Assembleia da República sobre o "Projecto de Lei nº 85/III" referente ao Património Cultural.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito bom dia e até breve!

(Eram 02,40 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PSD** - Flor de Lima, João de Brito, Mário Freitas, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Conceição Bettencourt, João Macedo).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Alberto Romão, Borges de Carvalho, Gabriela Silva, Manuel Avila, Pacheco de Almeida).

A Redactora de 2ª classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.